ATA DA REUNIÃO DE 01.06.2018

ATA N.º 11/2018

Ao primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Relatórios e Contas do ano de 2017 – Empresas e Associações; **1.3.** Repartição do Fundo Financeiro (FEF) para o ano de 2019; **1.4.** Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra – Consulta Prévia ao abrigo de Acordo Quadro – Ratificação de despacho; **1.5.** Contração de empréstimo para financiamento da obra de remodelação do antigo edifício das finanças de Mafra; **1.6.** Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra; **1.7.** Representante do Município na Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas – Ratificação de despacho; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Valores para a Época Desportiva 2018/2019 e Época Balnear 2018; **2.2.** Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira – Parecer de entidade pública; **2.3.** Associação Naval do Porto da Ericeira – Apoio Financeiro; **2.4.** Apoio à participação do Racing Clube de Mafra na Convenção Internacional de Minibasquetebol; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA. ----------**

--- <u>ABERTURA DA REUNIÃO</u>: ----------

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. ----------

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (ANEXOS I e II). ----------

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- INTERVENÇÕES: ----------

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ----------

--- O Presidente felicitou os atletas e clubes do Concelho de Mafra pelos resultados desportivos alcançados nesta época desportiva. Mencionou que a equipa sénior do Clube Desportivo de Mafra já garantiu a subida à Segunda Liga de Futebol, sendo que, no dia 10 de junho, no Estádio do Jamor, disputa a final do Campeonato de Portugal frente ao Farense. Acrescentou que o campo de futebol detido pelo Clube Desportivo de Mafra não reúne os requisitos impostos pela Liga Portugal para participar, na próxima época desportiva, na Segunda Liga, pelo que, à semelhança do que já aconteceu, fará presente, em reunião de Câmara, uma proposta de protocolo de colaboração, que se destina a regular as condições da utilização, pelo referido Clube, do campo de futebol e demais equipamentos e infraestruturas, existentes no Parque Desportivo Municipal. Ainda quanto aos êxitos desportivos dos clubes locais, destacou: a Secção de Andebol do Clube Desportivo de Mafra pela subida à II Divisão Nacional; a equipa de futebol sénior do Grupo Desportivo União Ericeirense que, após sagrar-se campeã da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Lisboa (AFL), vai ascender à Divisão Pró-Nacional; a equipa de futebol sénior do Alcainça Atlético Clube que, pela primeira vez nos 68 anos da sua história, vai disputar a Divisão de Honra da AFL na próxima temporada; a equipa de futebol sénior da Associação Cultural e Desportiva do Bocal pela subida à 1.ª Divisão Distrital da AFL; e a equipa de futsal da Freguesia de Santo Isidoro pela conquista da Taça do INATEL. Felicitou, ainda, todos os atletas que, nas mais variadas modalidades, honraram o Concelho de Mafra. ----------

--- O Presidente informou que a Vereadora Aldevina Rodrigues não estava presente

nesta sessão, uma vez que se encontrava a representar o Município de Mafra na receção do meio aéreo (helicóptero AS 350 Airbus) e da respetiva equipa de combate a incêndios do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS) que vai ficar ter como base de operações o Centro Municipal de Proteção Civil de Mafra, tendo um raio de operações alargado, cobrindo a quase totalidade do distrito de Lisboa. ----------

--- Divulgou, também, de que foi rececionado o visto do Tribunal de Contas à aquisição dos dois imóveis localizados na Quinta de Santa Bárbara, em Mafra, a fim de que os mesmos possam integrar o parque habitacional do Município, ao nível da habitação social e de habitações a custos controlados. ----------

--- Informou que, no âmbito dos trabalhos de construção da nova rotunda da Venda do Valador, localizada na EN8, no entroncamento com a Alameda das Figueiras, hoje iria assinar um acordo com os proprietários dos imóveis devolutos para cedência e posterior demolição dos mesmos, bem como dos muros situados na envolvente da atual rotunda provisória. ----------

--- <u>DO VEREADOR ANTÓNIO FELGUEIRAS</u>:----------

--- No uso da palavra, o Vereador António Felgueiras deu nota dos eventos realizados no Concelho de Mafra: no dia 18 de maio: a comemoração do Dia Internacional dos Museus na Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra, com visitas guiadas ao Museu Popular Beatriz Costa; Noite Eco-moda no Terreiro D. João V, em Mafra; atuação do In'Cantate na sede da Associação de Moradores de Ribamar; Festa do Hip Hop no Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 19 de maio, no Salão Nobre do Edifício da Loja do Cidadão de Mafra, o 1.º Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais; o Sarau de Ginástica, no Parque Desportivo Municipal de Mafra; concertos integrados no Festival de Música de Mafra Filipe de Sousa, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, também neste dia e a 26 de maio; no Forte do Zambujal, "Forte ao Luar"; 19 e 20 de maio, no Sobreiro, "Bom dia Cerâmica – Histórias na Olaria" por António Fontinha; no dia 20 de maio, a Feira Mensal de Mafra no Parque Intermodal; a 23 de maio, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, Mafra Sénior; *Business Meeting* – Jantar de empresários, no restaurante Adega do Convento; a 24 de maio, o Ciclo de

Conferências SociALMAfra, na Loja do Cidadão; nos dias 26 e 27 de maio, Mostra Solidária 2018, no Jardim do Cerco, em Mafra; A.ti.tudo – O teu mercado aqui, no Largo de S. Sebastião, Ericeira; no dia 27 de maio, comemoração do Dia Municipal do Bombeiro, na Praça da República, Ericeira; de 27 de maio a 2 de junho, Semana da Segurança e Proteção Civil, Concelho de Mafra; no dia 31 de maio, na Sala Elíptica da Escola das Armas, o concerto pela Orquestra Sinfónica da Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART) do Instituto Politécnico de Castelo Branco, dirigida pelo maestro Peter Stark. ----------

--- Seguidamente, o Vereador informou sobre os próximos eventos a decorrer no Concelho: no dia 1 de junho, pelas 21h30, o Ciclo de Música Jazz – André Fernandes Trio, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra; nos dias 1, 2 e 3 de junho, com diferentes horários, a Final Four Nacional de Basquetebol Sub18 M, a decorrer no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 2 de junho, a partir das 9h00, Open de Karaté da Ericeira no Pavilhão Desportivo Municipal da Malveira; no dia 2 de junho, pelas 21h30, Festival de Música de Mafra Filipe de Sousa no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra e, no dia 9 de junho, às 21h00, na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra; nos dias 2 e 3 de junho, das 10h00 às 18h00, a Feira de Artesanato e Produtos Regionais no Terreiro D. João V, em Mafra; no dia 3 de junho, entre as 10h00 e as 19h00, "Há Festa no Parque", no Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 9 de junho, pelas 21h00, In'Cantate, Quinta do Casal Novo – Vila Franca do Rosário; nos dias 13 e 15 de junho, respetivamente pelas 16h00 e pelas 18h00, o 24.º Torneio Internacional de Lisboa – Futebol no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 15 de junho, a partir das 10h00, a abertura das piscinas exteriores do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 16 de junho, pelas 17h00, a abertura da exposição coletiva do Atelier de Artes Plásticas, que está patente até 16 de julho, no Claustro Norte do Palácio Nacional de Mafra; no dia 16 de junho, pelas 21h00, as Marchas Populares, no Terreiro D. João V; no dia 16 de junho, visitas no âmbito do projeto "Forte ao Luar", às 21h30, 22h00, 22h30, 23h00 e 23h30, no Forte do Zambujal. ----------

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA**:----------

--- O Vereador Rogério Costa começou por referir que fazia suas as palavras já proferidas pelo Presidente da Câmara, no que respeita aos resultados desportivos dos atletas e clubes das diversas modalidades. Realçou o Clube Desportivo de Mafra, tanto a nível de futebol como no andebol, e o Grupo Desportivo União Ericeirense. No que diz

respeito ao Clube Desportivo de Mafra, declarou que, para o Concelho, é muito importante que exista um Clube na Segunda Liga, mas que as responsabilidades vão aumentar. Não obstante, recordou o jogo entre o Mafra e o Leiria, que considerou muito emotivo, mas que o resultado foi histórico, verificando o apoio dos adeptos. -----

--- Sobre os eventos realizados no Concelho, destacou a comemoração do Dia Municipal do Bombeiro, que se realizou na Ericeira, considerando-a uma cerimónia muito participada e simbólica, homenageando os bombeiros. Mais considerou que, este ano, a Mostra Solidária teve pontos altíssimos, congratulando-se por esse facto. --------

--- II – ORDEM DO DIA: ----------

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

---1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: ----------

--- 1.1. ATA: ----------

--- Presente a ata n.º 8/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 20 de abril de 2018. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 8/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 20 de abril de 2018. O Vereador Sérgio Alberto Marques dos Santos não votou porque não estava presente na aludida reunião. ----------

--- 1.2. RELATÓRIOS E CONTAS DO ANO DE 2017 - EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES: ----------

-- Presente a Informação Interno 2018/8513, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 25 de maio de 2018, bem como despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 28 de maio de 2018 (ANEXO III). ----------

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos Relatórios e Contas do Ano de 2017 das entidades AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás; AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água; AMTRES - Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos; AML - Área Metropolitana de Lisboa; ATL - Associação Turismo de Lisboa - Visitors and Convention Bureau; Municípia, E.M. S.A.; RHLT - Rota Histórica das Linhas de Torres, os quais serão remetidos à Assembleia Municipal, face ao disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (ANEXOS IV, V, VI, VII, VIII, IX e X). ----------

--- 1.3. REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO DE 2019: ----------

-- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/7230 elaborada em 24 de maio de 2018, na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 25 de maio de 2018, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 28 de maio de 2018 (ANEXO XI).----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, considerando a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, repartir o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), para o ano de 2019, em 90% para a receita corrente e 10% para a receita de capital, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. ----------

--- 1.4. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA - CONSULTA PRÉVIA AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/5903, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 28 de maio, e o despacho do Exmo. Sr. Presidente de abertura de procedimento igualmente datado de 28 de maio de 2018 (ANEXO XII).----------

REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS DE MAFRA: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2018/8467, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu parecer de concordância da Diretora de Departamento, bem como despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, ambos datados de 28 de maio do corrente ano (ANEXO XIII). ----------

--- O Vereador Hugo Moreira Luís acrescentou que, na informação previamente distribuída, consta um resumo dos investimentos que o Município se propõe levar a efeito, ascendendo a € 14.300.000,00. Declarou que todos estes investimentos se referem a infraestruturas integradas em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), pelo que os mesmos poderão ser financiados por via do IFRRU 2020, cujos empréstimos têm até 20 anos de maturidade e taxas de juro muito abaixo do que é praticado pela banca comercial. Por fim, esclareceu que é proposto que o órgão executivo delibere contrair o empréstimo, no montante de um milhão de euros, para financiamento da primeira obra elencada na lista, que é a remodelação do antigo Edifício das Finanças de Mafra, e que, simultaneamente, autorize a promoção de ulteriores consultas, às Instituições de Crédito, para obtenção de condições de financiamento dos investimentos especificados na referida informação. ----------

--- O Presidente acrescentou que, dado que é necessário acomodar em orçamento municipal os montantes decorrentes do processo de resgate e reversão do contrato de concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha de tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Mafra, então é necessário contrair empréstimos para a realização de importantes investimentos para o desenvolvimento sustentado do Concelho de Mafra, com financiamento através do IFRRU, nomeadamente a remodelação do Edifício da Antiga Repartição de Finanças – Mafra, a requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Casa Canas, a remodelação do Museu Raúl de Almeida, a intervenção no Largo Brito Gorjão e arranjo da Vila Velha, a requalificação e ampliação da Escola Básica António Bento Franco, na Ericeira, a aquisição e requalificação da Quinta de Santo António, na Venda do Pinheiro, a requalificação de Habitação Social na Rua Júlio da Conceição Ivo, em Mafra, a criação do Museu do Pão, em Mafra, a requalificação da Quinta da Raposa, em Mafra, assim como a reabilitação e modernização dos Mercados Municipais de Mafra e da Ericeira. ----------

--- O Vereador Rogério Costa disse que iria votar favoravelmente, atendendo às condições do empréstimo, pois esta é uma forma de comprar dinheiro mais barato

ATA DA REUNIÃO DE 01.06.2018

--- O Presidente aditou que, em 2017, o procedimento de concurso foi desenvolvido pelo prazo de um ano, com possibilidade de renovação até três anos, mas que a empresa fornecedora manifestou a intenção de não proceder à renovação do contrato, pelo que se solicita a ratificação do presente despacho, de modo a que o procedimento seja desenvolvido e que não haja interrupção do serviço. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, proceder à ratificação do despacho do Sr. Presidente, de 28 de maio do presente ano, pelo qual se procede à abertura de procedimento por Consulta Prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para o "Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra" pelo prazo de um ano renovável até ao limite de dois, considerando para o efeito, conforme peças procedimentais, um preço contratual de 1.890.000,00€ (um milhão, oitocentos e noventa mil euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço anual de 995.000,00€ (novecentos e noventa e cinco euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, considerando um preço base anual, correspondente à parcela da Energia Ativa Específica do Mercado Liberalizado, de 445.639,00€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; recorrer ao Acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental promovido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap) - conforme espelhado no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP): Eletricidade (2015) (AQ-ELE-2015) - ID BASE: 1494502; convidando os cocontratantes do lote em apreço; definir uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP, e um prazo de 9 (nove) dias para a apresentação das propostas.--

--- 1.5. CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE

para este grande volume de investimentos. ----------

--- O Presidente transmitiu que esta proposta tem de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal. Aditou que é intenção do Município que, logo que haja decisão relativa ao processo de resgate e reversão da concessão, haja disponibilidade para proceder ao pagamento. ----------

--- A Câmara Municipal, considerando a fundamentação constante da informação em apreço, deliberou, por unanimidade, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, com a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 156, datada de 16 de agosto de 2011, propor à Assembleia Municipal a contração de um empréstimo no valor de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) para a Remodelação do Edifício da Antiga Repartição de Finanças - Mafra. Deliberou, ainda, autorizar a promoção de ulterioras consultas às Instituições de Crédito, para obtenção de condições de financiamento dos investimentos especificados na referida informação. ----------

--- 1.6. REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA:----------

--- Presente, em anexo, a informação interno/2018/8456, de 28 de maio de 2018, prestada pela Divisão de Assuntos Jurídicos, devidamente instruída com o Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos datados de 28 de maio de 2018, e despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na mesma data: "À Reunião" (ANEXO XIV).----------

--- O Presidente relembrou que já havia informado que se pretende fazer a atualização deste regulamento, em função da experiência acumulada e da prática de outras autarquias. ----------

--- O Vereador Sérgio Santos salientou que, por não ter sido facultado o anterior regulamento, não pôde fazer uma comparação com o agora proposto, pelo que

gostaria que o Presidente salientasse quais as alterações que se pretende introduzir.---
--- O Presidente deu a palavra à Diretora de Departamento, Ana Viana, que explicou que não há comparação possível entre o anterior regulamento com a proposta agora apresentada, na medida em que este foi totalmente reestruturado e detalhado, inclusivamente descrevendo as características de cada medalha. ----------
--- O Vereador Sérgio Santos solicitou, no entanto, que lhe fosse facultado o anterior regulamento, de forma a verificar e poder comparar com o agora proposto.----------
---- Considerando a fundamentação constante na informação em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à mesma Lei, e após o início do procedimento ter sido publicitado na Internet, no sítio institucional desta Câmara Municipal, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, sem que, decorrido o prazo concedido para o efeito, tenha ocorrido a constituição de interessados no procedimento e a apresentação de quaisquer contributos, tendo-se acautelado, dessa forma, a audiência dos interessados, não se justificando a submissão a consulta pública, já que, apesar da divulgação que foi dada à proposta de alteração em causa não houve lugar à constituição de interessados no procedimento, nem à apresentação de quaisquer contributos, concordar com o "Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra", anexo à presente informação, e propor à Assembleia Municipal a aprovação do mesmo. ----------

--- 1.7. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E VILAS DE CERÂMICA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, Despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 25 de maio de 2018 (ANEXO XV). ----------
--- O Presidente informou que designou a Vereadora Célia Batalha Fernandes como representante do Município de Mafra, atendendo a que a referida Vereadora acompanhou todo o processo que conduziu à constituição desta associação, pelo que se solicita a ratificação do seu despacho. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 01.06.2018

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea oo) do artigo 33.º do mesmo diploma legal, ratificar o mencionado Despacho, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, através do qual a Vereadora Célia Maria Duarte Batalha Fernandes é designada como representante do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica - APTCVC, com o NIPC 514874201. ----------

--- PRESENÇA DE VEREADORA: ----------

--- Quando eram dez horas e doze minutos entrou na sala onde decorria a reunião a Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues. ----------

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: ----------

--- 2.1. VALORES PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2018/2019 E ÉPOCA BALNEAR 2018: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2018/8156, datada de 22 de maio de 2018, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe da Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, datado de 23 de maio do corrente ano, e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datado de 25 de maio de 2018, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere (ANEXO XVI).---

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes aditou que, na globalidade, se propõe a manutenção dos preços, com exceção de um pequeno ajuste, passando a constar um valor para o aluguer da espreguiçadeira e outro para o chapéu, quando este era conjunto, de forma a que os utentes possam optar por um, outro ou ambos os equipamentos. ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a proposta de preços para

a Época Desportiva 2018/2019 e Época Balnear 2018, anexa à mencionada Informação. ----------

---2.2. - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO RUGBY DA ERICEIRA - PARECER DE ENTIDADE PÚBLICA:----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2018/8466, elaborada em 28 de maio de 2018, pela Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (ANEXO XVII) .----------

--- O Presidente deu informação que, já no último mandato, foram deferidos pedidos idênticos. Declarou que se propõe emitir parecer favorável à atribuição de estatuto de utilidade pública à associação em causa. ----------

--- Atenta a Informação prestada e considerando os fundamentos plasmados na mencionada informação, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira AARE. ----------

--- 2.3. ASSOCIAÇÃO NAVAL DO PORTO DA ERICEIRA - APOIO FINANCEIRO:--

--- Presente, em anexo, Informação Interno 2018/8459, elaborada em 28 de maio de 2018, pela Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre o qual recaiu parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento, datados de 28 de maio do corrente ano, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 1913 de 2018 (ANEXO XVIII).----------

--- O Vice-Presidente referiu que, em resultado do protocolo a celebrar entre as entidades Docapesca, S.A., Associação Naval do Porto da Ericeira, Associação dos Pescadores Profissionais da Ericeira, Junta de Freguesia da Ericeira e ainda este Município, se pretende disponibilizar um conjunto de equipamentos, mais propriamente tratores, para apoio à atividade do porto de pesca da Ericeira, a desenvolver através da Associação Naval do Porto da Ericeira. Referiu ainda que, de forma a minimizar o problema da acumulação de areias, se verificou que deveria estar disponível, em permanência, uma pá-carregadora para fazer a retirada das areias na rampa, enquanto não for realizado o desassoreamento do porto. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira de € 10.000,00, à Associação Naval do Porto da Ericeira, com vista a apoiar a aquisição da referida pá-carregadora. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 01.06.2018

--- O Presidente acrescentou que se pretende criar condições para a manutenção da atividade piscatória, tanto profissional como lúdica, atendendo à sua relevância para a economia local e, nomeadamente, para a subsistência de várias famílias. Disse que, com este objetivo, a Câmara Municipal tem vindo assumir-se como um agente facilitador e participante, pelo que se submete à aprovação a presente proposta. -------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 10.000€ (dez mil euros) à Associação Naval do Porto da Ericeira, com vista a apoiar a aquisição de uma máquina Pá Carregadora.----------

--- 2.4. APOIO À PARTICIPAÇÃO DO RACING CLUBE DE MAFRA NA CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE MINIBASQUETEBOL: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno 2018/8463, datada de 28 de maio de 2018, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe da Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 28 de maio do corrente ano, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere (ANEXO XIX).----------

--- O Presidente esclareceu que, atendendo a que o autocarro municipal não está disponível nas datas em questão, se propõe o aluguer de um autocarro para a equipa Racing Clube de Mafra se deslocar a Matosinhos, nos dias 1, 2 e 3, a fim de participar na Convenção Internacional de Minibasquetebol 2018. ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar o aluguer de um autocarro de 29 lugares, cujo custo é de €765,00 (setecentos e sessenta e cinco euros), já com o IVA incluído, a fim de garantir a participação do Racing Clube de Mafra, na Convenção Internacional de Minibasquetebol, face à importância nacional e internacional deste torneio/ convenção,

onde o Clube será o único representante do Distrito de Lisboa e, por conseguinte, do concelho de Mafra. ----------

--- O Presidente da Câmara dirigiu a todo o Executivo convites para o concerto com a brilhante pianista, Kristina Miller, no âmbito do Festival de Música de Mafra, a realizar no Auditório Municipal Beatriz Costa, no dia 2 de junho corrente; para a abertura do evento "Há Festa no Parque", no dia 3, às 10 horas, no Parque Desportivo Municipal; e ainda para assistir, hoje, ao espetáculo de André Fernandes Trio que encerra o Ciclo de Música Jazz, a decorrer na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra. ----------

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ---------

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

--- ENCERRAMENTO: ----------

--- Quando eram dez horas e vinte e cinco minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. ----------

---------- _____ ----------

---------- _____ ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 10 a 23 de maio de 2018.

Mafra, 24 de maio de 2018.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

Anexos I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA		RESULTADO/RESUMO		
OP	312/2009	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR MOTIVOS DE OBRAS	2018/05/21	2018/05/23	D	DEFERIDO	A1V2 IMOBILIÁRIA, LDA	CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO RUA BELO HORIZONTE, N.º 15 - ERICEIRA
OP	91/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/17	2018/05/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ABSOLUTELY SUMMER, LDA	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM OBRAS RUA DOS BARROS, N.º 1 - FONTE BOA DA BRINCOSA
OP	296/2015	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA EXECUTAR AS OBRAS	2018/05/14	2018/05/14	D	DEFERIDO	ADÉRITO JOAQUIM RÓIS ACÚRCIO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS BOCO
OP	56/2014	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	2017/11/07	2018/05/17	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO	ALEXANDER MICHAEL KREUZEDER	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE EDIFICIO E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO RUA DO BACUREIRA, N.º 1 - SANTO ISIDORO
OP	96/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/03/22	2018/05/23	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALFA CAPITAL-CONSULTORIA E GESTÃO, SA	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA RUA DOS POCINHOS - ERICEIRA
OP	80/2016	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	2018/04/12	2018/05/17	D	DEFERIDAS AS TELAS FINAIS. EMITA-SE O ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO	ANA ALEXANDRA BATTAGLIA DE SOUSA ABREU	REABILITAÇÃO, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR CAMINHO DA ENCOSTA, N.º 330 - VALE DE SÃO GIÃO
RD	1130/2018	CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIAS DIVERSAS	2018/05/15	2018/05/18	D	DEFERIDO	ANA SOFIA SOUSA FILIPE	FOTOCÓPIA SIMPLES DE FOLHAS DE PROCESSO ERICEIRA
OP	169/2015	LICENÇA ESPECIAL	2018/05/08	2018/05/17	D	DEFERIDO	ARQUICARMO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO RUA FRANCISCO LOPES FRANCO, Nº 29-ERICEIRA
LP	10/2018	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2018/04/13	2018/05/17	D	DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	BITOLA DINÂMICA - LDA	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO MARQUINHOS - ERICEIRA
OP	65/2010	LICENÇA ESPECIAL	2018/04/30	2018/05/17	D	DEFERIDO	CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS URBANIZAÇÃO VILLA MARINHA, LOTE 12-CHARNECA
RO	21/2018	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR MOTIVOS DE OBRAS	2018/05/15	2018/05/17	D	DEFERIDO	CONDOMINIO DO PREDIO SITO LARGO DOS CONDES, N.º 17	PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA LARGO DOS CONDES, N.º 17-ERICEIRA
LP	8/2015	RECEPÇÃO PROVISÓRIA	2018/02/23	2018/05/15	D	DEFERIDO	CONSTRUÇÕES PEDRO LEITÃO & FILHO, LDA	PEDIDO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO RUA ALTO DA CAMACHA-ERICEIRA
OP	611/2007	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/04/12	2018/05/17	D	DEFERIDO	CÉSAR MIGUEL MARTINHO GOVERNO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E ARRUMOS PRACETA DAS TRAVESSAS,N.º 11-BALEIA
OP	92/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/04/04	2018/05/14	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DISPLACA-CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS, LDA	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA RUA NOVA, LOTE 2 - ALCAINÇA

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA		RESULTADO/RESUMO		
OP	426/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/27	2018/05/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DUARTE MIGUEL CARDOSO MARTINS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR LAPA - LOTE 6 - VENDA DO PINHEIRO
OP	8/2018	PROJETO DE ARQUITETURA	2018/03/28	2018/05/11	D	DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA COM CONDICIONAMENTOS	ESTILO POSITIVO, LDA	DEMOLIÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CENTRAL-RIBAMAR
RO	19/2018	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR MOTIVOS DE OBRAS	2018/05/11	2018/05/17	D	DEFERIDO	FILOMENA MARIA RAMOS PEREIRA	PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA RUA DOMINGOS DIAS MACHADO, N.º 7-MAFRA
OP	90/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/27	2018/05/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	INGOMAR - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS, S.A	LEGALIZAÇÃO DE ANEXOS DE APOIO À HABITAÇÃO E DE TELHEIRO PARA CHURRASQUEIRA E CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO PARA ARRUMOS E DE MUROS DE VEDAÇÃO LOMBAS - BALEIA
OP	244/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/19	2018/05/17	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOAQUIM JOSÉ MENDES CALISTO	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR RUA DOS ARNEIROS-LAGOA
RO	20/2018	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR MOTIVOS DE OBRAS	2018/05/14	2018/05/17	D	DEFERIDO	JOSÉ MANUEL CORTEGAÇA VIANA RUAS	PEDIDO OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA POR MOTIVO DE OBRAS COM UM CONTENTOR LARGO DE SANTA MARTA, N.º 14 E 14A-ERICEIRA
OP	341/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/07	2018/05/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOSÉ PEDRO DE ARAÚJO LOPES	CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURISTICO RIBAMAR - SANTO ISIDORO
OP	114/2016	JUNÇÃO DE ELEMENTOS	2018/05/08	2018/05/21	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO	JOÃO DOS REIS MÁXIMO	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EXISTENTE PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR ESTRADA PRINCIPAL, N.º 38 - LAGOA
OP	349/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/30	2018/05/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOÃO ZEFERINO DUARTE MENDES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM VENDA DO PINHEIRO
VP	11/2011	COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA	2011/07/05	2018/05/17	D	DEFERIDO	LISBOAGÁS GDL-SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE LISBOA, S.A.	COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA-PROJ.20/11 R D. MARIA GUILHERMINA DA SILVA
OP	141/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/27	2018/05/15	D	DEFERIDO	MANUEL VICENTE DIAS	ALTERAÇÃO DE BARRACÃO PARA HABITAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE ANEXOS RUA LAR E CENTRO DE DIA, N.º 3 - SOBREIRO
OP	83/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/26	2018/05/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARCELINO JOSÉ DOS SANTOS BERNARDES	PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO E TELHEIRO SOBREIRO - MAFRA
RD	1132/2018	CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO	2018/05/16	2018/05/21	D	CERTIFIQUE-SE	MARIA CLEMENTINA DE OLIVEIRA GASPAR	PEDIDO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO RUA DO PORTO REVEZ, N.º 6 - ERICEIRA
OP	789/2006	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	2018/05/09	2018/05/17	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO	MARIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ARRUMOS E MUROS RUA SENHORA DA MINA, N.º 20-ENCARNAÇÃO

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA		RESULTADO/RESUMO		
RD	1084/2018	CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO	2018/05/11	2018/05/23	D	CERTIFIQUE-SE	MARIA MADALENA NEVES FERREIRA ROUSSADO	PEDIDO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO RUA NOSSA SENHORA DA MEMÓRIA, N.º 3 - VILA FRANCA DO ROSÁRIO
OP	90/2015	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/01/12	2018/05/18	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA ODILIA JORGE LOPES LOURO	LEGALIZAÇÃO DE CONTENTOR AMOVÍVEL RUA VIA CAMPINAS, N.º 1-JERUMELO
OP	252/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/20	2018/05/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARTA SOFIA MANSURA SERÁPIO DE OLIVEIRA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E GARAGEM LOTE 47 - QUINTA DA RIBEIRA DA BALEIA - ERICEIRA
VO	28/2018	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	2018/05/08	2018/05/23	D	VÊ-SE VIABILIDADE COM CONDICIONAMENTOS	MILENE SOFIA ESTEVES BENTO DIAS	PEDIDO DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO NOS TERMOS DO N.º2 RUA VENDA DO VALADOR-VENDA DO PINHEIRO
OP	87/2017	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAR ELEMENTOS	2018/05/11	2018/05/18	D	DEFERIDO	MRG, PROPERTY, S.A.	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR EM CONDOMÍNIO, PISCINA E MUROS RUA DAS LOMBAS - ERICEIRA
OP	368/2017	EMISSÃO ALVARÁ DE OBRAS	2018/05/07	2018/05/11	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE OBRAS	NUNO MIGUEL ROCHA CORTEZ DIAS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, TELHEIRO PARA ABRIGO AUTOMÓVEL E TANQUE DE BANHOS FONTE VELHA-SEIXAL
OP	211/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/20	2018/05/17	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PAULO EDUARDO DUARTE SOUSA SILVEIRA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO RUA BAIRRO DAS ANDORINHAS, N.º 3-ERICEIRA
OP	424/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/03	2018/05/14	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PAULO JORGE DOS SANTOS OLIVEIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO PARA CHURRASQUEIRA E ARRUMOS E MUROS RUA DA COROA, LT 1 - QUINTAL
OP	196/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/19	2018/05/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PAULO JORGE MIRANDA DOS SANTOS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR TRAVESSA DE SÃO PEDRO, LOTE 1-LIVRAMENTO
OP	266/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/26	2018/05/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PAULO MIGUEL MARQUES FIÚZA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MUROS ESTRADA NACIONAL 9, Nº 40-B - PICANCEIRA
VO	22/2018	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	2018/03/27	2018/05/21	D	VÊ-SE VIABILIDADE COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO KUPFER	PEDIDO DE INFROMAÇÃO PRÉVIA DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E APOIOS AGRICOLAS CASAIS DE SÃO LOURENÇO
OP	64/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/24	2018/05/17	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	PEDRO MIGUEL GOMES ALÍPIO	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PRACETA SANTA HELENA, N.º 1-PÓVOA DA GALEGA
OP	133/2018	PROJETO DE ARQUITETURA	2018/03/23	2018/05/23	D	DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO MIGUEL NETO PIMENTEL	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO LOTE 10-ASSEICEIRA PEQUENA
RD	1004/2018	CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO	2018/05/03	2018/05/21	D	CERTIFIQUE-SE	PEDRO RICARDO UMBELINA FERREIRA	PEDIDO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO RUA DO FONTANÁRIO, N.º 42 - CASAL MOURÃO

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA		RESULTADO/RESUMO		
OP	321/2002	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	2018/04/04	2018/05/22	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO	PRIMECITY - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS , S.A	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR RUA MANUEL CASTELÃO, N.º 17-MAFRA
OP	394/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/19	2018/05/17	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	REFERÊNCIA ESCARLATE EMPREENDIMENTOS LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO LIMITES DA ERICEIRA-LOTE 5
OP	390/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/19	2018/05/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	REFERÊNCIA ESCARLATE EMPREENDIMENTOS LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO LIMITES DA ERICEIRA-LOTE 1
OP	393/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/19	2018/05/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	REFERÊNCIA ESCARLATE EMPREENDIMENTOS LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ARRUMOS E MUROS MATO DA CRUZ - PRACETA MIRAMAR - LOTE 4 - ERICEIRA
OP	391/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/19	2018/05/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	REFERÊNCIA ESCARLATE EMPREENDIMENTOS LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ARRUMOS E MUROS PRACETA MIRAMAR, LOTE 2-MATO DA CRUZ-ERICEIRA
OP	49/2016	LICENÇA ESPECIAL	2018/05/03	2018/05/15	D	DEFERIDO	RUI MIGUEL DE ARAÚJO E SILVA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA MANUEL LUIS GINGA, S/N - GRADIL
OP	17/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/17	2018/05/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SOFIA DE OLIVEIRA MACHADO DIAS SIMÃO DA SILVEIRA MACHADO	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA COMANDANTE FILIPE FREIRE, LOTE 44-URBANIZAÇÃO DA CARRASQUEIRA - ERICEIRA
OP	348/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/17	2018/05/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	URBIHOGAR-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ARRUMOS, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO CASAL DO BORRALHO - LOTE 39 - VENDA DO PINHEIRO
VO	5/2018	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	2018/03/15	2018/05/21	D	VÊ-SE VIABILIDADE COM CONDICIONAMENTOS	VIRGINIA MARIA CASSAPO PINA	PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÕES HABITACIONAIS PARA ALOJAMENTO LOCAL-AO ABRIGO DO N.º 1 ESTRADA NACIONAL-VIVENDA PINA-ERICEIRA
RO	23/2016	EMISSÃO ALVARÁ DE OBRAS	2018/04/17	2018/05/23	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE OBRAS	VITOR MANUEL SILVESTRE BALEIA	LEGALIZAÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO ARROEIRAS - IGREJA NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Assuntos Jurídicos
Unidade de Licenciamentos Diversos
Secção de Licenciamentos Diversos

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,

28/05/18

INFORMAÇÃO

Ao abrigo do despacho n.º 49/2017 de 24/10/2017, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 24 e 27 de abril 3, 5, 9, 11, 14 e 18 de maio de 2018 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença especial de ruído	10
Licença de recinto improvisado	5
Licença para Divertimento Público	3
Licença para Prova Desportiva	2
Licença de recinto diversão provisória	1
Licença para recinto itinerante	2
Licença especial de ruído para obras	1

Mafra, 21 de maio de 2018

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

Anexo II

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

24/04/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA DA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA DE RECINTO DIVERSÃO PROVISÓRIA	FÁBRICA DA IGREJA DA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
27/04/2018	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	GRUPO MOTARD ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUINTÁRIOS DA MALVEIRA	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUINTÁRIOS DA MALVEIRA	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
09/05/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	SOCIEDADE RECREATIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO JORGE DA COSTA PEREIRA (CIRCO ROYAL)	141,06 €	DEFERIDO
11/05/2018	LICENÇA DE RECINTO ITINERANTE	PAULO JORGE DA COSTA PEREIRA (CIRCO ROYAL)	126,27 €	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FILIPE AUGUSTO GAMEIRO DE PORTUGAL MELLO	141,06 €	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	99,39 €	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
03/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO JORGE DA COSTA PEREIRA (CIRCO ROYAL)	141,06 €	DEFERIDO
18/05/2018	LICENÇA DE RECINTO ITINERANTE	PAULO JORGE DA COSTA PEREIRA (CIRCO ROYAL)	126,27 €	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ARQUITECTO, MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ARQUITECTO, MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
14/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ARQUITECTO, MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
09/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA OBRAS	TEIXEIRA PINTO & SOARES, SA	141,06 €	DEFERIDO

1.2.
015

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER Concordo. Proponho que o assunto seja retirado à reunião do Orgão Executivo.

2018/05/28

O Vereador,

Concordo com a presente informação.

25/05/2018

A Diretora de Departamento,

Concordo com a presente informação submeto à consideração superior.

25/05/2018

A Chefe de Divisão,

DESPACHO

28/05/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Saída/2018/8513

ASSUNTO: Relatórios e Contas do ano de 2017 - Empresas e Associações

No âmbito das suas atividades, as seguintes entidades detidas pelo Município de Mafra apresentaram os seus Relatórios e Contas do ano de 2017:

- AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás;
- AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água;
- AMTRES – Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos;
- AML – Área Metropolitana de Lisboa;
- ATL – Associação Turismo de Lisboa – Visitors and Convention Bureau;
- Municípia, E.M. S.A.;
- RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres.

Anexo III

Face ao exposto e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que se submetam os referidos relatórios, para conhecimento do Órgão Executivo e Deliberativo.

À Consideração Superior

A Técnica Superior

Cândida Jacinto

(Cândida Jacinto)

AMAGÁS

Ao
Exmo. Sr. Presidente
do Município

Paço D'Arcos, 23 de março de 2018

N/REF.9/2018 - Circular

ASSUNTO: Prestação de Contas do Exercício de 2017

Exmo. Senhor Presidente

De acordo com Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, artigo 54º, nº 1, alínea b), junto anexamos documentos de prestação de contas de 2017, aprovados nas últimas reuniões de Conselho Diretivo (82ª) e Assembleia Intermunicipal (58ª) da AMAGÁS, efetuadas em 13 de março pp., para conhecimento desse município (Câmara e Assembleia Municipal).

Apresentamos os melhores cumprimentos, A Comissão

De V. Exa.
Atentamente

O Presidente do Conselho Diretivo
António Oliveira, dr.

AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás
Contribuinte nº 503322148
Rua Adelino Amaro da Costa, nº 2, R\C Frente – 2770-001 PAÇO DE ARCOS TEL/FAX: 21 441 6756
E-mail: amagas@mail.telepac.pt
www.amagas.com

Anexo II

AMAGÁS

017

82ª. Reunião do Conselho Diretivo da AMAGÁS

No *dia treze de março* de dois mil e dezoito, realizou-se na ***Salão Nobre, Largo Miguel Bombarda, na ARRUDA DOS VINHOS,*** pelas dez horas, a Octagésima segunda Reunião do Conselho Diretivo da AMAGÁS, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata da 81ª Reunião do Conselho Diretivo da AMAGÁS;

2. Análise e deliberação sobre o Relatório de Atividades e das Contas da Gerência da AMAGÁS, referente ao ano de 2017, nos termos da alínea e) do artigo 22º dos Estatutos;

3. Análise e deliberação sobre a 1ª Revisão Orçamental, para o ano 2018;

4. Informações.

Participaram nesta reunião presidida pelo Senhor Vice presidente José António Oliveira da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vereador Hugo Lucas da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vereador Paulo César Teixeira da Câmara Municipal de Odivelas, Vereadora Dora Pereira da Câmara Municipal de Alenquer, Vereador Mário Anágua da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, dr. Luís Soares da Câmara Municipal de Cascais, dr. José Monteiro da Câmara Municipal de Loures e Vereador Sílvino Lúcio da Câmara Municipal de Azambuja.

Participaram ainda nesta reunião, os Assessores da AMAGÁS drª Gracinda Veloso e dr. Duarte Nuno Pinto e ainda as ROC dra. Ilda Pires e dra. Lara Barata.

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS: Aprovação da Acta da 81ª Reunião do Conselho Directivo da AMAGÁS;

Foi colocada à apreciação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS: Análise e deliberação sobre o Relatório de Atividades e das Contas da Gerência da AMAGÁS, referente ao ano de 2017, nos termos da alínea e) do artigo 22º dos Estatutos;

AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás
Contribuinte n.º 503322148
Rua Adelino Amaro da Costa, nº 2, R\C Frente – 2770-001 PAÇO DE ARCOS TEL/FAX: 21 441 6756
E-mail:amagas@mail.telepac.pt
www.amagas.com

AMAGÁS

Foi colocada à apreciação e votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS: Análise e deliberação sobre a 1ª Revisão Orçamental, para o ano 2018;

Foi aprovado por unanimidade retirar o Terceiro Ponto.

QUARTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS: Informações;

Que a AMAGÁS oficie a ANMP sobre o processo de Transmissão de competências do governo para os Munícipios, nomeadamente de Infraestruturas no Subsolo Urbano do Domínio Público Municipal.
Insistir junto dos grupos Parlamentares para que se concretize o que estava na Proposta de OE para 2018.
Fazer proximamente nova reunião do CD para abordar estas questões no próximo dia 12 de abril na Azambjuja.

QUINTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS: Minuta da Acta da 82ª Reunião do Conselho Diretivo.

Foi aprovada por unanimidade.

Não havendo nada mais a tratar o Senhor Presidente do Conselho Diretivo deu por encerrada a reunião.

O Conselho Diretivo da AMAGÁS

AMUGÁS
Associação de Municípios para o Gás

Portaria de Gerência 2017

1 – INTRODUÇÃO

As contas de gerência e respetiva execução orçamental, permitem conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por classificação orgânica, ou sector de atividade.

O orçamento é constituído por receitas e despesas correntes, ou de funcionamento e gestão, e por receitas e despesas de capital, ou investimentos.

2 - MOVIMENTOS VERIFICADOS EM 2017

Para uma análise dos movimentos efetuados ao longo do ano 2017, atente-se nos valores apresentados nos seguintes quadros, anexados ao presente Relatório:

Quadro 1 – (Despesas)

Corresponde ao registo e identificação de todos os movimentos e correspondentes valores, referentes a pagamentos efetuados neste ano;

Quadro 2 – (Receita)

Corresponde ao registo de todos os movimentos referentes a valores recebidos em 2017, dos Municípios Associados;

Quadro 3 – (Reconciliação Bancária)

Concilia os movimentos registados contabilisticamente com os extratos bancários dos meses de janeiro a dezembro de 2017 (Millennium BCP);

2 - MAPAS FINAIS

Os Mapas Finais (em anexo), foram estruturados para permitir uma análise das despesas e receitas e respetiva percentagem de realização e correspondem a suportes documentais registados e arquivados, inerentes à Prestação de Contas de 2017, designadamente:

- I - Despesas Efetuadas e % de realização;
- II - Receitas Cobradas e % de realização;
- III - Resumo das receitas e despesas;
- IV – Conta de Gerência

3 - RESUMO DA ACTIVIDADE QUANTIFICADA EM 2017

Merece destaque sumário os seguintes aspetos respeitantes à atividade desenvolvida pela Amagás no ano em apreciação:

- No exercício de 2017 foram cobradas as contribuições previstas e orçamentadas, referentes aos Municípios que constituem atualmente a Amagás, no total de €46.490,50 (quarenta e seis mil quatrocentos e noventa euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a uma percentagem de realização de 100%;

- As despesas realizadas em 2017, totalizaram 47 162,62 € (quarenta e sete mil cento e sessenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos) e correspondem a uma percentagem de realização de 101,45% (mais 1,45%) do valor orçamentado;

  A diferença negativa entre as receitas e despesas no presente ano, foi de €672,12 (seiscentos e setenta e dois euros e doze cêntimos), valor coberto pelo saldo bancário anterior.

- O saldo de gerência foi de € 21.927,56 (vinte e um mil novecentos e vinte e sete e cinquenta e seis cêntimos).
  O saldo de gerência foi retificado em 69.911,10 devido a alteração da contabilização de despesas de pessoal, (retenção irs), desde o inicio de atividade

até 2013, que não foram classificadas como custo, por se considerar ser um movimento de tesouraria.

- De salientar que a amagas, a exemplo dos anos anteriores não apresenta endividamento líquido ou bancário.
- Os movimentos bancários estão devidamente reconciliados, com os extratos bancários.
- Têm sido apresentadas contas regularmente no Tribunal de Contas e no Portal do SIAL.

4 - REVISÃO ORÇAMENTAL

Considerando:

- Os valores orçamentados e os valores efetivos e registados em 2017;
- A expectativa de despesas já devidamente enunciada e quantificada no orçamento para 2018;
- Não há lugar a revisão orçamental.

ANEXOS

Movimentos Verificados em 2017

Quadro 1 - Despesas efectuadas em 2017

	Descrição	Data	Valor	Nº Documento	Class.
transferência	IGTCP/IRS (Dezembro 2016)	16-01-2017	409,79	1/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Fevereiro 2017)	16-01-2017	365,00	2/2017	02.03.01
transferência	Jani King/serviço de limpeza (Janeiro 2017)	16-01-2017	67,65	3/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Dezembro 2016)	16-01-2017	659,08	4/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Janeiro 2017)	16-01-2017	1.323,12	5/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	16-01-2017	190,00	6/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	16-01-2017	238,68	7/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Silva/Caixa	24-01-2017	201,33	8/2017	02.03.01
Débito Bancário	MEO	24-01-2017	100,49	8-A/2017	02.03.01
transferência	Duarte Nuno	24-01-2017	339,90	9/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Janeiro 2017)	16-02-2017	393,90	9-A/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Março 2017)	16-02-2017	395,00	10/2017	02.03.01
transferência	MEO (Janeiro 2017)	20-01-2017	93,94	10-A/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Janeiro 2017)	16-02-2017	633,73	11/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Fevereiro 2017)	16-02-2017	1.314,73	12/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	16-02-2017	190,00	13/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	16-02-2017	409,68	14/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Silva/Caixa	16-02-2017	69,99	15/2017	02.03.01
transferência	Gracinda Veloso Kms	16-02-2017	139,04	16/2017	02.02.07
transferência	APVGN	16-02-2017	160,00	17/2017	02.03.09
Débito Bancário	MEO (Fevereiro 2017)	20-02-2017	86,62	18/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Fevereiro 2017)	09-03-2017	393,90	19/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Abril 2017)	09-03-2017	395,00	20/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Fevereiro 2017)	09-03-2017	633,73	21/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Março 2017)	09-03-2017	1.332,96	22/2017	01.01.02

	Descrição	Data	Valor	Nº Documento	Class.
transferência	Ilda Pires/Honorários	16-02-2017	190,00	23/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	09-03-2017	365,76	24/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	16-02-2017	61,78	25/2017	02.02.07
Débito Bancário	MEO (Março 2017)	04-04-2017	86,67	26/2017	02.03.01
transferência	MEO N.C. (Março 2017)	06-04-2017	-82,50	27/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Março 2017)	17-04-2017	394,08	27-A/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (maio 2017)	17-04-2017	395,00	28/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Março 2017)	17-04-2017	633,73	29/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (abril 2017)	17-04-2017	1.315,20	30/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	17-04-2017	190,00	31/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	17-04-2017	397,44	32/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	02-05-2017	123,56	33/2017	02.02.07
Débito Bancário	MEO N.C. (Abril 2017)	02-05-2017	0,00	34/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Abril 2017)	17-05-2017	394,08	35/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condominio /renda (junho 2017)	17-05-2017	395,00	36/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Abril 2017)	17-05-2017	633,73	37/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (maio 2017)	17-05-2017	1.324,08	38/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	17-05-2017	190,00	39/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	17-05-2017	377,64	40/2017	02.02.07
Débito Bancário	MEO N.C. (Maio 2017)	17-05-2017	0,00	41/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (maio 2017)	07-06-2017	394,08	42/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condominio /renda (julho 2017)	07-06-2017	395,00	43/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Maio 2017)	07-06-2017	633,73	44/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Junho 2017)	07-06-2017	2.501,62	45/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	07-06-2017	190,00	46/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	07-06-2017	397,80	47/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	07-06-2017	80,84	48/2017	02.02.07
transferência	Fidelidade	07-06-2017	288,62	49/2017	02.03.01

	Descrição	Data	Valor	Nº Documento	Class.
transferência	Gracinda Veloso Silva/Caixa	07-06-2017	225,07	50/2017	02.03.01
transferência	MEO N.C. (Junho 2017)	16-06-2017	94,98	51/2017	02.03.01
Débito Bancário	MEO	30-06-2017	82,00	51-A/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (junho 2017)	17-07-2017	779,04	52,/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Agosto 2017)	17-07-2017	395,00	53/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Junho 2017)	17-07-2017	1.242,11	54/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Julho 2017)	17-07-2017	1.324,08	55/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	17-07-2017	190,00	56/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	17-07-2017	398,88	57/2017	02.02.07
Débito Bancário	MEO N.C. (Julho 2017)	16-07-2017	86,60	58/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (julho 2017)	07-08-2017	393,92	59/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condominio /renda (Setembro 2017)	07-08-2017	395,00	60/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Julho 2017)	07-08-2017	633,73	61/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Agosto 2017)	07-08-2017	1.328,52	62/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	07-08-2017	190,00	63/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	07-08-2017	204,84	64/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	07-08-2017	134,64	65/2017	02.02.07
Débito Bancário	PT N.C. (Agosto 2017)	16-08-2017	90,48	66/2017	02.03.01
transferência	Oestsustentável	07-08-2017	500,00	66-A/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Agosto 2017)	08-09-2017	394,00	67/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Outubro 2017)	08-09-2017	395,00	68/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Agosto 2017)	08-09-2017	633,73	69/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Setembro 2017)	08-09-2017	1.324,08	70/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	08-09-2017	190,00	71/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	08-09-2017	384,84	72/2017	02.02.07
transferência	PT N.C. (Setembro 2017)	17-09-2017	84,99	73/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Setembro 2017)	27-09-2017	393,92	74/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Novembro 2017)	27-09-2017	395,00	75/2017	02.03.01

	Descrição	Data	Valor	Nº Documento	Class.
transferência	IGFSS/Seg Social (Setembro 2017)	27-09-2017	633,73	76/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Outubro 2017)	27-09-2017	1.324,08	77/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	27-09-2017	190,00	78/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	27-09-2017	380,52	79/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	27-09-2017	115,56	80/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Silva/Caixa	27-09-2017	88,39	81/2017	02.03.01
Débito Bancário	PT N.C. (Outubro 2017)	16-10-2017	89,19	82/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Outubro 2017)	08-11-2017	393,92	83/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Dezembro 2017)	08-11-2017	395,00	84/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Outubro 2017)	08-11-2017	633,73	85/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Novembro 2017)	08-11-2017	1.910,64	86/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	08-11-2017	190,00	87/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	08-11-2017	374,40	88/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	15-11-2017	123,56	89/2017	02.02.07
transferência	Domínios	08-11-2007	14,70	90/2017	02.03.09
Débito Bancário	PT N.C. (Novembro 2017)	17-11-2017	86,07	91/2017	02.03.01
transferência	IGTCP/IRS (Novembro 2017)	14-12-2017	586,44	92/2017	01.01.02
transferência	Adm. Condomínio /renda (Janeiro 2018)	14-12-2017	395,00	93/2017	02.03.01
transferência	IGFSS/Seg Social (Novembro 2017)	14-12-2017	937,92	94/2017	01.01.02
transferência	Gracinda Veloso Silva/Venc (Dezembro 2017)	14-12-2017	1.310,76	95/2017	01.01.02
transferência	Ilda Pires/Honorários	14-12-2017	190,00	96/2017	02.03.11.01
transferência	Duarte Nuno Kms	14-12-2017	371,52	97/2017	02.02.07
transferência	Gracinda Veloso Kms	14-12-2017	68,98	98/2017	02.02.07
transferência	Domínios	14-12-2017	40,00	99/2017	02.03.09
transferência	Serviços Jurídicos	14-12-2017	553,50	100/2017	02.03.09
transferência	despesas bancárias	31-12-2017	76,36	101/2017	03.02
			47.162,62		

Quadro 2 – Receitas Cobradas em 2017

Município	Data	Valor
Arruda dos Vinhos	16-02-2017	670,40
Mafra	09-03-2017	3.837,45
Vila Franca de Xira	09-03-2017	3.412,75
Vila Franca de Xira	26-04-2017	3.412,75
Azambuja	16-02-2017	1.088,90
Loures	21-04-2017	9.974,70
Cascais	31-03-2017	10.255,85
Cadaval	28-12-2017	711,90
Torres Vedras	24-01-2017	3.774,70
Odivelas	02-02-2017	7.187,75
Alenquer	09-06-2017	2.163,35
		46.490,50

Quadro 3 – Reconciliação Bancária 2017

Banco		Contabilidade	
Saldo a 31 de DEZEMBRO 2017 (1)	**21.927,56**	**Saldo da Conta de Gerência (1)**	**21.927,56**
Movimentos a Abater (2)	0,00	Movimentos Referentes a Operações de Tesouraria (2)	0,00
Sub-Total	0,00	Sub-Total	0
Movimentos a Somar (3)	0,00	Movimentos e Somar (3)	0,00
Saldo Final(4) = (1)-(2)+(3)	**21.927,56**	**Saldo Final(4) = (1)-(2)+(3)**	**21.927,56**

MAPAS FINAIS DE 2017

I - DESPESAS EFECTUADAS E % DE REALIZAÇÃO EM 2017

(Unidade: Euros)

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISTAS	EFECTUADAS	% REALIZAÇÃO
	DESPESAS CORRENTES			
01	Pessoal	0,00	0,00	0,00%
01.01	Remunerações	31.029,76	31.497,62	101,51%
01.01.02	Pessoal	0,00	0,00	0,00%
02	Aquisição de Bens e Serviços	0,00	0,00	0,00%
02.01	Bens Duradouros	0,00	0,00	0,00%
02.01.02	Material de Educação, cultura e Recreio	0,00	0,00	0,00%
02.01.04	Outros	0,00	0,00	0,00%
02.02	Bens não duradouros	0,00	0,00	0,00%
02.02.04	Combust. Lubrif.	2.988,24	5.149,96	172,34%
02.02.07	Cons. Secretaria	0,00	0,00	0,00%
02.02.09	Outros (1)	0,00	0,00	0,00%
02.03	Aquisição de Serviços	6.395,70	7.390,48	115,55%
02.03.01	Encargos Instalações	0,00	0,00	0,00%
02.03.06	Transp.Comunic.	0,00	0,00	0,00%
02.03.07	Representação Autárquica	910,00	768,20	84,42%
02.03.09	Estudos e Consultadoria	0,00	0,00	0,00%
02.03.11	Outros	5.080,25	2.280,00	44,88%
02.03.11.01	Remuner. Tarefas	0,00	0,00	0,00%
02.03.11.02	Public.Inform.	0,00	0,00	0,00%
02.03.11.03	Diversos	0,00	0,00	0,00%
03	Encargos correntes da divida	86,55	76,36	88,23%
03.02	Outros (Despesas Bancárias)			
	Sub-Total	**46.490,50**	**47.162,62**	**101,45%**

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISTAS	EFECTUADAS	% REALIZAÇÃO
	DESPESAS DE CAPITAL			
07	Aquisição de Bens de Investimento			
07.04	Maquinaria Equipamento	0,00	0,00	0,00%
11	Activos Financeiros			
11.02	Aquis. de Tit. de Participação		0,00	0,00%
	Sub-Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	TOTAL	**46.490,50**	**47.162,62**	**101,45%**

II - RECEITAS COBRADAS E % DE REALIZAÇÃO EM 2017

(Unidade: Euros)

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISTAS	COBRADAS	% REALIZAÇÃO
	RECEITAS CORRENTES			
04.01.01	Juros/Depósitos	0,00	0,00	0,00%
05	Transf. Correntes			
05.01	S.P.A			
05.01.03	Adm. Local			
05.01.03.12	Azambuja	1.088,90	1.088,90	100,00%
05.01.03.03	Cascais	10.255,85	10.255,85	100,00%
05.01.03.05	Loures	9.974,70	9.974,70	100,00%
05.01.03.06	V.F.Xira	6.825,50	6.825,50	100,00%
05.01.03.07	Mafra	3.837,45	3.837,45	100,00%
05.01.03.08	Torres Vedras	3.774,70	3.774,70	100,00%
05.01.03.09	Cadaval	711,90	711,90	100,00%
05.01.03.10	Odivelas	7.187,75	7.187,75	100,00%
05.01.03.11	Arruda dos Vinhos	670,40	670,40	100,00%
05.01.03.13	Alenquer	2.163,35	2.163,35	100,00%
06	Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes			
06.03	Prestações de Serviços			
06.03.09	Outros	0,00	0,00	0,00%
07	Outras Receitas Correntes			
07.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	**46.490,50**	**46.490,50**	**100,00%**

III - RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS/2017

(Unidade: Euros)

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
Saldo Inicial	92.510,78	Saldo Final	21.927,56
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Administração Local	46.490,50	Pessoal	31.497,62
Outras	0,00	Bens Duradouros	0,00
		Bens N/Duradouros	5.149,96
Receitas de Capital		Aquisição Serviços	10.515,04
Administração Local	0,00	Despesas anos anteriores (retenção IRS)	69.911,10
		Despesas de Capital	0,00
		Investimentos	0,00
TOTAL	**139.001,28**	**TOTAL**	**139.001,28**

IV - CONTA DE GERÊNCIA 2017

(Unidade: Euros)

RECEITAS		DESPESAS	
Saldo da Gerência Anterior	92.510,78		
Correntes	46.490,50	Correntes	47.162,62
		Despesas anos anteriores (retenção IRS)	69.911,10
Capital	0,00	Capital	0,00
		Saldo gerência seguinte	21.927,56
TOTAL	**139.001,28**	**TOTAL**	**139.001,28**

Explicação de valores rectificados em Saldos de Gerência

Unidade: €

Ano	Receita	Despesa	Saldo	Valor Retido (IRS) (1)	Saldo de Gerência Acumulado (2)	Σ (3) = (2) - (1)	Saldo de Gerência Final
2002	72.906,52	62.265,75	10.640,77	6.461,00	24.513,01	0,00	3.795,99
2003	72.906,52	55.713,76	17.192,76	6.251,52	30.764,53	24.513,01	14.737,49
2004	73.082,20	60.510,09	12.572,11	6.470,72	37.235,25	30.764,53	20.838,88
2005	0,00	0,00	0,00	6.635,18	43.870,43	37.235,25	0,00
2006	61.628,55	64.653,81	-3.025,26	7.831,66	51.702,09	43.870,43	19.233,29
2007	68.057,05	73.850,84	-5.793,79	4.454,26	56.156,35	51.702,09	8.985,24
2008	64.342,80	67.995,66	-3.652,86	4.359,89	60.516,24	56.156,35	1.183,14
2009	65.902,65	62.218,95	3.683,70	0,00	60.305,59	60.516,24	4.866,84
2010	65.902,65	70.345,17	-4.442,52	0,00	60.299,12	60.305,59	430,79
2011	65.902,65	57.881,96	8.020,69	0,00	60.149,32	60.299,12	8.601,28
2012	63.584,75	51.992,62	11.592,13	3.835,32	63.984,64	60.149,32	16.358,09
2013	53.237,90	51.185,96	2.051,94	5.926,46	69.911,10	63.984,64	12.483,57
2014	54.887,15	49.952,79	4.934,36	0,00	69.911,10	69.911,10	17.417,93
2015	46.794,65	44.029,34	2.765,31	0,00	69.911,10	0,00	20.183,24
2016	46.490,50	44.074,06	2.416,44	0,00	69.911,10	0,00	22.599,68
2017	46.490,50	47.162,62	-672,12	0,00	69.911,10	0,00	21.927,56

Janeiro de 2018

AMAGÁS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

O Relatório de Atividades e Contas do Conselho Diretivo, destaca no ano 2017, como habitualmente, os factos mais relevantes, nomeadamente as questões em torno da uniformização dos procedimentos municipais, em relação às concessionárias das redes de Gás, da cobrança de **Taxas Municipais** aos operadores de infraestruturas urbanas, o projeto económico e ambiental do uso de **Viaturas a Gás Natural,** e o conjunto de projetos constante no Plano de Atividades e Orçamento, aprovado para o ano de 2017, que enumeramos:

1. Grande parte da atividade da AMAGÁS, no ano de 2017, decorreu em torno da aplicação da TOS sobre as condutas de Gás Natural e da clarificação do que, por condutas, se entende redes e ramais.

   Efetuaram-se diversas reuniões com técnicos dos Municípios Associados com o objetivo de clarificar o processo de cobrança da TOS.

   Facto mais relevante ocorreu, já no final do ano, com a supressão do artº 85º da proposta do OE para 2017, que previa, taxativamente, que a TOS não podia ser refletida na fatura dos consumidores finais.

   Em diversas reuniões com os Grupos Parlamentares, no final do ano, fomos informados de que, este artigo, não tinha sido votado por não ter sido acompanhado de uma proposta de aplicação do proposto no art. 85º.

   Através das Informações 11/2017, 12/2017, 16/2017, e o Memorando de 17de novembro de 2017, procuramos esclarecer os deputados, das diferentes forças políticas, referindo que era uma falsa questão, dado que em diversas ocasiões tinha-mos apresentado propostas exequíveis.

   A maioria dos grupos parlamentares entenderam e concordaram com a nossa proposta admitindo a possibilidade da questão ser objecto de uma lei Avulsa, ou a introdução do referido 85º sobre a TOS no Orçamento do Estado para 2019.

   Recordamos que a aprovação do artigo 85º do OE permitiria o termo da flagrante ilegalidade resultante do facto de os municípios cobrarem a TOS a uma entidade (empresa concessionária, gestora da infraestrutura) mas quem cobra aos consumidores são as diversas empresas que comercializam o GN, entidades com as quais os municípios não têm qualquer tipo de relação;

AMAGÁS

2. Outro âmbito de intervenção assume papel determinante na atividade da associação, nomeadamente a problemática da TOS, não só das redes de Gás Natural, mas do conjunto das outras infraestruturas urbanas do domínio público municipal, de acordo com a designação constante na Tabela de Taxas dos Municípios, nomeadamente, "***pela colocação e instalação de tubos, condutas, cabos condutores, armários, fibras ópticas, cabos telefónicos ou eléctricos, instalações electrónicas, instalações de redes de informática ou outra cablagem, gás, água e semelhante, por metro/linear/ano o valor de...***"

   De referir que a aprovação do texto do Art. 85º, que estava contemplado no OE para 2017, reconhecia o direito dos municípios de cobrar uma Taxa Municipal pelos cabos alojados nas condutas implantadas no subsolo urbano do domínio publico municipal.

   Destacamos ainda que na abordagem desta questão, com a Administração Central, temos vindo a defender que a metodologia na aplicação da TOS seja igual à aplicada nas Redes de Gás Natural, que considerou não fazer distinção se a rede é de propriedade do operador da mesma, ou do município;

3. Com o objetivo de implantar e consolidar a cobrança da TOS a outras infraestruturas, foi proposto aos Municípios associados que incluíssem nos Regulamentos Municipais de Urbanização e Edificação, para posterior inclusão nos Alvarás de Loteamento, as CONDIÇÕES PARTICULARES RELATIVAS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

   A cobrança desta Taxa prende-se com a importância de assegurar não só os direitos dos municípios pelo uso de infraestruturas de sua propriedade, como a de impedir a duplicação das mesmas, em prejuízo do uso excessivo do espaço canal do subsolo urbano e das necessidades de outros operadores, gestão esta que é da responsabilidade dos Municípios.

   Disponibilizou-se a AMAGÁS para reunir com os técnicos municipais, responsáveis pela elaboração dos regulamento dos municípios, para garantir que a medida foi concretiza, ou clarificar eventuais dúvidas, não tendo tido resposta, até à data, para esta questão que consideramos estratégica;

4. Promoveu-se a divulgação do Gás Natural no sector dos transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos, através do nosso *site* na *Internet*, na perspetiva de um projeto ambiental, que permita aos municípios vedar a circulação de viaturas mais poluentes nalgumas áreas urbanas, nomeadamente nos centros históricos, disponibilizando para o efeito uma alternativa constituída por viaturas a GN, GPL ou Elétricas.

   Para o efeito foi dada prioridade ao Projeto Ambiental, do uso de Viaturas a Gás Natural, pelo que se continuou a incentivar a instalação de postos de

AMAGÁS

abastecimento de VGN, na área dos municípios associados, não tendo sido possível a concretização de mais postos de abastecimento, para alem dos dois Postos Públicos de abastecimento de VGN em funcionamento, no Carregado (Alenquer) e no Casal do Monte (Loures).

A título informativo refira-se que os outros dez postos existentes no país são todos de utilização privada, como é o caso da Carris e ValorSul em Lisboa, dos STCP e EDP no Porto, dos Transportes Urbanos de Braga e Aveiro, da Sonergil no Cachão-Bragança, em Mirandela, Vila Nova de Gaia, e Vila Real (Dourogás), embora informalmente alguns façam abastecimento público.

A decisão de diversos países europeus, de anunciar o ano de 2030 como data limite para a circulação de viaturas movidas a gasolina ou gasóleo, baseado numa informação da Comissão Europeia, no âmbito dos Transportes e Mobilidade Sustentável, e de que o Gasóleo utilizado nos transportes liberta para a atmosfera um elevado nível de partículas cancerígenas, pelo que se impunha a necessidade de aplicar uma **eco-taxa** como forma de desincentivar o seu consumo;

5. Quanto à Cogeração a Gás Natural, pelo seu significado ambiental e redução de custos na produção de energia elétrica, frio e calor, assim como de aquecimento de águas ou a sua refrigeração, consideram que a mesma é de grande importância para as empresas e particulares, individual ou coletivamente, assim como para condomínios;

6. A AMAGÁS tem participado nas Assembleia-Gerais das duas Associações de que faz parte, nomeadamente:
   Associação Portuguesa de Viaturas a Gás Natural (APVGN);
   Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste;
   Associações que desempenham papel importante na eficiência energética e ambiental e onde a AMAGÁS tem feito referência ao uso de VGN, a Cogeração e a cobrança da TOS.;

7. Manteve-se o objetivo de associar mais municípios à AMAGÁS, nomeadamente todos os municípios das Área Metropolitana de Lisboa, Médio Tejo e Península de Setúbal, tendo alguns considerado importante a atividade da AMAGÁS mas, até à data, não formalizaram a sua adesão.

   Tendo sido em tempos tomada a decisão, de somente facultar documentação da atividade da AMAGÁS aos municípios associados, verifica-se que não conduziu a novas filiações, pelo que se recomendaria voltar a facultar aos municípios da área Metropolitana de Lisboa, Médio Tejo e Península de Setúbal, não associados, a documentação regularmente publicada pela AMAGÁS, como incentivo à sua associação;

8. Foi ainda durante o ano de 2017 produzida diversa documentação nomeadamente, informações solicitadas pelos Municípios Associados com

AMAGÁS

destaque para a TOS, assim como efetuadas reuniões com os municípios associados para verificação e aferição da correta aplicação das Taxas.
Também efetuamos reuniões com entidades exteriores, como a ERSE, DGEG, Associação Nacional de Municípios, 5 Grupos Parlamentares (relativamente às interrogações dos Municípios e das populações quanto à forma como é aplicada a TOS, sobre as Redes de Gás Natural), APVGN e Gás Natural Fenosa.

9. Em termos administrativos e técnicos foram produzidos 39 ofícios, 16 Informações técnicas, 1 Memorando, assim como o Relatório de Atividade e Contas de 2017 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2018.

   Efetuaram-se diversas deslocações a municípios associados para recolha de dados ou assinaturas e, regularmente, com o Presidente do Conselho Diretivo;

9. Quanto à execução Orçamental, remetemos para discriminação exaustiva os documentos que se anexam, referente à conta de Gerência de 2017.

   Receitas
   Foram cobrados **€ 46.490,50** aos Municípios Associados, que correspondente à percentagem de realização de **100%**.

   Despesas
   Quanto às despesas totais foram de **€ 47.162,62** ou seja, de **101,45%** do previsto.

   O ligeiro acréscimo das Despesas em relação às Receitas, resultou da necessidade, imprevista, de recorrer a apoio jurídico no exterior.

   A diferença negativa entre os valores recebidos e o valor das despesas efetuadas, neste ano, foi de € 672,12, compensado pelo valor de saldo bancário existente.

   O saldo de Gerência foi de **21.927,56 €**.

Paço D'Arcos, 13 de março de 2018

O Presidente do Conselho Diretivo

António Oliveira, dr.

AMEGA

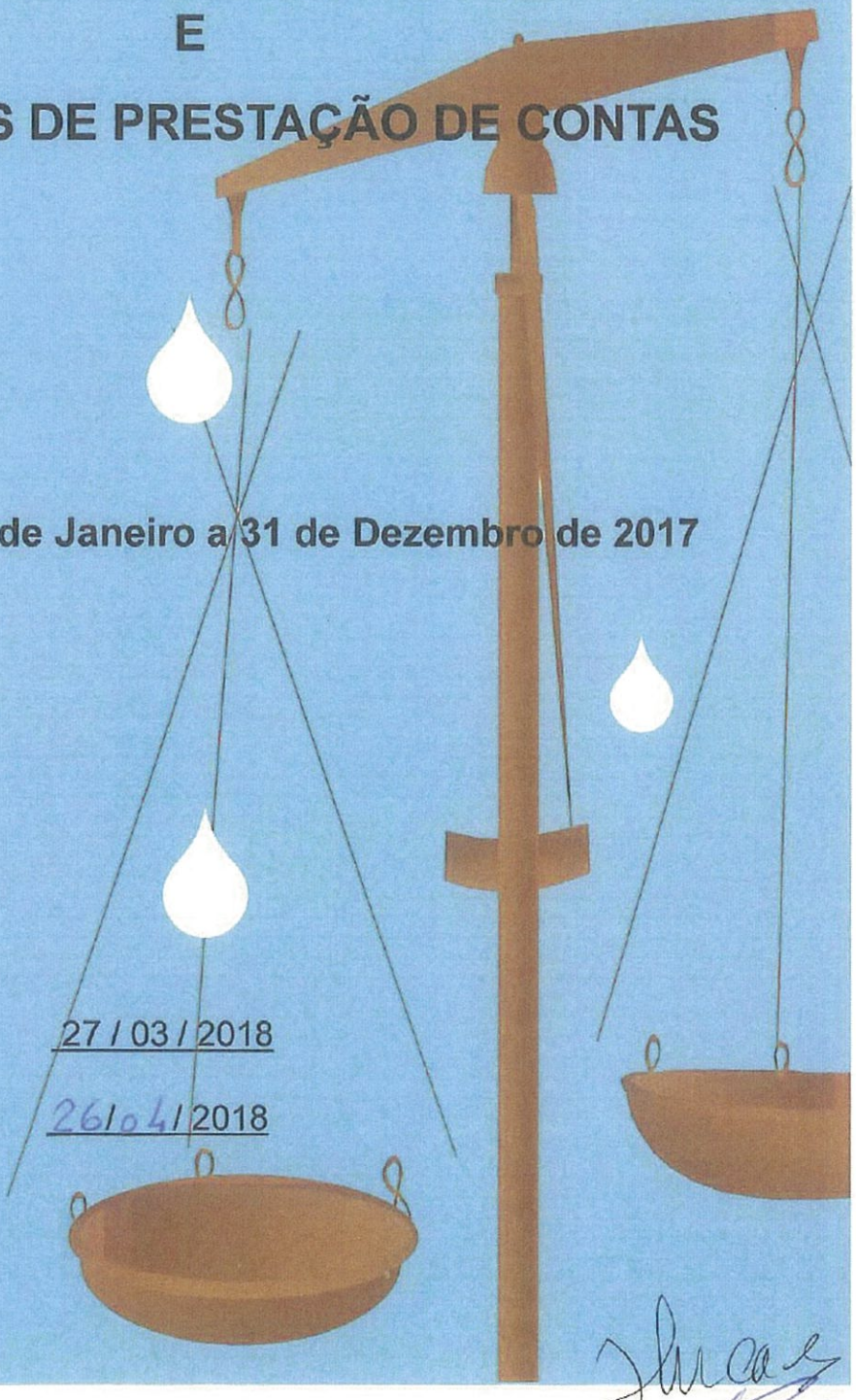
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA

ALCANENA - ALENQUER - AMADORA - ARRUDA DOS VINHOS - AZAMBUJA - CASCAIS - CONSTÂNCIA - LOURES - MAFRA - ODIVELAS - OEIRAS - SINTRA - SOBRAL DE MONTE AGRAÇO - TOMAR - TORRES VEDRAS - VILA FRANCA DE XIRA - VILA NOVA DA BARQUINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO

E

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



GERÊNCIA de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

APROVAÇÕES EM:

Conselho Diretivo 27 / 03 / 2018

Assembleia Intermunicipal 26/04/2018

ANEXO I

AMEGA
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA
ALCANENA - ALENQUER - AMADORA - ARRUDA DOS VINHOS - AZAMBUJA - CASCAIS - CONSTÂNCIA - LOURES - MAFRA - ODIVELAS - OEIRAS - SINTRA - SOBRAL DE MONTE AGRAÇO - TOMAR - TORRES VEDRAS - VILA FRANCA DE XIRA - VILA NOVA DA BARQUINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2017

Ao abrigo da alínea f) do nº 1 do Artigo 21º dos Estatutos da AMEGA e em cumprimento do Artigo 31º dos mesmos Estatutos, vem o Conselho de Diretivo, apresentar para efeitos de apreciação e aprovação pela Assembleia Intermunicipal, os Documentos de Prestação de Contas, referentes aos movimentos financeiros efetuados durante a Gerência finda e às principais atividades desenvolvidas.

Os documentos de Prestação de Contas obedecem a modelos uniformes apresentados ao longo dos pontos 5, 7 e 8 do POCAL e em instruções imanadas do Tribunal de Contas (Resolução nº 4/2001, de 18 de Agosto).

I - BREVES NOTAS SOBRE AS CONTAS

Pela documentação que no seu conjunto constitui a Prestação de Contas, podem apreciar-se os movimentos financeiros ocorridos em 2017.

As diferenças mais significativas relativamente ao Orçamento do ano estão devidamente exibidas nos mapas do Controlo Orçamental, da Receita e da Despesa.

➢ **Controlo Orçamental - Receita**

Mapa que permite o controlo de execução orçamental da Receita durante o exercício, com nível de desagregação idêntico à do orçamento.

O mapa das quotizações faz parte das peças da Conta de Gerência, podendo ser analisada a evolução do respetivo pagamento no decorrer do ano 2017.

➢ **Controlo Orçamental - Despesa**

Mapa que permite o controlo da execução orçamental da Despesa durante o exercício, com a desagregação das rubricas económicas, idêntica à do orçamento.

➢ **Fluxos de Caixa**

Mapa onde são discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, que se reportam quer à execução orçamental, quer às operações de tesouraria. Nele se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).
As receitas e despesas orçamentais são desagregadas de acordo com a discriminação constante no orçamento.

➢ **Operações de Tesouraria**

Mapa que apresenta o movimento de entrada e saída de fundos por operações de tesouraria e que correspondem às cobranças que os serviços realizam para terceiros.

Para que se possa facilmente aferir do aumento de responsabilidade na gestão financeira da Associação, que hoje se coloca aos representantes dos Municípios Associados, basta analisar os dados que se inserem no quadro seguinte, através do qual se estabelecem as diferenças entre os valores globais movimentados nos exercícios de 2016 e 2017.

Movimentos Financeiras	2016	2017	Diferença Valor	%
RECEITAS				
Correntes	35.255,85	35.188,96	-66,89	-0,19
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	35.255,85	35.188,96	-66,89	-0,19
DESPESAS				
Correntes	30.876,83	22.879,50	-7.997,33	-25,90
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	30.876,83	22.879,50	-7.997,33	-25,90

Comparativamente ao ano de 2016, a receita global representou um decréscimo de 0,19%, o que correspondeu ao valor de: -66,89 € (sessenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos).

As despesas correntes tiveram um decréscimo em relação ao ano anterior de 25,90%, o que correspondeu ao valor de: -7.997,33 € (sete mil novecentos e noventa e sete euros e trinta e três cêntimos) e não houve despesas de capital.

O saldo de gerência da execução orçamental foi de 17.315,78 € (dezassete mil trezentos e quinze euros e setenta e oito cêntimos), a incorporar nos valores orçamentais de 2018.

A preparação e demonstrações financeiras, o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adoção das políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado são da responsabilidade do Conselho Diretivo.

II - REFERÊNCIAS À ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

➢ Reuniões do Conselho Diretivo e da Assembleia Intermunicipal

Realizaram-se 4 (quatro) reuniões ordinárias do Conselho Diretivo (CD), previstas estatutariamente. Por sua vez, a Assembleia Intermunicipal (AI) reuniu 2 (duas) vezes em sessão ordinária.

Deu-se sempre, tendo em conta os meios disponíveis, respostas e/ou apoios diretos a várias questões postas pelos Associados.

➢ Criação de Grupo Trabalho pela Secretaria Estado do Ambiente

Ainda em 2016 realisou-se uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente na qual a AMEGA manifestou as suas preocupações relativamente ao futuro do setor das águas em Portugal, muito em especial quanto à sua regulamentação e principalmente quanto à criação de novos Sistemas Multimunicipais, em particular o então Sistema Multimunicipal de Água e

Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, no qual foram integrados alguns dos nossos associados, tendo solicitado a reanálise do modelo de organização do setor, bem como do tarifário para os Municípios que vinham sendo abrangidos pela convenção celebrada com a DGAE, os quais são diretamente abastecidos pela EPAL não integrando no entanto o novo Sistema Multimunicipal.

O Senhor Secretário de Estado comprometeu-se em analisar o modelo previsto para o setor e apresentar um novo modelo.
Na sequência desta reunião e de mais conversações mantidas, relativas à reformulação dos sistemas multimunicipais e à relevância de se introduzir melhorias, que deverão passar pela promoção da acessibilidade económica aos serviços o que implicará a realização de um estudo do custo suportado pelos consumidores finais com o abastecimento de água e de uma análise da eficiência das redes de distribuição pelo que foi criado um grupo de trabalho para elaborar o estudo referido no âmbito da Secretaria de Estado do Ambiente.

O grupo de trabalho integrou dois representantes da AMEGA (António Pombinho da Câmara Municipal de Loures e Pedro Folgado da Câmara Municipal de Alenquer), um representante da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um representante da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. e um representante do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente que presidirá.

O referido grupo de trabalho deveria ter apresentado as suas conclusões até ao final de 2017, mas devido ao atraso de indicação, por parte de algumas entidades, dos seus representantes os trabalho só se iniciarão em 2018 tendo sido o prazo, para conclusão dos trabalhos, alargado para dezembro de 2018.

➢ **Estatutos da AMEGA**

Perante a evolução/alterações que se têm verificado e se perscrutam para o setor, considerou-se ser importante ponderar uma revisão estatutária, que adapte a Associação às novas realidades.

Assim, perante as novas realidades foi formulada, em 2016, uma revisão dos Estatutos da AMEGA de modo a poder congregar os Municípios diretamente

abastecidos pela EPAL e todos os que passam a integrar o novo sistema multimunicipal e todos aqueles que desenvolvem a sua atividade de distribuição domiciliária de água e saneamento na área de influência, direta ou indireta, do Grupo Águas de Portugal. Igualmente foram introduzidas correções com vista à modernização dos Estatutos e tendo em atenção alterações legislativas que se têm verificado.

A proposta da nova redação de Estatutos foi aprovada em 16 de junho de 2016 em reunião do Conselho Diretivo e posteriormente enviada a todos os Associados para análise e respetiva aprovação o que até ao final de 2017 ainda não aconteceu na totalidade.

➢ **Análise de tarifários**

Procedeu-se à compilação dos dados solicitados e recebidos dos Associados relativamente aos Tarifários de Água que vigoraram em 2017, bem como às Tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos incluídas na Faturação da Água.

Neste mesmo trabalho apresentaram-se também os Preços de Várias Prestações de Serviços de Água e uma tabela onde foi referenciado as Tarifas Familiares e Sociais, tendo-se elaborado um documento síntese que em tempo foi distribuído a todas as Câmaras Municipais Associadas e respetivas Entidades Gestoras de Água e Saneamento que operam nos Municípios Associados.

➢ **Página da AMEGA na Internet**

Uma situação ainda por resolver, dada a indisponibilidade dos serviços técnicos, do Município de Loures que nos irão apoiar na feitura e implementação da página.

➢ **Instalações**

Mantiveram-se os contatos com o Município de Loures, para a cedência de novas instalações para a Associação, de modo a alargar a nossa atividade, nomeadamente na formação e no apoio aos Associados.

➢ Agradecimentos

Agradecer a todas as entidades e particulares que colaboraram com a AMEGA ao longo de 2017, não podendo deixar de destacar os quadros técnicos dos Municípios Associados que têm dado colaboração à nossa Associação e, ao SIMAR de Loures e Odivelas por todas as facilidades e apoio dado no funcionamento da nossa Sede em Moscavide.

Moscavide, 27 de março de 2018

O Conselho Diretivo da AMEGA

Guia de Remessa

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

GUIA DE REMESSA

Gerência de 01/01/2017 a 31/12/2017

DOCUMENTOS ENVIADOS

Montante anual de receita igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciaria das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciaria das carreiras do regime geral	Montante anual de receita ou despesa igual ou inferior ao limite definido pelo Tribunal de Contas para efeito de dispensa da remessa de contas
☐	☐	☒
Balanço *Demonstração de resultados* *Controlo Orçamental da despesa* *Controlo Orçamental da receita* *Fluxos de Caixa* *Contas de Ordem* *Operações de Tesouraria* *Caracterização da entidade* *Empréstimos* *Relatório da Gestão* *Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta* *Norma controlo interno e suas alterações* *Sintese das reconciliações Bancárias* *Relação nominal de responsáveis*	*Controlo Orçamental da despesa* *Controlo Orçamental da receita* *Fluxos de Caixa* *Contas de Ordem* *Operações de tesouraria* *Caracterização da entidade* *Empréstimos* *Relatório de gestão* *Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta* *Norma controlo interno e suas alterações* *Sintese das reconciliações bancárias* *Relação nominal de responsáveis*	*Fluxos de Caixa* *Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta* *Relação nominal de responsáveis*

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura:.....

Controle de Pagamento de Quotas dos Associados

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

CONTROLO DE PAGAMENTO DE QUOTAS DOS ASSOCIADOS

REFERENTE AOS ANOS

Valores em: Euros (€)

ASSOCIADOS	2014	2015	2016	Em Falta	2017	1ºPrest./17	2ºPrest./17	DIFERENÇA	DATA		
Alcanena	338,18	331,92	330,75	0,00	329,72	329,72		0,00	22-mar-17		
Alenquer	991,94	977,04	970,11	0,00	970,70	970,70		0,00	9-jun-17		
Amadora	4.062,29	4.043,93	4.037,72	0,00	4.037,72	2.018,86	2.018,86	0,00	9-fev-17	28-abr-17	
Arruda dos Vinhos	154,87	291,02	291,47	0,00	291,47	291,47		0,00	15-fev-17		
Azambuja	229,57	445,55	469,17	0,00	445,41	445,41		0,00	2-jan-17		
Cascais	5.119,02	5.080,82	5.078,70	0,00	5.078,70	2.539,35	2.539,35	0,00	23-mar-17	28-abr-17	
Constância	101,75	96,03	96,03	0,00	107,37			-107,37			
Loures	4.338,05	4.309,07	4.557,15	0,00	4.420,31	4.420,31		0,00	24-abr-17		
Mafra	1.774,71	1.770,35	1.776,65	0,00	1.788,93	1.788,93		0,00	22-fev-17		
Odivelas	3.258,36	3.251,66	3.413,66	0,00	3.272,67	3.272,67		0,00	19-jan-17		
Sintra	8.305,02	8.091,05	8.143,29	0,00	8.181,81	8.181,81		0,00	27-set-17		
Sobral de Monte Agraço	226,35	224,73	223,43	0,00	224,55	224,55		0,00	21-mar-17		
Tomar	987,84	982,53	983,75	0,00	990,86	495,43	495,43	0,00	22-fev-17	5-jul-17	
Torres Vedras	1.823,54	1.822,91	1.827,05	0,00	1.827,05	1.827,05		0,00	20-jan-17		
Vila Franca de Xira	3.147,30	3.146,04	3.151,49	0,00	3.157,43	1.578,71	1.578,72	0,00	24-fev-17	28-abr-17	
Vila Nova da Barquinha	173,52	171,05	171,63	0,00	171,63	171,63		0,00	26-jan-17		
TOTAIS	35.032,31	35.035,70	35.522,05	0,00	35.296,33	28.556,60	6.632,36	-107,37			

OBSERVAÇÕES:

19-03-2018

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA

Classificação inicial: 0500000000 Final: 1700000000

Data inicial: 01/01/2017 Final: 31/12/2017

ANO: 2017

(Unidade: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau exec. orçamental receitas
Código	Descrição						Emitidas	Pagos			
0500000000	Rendimentos da Propriedade										
0502000000	Juros - Sociedade Financeiras										
0502010000	Bancos e Outras Instituições Financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0600000000	Transferências Correntes										
0605000000	Administração Local										
0605010000	Continente	40.302,61	0,00	35.188,96	0,00	35.188,96	0,00	0,00	35.188,96	107,37	87,31
0700000000	Venda de Bens e Serviços Correntes										
0702000000	Serviços										
0702090000	Serviços Específicos das Autarquias	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702099900	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	0,00
0800000000	Outras Receitas Correntes										
0801000000	Outras										
0801990100	Indemn. Dete./Roubo/Extravio Bens Patrimoniais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0900000000	Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000000	Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1100000000	Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1200000000	Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1300000000	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1500000000	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1600000000	Saldo da Gerência Anterior										
1601000000	Saldo Orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1700000000	Operações Extra-Orçamentais										
1701000000	Oper. de Tesouraria/Retenção Receitas Estado										
1701010000	IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1701020000	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	40.306,61	0,00	35.188,96	0,00	35.188,96	0,00	0,00	35.188,96	757,37	87,30

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA

Classificação inicial: 0100000000 Final: 1700000000

Data inicial: 01/01/2017 Final: 31/12/2017

ANO: 2017

(Unidade: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		Previsões corrigidas	Exercício	Exercício futuros	Total	Despesas Pagas	Diferenças			Grau exec. orçamental despesas
Código	Descrição						Dotação não comprometida	Saldo	Comp. por pagar	
0100000000	DESPESAS COM PESSOAL									
0101000000	**Remunerações Certas e Permanentes**									
0101040000	Pessoal/Remu.CertasPerman./Contr.Indiv.Trab.	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
0101070000	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	19.000,00	18.937,08	0,00	18.937,08	18.937,08	62,92	62,92	0,00	99,67
0101130000	Subsídio de Refeição	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00
0101140000	Subsídio de Férias e de Natal	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
0102000000	**Abonos Variáveis ou Eventuais**									
0102010000	Gratificações Variáveis ou eventuais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0102020000	Horas Extraordinárias	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00		0,00
0102030000	Alimentação e alojamento	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0102040000	Ajudas de Custos	3.000,00	2.728,80	0,00	2.728,80	2.728,80	271,20	271,20	0,00	90,96
0102070000	Colaboração Técnica e Especializada	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00	501,00	0,00	0,00
0103000000	**Segurança Social**									
0103050000	Contribuições para a Segurança Social	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
0103090000	Seguros	270,00	263,65	0,00	263,65	263,65	6,35	6,35	0,00	97,65
0200000000	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS									
0201000000	**Aquisição de Bens**									
0201040000	Limpeza e Higiene	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
0201080000	Material de Escritório	1.000,00	111,32	0,00	111,32	111,32	888,68	888,68	0,00	11,13
0201090000	Produtos Químicos e Farmacêuticos	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
0201100000	Produtos Vendidos nas Farmácias	409,29	0,00	0,00	0,00	0,00	409,29	409,29	0,00	0,00
0201150000	Prémios Condecorações e Ofertas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0201180000	Livros e Documentação Técnica	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0201190000	Artigos Honoríficos e de Decoração	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0201210000	Outros Bens	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00
0202000000	**Aquisição de Serviços**									
0202010000	Encargos das Instalações	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00
0202030000	Conservação de Bens	505,00	0,00	0,00	0,00	0,00	505,00	505,00	0,00	0,00
0202090000	Comunicações	1.550,00	787,86	0,00	787,86	787,86	762,14	762,14	0,00	50,83
0202100000	Transportes	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00
0202110000	Representação dos Serviços	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00
0202120000	Seguros	52,00	50,79	0,00	50,79	50,79	1,21	1,21	0,00	97,67
0202140000	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
	TOTAL / TRANSPORTE	**39.194,29**	**22.879,50**	**0,00**	**22.879,50**	**22.879,50**	**16.314,79**	**16.314,79**	**0,00**	**58,37**

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA

Classificação inicial: 0100000000 Final: 1700000000

ANO: 2017

Data inicial: 01/01/2017 Final: 31/12/2017

(Unidade: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		Previsões corrigidas	Exercício	Exercício futuros	Total	Despesas Pagas	Diferenças			Grau exec. orçamental despesas
Código	Descrição						Dotação não comprometida	Saldo	Comp. por pagar	
	TRANSPORTE	39.194,29	22.879,50	0,00	22.879,50	22.879,50	16.314,79	16.314,79	0,00	58,37
0202150000	Formação	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00	501,00	0,00	0,00
0202160000	Seminários, Exposições e Similares	101,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,00	101,00	0,00	0,00
0202170000	Publicidade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0202190000	Assistência Técnica	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00	0,00	0,00
0202200000	Outros Trabalhos Especializados	255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255,00	255,00	0,00	0,00
0202220000	Serviços de Saúde	101,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,00	101,00	0,00	0,00
0202250000	Outros Serviços	107,32	0,00	0,00	0,00	0,00	107,32	107,32	0,00	0,00
0600000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
0602000000	Diversas									
0602010000	Impostos e Taxas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0602020000	Activos incorpóreos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0602030000	Outras									
0602030100	Outras Restituições	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0602030200	IVA pago	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0602030400	Serviços Bancários	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0602030500	Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
0700000000	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
0701000000	Investimentos									
0701070000	Equipamento de Informática	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00
0701080000	Software Informático	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00
0701090000	Equipamento Administrativo	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00
0701120000	Artigos e Objectos de Valor	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00
0701150000	Outros Investimentos	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00
1100000000	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL									
1102000000	Diversas									
1102990000	Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
1700000000	OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS									
1701000000	Op. de Tesouraria - Entrega de Receitas do Estado									0,00
1701010000	IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1701020000	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL / TRANSPORTE	**40.306,61**	**22.879,50**	**0,00**	**22.879,50**	**22.879,50**	**17.427,11**	**17.427,11**	**0,00**	**56,76**

Fluxo de Caixa

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

FLUXOS DE CAIXA

Ano: 2017

Data inicial: 01/01/2017 Final: 31/12/2017

(unidade: Euros)

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência anterior		**5.327,07**	**Despesas Orçamentais**		**22.879,50**
Execução Orçamental	5.006,32				
Operações de Tesouraia	320,75		**Correntes**	22.879,50	
Receitas Orçamentais		**35.188,96**	**Capital**	0,00	
Correntes	35.188,96		**Operações de Tesouraria**		**3.849,00**
Capital	0,00		**Saldo para a Gerência seguinte**		**17.636,53**
			Execução Orçamental	17.315,78	
Operações de Tesouraria		**3.849,00**			
			Operações de Tesouraria	320,75	
Total		**44.365,03**	**Total**		**44.365,03**

CONTAS DE ORDEM

Saldo da Gerência anterior		**0,00**	Garantias e cauções accionada		0,00
Garantias e cauções	0,00		Garantias e cauções devolvidas		0,00
Recibos para cobrança	0,00		Receita virtual cobrada		0,00
			Receita virtual anulada		0,00
Garantias e cauções prestadas		0,00			
Receita virtual liquidada		0,00	**Saldo para a Gerência seguinte**		**0,00**
			Garantias e cauções	0,00	
			Recibos para cobrança	0,00	
Total		**0,00**	**Total**		**0,00**

ORGÃO EXECUTIVO

Em 27 de março de 2018

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de ABRIL de 2018

039

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

FLUXOS DE CAIXA

ANO: 2017

Data inicial : 01/01/2017 Final: 31/12/2017 (Unidade: EURO)

RECEBIMENTOS

DESIGNAÇÃO		RECEITAS	TOTAL PARCIAL	TOTAL
Saldo da gerência anterior				**5.327,07**
Execução Orçamental			5.006,32	
Operações de Tesouraria			320,75	
Receitas Orçamentais				**35.188,96**
Correntes			35.188,96	
0502010000	Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00		
0605010000	Continente	35.188,96		
0702090000	Serviços Específicos das Autarquias	0,00		
0702099900	Outros	0,00		
0801990100	Indemn.Deter./Roubo/Extravio Bens Patrimoniais	0,00		
Capital			0,00	
0900000000	Venda de Bens de Investimentos	0,00		
1000000000	Transferência de Capital	0,00		
1100000000	Activos Financeiros	0,00		
1200000000	Passivos Financeiros	0,00		
1300000000	Outras Receitas de Capital	0,00		
1500000000	Recebimentos não Abatidas nos Pagamentos	0,00		
Saldo da Gerência Anterior			0,00	
1601000000	Saldo Orçamental	0,00		
Operações Extra-Orçamentais				**3.849,00**
1701010000	IRS	3.849,00		
1701020000	Segurança Social	0,00		
	TOTAL			**44.365,03**

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 27 de março de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de ABRIL de 2018

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

FLUXOS DE CAIXA

ANO: 2017

Data inicial : 01/01/2017 Final: 31/12/2017

(Unidade: EURO)

PAGAMENTOS

DESIGNAÇÃO		DESPESAS	TOTAL PARCIAL	TOTAL
Despesas Orçamentais				**22.879,50**
Correntes			22.879,50	
0101040000	Pessoal/Remu.CertasPerman./Contr.Indiv.Trab.	0,00		
0101070000	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	18.937,08		
0101130000	Subsídio de Refeição	0,00		
0101140000	Subsídio de Férias e de Natal	0,00		
0102010000	Gratificações Variáveis ou Eventuais	0,00		
0102020000	Horas Extraordinárias	0,00		
0102030000	Alimentação e Alojamento	0,00		
0102040000	Ajudas de Custos	2.728,80		
0102070000	Colaboração Técnica e Especializada	0,00		
0103050000	Contribuição para a Segurança Social	0,00		
0103090000	Seguros	263,65		
0201040000	Limpeza e Higiena	0,00		
0201080000	Material de Escritório	111,32		
0201090000	Produtos Químicos e Farmacêuticos	0,00		
0201100000	Produtos Vendidos nas Farmácias	0,00		
0201150000	Prémios Condecorações e Ofertas	0,00		
0201180000	Livros e Documentação Técnica	0,00		
0201190000	Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00		
0201210000	Outros Bens	0,00		
0202010000	Encargos das Instalações	0,00		
0202030000	Conservação de Bens	0,00		
0202090000	Comunicações	787,86		
0202100000	Transportes	0,00		
0202110000	Representação dos Serviços	0,00		
0202120000	Seguros	50,79		
0202140000	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	0,00		
0202150000	Formação	0,00		
0202160000	Seminários, Exposições e Similares	0,00		
0202170000	Publicidade	0,00		
0202190000	Assistência Técnica	0,00		
0202200000	Outros Trabalhos Especializados	0,00		
0202220000	Serviços de Saúde	0,00		
0202250000	Outros Serviços	0,00		
0602010000	Impostos e Taxas	0,00		
0602020000	Activos Incorpóreos	0,00		
0602030100	Outras Restituições	0,00		
0602030200	IVA Pago	0,00		
0602030400	Serviços Bancários	0,00		
0602030500	Outras	0,00		
Capital			0,00	
0701070000	Equipamento de Informática	0,00		
0701080000	Software Informático	0,00		
0701090000	Equipamento Administrativo	0,00		
0701120000	Artigos e Objectos de Valor	0,00		
0701150000	Outros Investimentos	0,00		
1102990000	Outras	0,00		
TOTAL PARCIAL/Transporte				**22.879,50**

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

FLUXOS DE CAIXA

ANO: 2017

Data inicial : 01/01/2017 Final: 31/12/2017

(Unidade: EURO)

PAGAMENTOS

DESIGNAÇÃO		DESPESAS	TOTAL PARCIAL	TOTAL
Transporte				**22.879,50**
Operações Extra-Orçamentais				**3.849,00**
1701010000	IRS	3.849,00		
1701020000	Segurança Social	0,00		
Saldo para a Gerência Seguinte				**17.636,53**
TOTAL				**44.365,03**

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 27 de março de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de Abril de 2018

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ANO: 2017

Data inicial : 01/01/2017 Final: 31/12/2017

(Unidade: EURO)

		Saldo Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo Gerência Seguinte	
Código	Descrição	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
1701010000	IRS	320,75	0,00	3.849,00	3.849,00	0,00	320,75
1701020000	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**320,75**	**0,00**	**3.849,00**	**3.849,00**	**0,00**	**320,75**

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Gerência de 01/01/2017 a 31/12/2017

Instituição Bancária		Saldo em	Saldo	Observações
Banco	Nº de Conta	31-12-2017	Contabilistico	
Caixa Geral de Depósitos	0545 044 151 430	**19.143,12**		
Débitos:				
Ch. 3605416689			-1.257,34	Avença - mês de dezembro - Eng. Silva Soares
Ch. 2705416690			-262,80	Deslocações em Serviço - Tomás Roque
		Total	**17.622,98**	

O Dirigente responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura: .....

O Membro do executivo responsável pela área / pelouro financeiro

Assinatura: .....

AMEGA

Associação de Municípios para Estudo e Gestão da Água

Ano: 2017 (Euros)

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA (SC-9)

Data: 30/dezembro

Número: 1/1

DESIGNAÇÃO	SALDO DO DIA ANTERIOR	ENTRADA DO DIA	SOMA	SAÍDA DO DIA	SALDO PARA O DIA SEGUINTE
NUMERÁRIO	13,55	1.840,89	1.854,44	1.840,89	**13,55**
BANCO CONTA Nº **0545044151430**	19.143,12	0,00	19.143,12	1.520,14	**17.622,98**
BANCO CONTA Nº **0545044151644**	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
BANCO CONTA Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
BANCO CONTA Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
BANCO CONTA Nº	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
TOTAL DE BANCOS	19.143,12	0,00	19.143,12	1.520,14	**17.622,98**
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	19.156,67	1.840,89	20.997,56	3.361,03	**17.636,53**
DOCUMENTOS					
TOTAL MOVIMENTO DE TESOURARIA	19.156,67	1.840,89	20.997,56	3.361,03	**17.636,53**
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	19.156,67	0,00	19.156,67	1.840,89	**17.315,78**
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	0,00	320,75	320,75	0,00	**320,75**

VISTO: **30/12/2017**

Saldo para o dia seguinte em Numerário

Em Dinheiro	Em Cheques	O PRESIDENTE	O TESOUREIRO	CONFERI
13,55	**0,00**	Ass.:	Ass.:	Ass.:

Relação Nominal dos Responsáveis e Tesoureiros

AMEGA

Associação de Municípios para Estudos e Gestão da àgua

Mod. 21/TC
Instruções do T. Contas
Dº Repº 2ª S. de 05/01/96

Gerência de 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS E TESOUREIROS

Número de Ordem	RESPONSÁVEIS			Período de Responsabilidade	Observações
	Nomes	Moradas	Profissões		
1	António Manuel Pombinho Costa Guilherme	C.M. de Loures	Vereador	01/01/2017 a 31/12/2017	Presidente
2	Paulo Alexandre Raimundo Franco	C.M.de Alenquer	Vereador	01/01/2017 a 31/03/2017	Vogal
3	Joaquim Francisco da Silva Sardinha	C.M. de Mafra	Vice-Presidente	01/01/2017 a 31/12/2017	Vogal
4	José Esteves Ferreira	C.M. de Odivelas	Vereador	01/01/2017 a 31/12/2017	Vogal
5	José Alberto Quintino da Silva	C.M. de Sobral de Monte Agraço	Presidente	01/01/2017 a 31/12/2017	Vogal
	TESOUREIROS				
	Nomes	Moradas	Caução		

Moscavide, 27 de março de 2018

O Responsável pelos Serviços, (a)

AMEGA
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA
Rua Almirante Diogo Coutinho, 6 - 2.º
1885 MOSCAVIDE

Carimbo

NOTA - Esta relação é remetida em duplicado.

(1) - Autarquia.

(a) - Dirigente dependente do órgão executivo responsável pela gestão financeira da autarquia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - A Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água - AMEGA, adiante designada por AMEGA, tem o número de identificação fiscal 503 875 970, está sediada no Concelho de Loures, na Rua Almirante Gago Coutinho, nº 6 - 2º andar, em Moscavide e está no regime de autonomia financeira;

1.2 - A AMEGA, foi constituída em 18 de Outubro de 1994, conforme Diário da República nº 277 de 30/Novembro/1994 e pertence a 17 (dezassete) Municípios Associados, sendo: Alcanena, Alenquer, Amadora, Arruda os Vinhos, Azambuja, Cascais, Constância, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

1.3 - A AMEGA, tem por objectivo o estudo de questões relacionadas com a distribuição domiciliária de água e com a colecta e tratamento de águas residuais e o fomento da cooperação entre os Associados em matéria de política da água.

1.3.1 . A Associação, sem prejuízo das atribuições que, no âmbito dos seus fins específicos, lhe sejam transferidos pela administração central e pelos municípios, poderá, designadamente:

1.3.1.1 - Apoiar os Associados no estudo de condições de aquisição de água e tratamento de águas residuais e no estabelecimento de contratos;

1.3.1.2 - Apreciar e dar parecer sobre condições gerais de fornecimento de água aos Municípios pelos Sistemas Multimunicipais;

1.3.1.3 - Fomentar a cooperação com outras Entidades no estudo de questões relativas à produção e à adução nos grandes sistemas regionais;

1.3.1.4 - Colaborar e promover a colaboração dos Municípios Associados com outras entidades responsáveis pela regulação ou acompanhamento da gestão dos recursos hídricos;

1.3.1.5 - Promover a permuta de informação entre os Associados no referente às actividades de captação, tratamento, aquisição e distribuição de água potável, bem como da colecta, intercepção, tratamento e reutilização de águas residuais;

1.3.1.6 - Manter relações de cooperação com as Associações profissionais que actuam nos sectores dos recursos hídricos e ou saneamento básico;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Continuação)

1.3.1.7 - Fomentar o diálogo entre os Associados para acerto de posições no campo comercial, em especial quanto a tarifários;

1.3.1.8 - Realizar quaisquer estudos de interesse geral ou a pedido de algum(ns) Associado(s), relacionados com o objecto da Associação;

1.3.1.9 - Desenvolver ações de formação dentro da área de intervenção dos seus membros;

1.3.1.10 - Prestar outros serviços de apoio aos Associados relacionados com o objecto da Associação.

1.3.2 - Tendo em vista a possibilidade de melhor aproveitamento dos recursos existentes pode ainda a Associação, em condições a definir pelo Conselho Directivo, nos termos da legislação aplicável:

1.3.2.1- Prestar serviços a entidades diferentes dos Associados;

1.3.2.2- Estabelecer protocolos de colaboração com outras entidades que desenvolvam atividades no mesmo setor.

1.4 - O Conselho Directivo da AMEGA foi constituído por 5 (cinco) elementos, conforme passamos a descrever: (Gerência de 01/Janeiro a 31/dezembro/2017).

- Presidente: António Manuel Pombinho Costa Guilherme, Vereador e em representação da Câmara Municipal de Loures;
- Vogal: Paulo Alexandre Raimundo Franco, Vereador e em representação da Câmara Municipal de Alenquer;
- Vogal: Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Vice-Presidente e em representação da Câmara Municipal de Mafra;
- Vogal: José Esteves Ferreira, Vereador e em representação da Câmara Municipal de Odivelas;
- Vogal: José Alberto Quintino da Silva, Presidente e em representação da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Continuação)

1.5 - A AMEGA está devidamente informatizada, ao nível contabilístico, que permite o apuramento da contabilidade, no sistema do regime simplificado do POCAL.

1.5.1 - Na AMEGA não existe qualquer descentralização contabilista.

	GUIA DE REMESSA	

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS

GERÊNCIA	2017

DOCUMENTOS ENVIADOS		
Montante anual de receita igual ou superior a 5000 vezes o indice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da funcão pública	Montante anual de receita inferior a 5000 vezes o indice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da funcão pública	Montante anual de receita igual ou inferior ao limite definido pelo Tribunal de Contas para efeitos de dispensa da remessa de contas
X		

Balanço	Controlo Orçamental da despesa	Fluxos de Caixa
Demonstração de Resultados	Controlo Orçamental da Receita	Acta de reunião em que foi aprovada a Conta
Controlo Orçamental da despesa	Fluxos de Caixa	Relação nominal de responsáveis
Controlo Orçamental da Receita	Contas de Ordem	
Fluxos de Caixa	Caracterização da Empresa	
Contas de Ordem	Empréstimos	
Operações de Tesouraria	Relatório de Gestão	
Caracterização da Empresa	Acta de reunião em que foi aprovada a Conta	
Empréstimos	Norma de controlo interno e suas alterações	
Relatório de Gestão	Sintese das reconciliações bancárias	
Acta de reunião em que foi aprovada a Conta	Relação nominal de responsáveis	
Norma de controlo interno e suas alterações		
Sintese das reconciliações bancárias		
Relação nominal de responsáveis		
Certificação Legal de Contas		

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura .....

Anexo VI

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	5.000,00		5.000,00	5.000,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpórea				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00		14.838.525,00	14.838.525,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	5.812.093,83	6.952.766,17	7.239.924,89
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	56.335,36	56.335,36		
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	324,22		
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		27.660.044,58	5.868.753,41	21.791.291,17	22.078.449,89
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	7.010.120,00		7.010.120,00	7.010.120,00
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	7.010.120,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidos				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica	12.333,80		12.333,80	12.333,80
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				
		12.333,80	0,00	12.333,80	12.333,80
	Títulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	130.536,36		130.536,36	48.726,53
11	Caixa				
		130.536,36		130.536,36	48.726,53
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	110,76		110,76	83.356,81
272	Custos diferidos				
		110,76		110,76	83.356,81
	Total de amortizações		5.868.753,41		
	Total de provisões		0,00		
	Total do activo	34.818.145,50	5.868.753,41	28.949.392,09	29.237.987,03

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2017	Exercícios 2016
	Fundos próprios		
51	**Património**	37.453.221,21	37.453.221,21
55	**Ajustamento de partes de capital em empresas**		
56	**Reservas de reavaliação**		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	**Resultado transitados**	-8.372.930,96	-8.083.839,36
88	**Resultado líquido do exercício**	-283.119,50	-289.091,60
		28.797.170,75	29.080.290,25
	Passivo		
292	**Provisões para riscos e encargos**		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2.541,56	2.629,71
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	474,87	526,13
		3.016,43	3.155,84
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	149.204,91	154.540,94

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2017	Exercícios 2016
274	Proveitos diferidos	149.204,91	154.540,94
	Total dos fundos próprios e do passivo	28.949.392,09	29.237.987,03

ORGÃO EXECUTIVO

Em 9 de Maio de 2018

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de Maio 2018 de .....

.....

AMTRES

Demonstração de resultados

ANO : 2017

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2017		2016	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	33.573,09		38.776,73	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	81.515,44		84.286,71	
643 a 648	Encargos sociais	20.423,84	135.512,37	19.527,02	142.590,46
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do exercício	287.158,72		287.158,72	
67	Provisões do exercício	0,00	287.158,72	0,00	287.158,72
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	(A)		422.671,09		429.749,18
68	Custos e perdas financeiras	160,55	160,55	159,19	159,19
	(C)		422.831,64		429.908,37
69	Custos e perdas extraordinárias	168,00	168,00	23,00	23,00
	(E)		422.999,64		429.931,37
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-283.119,50	0,00	-289.091,60
			139.880,14		140.839,77
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Impostos e taxas	0,00		0,00	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	139.440,81		136.959,85	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	139.440,81	0,00	136.959,85
	(B)		139.440,81		136.959,85
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	(D)		139.440,81		136.959,85
79	Proveitos e ganhos extraordinários	439,33	439,33	3.879,92	3.879,92
	(F)		139.880,14		140.839,77

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-283.230,28	-292.789,33
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);	-160,55	-159,19
Resultados correntes: (D)-(C);	-283.390,83	-292.948,52
Resultados líquido do exercício: (F)-(E).	-283.119,50	-289.091,60

Orgão executivo

Em 9 de ..... de 2018

.....

Orgão deliberativo

Em 14 de ..... de 2018

.....

AMTRES

Ano: 2017

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.838.525,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.764.860,00
423	Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
424	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
426	Equipamento administrativo	56.335,36	0,00	0,00	0,00	0,00	56.335,36
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	0,00	0,00	0,00	0,00	324,22
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		27.660.044,58	0,00	0,00	0,00	0,00	27.660.044,58
411	Partes de capital	7.010.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		7.010.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00

AMTRES

Ano: 2017

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48222	5.022.407,35	287.158,72	0,00	5.309.566,07
Equipamento básico	4823	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	4824	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	4825	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	4826	56.335,36	0,00	0,00	56.335,36
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	324,22	0,00	0,00	324,22
		5.079.066,93	287.158,72	0,00	5.366.225,65
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	502.527,76	0,00	0,00	502.527,76
		502.527,76	0,00	0,00	502.527,76
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00		0,00

AMTRES

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	160,55	159,19	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-160,55	-159,19	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		0,00	0,00			0,00	0,00

AMTRES

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	3.322,46
698	Outros custos e perdas extraordinárias	168,00	23,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	439,33	557,46
	Resultados extraordinários	271,33	3.856,92				
		439,33	3.879,92			439,33	3.879,92

Execução Anual das Grandes Opções do Plano

AMTRES

(designação da autarquia local)

Ano: 2017

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Datas (Mês/Ano) Início	Fim	Montante Previsto Ano	Anos seguintes	Total	Montante executado Anos Anteriores	Ano	Total	Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
01				INSTALAÇÕES															
01	01			Renovação de Instalações															
01	01	2013/1		Arruamentos	01 07010401	E				01/2015	12/2017	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	01	2013/2		Equipamento Informático	01 070107	A				01/2015	12/2017	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	01	2013/3		Equipamento Administrativo	01 070109	A				01/2015	12/2017	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
										Totais do Programa 01:		3,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
										Totais do Objetivo 01:		3,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual das Grandes Opções do Plano

AMTRES

(designação da autarquia local)

Ano: 2017

(unidade: €)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
06				SANEAMENTO E SALUBRIDADE															
06	02			RESÍDUOS SÓLIDOS															
06	02	2004/1		Custos de Tratamento (Plano Estratégico de Resíduos)	01 05010101	O				01/2005	12/2025	1,00	0,00	1,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00
										Totais do Programa 02:		1,00	0,00	1,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00
										Totais do Objetivo 06:		1,00	0,00	1,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00
											Total Geral:	4,00	0,00	4,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em 9 de ..... de 2018

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de ..... de 2018

.....

Controlo Orçamental - Receita

Ano: 2017

AMTRES

(designação da autarquia local)

(unidade: €

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigida	Rec. por Cobrar no Início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Rec. Cobradas Brutas	Reembolsos e Rest. Emitidos	Reembolsos e Rest. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Rec. p/ Cobrar no final do Ano	Grau Exec. da Receita
Classif.	Designação										
05	Rendimentos da propriedade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0502	Juros-Sociedades financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
050201	Bancos e outras instituições financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06	Transferências correntes	139.505,00	16.035.239,94	139.440,81	0,00	139.440,81	0,00	0,00	139.440,81	16.035.239,94	99,954
0605	Administração local	139.505,00	16.035.239,94	139.440,81	0,00	139.440,81	0,00	0,00	139.440,81	16.035.239,94	99,954
060501	Continente	139.505,00	16.035.239,94	139.440,81	0,00	139.440,81	0,00	0,00	139.440,81	16.035.239,94	99,954
06050101	Camara Municipal Cascais	45.310,00	0,00	45.290,31	0,00	45.290,31	0,00	0,00	45.290,31	0,00	99,957
06050102	Camara Municipal Oeiras	25.695,00	116,60	25.684,96	0,00	25.684,96	0,00	0,00	25.684,96	116,60	99,961
06050103	Camara Municipal Sintra	55.200,00	-2.844,13	55.176,86	0,00	55.176,86	0,00	0,00	55.176,86	-2.844,13	99,958
06050104	Camara Municipal Mafra	13.296,00	0,00	13.288,68	0,00	13.288,68	0,00	0,00	13.288,68	0,00	99,945
06050105	Recolhas - Camara Municipal Cascais	1,00	5.521.018,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.521.018,55	0,000
06050106	Recolhas - Camara Municipal Oeiras	1,00	2.331.584,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.331.584,47	0,000
06050107	Recolhas - Camara Municipal Sintra	1,00	7.657.696,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.657.696,09	0,000
06050108	Recolhas - Camara Municipal Mafra	1,00	527.668,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.668,36	0,000
08	Outras receitas correntes	1,00	0,00	83.246,05	0,00	83.246,05	0,00	0,00	83.246,05	0,00	8324605,000
0801	Outras	1,00	0,00	83.246,05	0,00	83.246,05	0,00	0,00	83.246,05	0,00	8324605,000
080199	Outras	1,00	0,00	83.246,05	0,00	83.246,05	0,00	0,00	83.246,05	0,00	8324605,000
08019999	Diversas	1,00	0,00	83.246,05	0,00	83.246,05	0,00	0,00	83.246,05	0,00	8324605,000
10	Transferências de capital	4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
1005	Administração local	4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
100501	Continente	4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
10050101	Camara Municipal Cascais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10050102	Camara Municipal Oeiras	1,00	-441.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-441.000,00	0,000
10050103	Camara Municipal Sintra	1,00	-170.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-170.100,00	0,000
10050104	Camara Municipal Mafra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
	Total Receitas Correntes	**139.507,00**	**16.035.239,94**	**222.686,86**	**0,00**	**222.686,86**	**0,00**	**0,00**	**222.686,86**	**16.035.239,94**	**159,624**
	Total Receitas de Capital	**4,00**	**-611.100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-611.100,00**	**0,000**
	Total de Reposições Não Abatidas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,000**
	Total das Receitas Orçamentais	**139.511,00**	**15.424.139,94**	**222.686,86**	**0,00**	**222.686,86**	**0,00**	**0,00**	**222.686,86**	**15.424.139,94**	**159,620**
16	Saldo da gerência anterior	48.742,53	0,00	48.742,53	0,00	48.742,53	0,00	0,00	48.742,53	0,00	100,000
1601	Saldo orçamental	48.742,53	0,00	48.742,53	0,00	48.742,53	0,00	0,00	48.742,53	0,00	100,000
160101	Na posse do serviço	44.934,41	0,00	44.934,41	0,00	44.934,41	0,00	0,00	44.934,41	0,00	100,000
160103	Na posse do serviço-Consignado	3.808,12	0,00	3.808,12	0,00	3.808,12	0,00	0,00	3.808,12	0,00	100,000
	Total Saldo de Gerência Anterior	**48.742,53**	**0,00**	**48.742,53**	**0,00**	**48.742,53**	**0,00**	**0,00**	**48.742,53**	**0,00**	**100,000**
	Total Geral	**188.253,53**	**15.424.139,94**	**271.429,39**	**0,00**	**271.429,39**	**0,00**	**0,00**	**271.429,39**	**15.424.139,94**	**144,183**

ORGÃO EXECUTIVO

Em 9 de ..... de 2018

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 21 de ..... de 2018

.....

Controlo Orçamental - Despesa

AMTRES

Ano: 2017

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Classif. Económica Despesa			Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental da Despesa
Código		Designação		Exercício	Exercícios futuros	Total	Exercício corrente	Exercícios anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
01		Administração Autárquica	188.253,53	141.271,09	,00	141.271,09	140.788,88	,00	140.788,88	46.982,44	47.464,65	482,21	74,787
01	01	Despesas com o pessoal	121.504,00	109.386,38	,00	109.386,38	109.386,14	,00	109.386,14	12.117,62	12.117,86	0,24	90,027
01	0101	Remunerações certas e permanentes	93.001,00	86.449,87	,00	86.449,87	86.449,87	,00	86.449,87	6.551,13	6.551,13	0,00	92,956
01	010102	Órgãos sociais	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	81.000,00	78.243,77	,00	78.243,77	78.243,77	,00	78.243,77	2.756,23	2.756,23	0,00	96,597
01	010114	Subsídio de férias e de Natal	12.000,00	8.206,10	,00	8.206,10	8.206,10	,00	8.206,10	3.793,90	3.793,90	0,00	68,384
01	01011401	Pessoal dos quadros	12.000,00	8.206,10	,00	8.206,10	8.206,10	,00	8.206,10	3.793,90	3.793,90	0,00	68,384
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	3.501,00	2.512,43	,00	2.512,43	2.512,43	,00	2.512,43	988,57	988,57	0,00	71,763
01	010202	Horas extraordinárias	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	010203	Alimentação e alojamento	2.500,00	2.110,83	,00	2.110,83	2.110,83	,00	2.110,83	389,17	389,17	0,00	84,433
01	010204	Ajudas de custo	1.000,00	401,60	,00	401,60	401,60	,00	401,60	598,40	598,40	0,00	40,160
01	0103	Segurança social	25.002,00	20.424,08	,00	20.424,08	20.423,84	,00	20.423,84	4.577,92	4.578,16	0,24	81,689
01	010301	Encargos com a saúde	7.000,00	3.964,34	,00	3.964,34	3.964,34	,00	3.964,34	3.035,66	3.035,66	0,00	56,633
01	010305	Contribuições para a segurança social	18.000,00	16.459,74	,00	16.459,74	16.459,50	,00	16.459,50	1.540,26	1.540,50	0,24	91,442
01	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	18.000,00	16.459,74	,00	16.459,74	16.459,50	,00	16.459,50	1.540,26	1.540,50	0,24	91,442
01	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	18.000,00	16.459,74	,00	16.459,74	16.459,50	,00	16.459,50	1.540,26	1.540,50	0,24	91,442
01	010309	Seguros	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	01030902	Seguros de saúde	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	010310	Outras despesas de segurança social	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	02	Aquisição de bens e serviços	65.741,53	31.556,16	,00	31.556,16	31.074,19	,00	31.074,19	34.185,37	34.667,34	481,97	47,267
01	0201	Aquisição de bens	4.405,00	3.845,73	,00	3.845,73	3.845,73	,00	3.845,73	559,27	559,27	0,00	87,304
01	020102	Combustíveis e lubrificantes	3.800,00	3.338,68	,00	3.338,68	3.338,68	,00	3.338,68	461,32	461,32	0,00	87,860
01	02010201	Gasolina	3.800,00	3.338,68	,00	3.338,68	3.338,68	,00	3.338,68	461,32	461,32	0,00	87,860
01	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020107	Vestuário e artigos pessoais	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020108	Material de escritório	500,00	467,15	,00	467,15	467,15	,00	467,15	32,85	32,85	0,00	93,430
01	020117	Ferramentas e utensílios	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020118	Artigos honoríficos e de decoração	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020120	Material de educação, cultura e recreio	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020121	Outros bens	100,00	39,90	,00	39,90	39,90	,00	39,90	60,10	60,10	0,00	39,900
01	0202	Aquisição de serviços	61.336,53	27.710,43	,00	27.710,43	27.228,46	,00	27.228,46	33.626,10	34.108,07	481,97	44,392
01	020201	Encargos das instalações	300,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,000
01	020203	Conservação de bens	1.000,00	883,76	,00	883,76	883,36	,00	883,36	116,24	116,64	0,40	88,336
01	020206	Locação de material de transporte	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020209	Comunicações	5.000,00	3.524,74	,00	3.524,74	3.136,67	,00	3.136,67	1.475,26	1.863,33	388,07	62,733
01	020211	Representação dos serviços	2.000,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000
01	020212	Seguros	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020213	Deslocações e estadas	800,00	167,56	,00	167,56	160,86	,00	160,86	632,44	639,14	6,70	20,108
01	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	26.226,00	17.712,00	,00	17.712,00	17.712,00	,00	17.712,00	8.516,00	8.516,00	0,00	67,531
01	020216	Seminários, exposições e similares	500,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,000
01	020217	Publicidade	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020222	Serviços de saúde	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	020225	Outros serviços	25.504,53	5.422,37	,00	5.422,37	5.335,57	,00	5.335,57	20.082,16	20.168,96	86,80	20,920
01	03	Juros e outros encargos	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	0301	Juros da dívida pública	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	030103	Societ,financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	03010301	Empréstimos de curto prazo	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000

Controlo Orçamental - Despesa

Ano: 2017

AMTRES

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Classif. Económica Despesa			Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental da Despesa
Código		Designação		Exercício	Exercícios futuros	Total	Exercício corrente	Exercícios anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
01	05	Subsídios	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	050101	Públicas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	06	Outras despesas correntes	1.000,00	328,55	,00	328,55	328,55	,00	328,55	671,45	671,45	0,00	32,855
01	0602	Diversas	1.000,00	328,55	,00	328,55	328,55	,00	328,55	671,45	671,45	0,00	32,855
01	060201	Impostos e taxas	200,00	168,00	,00	168,00	168,00	,00	168,00	32,00	32,00	0,00	84,000
01	060203	Outras	800,00	160,55	,00	160,55	160,55	,00	160,55	639,45	639,45	0,00	20,069
01	06020304	Serviços bancários	800,00	160,55	,00	160,55	160,55	,00	160,55	639,45	639,45	0,00	20,069
01	07	Aquisição de bens de capital	3,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	3,00	3,00	0,00	0,000
01	0701	Investimentos	3,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	3,00	3,00	0,00	0,000
01	070104	Construções diversas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	070107	Equipamento de informática	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	070109	Equipamento administrativo	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	08	Activos financeiros	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	0808	Unidades de participação	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	080801	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	10	Passivos financeiros	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	11	Outras despesas de capital	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	1102	Diversas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01	110299	Outras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
		Total Despesas Correntes	**188.247,53**	**141.271,09**	**0,00**	**141.271,09**	**140.788,53**	**0,00**	**140.788,53**	**46.976,44**	**47.458,65**	**482,21**	**74,789**
		Total Despesas de Capital	**6,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6,00**	**6,00**	**0,00**	**0,000**
		Total Geral	**188.253,53**	**141.271,09**	**0,00**	**141.271,09**	**140.788,53**	**0,00**	**140.788,53**	**46.982,44**	**47.464,65**	**482,21**	**74,787**

ORGÃO EXECUTIVO

Em 5 de Fevereiro de 2018

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de Fevereiro de 2018

.....

Fluxos de Caixa

AMTRES — Ano: 2017

(designação da autarquia local) — (unidade: €)

Recebimentos

Saldo da Gerência Anterior			**48.742,69**
	Execução Orçamental	44.934,57	
	Operações de Tesouraria	3.808,12	
Total das Receitas Orçamentais			**222.686,86**
Receitas Correntes			**222.686,86**
06	Transferências correntes	139.440,81	
0605	Administração local	139.440,81	
060501	Continente	139.440,81	
06050101	Camara Municipal Cascais	45.290,31	
06050102	Camara Municipal Oeiras	25.684,96	
06050103	Camara Municipal Sintra	55.176,86	
06050104	Camara Municipal Mafra	13.288,68	
08	Outras receitas correntes	83.246,05	
0801	Outras	83.246,05	
080199	Outras	83.246,05	
08019999	Diversas	83.246,05	
Operações de Tesouraria			**35.919,52**
	Total		**307.349,07**

Fluxos de Caixa

AMTRES — Ano: 2017

(designação da autarquia local) — (unidade: €)

Pagamentos

Total das Despesas Orçamentais				**140.788,88**
Despesas Correntes				**140.788,88**
01	01	Despesas com o pessoal	109.386,14	
01	0101	Remunerações certas e permanentes	86.449,87	
01	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	78.243,77	
01	010114	Subsídio de férias e de Natal	8.206,10	
01	01011401	Pessoal dos quadros	8.206,10	
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	2.512,43	
01	010203	Alimentação e alojamento	2.110,83	
01	010204	Ajudas de custo	401,60	
01	0103	Segurança social	20.423,84	
01	010301	Encargos com a saúde	3.964,34	
01	010305	Contribuições para a segurança social	16.459,50	
01	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	16.459,50	
01	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	16.459,50	
01	02	Aquisição de bens e serviços	31.074,19	
01	0201	Aquisição de bens	3.845,73	
01	020102	Combustíveis e lubrificantes	3.338,68	
01	02010201	Gasolina	3.338,68	
01	020108	Material de escritório	467,15	
01	020121	Outros bens	39,90	
01	0202	Aquisição de serviços	27.228,46	
01	020203	Conservação de bens	883,36	
01	020209	Comunicações	3.136,67	
01	020213	Deslocações e estadas	160,86	
01	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	17.712,00	
01	020225	Outros serviços	5.335,57	
01	06	Outras despesas correntes	328,55	
01	0602	Diversas	328,55	
01	060201	Impostos e taxas	168,00	
01	060203	Outras	160,55	
01	06020304	Serviços bancários	160,55	
Operações de Tesouraria				**36.007,67**
Saldo para a Gerência Seguinte				**130.552,52**
		Execução Orçamental	126.832,55	

Fluxos de Caixa

AMTRES — Ano: 2017

(designação da autarquia local) — (unidade: €)

Pagamentos		
Saldo para a Gerência Seguinte		**130.552,52**
Operações de Tesouraria	3.719,97	
Total		**307.349,07**

ORGÃO EXECUTIVO

Em 9 de ... de 2018.

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de ... de 2018.

.....

AMTRES

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Ano: 2017

Caracterização da dívida		Dívida em 1 de janeiro	Dívida em 31 de dezembro	Observações
2421	Trabalho dependente	1.891,56	1.826,03	
2422	Trabalho independente	150,00	150,00	
245000030	CGA	588,15	565,53	
2681000002	Tratolixo	86,80	86,80	
2681000014	Vodafone	439,33	388,07	
		3.155,84	3.016,43	

AMTRES

Ano: 2017 **Unidade:** Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designacão	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas						
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c						
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado						
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas						
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado						
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
	Total de Garantias e Cauções			0,00			
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro						
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
	Total de Recibos para Cobrança			0,00			
	Total						

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE — 8.1.1

1.1 ENDEREÇO POSTAL Av. 5 de Junho - Dia Mundial do Ambiente - Trajouce - 2785-155 S.Domingos Rana

TELEFONE - TELEX/TEFAX 21 4459500 - Fax 21 4444030

N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 502 026 391

1.2 NÚMERO DE ELEITORES

MUNICÍPIO		
	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	igual ou superior a 40 000	

FONTE:

2 LEGISLAÇÃO — 8.1.2

Data de constituição 19 / 05 / 1988 Publicada no DR de 13 / 08 / 1988

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL — 8.1.3

3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

A Câmara Municipal tem serviços Municipalizados ? S N

Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal tem Empresas Municipais ? S N

Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

3.3 ÓRGÃOS

Tem órgãos de natureza consultiva	S	X
Tem órgãos de fiscalização	S	X

3.4 ORGANOGRAMA

Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou

4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES — 8.1.4

A AMTRES tem como objecto a gestão integrada dos R.S.U. produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha,tratamento,deposição final e comercialização dos produtos resultantes daquele tratamento, podento estas serem realizadas pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.

5 RECURSOS HUMANOS — 8.1.5

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Presidente	Paula Alexandre Alves Mateus Ferreira Dias Gomes da Pelouro
Vogais:	Joaquim Francisco da Silva Sardinha
	Ângelo Cipriano da Cunha Fialho Pereira
	Pedro Manuel da Costa Ventura

5.2 NÚMERO DE VEREADORES

Em regime de permanência	
A meio tempo	
Restantes vereadores	

FONTE:

6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA — 8.1.6

1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO: POCAL

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES

DOCUMENTADAS: S [ ] [X]

PERIODICIDADE: [ ] TRIMESTRAL [ ] SEMESTRAL

3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: S [ ] [X]

EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA:

OUTRAS INFORMAÇÕES: Programa AIRC

7 OUTRA INFORMAÇÃO — 8.1.7

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	DATA APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	8.11.2001	8.11.2001		
NORMAS CONTROLO INTERNO	11.12.2001	11.12.2001		
BALANÇO INICIAL	1.01.2002	1.01.2002		
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

ENTIDADE	ACÇÃO DE INCIDÊNCIA				
	ANO N	ANO N-1	ANO N-2	ANO N-3	
Inspecção geral Finanças					
Inspecção geral da Administração do Território					

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	APROVAÇÃO EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DELIBERATIVO	OBS.
GRANDES OPÇÕES DO PLANO			
ORÇAMENTO			
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
OUTROS			

8 OUTRA INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

AMTRES

Ano: 2017

Situação dos Contratos

(unidade: €)

Entidade	Objeto	Data	Valor total	Proc. Adjudica.	Visto Trib.de Contas			Comprom. na gerência	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados			
					Nº de Reg.	Data	Dt 1º Pag.		Trab. Normais	R. de Preços	Trab. a Mais	Total	Trab. Normais	Rev. de Preço	Trab. a Mais	Total

Empréstimos (a)

(Unidade: 10^3 Euro)

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Tx.Juro		Encargos/ano				Encargos do ano vencidos não pagos	Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dez.	Observações
					Nº de Registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortiz.	Juros	Total	Juros/Mora				
Curto Prazo (b)																			
Total																			
Médio e Longo Prazos (b) ..																			
Total																			
Limite de endividamento																			

a) As colunas serão preenchidas quando se justifique
b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por Entidade
c) Utilizar (I), se estiver isento do limte de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário.

Órgão Executivo
Em 7 de [illegible] de 2017

Órgão Deliberativo
Em 24 de [illegible] de 2017

AMTRES

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, SINTRA, OEIRAS E VILA FRANCA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

RELATÓRIO DE CONTAS

Exercício de 2017

Índice

1.1. Enquadramento da actividade 3
1.2. Contas dos Exercício de 2016 3
1.2.1. Imobilizado 3
1.2.2. Investimentos Financeiros 3
1.2.3. Estado e outros Entes públicos 3
1.2.4. Outros devedores 3
1.2.5. Património 4
1.2.6. Outros Credores 5
1.2.7. Acréscimos e Diferimentos (Passivo) 5
1.2.8. Proveitos 5
1.2.9. Custos 6
1.3. Situação económica-financeira e orçamental 7
1.4. Demonstrações Financeiras de 2016 7
1.5. Considerações Finais 13

061

1.1. Enquadramento da actividade

A principal fonte de financiamento da actividade da AMTRES é representada por transferências correntes e de capital proveniente das Câmaras Municipais que integram a Associação.

O valor dos proveitos ascende a 139.880,14 €, enquanto os custos totalizaram 422.999,64 €, reflectindo-se os mesmos no resultado negativo do ano que ascende a 283.119,50 €.

O Exercício foi ainda pautado pelas transferências das Autarquias para a AMTRES orientadas às despesas de funcionamento da Associação.

1.2. Contas dos Exercício de 2017

1.2.1. Imobilizado

O valor de imobilizado da AMTRES em 2017 não sofreu alterações significativas.

1.2.2. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2017 não existem movimentos quanto à rubrica de investimentos financeiros.

A rubrica de investimentos financeiros é representada pelo valor da participação no capital da Tratolixo EIM.

1.2.3. Estado e outros Entes públicos

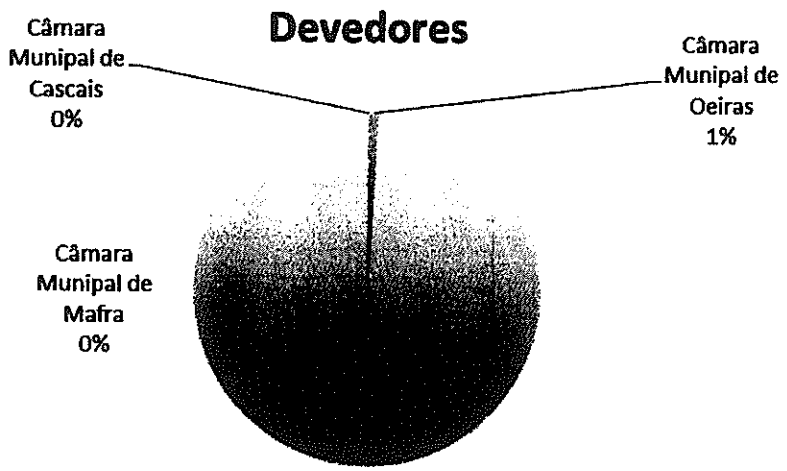
O valor reflectido no exercício de 2017 é representado pela retenção de impostos realizada em Dezembro a qual será entregue em Janeiro de 2018.

1.2.4. Outros devedores

Os devedores da AMTRES, como reflexo da sua actividade são representados pelas Autarquias face ao compromisso de realização de transferências para a Associação de acordo com as necessidades de tesouraria previstas durante o exercício de 2017 (despesas de funcionamento).

Neste contexto, os devedores da AMTRES são representados por:

Câmara	Valor	%
Câmara Munipal de Cascais	0,00 €	0,00%
Câmara Munipal de Mafra	0,00 €	0,00%
Câmara Munipal de Oeiras	116,60 €	0,95%
Câmara Munipal de Sintra	12.217,20 €	99,05%
	12.333,80 €	



Os valores referentes a Autarquia de Sintra referem-se a valores em dívida quanto a Emolumentos (Vistos do Tribunal de Contas) que se encontram em dívida:

Data do Ofício		Valor
06-10-2008	Emolumentos (visto de Tribunal de Contas)	8.715,46 €
05-12-2008	Emolumentos (visto de Tribunal de Contas)	2.520,00 €
06-03-2009	Emolumentos (visto de Tribunal de Contas)	981,54 €
	Total	**12.217,00 €**

1.2.5. Património

A rubrica de Património da AMTRES não sofreu alterações durante o exercício de 2017.

1.2.6. Outros Credores

A quase totalidade dos valores reflectidos na contabilidade da AMTRES em 2017 representa o valor em dívida por conta de facturas à empresa Tratolixo EIM e Vodafone.

1.2.7. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

A contabilidade da AMTRES apresenta como acréscimos e diferimentos (Passivo) os seguintes valores como reflexo de:

- Reflexo de especialização de Férias e subsídio de férias para 2018;
- Custo estimado da certificação de contas do exercício de 2017 a pagar em 2018;
- Reflexo dos valores referentes às Notas de Crédito emitidas pela Tratolixo referente a valores entregues pelos desvios tarifários em 2014 (facturas anuladas no final de 2015).
- ***Ainda referente às Notas de Crédito Emitidas pela Tratolixo, importa referir que em 2018 será necessário prever em revisão orçamental na Receita pelos valores a receber pela Empresa Tratolixo e o respectivo valor no orçamento de Despesa referente às verbas a entregar às Autarquias.***

  Esta revisão terá efeito nulo no que se refere ao orçamento e necessidades de Tesouraria a solicitar aos Municípios mas permitirá regularizar os valores registados na contabilidade em acréscimos e diferimentos.

1.2.8. Proveitos

A principal componente dos proveitos deve-se a transferências correntes e de capital das Câmaras Municipais, representado a quase totalidade do total dos proveitos.

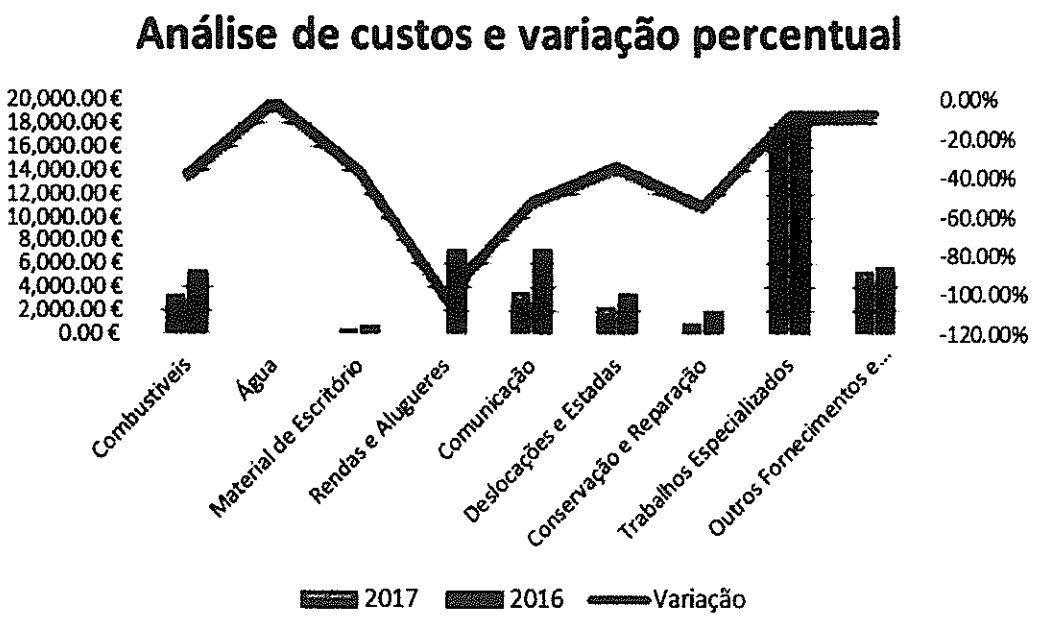
Devido ao acordo com o acordo firmado entre a Tratolixo e os Municípios, a AMTRES apenas apresenta receitas de solicitação de verbas às Autarquias por conta de despesas de funcionamento.

1.2.9. Custos

O valor global dos resultados operacionais foi de negativo em 283.230,28 €, incluindo 287.158,72 € de amortizações.

A análise dos custos com **Fornecimentos e serviços externos** apresenta a seguinte composição:

Rubrica	2017	2016	Variação
Combustíveis	3,338.68 €	5,352.49 €	-37.62%
Água	0.00 €	0.00 €	-
Material de Escritório	467.15 €	718.64 €	-35.00%
Rendas e Alugueres	0.00 €	7,271.40 €	-100.00%
Comunicação	3,524.74 €	7,272.67 €	-51.53%
Deslocações e Estadas	2,271.69 €	3,396.90 €	-33.12%
Conservação e Reparação	883.36 €	1,908.56 €	-53.72%
Trabalhos Especializados	17,712.00 €	19,046.00 €	-7.00%
Outros Fornecimentos e Serviços	5,375.47 €	5,733.24 €	-6.24%



Os **Custos com o Pessoal** reflectem em 2017 de vencimentos pagos aos funcionários da Associação.

O valor global de custos de pessoal inclui a especialização de custos relativos a férias a subsídio de férias a pagar em 2018 aos funcionários da Associação.

Globalmente a rubrica de Custos com o pessoal obteve um aumento de 1,61%.

As **amortizações** do exercício reflectem os custos com o imobilizado da AMTRES de acordo com a aplicação directa do CIBE e as taxas de amortização nele imposto.

1.3. Situação económica-financeira e orçamental

Analisando a execução orçamental do ano 2017 podemos constatar que o grau de execução orçamental da receita foi de aproximadamente 144,18 % e o grau de execução orçamental da despesa foi de aproximadamente 74,78 %.

As Grandes Opções do Plano apresentam um grau de execução nulo devido à ausência de execução das rubricas previstas no documento.

1.4. Demonstrações Financeiras de 2017

Para efeitos de análise de Balanço e ponderação dos valores nele indicados, apresenta-se o mesmo:

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	5.000,00		5.000,00	5.000,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpórea				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00		14.838.525,00	14.838.525,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	5.812.093,83	6.952.766,17	7.239.924,89
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	56.335,36	56.335,36		
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	324,22		
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		27.660.044,58	5.868.753,41	21.791.291,17	22.078.449,89
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	7.010.120,00		7.010.120,00	7.010.120,00
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	7.010.120,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidos				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica	12.333,80		12.333,80	12.333,80
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				
		12.333,80	0,00	12.333,80	12.333,80
	Títulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	130.536,36		130.536,36	48.726,53
11	Caixa				
		130.536,36		130.536,36	48.726,53
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	110,76		110,76	83.356,81
272	Custos diferidos				
		110,76		110,76	83.356,81
	Total de amortizações		5.868.753,41		
	Total de provisões		0,00		
	Total do activo	34.818.145,50	5.868.753,41	28.949.392,09	29.237.987,03

AMTRES

BALANÇO — ANO : 2017

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2017	Exercícios 2016
	Fundos próprios		
51	**Património**	37.453.221,21	37.453.221,21
55	**Ajustamento de partes de capital em empresas**		
56	**Reservas de reavaliação**		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	**Resultado transitados**	-8.372.930,96	-8.083.839,36
88	**Resultado líquido do exercício**	-283.119,50	-289.091,60
		28.797.170,75	29.080.290,25
	Passivo		
292	**Provisões para riscos e encargos**		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2.541,56	2.629,71
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	474,87	526,13
		3.016,43	3.155,84
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	149.204,91	154.540,94

AMTRES

BALANÇO

ANO : 2017

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2017	2016
274	Proveitos diferidos	149.204,91	154.540,94
	Total dos fundos próprios e do passivo	28.949.392,09	29.237.987,03

ORGÃO EXECUTIVO

Em 7 de Abril de 2018

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 24 de Abril de 2018

.....

AMTRES

Demonstração de resultados

ANO : 2017

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2017		2016	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	33.573,09		38.776,73	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	81.515,44		84.286,71	
643 a 648	Encargos sociais	20.423,84	135.512,37	19.527,02	142.590,46
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do exercício	287.158,72		287.158,72	
67	Provisões do exercício	0,00	287.158,72	0,00	287.158,72
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	(A)		422.671,09		429.749,18
68	Custos e perdas financeiras	160,55	160,55	159,19	159,19
	(C)		422.831,64		429.908,37
69	Custos e perdas extraordinárias	168,00	168,00	23,00	23,00
	(E)		422.999,64		429.931,37
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-283.119,50	0,00	-289.091,60
			139.880,14		140.839,77
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Impostos e taxas	0,00		0,00	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	139.440,81		136.959,85	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	139.440,81	0,00	136.959,85
	(B)		139.440,81		136.959,85
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	(D)		139.440,81		136.959,85
79	Proveitos e ganhos extraordinários	439,33	439,33	3.879,92	3.879,92
	(F)		139.880,14		140.839,77

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-283.230,28	-292.789,33
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);	-160,55	-159,19
Resultados correntes: (D)-(C);	-283.390,83	-292.948,52
Resultados líquido do exercício: (F)-(E).	-283.119,50	-289.091,60

Orgão executivo

Em 9 de ..... de 2018

.....

Orgão deliberativo

Em 24 de ..... de 2018

.....

1.5. Considerações Finais

Continua-se a verificar o esforço por parte dos Municipios quanto ao cumprimento do pagamento das despesas de funcionamento da AMTRES bem como o respeito pelas transferências de equilíbrio para a empresa Tratolixo EIM.

O resultado negativo de 283.119,50 € resulta de em termos operacionais, da evidência das amortizações sobre os activos fixos na contabilidade da AMTRES (custos de estrutura):

	2017
Resultado Liquido de 2016	-283.119,50 €
Amortizações do Exercício	287.158,72 €
Resultado do Exercício (sem considerar o custo referente a Amortizações)	**4.039,22 €**

O saldo da Gerência do Exercício de 2017 reflecte-se em 130.552,52€.

O Secretário-geral,

(Abílio Espadinha)

AMTRES

Mês de Dezembro Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
111	Caixa	259.106,38	259.106,38	0,00	0,00
118	Fundo Maneio	500,00	500,00	0,00	0,00
118000005	Abilio Antonio Nicolau Espadinha	500,00	500,00	0,00	0,00
12	Depósitos em instituições financeiras	307.832,91	177.296,55	130.536,36	0,00
1201	Banco Comercial Português, Sa	307.832,91	177.296,55	130.536,36	0,00
120101	- Conta nº 00330000000468519805	307.832,91	177.296,55	130.536,36	0,00
	Totais :	**567.439,29**	**436.902,93**	**130.536,36**	**0,00**
21	Clientes, contribuintes e utentes	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
2111	Rendas e Alugueres	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
21111	Edificios	63.246,05	63.246,05	0,00	0,00
21111000002	Tratolixo	63.246,05	63.246,05	0,00	0,00
21112	Terrenos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
21112000002	Tratolixo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
22	Fornecedores	752,76	752,76	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	752,76	752,76	0,00	0,00
221000015	AIRC	752,76	752,76	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	36.007,67	38.549,23	0,00	2.541,56
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	25.965,93	27.941,96	0,00	1.976,03
2421	Trabalho dependente	23.865,93	25.691,96	0,00	1.826,03
2422	Trabalho independente	2.100,00	2.250,00	0,00	150,00
245	Contribuições para a Segurança Social	10.041,74	10.607,27	0,00	565,53
245000028	ADSE	2.418,40	2.418,40	0,00	0,00
245000030	CGA	7.623,34	8.188,87	0,00	565,53
25	Devedores e credores pela execução do orçamento	16.766.437,00	16.766.437,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	16.483.457,79	16.483.457,79	0,00	0,00
2511	Devedores execução orçamento - Exercício Corrente	222.686,86	222.686,86	0,00	0,00
251106	Transferências correntes	139.440,81	139.440,81	0,00	0,00
25110605	Administração local	139.440,81	139.440,81	0,00	0,00
2511060501	Continente	139.440,81	139.440,81	0,00	0,00
251106050101	Camara Municipal Cascais	45.290,31	45.290,31	0,00	0,00
251106050102	Camara Municipal Oeiras	25.684,96	25.684,96	0,00	0,00
251106050103	Camara Municipal Sintra	55.176,86	55.176,86	0,00	0,00
251106050104	Camara Municipal Mafra	13.288,68	13.288,68	0,00	0,00
251108	Outras receitas correntes	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
25110801	Outras	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
2511080199	Outras	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
251108019999	Diversas	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
2512	Devedores pela execução do orçamentos findos	16.038.084,07	613.944,13	15.424.139,94	0,00
251206	Transferências correntes	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94	0,00
25120605	Administração local	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94	0,00
2512060501	Continente	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94	0,00
251206050102	Camara Municipal Oeiras	116,60	0,00	116,60	0,00
251206050103	Camara Municipal Sintra	0,00	2.844,13	0,00	2.844,13
251206050105	Recolhas - Camara Municipal Cascais	5.521.018,55	0,00	5.521.018,55	0,00
251206050106	Recolhas - Camara Municipal Oeiras	2.331.584,47	0,00	2.331.584,47	0,00
251206050107	Recolhas - Camara Municipal Sintra	7.657.696,09	0,00	7.657.696,09	0,00
251206050108	Recolhas - Camara Municipal Mafra	527.668,36	0,00	527.668,36	0,00
251210	Transferências de capital	0,00	611.100,00	0,00	611.100,00
25121005	Administração local	0,00	611.100,00	0,00	611.100,00
2512100501	Continente	0,00	611.100,00	0,00	611.100,00

AMTRES

Mês de Dezembro Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
251210050102	Camara Municipal Oeiras	0,00	441.000,00	0,00	441.000,00
251210050103	Camara Municipal Sintra	0,00	170.100,00	0,00	170.100,00
2519	Reflexão de devedores pela execução do orçamento	222.686,86	15.646.826,80	0,00	15.424.139,94
252	Credores pela execução do orçamento	282.979,21	282.979,21	0,00	0,00
2521	Orçamento do exercício	141.228,21	141.176,95	51,26	0,00
252101	Administração Autárquica	141.228,21	141.176,95	51,26	0,00
25210101	Despesas com o pessoal	109.386,14	109.386,14	0,00	0,00
2521010101	Remunerações certas e permanentes	86.449,87	86.449,87	0,00	0,00
252101010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	78.243,77	78.243,77	0,00	0,00
252101010114	Subsídio de férias e de Natal	8.206,10	8.206,10	0,00	0,00
25210101011401	Pessoal dos quadros	8.206,10	8.206,10	0,00	0,00
2521010102	Abonos variáveis ou eventuais	2.512,43	2.512,43	0,00	0,00
252101010203	Alimentação e alojamento	2.110,83	2.110,83	0,00	0,00
252101010204	Ajudas de custo	401,60	401,60	0,00	0,00
2521010103	Segurança social	20.423,84	20.423,84	0,00	0,00
252101010301	Encargos com a saúde	3.964,34	3.964,34	0,00	0,00
252101010305	Contribuições para a segurança social	16.459,50	16.459,50	0,00	0,00
25210101030502	Segurança social dos funcionários públicos	16.459,50	16.459,50	0,00	0,00
2521010103050201	Caixa Geral de Aposentações	16.459,50	16.459,50	0,00	0,00
25210102	Aquisição de bens e serviços	31.513,52	31.462,26	51,26	0,00
2521010201	Aquisição de bens	3.845,73	3.845,73	0,00	0,00
252101020102	Combustíveis e lubrificantes	3.338,68	3.338,68	0,00	0,00
25210102010201	Gasolina	3.338,68	3.338,68	0,00	0,00
252101020108	Material de escritório	467,15	467,15	0,00	0,00
252101020121	Outros bens	39,90	39,90	0,00	0,00
2521010202	Aquisição de serviços	27.667,79	27.616,53	51,26	0,00
252101020203	Conservação de bens	883,36	883,36	0,00	0,00
252101020209	Comunicações	3.576,00	3.524,74	51,26	0,00
252101020213	Deslocações e estadas	160,86	160,86	0,00	0,00
252101020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	17.712,00	17.712,00	0,00	0,00
252101020225	Outros serviços	5.335,57	5.335,57	0,00	0,00
25210106	Outras despesas correntes	328,55	328,55	0,00	0,00
2521010602	Diversas	328,55	328,55	0,00	0,00
252101060201	Impostos e taxas	168,00	168,00	0,00	0,00
252101060203	Outras	160,55	160,55	0,00	0,00
25210106020304	Serviços bancários	160,55	160,55	0,00	0,00
2522	Orçamento de exercícios findos	23,96	550,09	0,00	526,13
252201	Administração Autárquica	23,96	550,09	0,00	526,13
25220102	Aquisição de bens e serviços	23,96	550,09	0,00	526,13
2522010202	Aquisição de serviços	23,96	550,09	0,00	526,13
252201020209	Comunicações	0,00	439,33	0,00	439,33
252201020225	Outros serviços	23,96	110,76	0,00	86,80
2529	Reflexão de credores pela execução do orçamento	141.727,04	141.252,17	474,87	0,00
26	Outros devedores e credores	292.250,06	280.391,13	11.858,93	0,00
262	Pessoal	86.449,87	86.449,87	0,00	0,00
2622	Remunerações a pagar ao pessoal	86.449,87	86.449,87	0,00	0,00
264	Administração autárquica	151.774,61	139.440,81	12.333,80	0,00
2642	Municípios	151.774,61	139.440,81	12.333,80	0,00
2642000039	Câmara Municipal de Cascais	45.290,31	45.290,31	0,00	0,00
2642000040	Câmara Municipal de Oeiras	25.801,56	25.684,96	116,60	0,00
2642000041	Câmara Municipal de Sintra	67.394,06	55.176,86	12.217,20	0,00

AMTRES

Mês de Dezembro Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2642000042	Câmara Municipal de Mafra	13.288,68	13.288,68	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	54.025,58	54.500,45	0,00	474,87
2681	Outros Credores	54.025,58	54.500,45	0,00	474,87
2681000001	Banco Comercial Português, Sa	146,63	146,63	0,00	0,00
2681000002	Tratolixo	36,92	123,72	0,00	86,80
2681000005	Abilio Antonio Nicolau Espadinha	200,80	200,80	0,00	0,00
2681000006	Carlos Manuel de Jesus Fernandes	1.476,00	1.476,00	0,00	0,00
2681000010	Afonso José Manuel Alves Crespo	200,80	200,80	0,00	0,00
2681000014	Vodafone	3.576,00	3.964,07	0,00	388,07
2681000024	Restaurantes Diversos	2.315,70	2.315,70	0,00	0,00
2681000025	Bombas de Gasolina Diversas	3.133,81	3.133,81	0,00	0,00
2681000028	ADSE	4.108,02	4.108,02	0,00	0,00
2681000030	CGA	16.459,50	16.459,50	0,00	0,00
2681000031	Direcção Geral do Tesouro	145,00	145,00	0,00	0,00
2681000056	Deslocações Diversas	1.300,84	1.300,84	0,00	0,00
2681000101	A.D.S.E.	3.144,13	3.144,13	0,00	0,00
2681000105	Jorge Miguel Paulino Viegas	8.856,00	8.856,00	0,00	0,00
2681000113	Soluçãocar	283,76	283,76	0,00	0,00
2681000153	António Pinho e Palma Veiga, SROC	7.380,00	7.380,00	0,00	0,00
2681000161	Liomatic	444,12	444,12	0,00	0,00
2681000162	Staples	217,95	217,95	0,00	0,00
2681000178	VULCANIZADORA FRAGOSO & FILHOS	599,60	599,60	0,00	0,00
27	Acréscimos e diferimentos	96.072,84	245.166,99	0,00	149.094,15
271	Acréscimos de proveitos	83.356,81	83.246,05	110,76	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	83.356,81	83.246,05	110,76	0,00
273	Acréscimos de custos	12.716,03	161.920,94	0,00	149.204,91
2732	Remunerações a liquidar	5.336,03	13.098,18	0,00	7.762,15
2739	Outros acréscimos de custos	7.380,00	148.822,76	0,00	141.442,76
	Totais :	**17.274.766,38**	**17.414.543,16**	**16.051.054,76**	**16.190.831,54**
41	Investimentos financeiros	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
411	Partes de capital	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
4113	Empresas privadas ou cooperativas	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
41131	Tratrolixo, SA	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas	27.660.044,58	0,00	27.660.044,58	0,00
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00	0,00	14.838.525,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	0,00	12.764.860,00	0,00
4221	Edifícios	1.596.153,27	0,00	1.596.153,27	0,00
4222	Outras construções	11.168.706,73	0,00	11.168.706,73	0,00
426	Equipamento administrativo	56.335,36	0,00	56.335,36	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	0,00	324,22	0,00
44	Imobilizações em curso	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
48	Amortizações acumuladas	0,00	5.868.753,41	0,00	5.868.753,41
481	De investimentos em imóveis	0,00	502.527,76	0,00	502.527,76
4812	Edifícios e outras construções	0,00	502.527,76	0,00	502.527,76
48122	Outras construções	0,00	502.527,76	0,00	502.527,76
482	De imobilizações corpóreas	0,00	5.366.225,65	0,00	5.366.225,65
4822	Edifícios e outras construções	0,00	5.309.566,07	0,00	5.309.566,07
48222	Outras construções	0,00	5.309.566,07	0,00	5.309.566,07
4826	Equipamento administrativo	0,00	56.335,36	0,00	56.335,36

AMTRES

Mês de Dezembro Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
4829	Outras imobilizações corpóreas	0,00	324,22	0,00	324,22
	Totais :	**34.675.164,58**	**5.868.753,41**	**34.675.164,58**	**5.868.753,41**
51	Património	0,00	37.453.221,21	0,00	37.453.221,21
59	Resultados transitados	17.316.507,03	8.943.576,07	8.372.930,96	0,00
5901	Resultados Transitados 2002	0,00	559.979,21	0,00	559.979,21
5902	Resultados Transitados 2003	0,00	67.551,26	0,00	67.551,26
5903	Resultados Transitados 2004	4.696.169,06	0,00	4.696.169,06	0,00
5904	Resultados Transitados 2005	0,00	2.945.655,33	0,00	2.945.655,33
5905	Resultados Transitados 2006	0,00	1.481.816,70	0,00	1.481.816,70
5906	Resultados Transitados 2007	541.967,61	0,00	541.967,61	0,00
5907	Resultados Transitados 2008	684.543,22	0,00	684.543,22	0,00
5908	Resultados Transitados 2009	2.236.578,80	0,00	2.236.578,80	0,00
5909	Resultados Transitados 2010	0,00	3.888.573,57	0,00	3.888.573,57
5910	Resultados Transitados 2011	1.233.821,90	0,00	1.233.821,90	0,00
5911	Resultados Transitados 2012	6.202.094,02	0,00	6.202.094,02	0,00
5912	Resultados Transitados 2013	804.842,71	0,00	804.842,71	0,00
5913	Resultados Transitados 2014	332.251,17	0,00	332.251,17	0,00
5914	Resultados Transitados 2015	295.146,94	0,00	295.146,94	0,00
5915	Resultados Transitados 2016	289.091,60	0,00	289.091,60	0,00
	Totais :	**17.316.507,03**	**46.396.797,28**	**17.316.507,03**	**46.396.797,28**
62	Fornecimentos e serviços externos	41.392,42	7.819,33	33.573,09	0,00
622	Fornecimentos e serviços	41.392,42	7.819,33	33.573,09	0,00
62212	Combustíveis	3.338,68	0,00	3.338,68	0,00
622122	Gasolina	3.338,68	0,00	3.338,68	0,00
62217	Material de escritório	467,15	0,00	467,15	0,00
62222	Comunicação	3.964,07	439,33	3.524,74	0,00
62227	Deslocações e estadas	2.271,69	0,00	2.271,69	0,00
62232	Conservação e reparação	883,36	0,00	883,36	0,00
62236	Trabalhos especializados	25.092,00	7.380,00	17.712,00	0,00
62298	Outros fornecimentos e serviços	5.375,47	0,00	5.375,47	0,00
64	Custos com o pessoal	107.275,31	5.336,03	101.939,28	0,00
642	Remunerações do pessoal	86.851,47	5.336,03	81.515,44	0,00
6421	Remunerações base do pessoal	86.449,87	5.336,03	81.113,84	0,00
64211	Pessoal dos quadros	78.243,77	0,00	78.243,77	0,00
64212	Pessoal em qualquer outra situação	8.206,10	5.336,03	2.870,07	0,00
642121	Pessoal com contrato a termo certo	8.206,10	5.336,03	2.870,07	0,00
6422	Suplementos de remunerações	401,60	0,00	401,60	0,00
64225	Ajudas de custo	401,60	0,00	401,60	0,00
645	Encargos sobre remunerações	16.459,50	0,00	16.459,50	0,00
6451	Assistência na doença dos funcionários públicos	1.221,03	0,00	1.221,03	0,00
6452	Segurança social dos funcionários públicos	15.238,47	0,00	15.238,47	0,00
648	Outros custos com o pessoal	3.964,34	0,00	3.964,34	0,00
6481	Despesas de saúde	3.964,34	0,00	3.964,34	0,00
66	Amortizações do exercício	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
662	Imobilizações corpóreas	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
6622	Edifícios e outras construções	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
66222	Outras construções	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
68	Custos e perdas financeiros	160,55	0,00	160,55	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	160,55	0,00	160,55	0,00
6881	Serviços bancários	160,55	0,00	160,55	0,00
69	Custos e perdas extraordinários	168,00	0,00	168,00	0,00

AMTRES

Mês de Dezembro Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
698	Outros custos e perdas extraordinários	168,00	0,00	168,00	0,00
6983	Outros não especificados	168,00	0,00	168,00	0,00
	Totais :	**436.155,00**	**13.155,36**	**422.999,64**	**0,00**
74	Transferências e subsídios obtidos	83.246,05	222.686,86	0,00	139.440,81
742	Transferências obtidas	83.246,05	222.686,86	0,00	139.440,81
7421	Administrações Públicas	0,00	139.440,81	0,00	139.440,81
74213	Administração Autárquica	0,00	139.440,81	0,00	139.440,81
742131	Autarquias Locais	0,00	139.440,81	0,00	139.440,81
7425	Empresas	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
74251	Empresas públicas municipais e intermunicipais	83.246,05	83.246,05	0,00	0,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários	0,00	439,33	0,00	439,33
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	439,33	0,00	439,33
7988	Outros não especificados	0,00	439,33	0,00	439,33
	Totais :	**83.246,05**	**223.126,19**	**0,00**	**139.880,14**
88	Resultado líquido do exercício	289.091,60	289.091,60	0,00	0,00
	Totais :	**289.091,60**	**289.091,60**	**0,00**	**0,00**
	Totais Gerais:	**70.642.369,93**	**70.642.369,93**	**68.596.262,37**	**68.596.262,37**

Mapa de Fundos de Maneio

Designação da Entidade - AMTRES
Gerência - 2017

Titular do Fundo de Maneio - Abílio Antonio Nicolau Espadinha

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
010203 Alimentação e alojamento
Dotação Orçamental - _____
Valor do Fundo - _____
Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	**Data**	**Valor**
5	19/01/2017	190,59
15	14/02/2017	164,75
24	13/03/2017	164,75
36	30/03/2017	192,30
45	02/05/2017	142,50
85	01/10/2017	261,65
86	01/10/2017	195,00
87	01/10/2017	203,64
88	01/10/2017	103,50
96	18/10/2017	137,10
108	20/11/2017	87,25
116	18/12/2017	168,70
126	29/12/2017	57,10

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
02010201 Gasolina
Dotação Orçamental - _____
Valor do Fundo - _____
Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	**Data**	**Valor**
6	19/01/2017	218,56
16	14/02/2017	314,21
25	13/03/2017	314,21
37	30/03/2017	248,90
46	02/05/2017	317,14
54	02/06/2017	165,03
63	14/07/2017	204,87
89	01/10/2017	239,47
90	01/10/2017	176,12

Mapa de Fundos de Maneio

Designação da Entidade - AMTRES
Gerência - 2017

Titular do Fundo de Maneio - Abilio Antonio Nicolau Espadinha

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
02010201 Gasolina
Dotação Orçamental - _____
Valor do Fundo - _____
Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	**Data**	**Valor**
97	18/10/2017	311,76
109	20/11/2017	321,65
117	18/12/2017	206,51
127	29/12/2017	182,65

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
020121 Outros bens
Dotação Orçamental - _____
Valor do Fundo - _____
Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	**Data**	**Valor**
74	04/08/2017	39,90

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
020213 Deslocações e estadas
Dotação Orçamental - _____
Valor do Fundo - _____
Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	**Data**	**Valor**
7	16/01/2017	83,44
17	14/02/2017	13,15
26	13/03/2017	13,15
38	30/03/2017	51,12

Mapa de Fundos de Maneio

Designação da Entidade - AMTRES
Gerência - 2017

Titular do Fundo de Maneio - Abilio Antonio Nicolau Espadinha

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
020225 Outros serviços
Dotação Orçamental - _____
Valor do Fundo - _____
Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	**Data**	**Valor**
47	02/05/2017	25,04
55	02/06/2017	56,77
64	14/07/2017	95,40
69	04/08/2017	210,57
98	18/10/2017	26,46
110	20/11/2017	89,26
118	18/12/2017	124,20
125	29/12/2017	208,35

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira
Assinatura _____

O Membro executivo responsável pela área/pelouro financeiro
Assinatura _____

	RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS	

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS

GERÊNCIA	2017

Nome	Situação na Entidade	Remuneração liquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Paula Alexandra Alves Mateus Ferreira Dias Gomes	Presidente	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua Mareantes 203, 6A Quinta do Rosário 2750-426 Cascais
Joaquim Francisco da Silva Sardinha	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua de Baixo nº18 Ericeira 2655-237 Ericeira
Ângelo Cipriano da Cunha Fialho Pereira	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua Nossa Senhora da Memória 2 Quinta da Memória 2665-419 Vila Franca do Rosário
Pedro Manuel da Costa Ventura	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua Serpa Pinto nº28 E30 São Pedro de Sintra 2710 Sintra

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura .....

SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS

Instituição bancária	Saldo em 31-12-2017 a)	Saldo Contabilistico b)	OBSERVAÇÕES c)
BCP - 4685198	130698.57	130536,36	(1)
	total		

O Dirigente pela área Administrativa e/ou Financeiro

Assinatura .....

O Membro do executivo responsável pela área/ pelouro financeiro

Assinatura.....

Na coluna a) indicar o valor do saldo contabilístico do extracto bancário à data de 31/12/n
Na coluna b) a importâncita contida no resumo diário de tesouraria
Na coluna c) indicar para cada conta consoante a situação um dos seguintes códigos:

(1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
(2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de saldos
(3) Reconciliação não efectuada.

Reconciliação Bancária

DEZEMBRO 2017

Saldo da Contabilidade	130.536,36 €
Movimentos lançados na Contabilidade em falta no banco	
Movimentos a débito	
	- €
Movimentos a crédito	
Diferenças nos pag. à Tratolixo e Notas de Crédito	162,21 €
	162,21 €
Movimentos lançados no Banco em falta na Contabilidade	
Movimentos a débito	
	- €
Movimentos a crédito	
	- €
Saldo do Banco	130.698,57 €

Saldo do Extrato Bancário	130.698,57 €	
Diferença	- €	- €

CONTA DE GERÊNCIA – DISCUÇÃO E VOTAÇÃO PELO EXECUTIVO	MOD.A. 5 /TC (1)

GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CERTIDÃO DESCRITIVA

Abílio António Nicolau Espadinha, © Secretário-geral , da (d) **AMTRES** acima referenciada: Certifica, em conformidade com o disposto na alínea d), do nº II), da Instrução 1.ª da Parte A, da Resolução nº 1/92, do TRIBUNAL DE CONTAS, publicada no « Diário da República», 1ª série - B, nº 204, de 4 de Setembro de 1992,e para documentar a Conta de Gerência desta (d) **Associação** relativa ao período decorrido de **1** de **Janeiro** a **31** de **Dezembro** de dois mil e dezassete, que, em conformidade com a respectiva acta, que se encontra devidamente aprovada e registada no d 1) **Livro de Actas que lá consta a deliberação** tomada pelo **ÓRGÃO EXECUTIVO** em sua reunião (e) do Conselho Directivo ordinária, do dia 09 de Abril de 2018, de que retiramos os seguintes elementos:

«CONTA DE GERÊNCIA - DO ANO DE 2017

Foi apresentada ao órgão executivo a conta de gerência e demais documentos, relativos ao período que decorreu de **1** de **Janeiro** a **31** de **Dezembro** do ano transacto, para efeitos de discussão e votação , a fim de ser apresentada ao respectivo órgão deliberativo, e remessa ao **TRIBUNAL DE CONTAS**.

Feita a respectiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão do referido documento de gestão, de que se salientam os seguintes pontos:

(1) Conforme os casos: A4 (ano anterior) ou A5 (ano corrente); (a) - Organismo ou Serviço que presta contas; (b) - Uma certidão para a conta anterior, (será mod.4), outra para a que está em apreciação (será mod. A5); © - Nome a categoria de quem certifica; (d) Entidade referenciada em (a); (d1) - No livro de actas nº ..., a págs... (ou, no maço de minutas respectivo...,; (e) - Ordinária, ou extraordinária.

ATENÇÃO: Os elementos inseridos neste modelo são essenciais na certidão

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do Executivo, determinou que se passasse à sua votação, o que verificou, tendo-se, então concluído que a CONTA DE GERÊNCIA aqui em causa foi aprovada por(f) **unanimidade** de votos dos membros presentes.

Verificou-se que o documento em apreciação acusava, no movimento orçamental de RECEITA duzentos e vinte e dois mil seissentos e oitenda e seis euros e oitenta e seis cêntimos acrescido de um saldo no exercício anterior de quarenta e quatro mil euros novecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos, e de DESPESA cento e quarenta mil setecentos e oitenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos, acusando um SALDO de cento e vinte seis mil oitocentos e trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos, e em OPERAÇÕES DE TESOURARIA, registou-se de entradas de fundos um valor de trinta e cinco mil novecentos e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos acrescido de um saldo no exercício anterior de três mil oitocentos e oito euros e doze cêntimos, e de saídas, um montante de trinta e seis mil e sete euros e sessenta e sete cêntimos acusando um saldo de três mil setecentos e dezanove euros e noventa e nove cêntimos.

Mais certifico, em presença da acta a que aludi, que estiveram presentes naquela reunião os seguintes membros do órgão executivo que se pronunciaram da forma seguinte: A FAVOR: O Presidente do órgão, Sr. (g) Joaquim Francisco da Silva Sardinha, os (h) Vogais, Joana Pinto de Balsemão, Joana Micaela Salvador Baptista e Maria da Piedade de Matos Pato Mendes.

Por ser verdade, passo a presente que, depois de conferida, assino e autentico com o selo em branco, em uso nestes Serviços.

Aos, 09 de Abril de 2018

(Selo Branco)

(f) Conforme os casos: Por unanimidade, por maioria de... (nas chamadas g) e h) se identificam os votos)
(g) Nome do Presidente
(h) Vereadores, ou vogais (caso das freguesias e Assembleia Distrital). Se tiver havido votos contra, referir a seguir quais os membros que assim se prenunciaram.

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
111	Caixa	6.807,33	6.807,33	0,00	259.106,38	259.106,38	0,00
118	Fundo Maneio	0,00	500,00	500,00 C	500,00	500,00	0,00
118000005	Abilio Antonio Nicolau Espadinha	0,00	500,00	500,00 C	500,00	500,00	0,00
12	Depósitos em instituições financeiras	6.807,33	25.989,87	19.182,54 C	307.832,91	177.296,55	130.536,36 D
1201	Banco Comercial Português, Sa	6.807,33	25.989,87	19.182,54 C	307.832,91	177.296,55	130.536,36 D
120101	- Conta nº 003300000000468519805	6.807,33	25.989,87	19.182,54 C	307.832,91	177.296,55	130.536,36 D
	Totais :	**13.614,66**	**33.297,20**	**19.682,54 C**	**567.439,29**	**436.902,93**	**130.536,36 D**
21	Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
211	Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
2111	Rendas e Alugueres	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
21111	Edifícios	0,00	0,00	0,00	63.246,05	63.246,05	0,00
21111000002	Tratolixo	0,00	0,00	0,00	63.246,05	63.246,05	0,00
21112	Terrenos	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
21112000002	Tratolixo	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
22	Fornecedores	0,00	0,00	0,00	752,76	752,76	0,00
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00	0,00	752,76	752,76	0,00
221000015	AIRC	0,00	0,00	0,00	752,76	752,76	0,00
24	Estado e outros entes públicos	3.737,87	2.721,50	1.016,37 D	36.007,67	38.549,23	2.541,56 C
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	2.720,95	1.976,03	744,92 D	25.965,93	27.941,96	1.976,03 C
2421	Trabalho dependente	2.270,95	1.826,03	444,92 D	23.865,93	25.691,96	1.826,03 C
2422	Trabalho independente	450,00	150,00	300,00 D	2.100,00	2.250,00	150,00 C
245	Contribuições para a Segurança Social	1.016,92	745,47	271,45 D	10.041,74	10.607,27	565,53 C
245000028	ADSE	179,94	179,94	0,00	2.418,40	2.418,40	0,00
245000030	CGA	836,98	565,53	271,45 D	7.623,34	8.188,87	565,53 C
25	Devedores e credores pela execução do orçamento	45.123,06	45.123,06	0,00	16.766.437,00	16.766.437,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	7.171,66	7.171,66	0,00	16.483.457,79	16.483.457,79	0,00
2511	Devedores execução orçamento - Exercício Corrente	3.585,83	3.585,83	0,00	222.686,86	222.686,86	0,00
251106	Transferências correntes	3.585,83	3.585,83	0,00	139.440,81	139.440,81	0,00
25110605	Administração local	3.585,83	3.585,83	0,00	139.440,81	139.440,81	0,00
2511060501	Continente	3.585,83	3.585,83	0,00	139.440,81	139.440,81	0,00
251106050101	Camara Municipal Cascais	0,00	0,00	0,00	45.290,31	45.290,31	0,00
251106050102	Camara Municipal Oeiras	0,00	0,00	0,00	25.684,96	25.684,96	0,00
251106050103	Camara Municipal Sintra	0,00	0,00	0,00	55.176,86	55.176,86	0,00
251106050104	Camara Municipal Mafra	3.585,83	3.585,83	0,00	13.288,68	13.288,68	0,00

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
251108	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
25110801	Outras	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
2511080199	Outras	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
251108019999	Diversas	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
2512	Devedores pela execução do orçamentos findos	0,00	0,00	0,00	16.038.084,07	613.944,13	15.424.139,94 D
251206	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94 D
25120605	Administração local	0,00	0,00	0,00	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94 D
2512060501	Continente	0,00	0,00	0,00	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94 D
251206050102	Camara Municipal Oeiras	0,00	0,00	0,00	116,60	0,00	116,60 D
251206050103	Camara Municipal Sintra	0,00	0,00	0,00	0,00	2.844,13	2.844,13 C
251206050105	Recolhas - Camara Municipal Cascais	0,00	0,00	0,00	5.521.018,55	0,00	5.521.018,55 D
251206050106	Recolhas - Camara Municipal Oeiras	0,00	0,00	0,00	2.331.584,47	0,00	2.331.584,47 D
251206050107	Recolhas - Camara Municipal Sintra	0,00	0,00	0,00	7.657.696,09	0,00	7.657.696,09 D
251206050108	Recolhas - Camara Municipal Mafra	0,00	0,00	0,00	527.668,36	0,00	527.668,36 D
251210	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	611.100,00	611.100,00 C
25121005	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	611.100,00	611.100,00 C
2512100501	Continente	0,00	0,00	0,00	0,00	611.100,00	611.100,00 C
251210050102	Camara Municipal Oeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	441.000,00	441.000,00 C
251210050103	Camara Municipal Sintra	0,00	0,00	0,00	0,00	170.100,00	170.100,00 C
2519	Reflexão de devedores pela execução do orçamento	3.585,83	3.585,83	0,00	222.686,86	15.646.826,80	15.424.139,94 C
252	Credores pela execução do orçamento	37.951,40	37.951,40	0,00	282.979,21	282.979,21	0,00
2521	Orçamento do exercicio	22.691,33	15.260,07	7.431,26 D	141.228,21	141.176,95	51,26 D
252101	Administração Autárquica	22.691,33	15.260,07	7.431,26 D	141.228,21	141.176,95	51,26 D
25210101	Despesas com o pessoal	9.221,27	9.221,27	0,00	109.386,14	109.386,14	0,00
2521010101	Remunerações certas e permanentes	6.920,61	6.920,61	0,00	86.449,87	86.449,87	0,00
252101010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	6.518,31	6.518,31	0,00	78.243,77	78.243,77	0,00
252101010114	Subsídio de férias e de Natal	402,30	402,30	0,00	8.206,10	8.206,10	0,00
25210101011401	Pessoal dos quadros	402,30	402,30	0,00	8.206,10	8.206,10	0,00
2521010102	Abonos variáveis ou eventuais	267,80	267,80	0,00	2.512,43	2.512,43	0,00
252101010203	Alimentação e alojamento	267,80	267,80	0,00	2.110,83	2.110,83	0,00
252101010204	Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	401,60	401,60	0,00
2521010103	Segurança social	2.032,86	2.032,86	0,00	20.423,84	20.423,84	0,00
252101010301	Encargos com a saúde	225,72	225,72	0,00	3.964,34	3.964,34	0,00
252101010305	Contribuições para a segurança social	1.807,14	1.807,14	0,00	16.459,50	16.459,50	0,00
25210101030502	Segurança social dos funcionários públicos	1.807,14	1.807,14	0,00	16.459,50	16.459,50	0,00

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
252101010305020 1	Caixa Geral de Aposentações	1.807,14	1.807,14	0,00	16.459,50	16.459,50	0,00
25210102	Aquisição de bens e serviços	13.286,51	5.855,25	7.431,26 D	31.513,52	31.462,26	51,26 D
2521010201	Aquisição de bens	506,76	506,76	0,00	3.845,73	3.845,73	0,00
252101020102	Combustíveis e lubrificantes	506,76	506,76	0,00	3.338,68	3.338,68	0,00
25210102010201	Gasolina	506,76	506,76	0,00	3.338,68	3.338,68	0,00
252101020108	Material de escritório	0,00	0,00	0,00	467,15	467,15	0,00
252101020121	Outros bens	0,00	0,00	0,00	39,90	39,90	0,00
2521010202	Aquisição de serviços	12.779,75	5.348,49	7.431,26 D	27.667,79	27.616,53	51,26 D
252101020203	Conservação de bens	285,00	285,00	0,00	883,36	883,36	0,00
252101020209	Comunicações	636,04	584,78	51,26 D	3.576,00	3.524,74	51,26 D
252101020213	Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00	160,86	160,86	0,00
252101020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	8.118,00	738,00	7.380,00 D	17.712,00	17.712,00	0,00
252101020225	Outros serviços	3.740,71	3.740,71	0,00	5.335,57	5.335,57	0,00
25210106	Outras despesas correntes	183,55	183,55	0,00	328,55	328,55	0,00
2521010602	Diversas	183,55	183,55	0,00	328,55	328,55	0,00
252101060201	Impostos e taxas	23,00	23,00	0,00	168,00	168,00	0,00
252101060203	Outras	160,55	160,55	0,00	160,55	160,55	0,00
25210106020304	Serviços bancários	160,55	160,55	0,00	160,55	160,55	0,00
2522	Orçamento de exercícios findos	0,00	0,00	0,00	23,96	550,09	526,13 C
252201	Administração Autárquica	0,00	0,00	0,00	23,96	550,09	526,13 C
25220102	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	23,96	550,09	526,13 C
2522010202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	23,96	550,09	526,13 C
252201020209	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	439,33	439,33 C
252201020225	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	23,96	110,76	86,80 C
2529	Reflexão de credores pela execução do orçamento	15.260,07	22.691,33	7.431,26 C	141.727,04	141.252,17	474,87 D
26	Outros devedores e credores	26.277,16	18.845,90	7.431,26 D	292.250,06	280.391,13	11.858,93 D
262	Pessoal	6.920,61	6.920,61	0,00	86.449,87	86.449,87	0,00
2622	Remunerações a pagar ao pessoal	6.920,61	6.920,61	0,00	86.449,87	86.449,87	0,00
264	Administração autárquica	3.585,83	3.585,83	0,00	151.774,61	139.440,81	12.333,80 D
2642	Municípios	3.585,83	3.585,83	0,00	151.774,61	139.440,81	12.333,80 D
2642000039	Câmara Municipal de Cascais	0,00	0,00	0,00	45.290,31	45.290,31	0,00
2642000040	Câmara Municipal de Oeiras	0,00	0,00	0,00	25.801,56	25.684,96	116,60 D
2642000041	Câmara Municipal de Sintra	0,00	0,00	0,00	67.394,06	55.176,86	12.217,20 D
2642000042	Câmara Municipal de Mafra	3.585,83	3.585,83	0,00	13.288,68	13.288,68	0,00
268	Devedores e credores diversos	15.770,72	8.339,46	7.431,26 D	54.025,58	54.500,45	474,87 C

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
2681	Outros Credores	15.770,72	8.339,46	7.431,26 D	54.025,58	54.500,45	474,87 C
2681000001	Banco Comercial Português, Sa	146,63	146,63	0,00	146,63	146,63	0,00
2681000002	Tratolixo	36,92	36,92	0,00	36,92	123,72	86,80 C
2681000005	Abilio Antonio Nicolau Espadinha	0,00	0,00	0,00	200,80	200,80	0,00
2681000006	Carlos Manuel de Jesus Fernandes	0,00	0,00	0,00	1.476,00	1.476,00	0,00
2681000010	Afonso José Manuel Alves Crespo	0,00	0,00	0,00	200,80	200,80	0,00
2681000014	Vodafone	636,04	584,78	51,26 D	3.576,00	3.964,07	388,07 C
2681000024	Restaurantes Diversos	267,80	267,80	0,00	2.315,70	2.315,70	0,00
2681000025	Bombas de Gasolina Diversas	506,76	506,76	0,00	3.133,81	3.133,81	0,00
2681000028	ADSE	225,72	225,72	0,00	4.108,02	4.108,02	0,00
2681000030	CGA	1.807,14	1.807,14	0,00	16.459,50	16.459,50	0,00
2681000031	Direcção Geral do Tesouro	0,00	0,00	0,00	145,00	145,00	0,00
2681000056	Deslocações Diversas	596,58	596,58	0,00	1.300,84	1.300,84	0,00
2681000101	A.D.S.E.	3.144,13	3.144,13	0,00	3.144,13	3.144,13	0,00
2681000105	Jorge Miguel Paulino Viegas	738,00	738,00	0,00	8.856,00	8.856,00	0,00
2681000113	Soluçãocar	0,00	0,00	0,00	283,76	283,76	0,00
2681000153	António Pinho e Palma Veiga, SROC	7.380,00	0,00	7.380,00 D	7.380,00	7.380,00	0,00
2681000161	Liomatic	0,00	0,00	0,00	444,12	444,12	0,00
2681000162	Staples	0,00	0,00	0,00	217,95	217,95	0,00
2681000178	VULCANIZADORA FRAGOSO & FILHOS	285,00	285,00	0,00	599,60	599,60	0,00
27	Acréscimos e diferimentos	0,00	7.380,00	7.380,00 C	96.072,84	245.166,99	149.094,15 C
271	Acréscimos de proveitos	0,00	0,00	0,00	83.356,81	83.246,05	110,76 D
2719	Outros acréscimos de proveitos	0,00	0,00	0,00	83.356,81	83.246,05	110,76 D
273	Acréscimos de custos	0,00	7.380,00	7.380,00 C	12.716,03	161.920,94	149.204,91 C
2732	Remunerações a liquidar	0,00	0,00	0,00	5.336,03	13.098,18	7.762,15 C
2739	Outros acréscimos de custos	0,00	7.380,00	7.380,00 C	7.380,00	148.822,76	141.442,76 C
	Totais :	**75.138,09**	**74.070,46**	**1.067,63 D**	**17.274.766,38**	**17.414.543,16**	**139.776,78 C**
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00 D
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00 D
4113	Empresas privadas ou cooperativas	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00 D
41131	Tratrolixo, SA	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00 D
42	Imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	27.660.044,58	0,00	27.660.044,58 D
421	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	14.838.525,00	0,00	14.838.525,00 D
422	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	12.764.860,00	0,00	12.764.860,00 D

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
4221	Edifícios	0,00	0,00	0,00	1.596.153,27	0,00	1.596.153,27 D
4222	Outras construções	0,00	0,00	0,00	11.168.706,73	0,00	11.168.706,73 D
426	Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	56.335,36	0,00	56.335,36 D
429	Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	324,22	0,00	324,22 D
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00 D
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00 D
48	Amortizações acumuladas	0,00	71.789,68	71.789,68 C	0,00	5.868.753,41	5.868.753,41 C
481	De investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	502.527,76	502.527,76 C
4812	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	502.527,76	502.527,76 C
48122	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	502.527,76	502.527,76 C
482	De imobilizações corpóreas	0,00	71.789,68	71.789,68 C	0,00	5.366.225,65	5.366.225,65 C
4822	Edifícios e outras construções	0,00	71.789,68	71.789,68 C	0,00	5.309.566,07	5.309.566,07 C
48222	Outras construções	0,00	71.789,68	71.789,68 C	0,00	5.309.566,07	5.309.566,07 C
4826	Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	56.335,36	56.335,36 C
4829	Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	324,22	324,22 C
	Totais :	**0,00**	**71.789,68**	**71.789,68 C**	**34.675.164,58**	**5.868.753,41**	**28.806.411,17 D**
51	Património	0,00	0,00	0,00	0,00	37.453.221,21	37.453.221,21 C
59	Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	17.316.507,03	8.943.576,07	8.372.930,96 D
5901	Resultados Transitados 2002	0,00	0,00	0,00	0,00	559.979,21	559.979,21 C
5902	Resultados Transitados 2003	0,00	0,00	0,00	0,00	67.551,26	67.551,26 C
5903	Resultados Transitados 2004	0,00	0,00	0,00	4.696.169,06	0,00	4.696.169,06 D
5904	Resultados Transitados 2005	0,00	0,00	0,00	0,00	2.945.655,33	2.945.655,33 C
5905	Resultados Transitados 2006	0,00	0,00	0,00	0,00	1.481.816,70	1.481.816,70 C
5906	Resultados Transitados 2007	0,00	0,00	0,00	541.967,61	0,00	541.967,61 D
5907	Resultados Transitados 2008	0,00	0,00	0,00	684.543,22	0,00	684.543,22 D
5908	Resultados Transitados 2009	0,00	0,00	0,00	2.236.578,80	0,00	2.236.578,80 D
5909	Resultados Transitados 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	3.888.573,57	3.888.573,57 C
5910	Resultados Transitados 2011	0,00	0,00	0,00	1.233.821,90	0,00	1.233.821,90 D
5911	Resultados Transitados 2012	0,00	0,00	0,00	6.202.094,02	0,00	6.202.094,02 D
5912	Resultados Transitados 2013	0,00	0,00	0,00	804.842,71	0,00	804.842,71 D
5913	Resultados Transitados 2014	0,00	0,00	0,00	332.251,17	0,00	332.251,17 D
5914	Resultados Transitados 2015	0,00	0,00	0,00	295.146,94	0,00	295.146,94 D
5915	Resultados Transitados 2016	0,00	0,00	0,00	289.091,60	0,00	289.091,60 D
	Totais :	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.316.507,03**	**46.396.797,28**	**29.080.290,25 C**

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
62	Fornecimentos e serviços externos	13.942,38	439,33	13.503,05 D	41.392,42	7.819,33	33.573,09 D
622	Fornecimentos e serviços	13.942,38	439,33	13.503,05 D	41.392,42	7.819,33	33.573,09 D
62212	Combustíveis	506,76	0,00	506,76 D	3.338,68	0,00	3.338,68 D
622122	Gasolina	506,76	0,00	506,76 D	3.338,68	0,00	3.338,68 D
62217	Material de escritório	0,00	0,00	0,00	467,15	0,00	467,15 D
62222	Comunicação	1.024,11	439,33	584,78 D	3.964,07	439,33	3.524,74 D
62227	Deslocações e estadas	267,80	0,00	267,80 D	2.271,69	0,00	2.271,69 D
62232	Conservação e reparação	285,00	0,00	285,00 D	883,36	0,00	883,36 D
62236	Trabalhos especializados	8.118,00	0,00	8.118,00 D	25.092,00	7.380,00	17.712,00 D
62298	Outros fornecimentos e serviços	3.740,71	0,00	3.740,71 D	5.375,47	0,00	5.375,47 D
64	Custos com o pessoal	8.953,47	0,00	8.953,47 D	107.275,31	5.336,03	101.939,28 D
642	Remunerações do pessoal	6.920,61	0,00	6.920,61 D	86.851,47	5.336,03	81.515,44 D
6421	Remunerações base do pessoal	6.920,61	0,00	6.920,61 D	86.449,87	5.336,03	81.113,84 D
64211	Pessoal dos quadros	6.518,31	0,00	6.518,31 D	78.243,77	0,00	78.243,77 D
64212	Pessoal em qualquer outra situação	402,30	0,00	402,30 D	8.206,10	5.336,03	2.870,07 D
642121	Pessoal com contrato a termo certo	402,30	0,00	402,30 D	8.206,10	5.336,03	2.870,07 D
6422	Suplementos de remunerações	0,00	0,00	0,00	401,60	0,00	401,60 D
64225	Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	401,60	0,00	401,60 D
645	Encargos sobre remunerações	1.807,14	0,00	1.807,14 D	16.459,50	0,00	16.459,50 D
6451	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	0,00	0,00	1.221,03	0,00	1.221,03 D
6452	Segurança social dos funcionários públicos	1.807,14	0,00	1.807,14 D	15.238,47	0,00	15.238,47 D
648	Outros custos com o pessoal	225,72	0,00	225,72 D	3.964,34	0,00	3.964,34 D
6481	Despesas de saúde	225,72	0,00	225,72 D	3.964,34	0,00	3.964,34 D
66	Amortizações do exercício	71.789,68	0,00	71.789,68 D	287.158,72	0,00	287.158,72 D
662	Imobilizações corpóreas	71.789,68	0,00	71.789,68 D	287.158,72	0,00	287.158,72 D
6622	Edifícios e outras construções	71.789,68	0,00	71.789,68 D	287.158,72	0,00	287.158,72 D
66222	Outras construções	71.789,68	0,00	71.789,68 D	287.158,72	0,00	287.158,72 D
68	Custos e perdas financeiros	160,55	0,00	160,55 D	160,55	0,00	160,55 D
688	Outros custos e perdas financeiros	160,55	0,00	160,55 D	160,55	0,00	160,55 D
6881	Serviços bancários	160,55	0,00	160,55 D	160,55	0,00	160,55 D
69	Custos e perdas extraordinários	23,00	0,00	23,00 D	168,00	0,00	168,00 D
698	Outros custos e perdas extraordinários	23,00	0,00	23,00 D	168,00	0,00	168,00 D
6983	Outros não especificados	23,00	0,00	23,00 D	168,00	0,00	168,00 D
	Totais :	**94.869,08**	**439,33**	**94.429,75 D**	**436.155,00**	**13.155,36**	**422.999,64 D**

AMTRES

Ano: 2017

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mês			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
74	Transferências e subsídios obtidos	0,00	3.585,83	3.585,83 C	83.246,05	222.686,86	139.440,81 C
742	Transferências obtidas	0,00	3.585,83	3.585,83 C	83.246,05	222.686,86	139.440,81 C
7421	Administrações Públicas	0,00	3.585,83	3.585,83 C	0,00	139.440,81	139.440,81 C
74213	Administração Autárquica	0,00	3.585,83	3.585,83 C	0,00	139.440,81	139.440,81 C
742131	Autarquias Locais	0,00	3.585,83	3.585,83 C	0,00	139.440,81	139.440,81 C
7425	Empresas	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
74251	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	83.246,05	83.246,05	0,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários	0,00	439,33	439,33 C	0,00	439,33	439,33 C
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	439,33	439,33 C	0,00	439,33	439,33 C
7988	Outros não especificados	0,00	439,33	439,33 C	0,00	439,33	439,33 C
	Totais :	**0,00**	**4.025,16**	**4.025,16 C**	**83.246,05**	**223.126,19**	**139.880,14 C**
88	Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	289.091,60	289.091,60	0,00
	Totais :	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**289.091,60**	**289.091,60**	**0,00**
	Totais Gerais:	**183.621,83**	**183.621,83**	**0,00 D**	**70.642.369,93**	**70.642.369,93**	**0,00 C**

376

Relatório de Atividades, de Gestão e Contas

2017

a. . .
. . m. área metropolitana
. l. . de lisboa

[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

078

ÍNDICE

PREÂMBULO 5
PARTE I – A AML 7
Conselho Metropolitano de Lisboa 10
Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa 15
Conselho Estratégico de Desenvolvimento Metropolitano 21
Grupos de Trabalho 23
Representações Institucionais 26
Representações em Redes Nacionais /Internacionais 31
Parte II – Recursos da AML 33
Recursos Humanos 35
Recursos Patrimoniais - Edifício 39
Parte III – Objetivos Estratégicos - Projetos/Ações 41
1. Incrementar a capacidade de gestão do território, apoiada numa estratégia de desenvolvimento sustentável 47
2. Melhorar o sistema de mobilidade e transportes metropolitano 57
3. Potenciar o Crescimento da Região 79
4. Promover a Educação e a Coesão Cultural e Social na AML 89
5. Apoiar a Modernização e Capacitação Institucional dos Municípios 95
6. Aproximar a AML dos Cidadãos 107
7. Promover a Qualidade dos Serviços 117
Parte IV - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 119
A – Relatório de Gestão (POCAL 13) 121
B. Proposta Fundamentada da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 133
C. Prestação de Contas 135

[PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PREÂMBULO

Nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, (alínea n), do artigo 76º), compete à Comissão Executiva Metropolitana (CEM), enquanto órgão executivo, elaborar e submeter a apreciação e votação do Conselho Metropolitano (CM) os documentos de Prestação de Contas.

De referir que o ano de 2017 foi um ano de transição do mandato 2013-2017, para o mandato 2017-2021.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

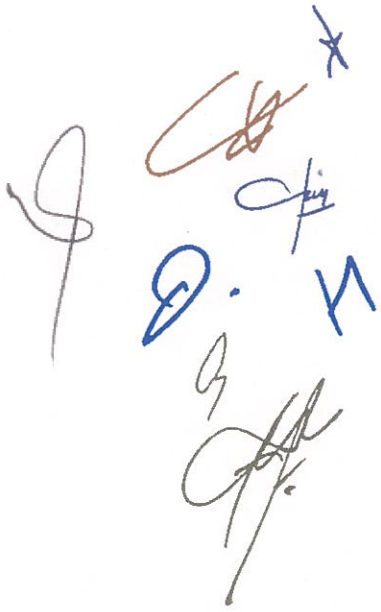
PARTE I – A AML

— Conselho Metropolitano de Lisboa

— Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa

— Conselho Estratégico de Desenvolvimento Metropolitano

— Grupos de Trabalho e Representações Institucionais



[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PARTE I – A AML

Com a publicação e entrada em vigor da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, os órgãos das áreas metropolitanas passaram a ter a seguinte composição:

- **Conselho Metropolitano** – órgão deliberativo, constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a área metropolitana.

- **Comissão Executiva Metropolitana** – órgão executivo, constituído por um primeiro-secretário e por quatro secretários metropolitanos, eleitos pelo universo das assembleias municipais da AML, dois dos quais são não executivos.

- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano** – órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da área metropolitana. Deverá ser constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses metropolitanos, cabendo ao conselho metropolitano deliberar sobre a sua composição em concreto.

Conselho Metropolitano de Lisboa

No que se refere ao funcionamento do Conselho Metropolitano de Lisboa, decorreram, em 2017, 10 reuniões ordinárias, sendo duas delas já com os novos eleitos para o mandato 2017-2021. Nessas reuniões, foram aprovadas 25 deliberações, destacando-se, no presente mandato as seguintes, de iniciativa o Conselho Metropolitano:

- Em 16 de novembro, na primeira reunião do órgão, foram eleitos o Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho Metropolitano de Lisboa

Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa
Fernando Medina, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Vice-Presidentes do Conselho Metropolitano de Lisboa
Carla Tavares, Presidente da Câmara Municipal da Amadora
Hélder Sousa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Mafra



- Nessa mesma data, foi aprovado o Regulamento Eleitoral para a Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, sob proposta n.º 03/CML/2017, que permitiu dar início ao processo de votação da lista ordenada dos candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, que decorre em simultâneo, nas 18 assembleias municipais da AML.
- Ainda nessa reunião, foi fixado o dia e hora para a eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa (CEML), que nos termos da Proposta n.º 04/CML/2017, se realizou no dia 11 de dezembro, entre as 19h00 e as 21h00.

- A par disso, foi aprovada cfr. Proposta n.º 06/CML/2017, a lista ordenada dos candidatos a membros da CEML a submeter a votação nas assembleias municipais da Área Metropolitana de Lisboa, com a seguinte composição:
    - Primeiro-secretário: Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho
    - Secretário Metropolitano: João Pedro de Campos Domingues
    - Secretário Metropolitano: Filipe Eduardo Miranda Ferreira
    - Secretário Metropolitano: Emanuel de Jesus Colaço Costa
    - Secretário Metropolitano: Carlos Alberto Picanço dos Santos

- Tendo a mencionada lista ordenada sido aprovada nas 18 assembleias municipais, os eleitos para a CEML foram convocados para tomar posse perante o Conselho Metropolitano de Lisboa, no dia 13 de dezembro.

Das deliberações aprovadas no Conselho Metropolitano, em grande parte tomadas sob proposta da Comissão Executiva Metropolitana (CEM), destacam-se as seguintes:

- Em 18 de janeiro, tendo apreciado e aprovado a Proposta n.º 007/CEML/2017 – Questão Aumento Tarifários, de iniciativa da CEM, deliberou o seguinte:
    - Solicitar ao Governo uma reunião urgente para análise e esclarecimentos dos termos das futuras atuações no âmbito do quadro legal de atribuições e competências na área dos transportes;
    - Solicitar à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) emissão de parecer urgente com vista à aclaração de diversos aspetos, designadamente quanto ao entendimento sobre o "aumento máximo médio";
    - Dirigir ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) um protesto formal pela forma como conduziu o processo dos aumentos tarifários;
    - Após emissão de parecer pela AMT, se o mesmo confirmar que houve incumprimento do Despacho normativo n.º 14-A/2016, de 16 de dezembro, notificar administrativamente os operadores para a necessidade de fundamentação dos aumentos tarifários superiores a 1,5%, título a título.

- Na mesma data, aprovou as Recomendações sobre a contratualização do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em BT, apresentadas na Informação n.º 41/AML/2017 – Adenda ao Novo Anexo I.
- Na reunião ordinária de 20 de julho, o Conselho Metropolitano apreciou e aprovou a Proposta nº 070/CEML/2017 – Inquérito à mobilidade - Acordo de Cooperação entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e Lisboa (AML) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), de iniciativa da CEM.

  A aprovação deste acordo de cooperação entre AML, AMP e INE, visou o desenvolvimento de inquéritos à mobilidade nas áreas geográficas das áreas metropolitanas, tendo em vista a caracterização dos padrões de mobilidade da população residente nos territórios por elas abrangidos. A divulgação pública dos resultados está prevista para junho de 2018.
- Reunido ordinariamente em 07 de setembro, o Conselho Metropolitano apreciou e aprovou a Proposta nº 106/CEML/2017 – Pré-anúncio de concurso de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na AML, de iniciativa da CEM.

No âmbito da atividade do Conselho Metropolitano de Lisboa, em 2017, realizaram-se ainda as seguintes reuniões:

- Reunião do Conselho de Concertação Territorial, realizada no dia 08 de fevereiro, em que esteve presente o então Presidente do Conselho Metropolitano, Dr. Basílio Horta. A reunião teve a seguinte agenda:
  1. Projeto de proposta de lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e as entidades intermunicipais
  2. Projeto de decreto-lei que altera a orgânica das CCDR
  3. Projeto de proposta de lei que cria as autarquias metropolitanas de Lisboa e Porto

- Reunião de trabalho com o Senhor Secretário de Estado Desenvolvimento e Coesão, Dr. Nelson de Souza, realizada no dia 20 de abril, no edifício sede da AML, em que foram abordadas as matérias relacionadas com os fundos comunitários, tendo estado presentes os membros do Conselho Metropolitano e da Comissão Executiva.



- Reunião com a Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Dra. Ana Sofia Antunes, no dia 24 de abril, na sequência de um convite dirigido por esta ao Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, em que esteve presente o então Primeiro-secretário Metropolitano, Eng.º Demétrio Alves. O tema da reunião foi a preparação da medida de política Modelo de Apoio à Vida Independente Execução, com vista à execução da tipologia de ação "Apoio à Vida Independente", prevista na PI 9.4 do PO Regional Lisboa 2020 que se encontra contratualizada com a AML através do Pacto.

- Encontro institucional do Presidente do Conselho Metropolitano, Dr. Basílio Horta, com o Presidente-executivo da ANA, Eng.º Carlos Lacerda, no dia 08 de junho, a pedido deste.

- Reunião Conselho de Concertação Territorial, realizada no dia 19 de junho, em que esteve presente o então Presidente do Conselho Metropolitano, Dr. Basílio Horta, subordinada ao tema Discussão sobre estratégia nacional para Post 2020.

Em 2017 o Conselho Metropolitano de Lisboa esteve representado nos seguintes eventos:

- Audição promovida pelo Grupo de Trabalho "Descentralização" criado no âmbito da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, que decorreu no dia 27 de abril, na Assembleia da República, e em que esteve presente o então Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Dr. Basílio Horta.
- Sessão "Os Desafios e Oportunidades dos Transportes na AML", em que participou, no dia 13 de dezembro, o Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Dr. Fernando Medina. Esta sessão faz parte do Ciclo de Palestras "Mobilidade – Tendências/Desafios/Realidades", evento organizado em conjunto pela SRS Advogados e pela Transportes em Revista.

No âmbito da preparação e do apoio às reuniões do Conselho Metropolitano de Lisboa, foram transcritas todas as reuniões, num total de cerca de 200 páginas, e elaboradas as respetivas atas.

Este apoio envolve o envio de convocatórias das reuniões, compilação de documentação, elaboração de dossiês técnicos temáticos, transcrição das reuniões e elaboração das respetivas atas ordinárias e extraordinárias, envio de editais às Câmaras Municipais da AML, dentro dos prazos legalmente previstos, e às Assembleias Municipais para conhecimento, e publicação em edital das deliberações e decisões previstas na Lei.

Na sequência das eleições autárquicas de outubro de 2017, os serviços da AML desenvolveram ainda todos os procedimentos necessários:

- À realização da primeira reunião do CML;
- À eleição do Sr. Presidente e Vice-presidentes do CML;
- À votação da lista ordenada dos candidatos a membros da CEML, realizada nas dezoito assembleias municipais integrantes da Área Metropolitana de Lisboa, no dia 11 de dezembro de 2017;
- À tomada de posse da CEML.

Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa

No que se refere ao funcionamento da Comissão Executiva Metropolitana (CEM), decorreram, em 2017, 26 reuniões ordinárias e três extraordinárias. Nessas reuniões, foram aprovadas 197 propostas, sendo de destacar as seguintes (para além das já referidas no ponto anterior de iniciativa da CEM e aprovadas também em sede do Conselho Metropolitano de Lisboa):

- Em reunião de 9 de janeiro aprovou a Proposta n.º 007/CEML/2017 – Analise e posição quanto ao aumento tarifário dos transportes da AML;

- Em 7 de fevereiro aprovou a abertura e das peças de procedimento para aquisição de serviços de subscrição de atualizações e upgrade de software e apoio técnico remoto de licenças. (Proposta n.º 015/CEML/2016);

- Em reunião de 21 de fevereiro aprovou na sua Proposta n.º 026/CEML/2017, a abertura e as peças do procedimento de concurso público com publicação no JOUE para celebração de acordo quadro com vista à seleção de fornecedores de refeições escolares;

- Em 7 de março foram aprovadas a candidatura e termos de referência, relativas ao aviso POSEUR 08-2016-74 – Elaboração e Monitorização do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, Proposta n.º 029/CEML/2017;

- Através da Proposta n.º 37/CEML/2017, em 21 de março, aprova a Modificação objetiva ao Contrato n.º 19/2016 - Aquisição de serviços relativos à realização de um estudo quantitativo das diferentes configurações do sistema tarifário e avaliação dos modelos de compensação financeira na Área Metropolitana de Lisboa;

- Em 04 de abril são aprovados o Relatório e Conta de Gerência do ano de 2016, através da Proposta 038/CEML/2017;

- Na reunião de 18 de abril, aprovou a Proposta n.º 051/CEML/2017, para a abertura e as peças de procedimento de Ajuste Direto – Regime Geral - para aquisição de estudo de atualização das distâncias médias de deslocação e de aplicação da chave dinâmica da repartição de receitas do título intermodal, que foi adjudicada na reunião seguinte, em 2 de maio, na Proposta n.º 060/CEML/2017;

- Em 16 de maio de 2017, é aprovada a Proposta n.º 070/CEML/2017, que aprova o Inquérito à mobilidade - Acordo de Cooperação entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e Lisboa (AML) e o Instituto Nacional de Estatística (INE);

- Na reunião de 9 de junho, com a Proposta n.º 073/CEML/2017 foram aprovadas a abertura e as peças do procedimento para aquisição de serviços de preparação de procedimentos concursais dos serviços de transportes;

- Em 20 de junho de 2017 aprova o Regulamento dos Procedimentos para Autorização de Exploração conjunta de Serviços Públicos de Transporte Rodoviário de Passageiros;

- Com a Proposta n.º 080/CEML/2017, é aprovado o relatório final, adjudicação e aprovação da minuta de contrato para aquisição de energia elétrica ao abrigo dos lotes 1 e 2 do acordo quadro para seleção de fornecedores de energia elétrica em regime de mercado livre da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa;

- Na data de 11 de julho foi aprovado o Relatório anual de monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (Proposta n.º 084/CEML/2017);

- Em reunião de 1 de agosto aprovou a Proposta n.º 095/CEML/2017 relativa à Aprovação da abertura e das peças de procedimento do ajuste direto para aquisição e implementação de um sistema de aviso sonoro à população face ao risco de tsunami no estuário do Tejo;

- A Proposta n.º 101/CEML/2017 referente à Aprovação da abertura e das peças de procedimento de ajuste direto para aquisição de serviços de desenvolvimento do curso de formação em Excel avançado, foi aprovada na reunião de 8 de agosto de 2017;

- Em 30 de agosto aprovou a Proposta n.º 106/CEML/2017, de anúncio de pré-informação relativo a um contrato de serviço público para exploração de serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa ao abrigo do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, para publicação no suplemento do Jornal Oficial da União Europeia;

- A 4 de outubro é aprovada a Proposta n.º 130/CEML/2017 referente à Aprovação da candidatura e dos documentos da participação no consórcio a DOMUSinMED – *Decarbornising and optimising mobility management in MED Urban areas with SUMP*;

- Nessa mesma data é aprovada a minuta do contrato no âmbito do procedimento do concurso público com publicação no JOUE para aquisição de serviços para a elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML), sobre Proposta n.º 135/CEML/2017;

- A Proposta n.º 145/CEML/2017 é aprovada na reunião de 17 de outubro e aprova o Procedimento do concurso público com publicação no JOUE para aquisição e implementação de um sistema de videovigilância florestal e apoio à decisão operacional no Parque Natural da Arrábida, Parque Natural de Sintra-Cascais e Mafra;

- Na reunião de 10 de novembro é aprovada a Proposta n.º 153/CEML/2017 para aquisição do serviço SIG.AML;

- Na reunião de 5 de dezembro é aprovada a Proposta n.º 161/CEML/2017, para aquisição de serviços para elaboração de artigo para a Revista Metrópoles nº 40;

- Também nessa mesma reunião foi aprovada a revisão do cálculo das compensações financeiras pela disponibilização dos títulos intermodais de transportes na AML - Anos de 2014, 2015 e 2016;

- Em 14 de dezembro foi aprovada a adjudicação e minuta do contrato fornecimento de serviços de consultoria no âmbito da preparação do concurso internacional do serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa ("AML"), Proposta n.º 169/CEML/2017;

- Na reunião de 20 de dezembro foi aprovada a proposta n.º 185/CEML/2017 sobre a verificação e aprovação das atualizações das tarifas, para 2018, dos títulos dos operadores cuja autoridade é AML, conforme aumento fixado no Despacho Normativo nº 21-A/2017 de 7 de dezembro de 2017;

- Na reunião de 29 de dezembro, última realizada no ano de 2017, foram aprovadas as Propostas n.º 193, 194, 195, 196 e 197/CEML/2017, relativas a:

    - Aprovação das compensações financeiras pela disponibilização dos títulos intermodais de transportes da AML, do ano de 2017;
    - Aprovação do estudo das distâncias médias;
    - Aprovação do estudo do sistema tarifário;
    - Aprovação do primeiro relatório do estudo para o desenho da rede de transportes para a AML;
    - Aprovação da Repartição de Receitas dos títulos intermodais de transporte – 3ºtrimestre de 2017.

No âmbito da atividade da CEM, em 2017, são de destacar, ainda, os seguintes eventos:

- 8 de março - 2ª reunião do Conselho Consultivo de Lisboa da ANA S.A.

- 10 de março - Participação no Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Civil - Conferência sobre a Mobilidade de Lisboa

- 15 de março - Reunião com a EDP comercial - Oportunidades Portugal 2020 e de Mercado Liberalizado de Energia;

- 27 de abril – Audição na Assembleia da República promovida pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;

- 18 de maio - 1º Encontro de Autoridades de Transportes Intermunicipais;

- 8 de junho – Reunião com o Conselho de Administração dos TST;

- 23 de junho - Audição Pública sobre Direito à Habitação – A intervenção Pública, promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP;

- 15 a 28 de agosto – Deslocação à China para participação no Seminário sobre a Construção e Planeamento Urbanístico para Países de Língua Portuguesa;

- 19 de setembro - 2º Encontro de Autoridades de Transportes Intermunicipais;

- 21 de setembro – Sessão pública de apresentação do Inquérito à Mobilidade;

- 26 de setembro - Reunião entre CIM e Áreas Metropolitanas com a ANACOM, sobre "O Sistema de Informação de Infraestruturas Aptas, anterior SIC, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 123/2009".

Ainda no âmbito do apoio à Comissão Executiva foram elaboradas todas as atas das respetivas reuniões.

De mencionar que, na sequência da aprovação da lista ordenada dos candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa (CEML), nas 18 assembleias municipais, no dia 11 de dezembro, como já foi referido anteriormente, os eleitos para a

CEML mandato 2017-2021 foram convocados para tomar posse perante o Conselho Metropolitano de Lisboa, no dia 13 de dezembro:



Conselho Estratégico de Desenvolvimento Metropolitano

Este órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da área metropolitana, constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses metropolitanos, e que teve a sua primeira reunião no dia 01 de abril de 2015, não realizou qualquer reunião em 2017.

Constituído formalmente por deliberação do Conselho Metropolitano de Lisboa de 18/12/2014, aprovada sob Proposta nº 14/CEML/2014 da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, tem a seguinte composição:

- Associação Industrial Portuguesa – Câmara de Comércio e Indústria
- Autoridade Marítima Nacional
- ANA – Aeroportos de Portugal, SA
- Associação Nacional de Freguesias
- Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
- Agência Portuguesa do Ambiente
- Administração Porto Lisboa
- Administração Porto Setúbal e Sesimbra
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP
- Confederação dos Agricultores de Portugal
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
- Sindicatos de LISBOA - USL/CGTP-IN
- Sindicatos de SETÚBAL - USS/CGTP-IN
- CIP – Confederação Empresarial de Portugal
- Confederação Nacional da Agricultura - Delegação de Lisboa
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
- Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
- Confederação Portuguesa de Pequenas, Micro e Médias Empresas
- Direção Geral de Energia e Geologia
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- Direção-Geral do Património Cultural
- Direção-Geral da Segurança Social

- Direção-Geral do Território
- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
- EP - Estradas de Portugal. S.A. (de acordo com o DL 91/2015, de 29 de maio, a REFER incorpora por fusão, a Estradas de Portugal e é, transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se – Infraestruturas de Portugal, S.A.)
- Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
- Comando Territorial de Lisboa da GNR
- Comando Territorial de Setúbal da GNR
- IAPMEI, IP - Agência para a Competitividade e Inovação
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-IUL
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
- IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
- Instituto Politécnico de Lisboa
- Instituto Politécnico de Setúbal
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera
- CESUR - Centro de Sistemas Urbanos e Regionais
- Liga dos Bombeiros Portugueses
- Liga para a Proteção da Natureza
- Comando Metropolitano da PSP
- Comando Distrital de Setúbal da PSP
- UGT Lisboa
- UGT Setúbal
- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas - FD - UL
- ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - UL
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - UTL
- Instituto Superior de Economia e Gestão - UL
- Universidade Católica Portuguesa
- Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNL
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL

Grupos de Trabalho

Além dos órgãos referidos, e de forma a apoiar os trabalhos da Comissão Executiva e do Conselho Metropolitano, partilhar experiências, debater assuntos de interesse metropolitano e tomar posições conjuntas, foram desenvolvidos trabalhos no âmbito dos seguintes grupos:

- Grupo de Trabalho Metropolitano da Educação (GTME)
- Grupo de Trabalho Metropolitano da Mobilidade e dos Transportes (GTMMT)
- Grupo de Trabalho Metropolitano da Saúde (GTMS)
- Grupo de Trabalho Metropolitano da Energia (GTMEN)
- Grupo de Trabalho Metropolitano do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente (GTMOUA)
- Grupo de Trabalho Metropolitano dos Fundos Comunitários (GTMFEEI)

Os grupos de trabalho integram responsáveis políticos municipais, técnicos municipais e no atual quadro legislativo, são coordenados pela Comissão Executiva Metropolitana.

No âmbito da atividade destes Grupos de Trabalho, em 2017 destacaram-se:

Grupo de Trabalho Metropolitano da Educação

O presente grupo desenvolve trabalho no domínio da educação, através da reflexão critica e da elaboração de documentos desde o mandato de 1998/2001.

Em 2017 realizaram-se diversas reuniões, nas quais foram abordadas as seguintes temáticas:

- Protocolo de cooperação com a ANQEP;
- Auxiliares de Ação Educativa (Rácios);
- POR Lisboa 2020 – Medida 10.1: Redução e prevenção do abandono escolar precoce;
- Escola Azul – Projeto da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental;
- Rede Formativa Profissional 2017/2018.

Grupo de Trabalho Metropolitano do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente

Na reunião de novembro de 2014 do Conselho Metropolitano de Lisboa foi acordada a criação de mais um grupo de trabalho permanente para as questões do ordenamento do território, e a par disso, dois grupos de trabalho específicos para tratar apenas as questões das políticas públicas de habitação e das frentes ribeirinhas.

Teve lugar no dia 30/03/2017, na sede da Área Metropolitana de Lisboa (AML), uma sessão aberta deste grupo de trabalho, na sequência de uma proposta de reflexão conjunta sobre o regime do cadastro geométrico e a transformação fundiária sugerida pela Direção Geral do Território (DGT).

Subjacente a esta proposta da DGT esteve a identificação, por parte desta instituição, da necessidade de envolver os municípios em ações preventivas da ocorrência de atos ilegítimos de fracionamento fundiário, no âmbito dos Processos de Reclamação Administrativa (PRA), procedimento da responsabilidade da DGT no âmbito das suas competências de conservação do cadastro geométrico da propriedade rústica.

Desta reunião destacaram-se as seguintes conclusões:

- No âmbito da verificação da conformidade com os IGTs, seria desejável que a informação certificada tivesse uma extensão apropriada à satisfação dos requisitos de informação para o parecer da DGT no âmbito dos PRA;
- Relativamente às questões relacionadas com a informação cadastral georreferenciada, considerou que será um tema que carece de aprofundamento de discussão com vista a uma articulação de ações e alocação de meios para as situações relacionadas com a existência de cadastro, enfatizando a sua importância, não só para o ordenamento do território, mas também para a economia do território e enquadramento financeiro/fiscal publico.

Grupo de Trabalho Metropolitano da Mobilidade e dos Transportes

Em 2017, pelas contingências do calendário eleitoral e o processo de instalação dos novos órgãos, realizaram-se apenas três reuniões do grupo de trabalho, que pela sua relevância representam sempre um significativo esforço de preparação de elementos técnicos e de reporte.

Grupo de Trabalho Metropolitano dos Fundos Comunitários

O grupo de trabalho dos Fundos Comunitários constituído pelos representantes políticos e técnicos dos 18 municípios da Área metropolitana de Lisboa, efetuou ao longo do ano de 2017 quatro reuniões, no âmbito da gestão do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PDCT/AML), a saber:

- 20 de abril – Análise global e informações relacionadas com a execução do PDCT/AML, estando presente o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão e Autoridade de Gestão do PORLisboa 2020.
- 11 de julho – Otimização do Fundo Social Europeu das Prioridades de Investimento: 8.3; 9.4; 10.1 e 8.3, no âmbito do Pacto.

Representações Institucionais

Em 2017 foi dado continuidade à representação da AML nos órgãos e instituições que integra nos termos da lei e/ou por solicitação da ANMP:

- Conselho de Concertação Territorial – Criado por Resolução de Conselho de Ministros nº 16/2014, é o órgão político de promoção da consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas infraestaduais, no plano regional e local. É integrado pelo Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa – mais informações na PARTE I, na área dedicada ao Conselho Metropolitano de Lisboa.
- Conselho Consultivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Criado em finais de 2011, decorrente de uma alteração aos estatutos da ANMP, só entrou em funções em 2012. Tem como competências apresentar sugestões e recomendações sobre assuntos de interesse municipal e sobre matérias relativas à atividade da ANMP. O representante da AML neste Conselho Consultivo é, por força da lei, o Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa.
- Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR-LVT - O CCI é o órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central, à escala da região de Lisboa e Vale do Tejo. O representante da AML é o Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa.
- Comissão de Acompanhamento do POR Lisboa 2020 – É um órgão colegial que, no âmbito do respetivo programa operacional é responsável por analisar e aprovar a metodologia e os critérios de seleção das operações, os relatórios de execução anuais e finais, as propostas da autoridade de gestão para alteração do programa e analisar as questões que afetem o desempenho do programa, a execução de grandes projetos, as ações destinadas a promover o desenvolvimento sustentável e a execução dos instrumentos financeiros. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Primeiro-secretário Metropolitano, Demétrio Alves.

- Comissão Diretiva do POR Lisboa 2020 – Trata-se de um órgão que integra a autoridade de gestão do POR Lisboa 2020.

- Ponto de contacto da AML para efeitos de delegação de competências - Adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML (PDCT-AML).

- Conselho de Administração da Administração do Porto de Lisboa, S. A. (APL, S. A.) e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A. (APSS, S. A.) - Nos termos do n.º 2 do art.º 3º do Decreto-lei n.º 15/2016, de 9 de março, um dos administradores da APL e da APSS é designado sob proposta do Conselho Metropolitano da AML.

  Assim, sob proposta da Comissão Executiva (Proposta nº 045/CEML/2016), o Conselho Metropolitano, em 21 de abril (Edital n.º 15/CML/2016) deliberou designar Ricardo Miguel Medeiros dos Santos como administrador da Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL, S.A.) e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (APSS, S.A.).

- Comissão Distrital de Proteção Civil – Por determinação da alínea b) do nº 1 do artigo 39º da Lei nº 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases de Proteção Civil), com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto. Foram designados, no mandato 2013-2017: Presidente da CM Torres Vedras, Carlos Manuel Soares Miguel (que, entretanto, saiu e assumiu funções como Secretário de Estado), o Presidente da CM Mafra, Hélder Sousa Silva e o Presidente da CM Odivelas, Hugo Martins.

- Conselho Consultivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - A orgânica das Administrações Regionais de Saúde (ARS), regulada pelo DL 222/2007, de 29 de maio, prevê, para estas entidades, um Conselho Consultivo que tem por competência a consulta, o apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação das Administrações Regionais de Saúde. O representante designado pela AML no mandato 2013-2017 foi o Presidente da CM Loures, Bernardino Soares.

- Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste – Definido nos termos do art.º 12º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), é órgão consultivo da ARH, estando nele representados ministérios, outros organismos da Administração Pública, os municípios diretamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso

consumptivo e não consumptivo da água na bacia hidrográfica respetiva, bem como as organizações técnicas, científicas e não-governamentais representativas dos usos da água na bacia hidrográfica. A AML indicou vogal no mandato 2013-2017, em representação da ANMP: o Presidente da CM Seixal, Joaquim dos Santos (efetivo) e o Presidente da CM Vila Franca de Xira, Alberto Mesquita (suplente).

- Conselhos Consultivos das Comarcas de Lisboa e Lisboa Norte - A Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, Lei da Organização do Sistema Judiciário, dispõe no art.º 109.º que em cada comarca existe um conselho com funções consultivas. Foram nomeados, no mandato 2013-2017, o Presidente da CM Alcochete, Luís Franco, e a Vereadora da CM Lisboa, Graça Fonseca (que, entretanto, saiu e assumiu funções como Secretária de Estado).

- Conselho Consultivo da Associação para a Promoção de Ativos Técnicos/ PSAT - Tem como principal objetivo o estabelecimento de uma parceria ativa com as forças de segurança de modo a melhorar os mecanismos de defesa das infraestruturas dos seus associados, contra o furto de metais. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Primeiro-secretário Metropolitano, Demétrio Alves.

- Conselho Consultivo do Metropolitano de Lisboa – Instituído com a publicação do DL 148-A/2009, de 26 de junho, que aprovou o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa. A representante da AML no mandato 2013-2017 foi a Sra. Presidente da CM Amadora, Carla Tavares.

- Conselho Consultivo Aeroportuário de Lisboa – No âmbito da privatização da ANA Aeroportos de Portugal, e dos acordos estabelecidos entre a VINCI Aeroportos, a ANA e o Estado português, foram criados Conselhos Consultivos Regionais, como órgãos de consulta e apoio ao desenvolvimento estratégico dos aeroportos da respetiva região. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Primeiro-secretário Metropolitano, Demétrio Alves.

- Comissão de Acompanhamento da Estrutura de Monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT) - A Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) acompanha a operacionalização do plano, através da respetiva Comissão de

Acompanhamento. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Primeiro-secretário Metropolitano, Demétrio Alves.

- Comissão de Acompanhamento do Programa do Turismo Sénior - A execução do Programa Turismo Sénior, aprovado pela Portaria nº 645/2010, de 30 de agosto é acompanhada por uma comissão criada para o efeito, que a AML integra em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Secretário Metropolitano, João Pedro Domingues.

- Grupo de elaboração do Relatório Nacional a apresentar na Conferência Habitat III – Criado para efeitos da elaboração do relatório Nacional a apresentar no quadro da *3rd Conference on Housing and Sustainable Urban Development – HABITAT III*, que decorreu em outubro de 2016, sob os auspícios das Nações Unidas. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Primeiro-secretário Metropolitano, Demétrio Alves.

- Grupo de Trabalho do Fórum Nacional de Utilizadores do Sistema de Monitorização Global do Ambiente e Segurança (GMES) - O GMES apoia a definição, a implementação e a monitorização de: (1) políticas comunitárias, regulamentações nacionais e convenções internacionais na área do ambiente; (2) políticas comunitárias e nacionais em áreas como agricultura, desenvolvimento regional, pescas, transportes, relações externas e ajuda humanitária; (3) políticas relacionadas com a segurança dos cidadãos, a nível nacional e comunitário. O representante da AML no mandato 2013-2017 foi o Secretário Metropolitano, Filipe Miranda Ferreira.

- Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística - A Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial, na reunião de 18 de novembro de 2009 e nos termos das suas competências decidiu que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto são convidadas a participar nas atividades que a Secção venha a desenvolver, nos casos em que as matérias em análise o justifiquem.

- Comissão Consultiva que apoia e acompanha o desenvolvimento do plano de situação na zona do espaço marítimo nacional compreendida entre a linha de base e o limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, com exceção das zonas do espaço marítimo nacional adjacentes aos

arquipélagos da Madeira e dos Açores compreendidas entre as linhas de base e o limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas marítimas – Nos termos do Despacho n.º 11494/2015, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 14 de outubro, foi acometida à Direção-Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos a elaboração do plano. A Comissão Consultiva (nos termos do n.º 2 do art.º 2º do Anexo I ao Despacho n.º 11494/2015) integra um representante da Área Metropolitana de Lisboa.

Em reunião do Conselho Metropolitano de 18 de fevereiro, foi deliberado mandatar a Comissão Executiva para designar o representante, o que sucedeu em 23 de fevereiro (Proposta n.º 033/CEML/2016): Primeiro-secretário Metropolitano, Demétrio Alves (efetivo) e Secretário Metropolitano João Pedro Domingues (suplente).

- Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) – Os PROF são instrumentos de gestão territorial sectoriais, previstos na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. Desenvolvem, a nível regional, as opções e os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas. Por Despacho n.º 782/2014 do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, de 17 de janeiro, foi determinado a revisão dos PROF em vigor, tendo sido acometido ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.) a responsabilidade da revisão. Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 114/2010, de 22 de outubro e 27/2014, de 18 de fevereiro, a Área Metropolitana de Lisboa consta da lista de entidades que integram a CA do PROF Lisboa e Vale do Tejo.

  Assim, a Comissão Executiva submeteu à aprovação do Conselho Metropolitano a Proposta n.º 089/CEML/2016, para a designação do Primeiro-Secretário Metropolitano, Demétrio Alves, como representante na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PROF, tendo a mesma sido aprovada pelo Conselho Metropolitano em 19 de maio (Edital n.º 22/CML/2016).

Representações em Redes Nacionais /Internacionais

A Área Metropolitana de Lisboa em 2017 participou em duas redes:

- A Metrex – Rede Europeia de Regiões e Áreas Metropolitanas – foi criada em 1996, na Conferência das Regiões Metropolitanas, em Glasgow, com o objetivo de fornecer meios para a promoção de uma gestão metropolitana eficiente.

  A AML é membro fundador da rede METREX, por estar vocacionada para as questões do planeamento do território na perspetiva metropolitana.

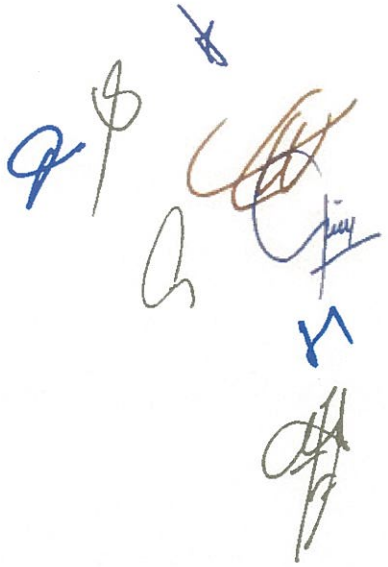
  Deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido, embora com algumas limitações, pois não foi possível realizar deslocações às reuniões internacionais realizadas e colaborar no espaço de discussão e estudo dedicado às questões metropolitanas.

- A Fórum Oceano tem como missão reforçar dinâmicas de cooperação estratégica entre atores - empresas, centros de IDT, instituições de ensino superior, organismos da Administração Pública - e promover a competitividade das principais cadeias de valor que utilizam o Mar e os recursos marinhos como elementos centrais da sua atividade. Pretende contribuir, desta forma, para o crescimento económico sustentável, para as exportações e para o emprego e para aumentar a importância relativa da economia do Mar na economia nacional. A associação conta com mais de 100 associados, ligados aos mais diversos setores da atividade da economia do Mar.



[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PARTE II – RECURSOS DA AML



[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PARTE II – RECURSOS DA AML

Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos traduz-se, no essencial, por trabalhar para e com as pessoas, não descurando a visão estratégica e os objetivos da organização nas suas diversas vertentes. Assim, em 2017 continuou a fomentar-se a transversalidade e o trabalho em equipa, com o objetivo de criar sinergias. Os colaboradores programaram e realizaram a sua atividade de forma articulada, orientando-se para os resultados a atingir, de acordo com as respetivas atribuições.

Os serviços da AML dispunham, a 31.12.2017, de 23 efetivos em exercício de funções na entidade, distribuindo-se os mesmos por 5 dirigentes, 14 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais. É de salientar que dos 7 postos de trabalho de técnico superior considerados cativos, no quadro infra, 4 postos de trabalho referem-se a pessoal em mobilidade noutra entidade pública, 2 postos de trabalho cativos de trabalhadores em período experimental, noutra entidade, e 1 posto de trabalho relativo a trabalhadora a desempenhar, atualmente, funções de dirigente na AML.

Categoria	N.º postos de trabalho (Mapa de Pessoal 013/CEML/2017)	Nº postos de trabalho ocupados a 31.12.2017	Nº postos de trabalho cativos a 31.12.2017	Nº postos de trabalho vagos a 31.12.2017
Dirigentes	9	5	0	4
Técnicos Superiores + Especialista Informática	30	14	7	9
Assistentes Técnicos + Téc. Informática	7	2	0	5
Assistentes Operacionais	2	2	0	0
Total	**48**	**23**	**7**	**18**

Relativamente ao número de postos de trabalho ocupados, os mesmos distribuíam-se pelas diversas unidades orgânicas, a 31.12.2017, da seguinte forma:

Mapa Resumo dos postos de trabalho ocupados com pessoal em exercício efetivo de funções no Departamento de Administração Geral a 31.12.2017					
UNIDADES	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	TOTAL
Departamento de Administração Geral	1	-	-	-	1
Divisão Técnico-Administrativa e de Recursos Humanos	-	6	2	2	10
TOTAL	1	6	2	2	11

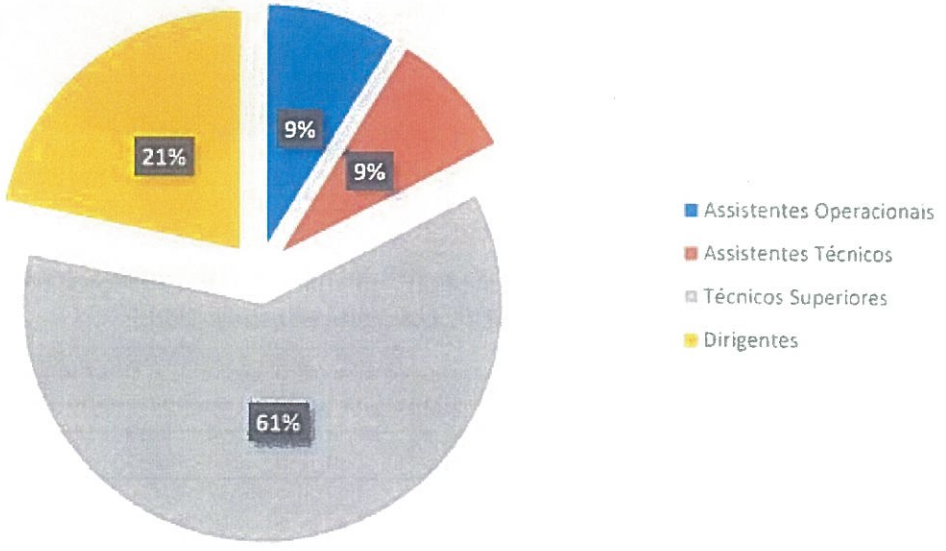
Mapa Resumo dos postos de trabalho ocupados com pessoal em exercício efetivo de funções no Departamento de Gestão do Território a 31.12.2017					
UNIDADES	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	TOTAL
Departamento de Gestão do Território	-	-	-	-	-
Divisão de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Territorial	-	-	-	-	-
Divisão de Ordenamento do Território, Ambiente e Urbanismo		2	-	-	2
TOTAL	-	2	-	-	2

Mapa Resumo dos postos de trabalho ocupados com pessoal em exercício efetivo de funções no Departamento de Gestão e Planeamento de Sistemas de Transporte e Mobilidade a 31.12.2017					
UNIDADES	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	TOTAL
Departamento de Gestão e Planeamento de Sistemas de Transporte e Mobilidade	1	-	-	-	1
Divisão de Planeamento e Coordenação	1	1	-	-	2
Divisão de Contratualização e Fiscalização	1	-	-	-	1
TOTAL	3	1	-	-	4

Mapa Resumo dos postos de trabalho ocupados com pessoal em exercício efetivo de funções na Equipa Multidisciplinar e Gabinetes a 31.12.2017					
UNIDADES	**Dirigentes**	**Técnicos Superiores**	**Assistentes Técnicos**	**Assistentes Operacionais**	**TOTAL**
Equipa Multidisciplinar para Gestão dos FEEI e do PDCT	1	2	-	-	**3**
Gabinetes	-	3	-	-	**3**
TOTAL	**1**	**5**	-	-	**6**

Mapa Resumo dos postos de trabalho ocupados com pessoal em exercício efetivo de funções por cargo/carreira/categoria a 31.12.2017	
Cargo/carreira/categoria	**TOTAL**
Dirigente ou equiparado	5
Técnico superior	14
Assistente técnico	2
Assistente operacional	2
Total	**23**

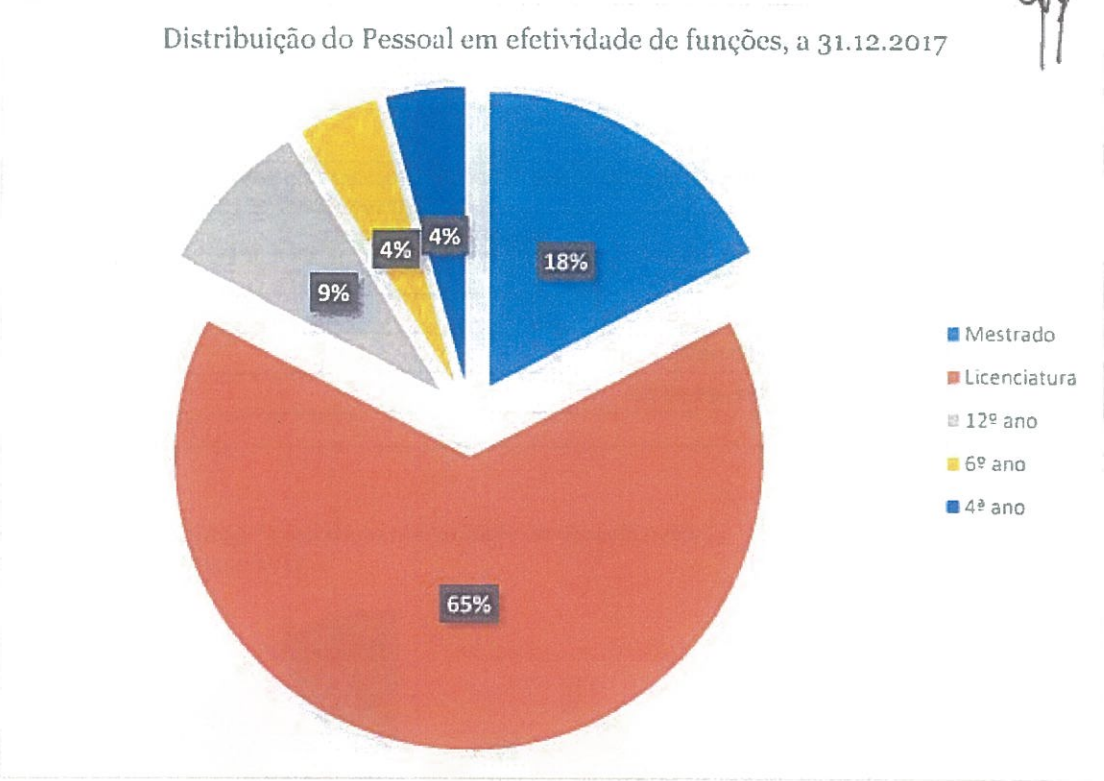
Distribuição do Pessoal em efetividade de funções, por categoria profissional, a 31.12.2017



Dos 23 efetivos, 13 são mulheres e 10 são homens, situando-se a média de idades nos 47 anos.

Não existem trabalhadores portadores de deficiência.

O nível habilitacional dos trabalhadores da AML é elevado, sendo que 83% são pelo menos licenciados.



A evolução do mapa de pessoal, nos últimos anos, relativa a pessoal efetivamente em funções na AML é a constante no quadro infra:

	2016	2017	Total
Entradas	13	5	18
Saídas	5	6	11
Saldo	8	- 1	7

Recursos Patrimoniais - Edifício

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML está prevista a submissão de uma candidatura para a melhoria da eficiência energética do edifício sede da AML, o palácio Mascarenhas, o qual tem como objetivo melhorar os níveis de eficiência energética do edifício, quer no plano do aproveitamento e produção de energia passiva, quer na melhoria dos níveis de isolamento e inércia térmica do edifício, e ainda na introdução de sistemas/ dispositivos para a redução dos consumos de energia elétrica e de água.

Em 2017 iniciaram-se as seguintes ações:

- Preparação do processo de candidatura (dependente da existência de adequados meios orçamentais e de condições próprias adstritas ao regulamento);
- Preparação do caderno de encargos respeitante ao projeto e intervenção para melhoria da eficiência energética do Palácio Mascarenhas;
- Apreciação do projeto e acompanhamento da intervenção.

Todo o processo de candidatura foi desenvolvido com a Agência Municipal de Energia de Almada (AGENEAL) nomeadamente a Auditoria e Certificação Energética do edifício.

No entanto, o aviso inicial foi anulado pela Autoridade de Gestão, devido à necessidade de rever e proceder a algumas alterações nas condições do respetivo aviso, nomeadamente as condições de elegibilidade e formatos de financiamento.

Neste sentido, estão a ser desenvolvidos esforços com a AGENEAL para reavaliar o novo processo de candidatura, adequar os elementos de preparação da candidatura já executados e prepará-los para submissão da candidatura, em abril de 2018, no quadro do novo aviso.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PARTE III – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - PROJETOS/AÇÕES

1. Incrementar a capacidade de gestão do território, apoiada numa estratégia de desenvolvimento sustentável

2. Melhorar o sistema de mobilidade e transportes metropolitano

3. Potenciar o Crescimento da Região

4. Promover a Educação e a Coesão Cultural e Social na AML

5. Apoiar a Modernização e Capacitação Institucional dos Municípios

6. Aproximar a AML dos Cidadãos

7. Promover a Qualidade dos Serviços



[PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PARTE III – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - PROJETOS/AÇÕES

Objetivos Estratégicos

Nos termos do Plano e Orçamento definido para 2017, elaborado de forma a assegurar a completa coerência de instrumentos de gestão para o planeamento, execução, monitorização e avaliação da atividade e desempenho, foram estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos da Área Metropolitana de Lisboa, que analisaremos em detalhe.

O Plano estava orientado para o cumprimento da visão, missão e objetivos que constam dos quadros seguintes:

Quadro 1 – Atribuições Legais

Visão: A AML tem como visão: a) Ser uma Entidade Intermunicipal de referência regional e nacional, procurando a excelência da gestão pública por si efetivada, e sempre orientada para a procura da coesão socioeconómica e territorial, a qualidade, a inovação, a eficiência e eficácia de processos, com permanente atenção aos valores sociais e humanitários; b) Ser uma Entidade Intermunicipal de expressão regional e com projeção nacional e internacional que aposta na cooperação e colaboração interinstitucional, nacional e internacional, otimizando os recursos e estruturas existentes e disponíveis; c) Ser uma entidade regional, capaz de impulsionar, conciliar, articular e harmonizar estratégias para o desenvolvimento da região capital; Pretende, ainda, ser capaz de implementar práticas de gestão que permitam identificar e satisfazer as necessidades dos municípios associados numa perspetiva regional e desenvolver estratégias que conduzam a uma maior coesão e articulação intermunicipal, com vistas para estádios mais avançados da gestão regional democrática.
Missão: A AML tem como missão promover, otimizar e defender interesses estratégicos da região metropolitana onde se insere a capital do país, integrando e potenciando as perspetivas dos municípios associados numa visão regional, bem como de outros agentes territoriais, públicos e privados com interesse coletivo, estimulando assim o desenvolvimento integrado, valorizando a cooperação interinstitucional, criando sinergias e maximizando resultados. Assim, a Missão da AML, concretizada, neste caso, através dos Serviços Metropolitanos, é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e integral, a coesão territorial e socioeconómica, a melhoria de qualidade de vida nos concelhos que a integram, no quadro das atribuições e competências que a lei lhe confere e os órgãos da AML decidam concretizar.

Atribuições (art.º 67.º do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro):
1 - As áreas metropolitanas visam a prossecução dos seguintes fins públicos:
a) Participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos com incidência na área metropolitana;
b) Promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
c) Articular os investimentos municipais de caráter metropolitano;
d) Participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
e) Participar, nos termos da lei, na definição de redes de serviços e equipamentos de âmbito metropolitano;
f) Participar em entidades públicas de âmbito metropolitano, designadamente no domínio dos transportes, águas, energia e tratamento de resíduos sólidos;
g) Planear a atuação de entidades públicas de caráter metropolitano.

2 - Cabe igualmente às áreas metropolitanas assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas:
a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
b) Rede de equipamentos de saúde;
c) Rede educativa e de formação profissional;
d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
e) Segurança e proteção civil;
f) Mobilidade e transportes;
g) Redes de equipamentos públicos;
h) Promoção do desenvolvimento económico e social;
i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

3 - Cabe ainda às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

4 - Cabe igualmente às áreas metropolitanas designar os representantes municipais em entidades públicas ou entidades empresariais sempre que tenham natureza metropolitana.

Atribuições como Autoridade de Transportes (art.º 4º do anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho):
1 — Constituem atribuições das autoridades de transportes a definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados.

2 — Para prossecução das suas atribuições, as autoridades de transportes têm as seguintes competências:
a) Organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados;
b) Exploração através de meios próprios e ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros;
c) Determinação de obrigações de serviço público;
d) Investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público;
e) Financiamento do serviço público de transporte de passageiros, bem como das redes, equipamentos e infraestruturas a este dedicados, e financiamento das obrigações de serviço público e das compensações pela disponibilização de tarifários sociais bonificados determinados pela autoridade de transportes;
f) Determinação e aprovação dos regimes tarifários a vigorar no âmbito do serviço público de transporte de passageiros;
g) Recebimento de contrapartidas pelo direito de exploração de serviço público de transporte de passageiros;
h) Fiscalização e monitorização da exploração do serviço público de transporte de passageiros;
i) Realização de inquéritos à mobilidade no âmbito da respetiva área geográfica;
j) Promoção da adoção de instrumentos de planeamento de transportes na respetiva área geográfica; e
k) Divulgação do serviço público de transporte de passageiros.

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS/ AÇÕES
1. Incrementar a capacidade de gestão do território, apoiada numa estratégia de desenvolvimento sustentável	1.1. Desenvolver Estudos, Planos Estratégicos e Sistemas Funcionais e Territoriais Intermunicipais
	1.2. Gestão de projeto da Rede Ecológica Metropolitana de Valorização da Natureza, da Biodiversidade, Recreio e Lazer
	1.3. Desenvolver o SIG Metropolitano
	1.4. Melhoria da Eficiência Energética do Palácio Mascarenhas
	1.5. Desenvolver o Centro para a Sustentabilidade Metropolitana
	1.6. Projeto de Investigação Científica e Desenvolvimento – Diversificação da Oferta Turística na AML
2. Melhorar o sistema de mobilidade e transportes metropolitano	2.1. Reforço técnico e humano com vista à capacitação operacional da AML, enquanto autoridade de transportes
	2.2. Dotar a AML de ferramentas de desmaterialização dos processos de validação, autorização e ajustamento aos serviços de transporte e de fiscalização e definição dos procedimentos e instrumentos regulamentares e dos serviços para o exercício das suas atribuições enquanto Autoridade de Transportes
	2.3. Promover os estudos de base para os futuros concursos de transporte público
	2.4. Revisão do sistema tarifário, abrangendo todo o território e todos os operadores, de forma a promover o crescimento dos passageiros e recorrendo a soluções tecnologicamente inovadoras, integradoras e facilitadoras
	2.5. Promover a mobilidade sustentável muito em particular do ponto de vista socioeconómico, e o sistema público de transporte de passageiros, desenvolvendo sistemas de informação e facilitação dos transportes públicos, iniciativas e ações de informação e sensibilização que contribuam para uma mudança de comportamentos e permitam uma escolha mais informada sobre as soluções de mobilidade.
	2.6. Celebrar contratos interadministrativos com o Estado, comunidades intermunicipais, e/ou municípios, com vista à assunção, total ou parcial das competências que lhes cabem enquanto autoridades de transportes
	2.7. Monitorizar a qualidade dos serviços de transporte, incluindo o acompanhamento e fiscalização das concessões e dos contratos interadministrativos a celebrar
	2.8. Outras atividades
3. Potenciar o crescimento da região	3.1. Promover a Gestão de Fundos Comunitários no âmbito das competências contratualizadas com as Autoridades de Gestão
	3.2. Promover candidaturas metropolitanas e intermunicipais em particular aos FEEI

4.Promover a educação e a coesão cultural e social na AML	4.1. Editar a Agenda Cultural e Social Metropolitana
	4.2. Potenciar o Projeto Orquestras Geração – Sistema Portugal
	4.3. Desenvolver o Centro de Documentação da AML
	4.4. Desenvolver Protocolos de colaboração e cooperação com vista ao apoio a ações técnico-científicas, de divulgação e de promoção cultural e desportiva
	4.5. Promover Iniciativas Culturais (prémios, eventos, etc.)
	4.6. Conceção e desenvolvimento do Projeto Educativo Metropolitano
	4.7. Candidatura PORLX2020 - Pacto Territorial Empregabilidade
5. Apoiar a modernização e capacitação institucional dos Municípios	5.1. Potenciar a ação da Central de Compras Eletrónicas
	5.2. Promover a Formação Profissional Municipal e Intermunicipal para uma região do conhecimento
6. Aproximar a AML dos cidadãos	6.1. Relações com a comunicação social e gabinetes de comunicação dos municípios
	6.2. Elaborar de um Kit Imprensa /Kit Boas Vindas
	6.3. Proceder ao processamento de pedidos de informação, reclamação e sugestão dos cidadãos
	6.4. Potenciar a comunicação institucional e dinamizar o website AML e Facebook
	6.5. Dar continuidade às publicações
	6.6. Organizar conferências, seminários e outras ações de informação, debate e sensibilização
	6.7. Promover a marca AML
7. Promover a qualidade dos serviços	7.1. Potenciar os meios digitais
	7.2. Valorizar e formar os trabalhadores da AML

1. Incrementar a capacidade de gestão do território, apoiada numa estratégia de desenvolvimento sustentável

1.1. Desenvolver Estudos, Planos Estratégicos e Sistemas Funcionais e Territoriais Intermunicipais

Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML)

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC-AML) está previsto – enquanto operação – no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PDCT-AML).

Os trabalhos de planeamento e programação desenvolvidos no âmbito da preparação e instrução da candidatura da operação para elaboração e monitorização do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML), tiveram início em 2016, tendo ficado concluídos no primeiro trimestre de 2017 com a apresentação da candidatura da operação em março desse ano. Por deliberação da Comissão Diretiva do PO SEUR, em maio, a candidatura, com um montante total de investimento de 679.411,46€, e cofinanciamento a uma taxa de 85%, foi aprovada e o respetivo termo de aceitação assinado em junho de 2017. Ao abrigo do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, foi lançado, no dia 19/07/2017, procedimento de Concurso Público, com publicação no JOUE, para "Aquisição de serviços para a elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa". Cumpridos os requisitos legais inerentes a este tipo procedimento, a execução do contrato teve início em janeiro de 2018.

O PMAAC-AML, enquadrando-se com a visão e objetivos da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC 2020) e, concertado com as estratégias municipais existentes, pretende corresponder ao instrumento de planeamento que proporá o enquadramento estratégico e operacional no domínio da adaptação às alterações climáticas nos territórios da Área Metropolitana de Lisboa e pretende responder a três objetivos:

1. Promoção da melhoria do conhecimento técnico-científico e a sua aplicação ao território metropolitano no domínio da adaptação às alterações climáticas

2. Capacitação institucional e das comunidades territoriais no domínio da adaptação às alterações climáticas

3. Adoção de uma cultura transversal de adaptação

O primeiro objetivo prevê que os trabalhos a desenvolver concorram para a definição de um cenário base de adaptação para a AML, fundamentado na contextualização climática, na aplicação de modelos climáticos, e complementado com análises de diagnóstico e de carácter prospetivo com incidência na dimensão socioeconómica e no contexto institucional. Concorrem ainda para a concretização deste objetivo as atividades de avaliação dos riscos e vulnerabilidades para o território da AML à escala concelhia, na medida em que este conhecimento se considerará crucial para fundamentar opções de adaptação a perspetivar. Os trabalhos a realizar no âmbito deste objetivo serão realizados na Fase 1 (Cenário Base de Adaptação) e na Fase 2 (Impactes e Vulnerabilidades) do PMAAC-AML.

O cenário base de adaptação constitui um ponto de partida para o desenvolvimento do plano e assenta no referencial das estratégias e políticas de adaptação às alterações climáticas no âmbito Europeu e Nacional, em princípios de adaptação consensualizados e em categorias relevantes de dados e indicadores nomeadamente quanto às características climáticas atuais, histórico e tendências de evolução, impactos e vulnerabilidades, constatadas em termos de território e por sectores de atividade, condições ambientais, socioeconómicas e políticas, planos e medidas de adaptação, adotados, em curso ou previstos.

A identificação e avaliação de vulnerabilidades será orientada para a melhoria do conhecimento sobre o comportamento dos diferentes sistemas e sectores perante as alterações climáticas, partindo da observação das respetivas características e contextos, fontes de pressão, impactos previsíveis, fragilidades, resiliências, suscetibilidades, exposição e capacidade adaptativa, definindo-se, para o efeito, os indicadores necessários. A identificação e avaliação de vulnerabilidades será estruturada por sectores, e por município, e considerará a situação atual e projeções futuras.

O segundo objetivo do PMAAC-AML pressupõe que o conhecimento técnico-científico constitui o alicerce das práticas de adaptação, mas que a adoção generalizada de uma

cultura de adaptação está igualmente dependente outros três fatores: da capacidade de se generalizar esse conhecimento, da existência de um contexto institucional e comunitário cooperante e consciencializado, e finalmente, da capacidade dos agentes territoriais para apreenderem os princípios adaptativos e os concretizarem. Nesse sentido, enquadram-se neste objetivo estratégico os trabalhos de capacitação e consciencialização no domínio das alterações climáticas previstos ao longo das três fases do plano, quer seja pela capacitação das instituições, ou através de ações de sensibilização que se proponham a uma divulgação mais generalizada da informação e que, por esta forma, capacitem as comunidades territoriais no âmbito desta temática. Prevêem-se, a este propósito, a realização de sessões de capacitação, destinada a agentes locais, e a realização de sessões de sensibilização e participação, destinadas a um público mais alargado, para além da organização de conferências/seminários de lançamento, de acompanhamento e de encerramento dos trabalhos do Plano.

Finalmente, o terceiro objetivo, concretizado na Fase 3 do Plano (Opções de Adaptação), procura capitalizar os trabalhos resultantes do desenvolvimento das duas fases anteriores de modo a definir opções de adaptação às alterações climáticas ajustadas ao território da Área Metropolitana de Lisboa, com incidência específica na formulação de medidas e ações de adaptação aplicáveis aos territórios e aos sectores estratégicos definidos, particularmente quanto à promoção da integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento municipal e intermunicipal.

Pretende-se com as opções de adaptação a identificar reduzir as vulnerabilidades e a exposição aos riscos climáticos, minorar, relativamente às comunidades, sectores de atividade e meio-ambiente, as consequências provenientes das alterações do clima, promover a derivação de políticas e a alteração de comportamentos que se mostrem necessários, aumentar a resiliência territorial, incrementar a resistência a eventos meteorológicos extremos e melhorar a capacidade de resposta em situações de emergência.

O processo de elaboração do PMAAC-AML, vai estender-se durante 18 meses, até julho de 2019, período durante o qual se desenvolverão as três fases previstas.

O PMAAC-AML, enquanto plano de adaptação às alterações climáticas de escala metropolitana, assume um carácter inovador e, de certa forma, pioneiro. Adjetivos que se justificam dada a sua natureza (de plano) e devido à sua escala (metropolitana). Perspetiva-se assim que, pela sua natureza o PMAAC-AML seja capaz de catalisar uma

tendência de implementação de princípios e ações de adaptação, que, pelo seu carácter metropolitano, deverá ter influência na implementação a nível local.

Neste contexto, e atendendo ao desígnio e aos objetivos do PMAAC- AML, pretende-se que, com a implementação do projeto, resulte:

a) Mais e melhor informação técnico-científica sobre a temática da adaptação às alterações climáticas, contribuindo, designadamente, para o suprimento de lacunas na identificação e análise dos perigos, riscos, vulnerabilidades e exposição dos diferentes sistemas, face ao cenário atual e cenários futuros;
b) Produção de informação territorialmente contextualizada, adaptada e útil à aplicação prática, e que por essa via, concorra para maior probabilidade de efetiva concretização de medidas de adaptação;
c) Uma maior capacitação institucional, que por via da capacitação técnica, contribua para um contexto institucional cooperante e consciencializado;
d) Capacitação das comunidades territoriais, por via da sensibilização para a temática da adaptação às alterações climáticas;
e) A definição de um enquadramento estratégico e proposição de um enquadramento operacional que se encontre alicerçado nas opções de adaptação aferidas, bem como em práticas e soluções contextualizadas ao território da AML propostas após análise de benchmarking nacional e internacional, e que decorram de análise multicritério com priorização e estimativas de custos de não- adaptação;
f) Promoção, por via dos trabalhos desenvolvidos, da adoção e integração de princípios e procedimentos de adaptação às alterações climáticas nos sectores prioritários determinados e sobre as áreas temáticas definidas, particularmente no âmbito da promoção da integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento municipal e intermunicipal;
g) Um contributo para a prossecução dos objetivos da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020, da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AML, do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML, do Portugal2020 e do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

Implementação de um sistema de videovigilância florestal nos parques naturais da Arrábida e Sintra-Cascais com extensão a Mafra

A AML, através do seu PDCT, contratualizou, em agosto de 2015, com a Autoridade de Gestão (AG) do PO SEUR, a implementação de sistemas de videovigilância florestal, a instalar no parque natural da Arrábida e no parque natural de Sintra-Cascais, com extensão do sistema existente no município de Mafra, que ficaram enquadrados na prioridade de investimento 5.2 dedicada à promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.

As candidaturas ao Aviso POSEUR-10-2016-76 foram submetidas a 17 de fevereiro de 2017, tendo sido aprovadas, pela AG do PO SEUR no primeiro semestre de 2017, representando um investimento total de €566.636,66, financiado a 85% pelo Fundo de Coesão.

As ações previstas no projeto visam a instalação de catorze torres de videovigilância em locais estratégicos dos territórios abrangidos, a criação de centros de controlo e gestão e postos de operação nas estruturas de comando distritais (de Setúbal e Lisboa) da Autoridade Nacional de Proteção Civil e Guarda Nacional Republicana, com a possibilidade de interfaces para a AML e para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P. e municípios abrangidos, bem como o desenvolvimento de uma rede de comunicações dedicada.

Em julho de 2017 foi lançado o procedimento de concurso público com publicidade no Jornal Oficial na União Europeia. No decurso do procedimento os potenciais interessados apresentaram uma lista de erros e omissões, identificando, entre outros aspetos, a obrigatoriedade de a entidade adjudicante disponibilizar informação técnica que permita aferir e elucidar da existência de interoperabilidade entre o sistema a propor no âmbito do concurso e o já existente em operação no Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa. Para o efeito, foram solicitados pedidos de colaboração às entidades utilizadoras do sistema (ANPC e GNR), sendo que não foi possível obter as informações técnicas necessárias, dado que estas entidades não são detentoras do sistema, mas sim utilizadoras.

Face à impossibilidade de disponibilização aos interessados das especificações técnicas referentes aos requisitos de interoperabilidade, a AML solicitou esclarecimentos junto da AG do PO SEUR quanto à possibilidade de prosseguir com o procedimento concursal

extraindo deste a obrigatoriedade do requisito de interoperabilidade tecnológica entre os sistemas, sem que tenha obtido resposta por parte desta entidade.

Perante o quadro explanado, enão sendo possível à AML disponibilizar a matriz técnica de interoperabilidade entre sistemas, pelo que, em sede de Comissão Executiva Metropolitana, foi deliberada, a anulação da abertura do procedimento de concurso público para aquisição e implementação de um sistema de videovigilância florestal e apoio à decisão operacional no parque natural da Arrábida e no parque natural de Sintra-Cascais e Mafra.

Implementação de um sistema de aviso e alerta de tsunami no estuário do Tejo

A operação de implementação de um sistema de aviso e alerta de tsunami no estuário do Tejo, encontra-se inscrita no PDCT-AML, no Eixo 1 – Valorização Territorial e Resiliência Comunitária, através da medida 1.3 – reforço da gestão face aos riscos.

A candidatura ao Aviso POSEUR-10-2016-76 foi submetida a 17 de fevereiro de 2017 tendo sido aprovada em maio.

Com um investimento total de 283.313,20 euros, é uma operação cofinanciada a 85% pelo Fundo de Coesão.

Este projeto piloto, concebido e elaborado em cooperação com os municípios de Cascais e de Lisboa, onde será implementado, tem como objetivo a promoção da capacitação dos territórios e dos agentes de proteção civil metropolitanos no domínio da mitigação e gestão do risco de tsunami, incrementando a resiliência das comunidades a este fenómeno e contribuindo para a redução das perdas resultantes de eventos extremos.

A implementação do sistema de aviso e alerta de tsunami na AML, contempla três vertentes de atuação: sistemas de monitorização, sistemas de aviso e ações de sensibilização/informação à população.

No domínio dos sistemas de monitorização, está prevista a aquisição de dois marégrafos, com registo digital, com o objetivo de monitorização das marés e de avaliação potencial da severidade do tsunami, diretamente ligados ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), entidade nacional responsável pela deteção e emissão de alerta, em caso de tsunami.

Ao nível do sistema de aviso às populações, o projeto contempla a implementação de quatro postos de aviso sonoro fixos e de painéis informativos, a instalar em pontos específicos nas zonas costeira de Cascais e ribeirinha de Lisboa. Os postos de aviso sonoro têm a finalidade de difundir avisos sonoros e instruções de atuação à população em caso de emergência, acionados diretamente no local, ou através dos centros de operações de emergência municipais. Estes dispositivos serão equipados com a possibilidade de gravação de mensagem de voz, possibilitando aos serviços de proteção civil a sua utilização para transmissão de orientações e indicações à população e mensagens de coordenação às equipas envolvidas nas operações de socorro na área afetada.

A complementar a atuação destes postos de aviso sonoro, serão instalados painéis informativos interativos, em locais públicos de grande concentração de população, com o objetivo de divulgação de avisos e informação sobre o perigo de tsunamis e respetivas medidas e comportamentos de autoproteção a adotar.

O sucesso de um sistema de aviso depende da capacidade da população reconhecer e interpretar os sinais informativos por ele emitidos, pelo que a componente da sensibilização/informação é de grande relevância, constituindo-se o terceiro domínio de atuação deste projeto e transversal aos demais.

Nesta área, estão previstas diversas ações:

- criação de conteúdos audiovisuais exclusivos (vídeos e spots informativos, filme de sensibilização com recurso a animação 3D), para integração nos painéis informativos;
- produção de folhetos informativos multilíngues, sobre o perigo de tsunami e respetivas medidas e comportamentos de autoproteção a adotar em caso de emergência;
- conceção de mensagens-tipo de aviso e alerta a integrar em aplicações móveis existentes ou em desenvolvimento pelos serviços municipais de proteção civil, visando a normalização de procedimentos de disseminação de informação à população, à escala metropolitana;
- colocação de sinalética de emergência ao longo de percursos de evacuação, a partir dos principais locais de lazer, comerciais e turísticos, de concentração de população nas zonas costeiras (Cascais-Estoril) e ribeirinha (Lisboa), para pontos de encontro ("lugares seguros");

- conceção de material educativo (tinas de tsunami), para utilização em ações de informação e sensibilização da população.

No segundo semestre de 2017 foi lançado o procedimento concursal para aquisição do sistema de aviso sonoro, sendo a componente de investimento que se encontra, atualmente, em execução.

1.2. Gestão de projeto da Rede Ecológica Metropolitana de Valorização da Natureza, da Biodiversidade, Recreio e Lazer

A fundamentação desta ação resulta da necessidade de integrar um conjunto de projetos de valorização da natureza, da biodiversidade, recreio e lazer, a serem desenvolvidos em diferentes Municípios da Área Metropolitana, e de lhes conferir uma lógica de rede, essencialmente do ponto de vista das interações e sinergias que possam incrementar o potencial parcelar e contribuir para a concretização de objetivos de proteção, valorização, perceção e fruição destas áreas numa dimensão metropolitana.

Trata-se de um projeto que prevê as seguintes dimensões:

- Acompanhamento dos projetos dos Municípios e sistematização das ações preconizadas e dos objetivos estabelecidos;
- Integração das propostas na dimensão metropolitana, proporcionando uma plataforma de "benchmarking", recenseando interações, complementaridades e sinergias potenciais;
- Articulação e formulação de propostas nas vertentes pedagógica, de sensibilização ambiental, e turística, desenvolvidas num conceito de rede e tendo em conta a dimensão metropolitana.

No ano de 2017, dinamizou-se a primeira dimensão de acompanhamento dos projetos municipais.

1.3. Desenvolver o SIG Metropolitano

Durante o ano de 2017 as ações realizadas no âmbito do desenvolvimento da infraestrutura de informação geográfica da AML orientaram-se para a estruturação e disseminação de informação geográfica de âmbito metropolitano, salvaguardando a

necessidade de harmonização de dados e a promoção de soluções tecnológicas para a interoperabilidade.

Consideram-se os seguintes eixos:

1. Suporte à atividade da AML de forma transversal, assegurando a existência de uma base de informação de referência, à escala metropolitana de suporte às ações de gestão e planeamento estratégico, sobretudo nas áreas de transportes e planeamento e gestão do território.
2. Comunicação com a sociedade, contribuindo para a promoção e divulgação da identidade metropolitana através da disponibilização de informação georreferenciada, incluindo o Atlas da AML.

No primeiro eixo procedeu-se à gestão de utilizadores e à integração da informação em base de dados multiutilizador, instaladas em servidor, garantindo que para as atividades de gestão e planeamento desenvolvidas pelas diferentes unidades orgânicas, suportadas em informação geográfica, os utilizadores tenham acesso a dados com uma gestão centralizada e sujeita a procedimentos de segurança e integridade.

No segundo eixo foram desenvolvidas atividades de manutenção e monitorização do ATLAS da AML.

1.4. Melhoria da Eficiência Energética do Palácio Mascarenhas

Trata-se de um projeto com candidatura prevista no âmbito do PORLisboa e que tem como objetivo melhorar os níveis de eficiência energética do edifício onde está instalada a AML, quer no plano do aproveitamento e produção de energia passiva, na melhoria dos níveis de isolamento e inércia térmica do edifício, e ainda na introdução de sistemas/ dispositivos para a redução dos consumos de energia elétrica e de água.

Conforme acima referido, está previsto que a candidatura de formalize em abril de 2018, no quadro do novo aviso.

1.5. Desenvolver o Centro para a Sustentabilidade Metropolitana

Não foram desenvolvidas novas ações no âmbito do Centro para a Sustentabilidade Metropolitana em 2017.

1.6. Projeto de Investigação Científica e Desenvolvimento – Diversificação da Oferta Turística na AML

Projeto da iniciativa e responsabilidade da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), concorrente a financiamento no âmbito dos Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico financiáveis pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE) e pelo Programa Operacional Regional de Lisboa 2020. AAC 2/SAICT/2016.

Projeto centrado no alargamento, diversificação e organização da oferta turística na Área Metropolitana de Lisboa, este assume a proposta de atingir os seguintes resultados: a elaboração de rotas, circuitos e itinerários, a criação de modelos de eventos, a criação de protótipos de modelos de negócio, a criação de produtos multimédia e a realização de encontros de divulgação.

Em 2017 a AML foi informada de que o projeto tinha sido aprovado, e que teria sido concedido financiamento para a sua execução. Realizou-se ainda, em setembro de 2017, uma primeira reunião de trabalho.

Tratando-se de um projeto da ESHTE, a intervenção da AML fez-se ao nível da monitorização do projeto.

2. Melhorar o sistema de mobilidade e transportes metropolitano

No seguimento do cumprimento da obrigação legal de validação dos serviços de transporte rodoviário de passageiros carregados no SIGGESC (Sistema de Informação de Gestão de Carreiras) e da emissão das respetivas Autorizações Provisórias (AP), em 2017, a atividade do Departamento de Gestão e Planeamento dos Sistemas de Transporte e Mobilidade (DGPSTM) pode sistematizar-se em três eixos de intervenção:

- A gestão processual decorrente das atribuições da AML no sistema de transporte rodoviário de passageiros, onde se incluem a apreciação dos pedidos de ajustamento às AP (nos termos do Regulamento 1003/2016 da AML) e das alterações provisórias aos serviços, os pedidos de serviços de transporte flexível (de acordo com o Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de junho), entre outros, com envolvimento dos municípios e operadores e repercussões diretas para os cidadãos no serviço de transporte público prestado;
- O sistema tarifário e a compensação das obrigações de serviço público existentes, com todas as atividades relacionadas com o aprofundamento e tratamento dos dados do sistema de bilhética, os cálculos da repartição de receitas e das compensações financeiras pela disponibilização dos títulos intermodais, o cálculo da compensação do Social+, o aprofundamento do conhecimento e caracterização do sistema tarifário e a verificação do cumprimento da atualização tarifária nos estritos limites do aumento tarifário permitido legalmente, com implicações imediatas para os operadores, a OTLIS e as entidades públicas envolvidas e com responsabilidades no sistema;
- O planeamento e estudo da mobilidade e do sistema de transportes na AML, desenvolvendo e acompanhando um conjunto de trabalhos de caracterização e aprofundamento do conhecimento sobre o sistema de transportes e diversas componentes e subsistemas da mobilidade, bem como promovendo iniciativas que contribuam para uma mobilidade mais sustentável, que auxiliarão e fundamentarão as opções ao nível das decisões da AML e dos municípios nas suas responsabilidades de Autoridade de Transportes.

Assim, a gestão processual contribui para o conhecimento da rede e oferta atual, o sistema tarifário permite um conhecimento do potencial de receitas do sistema tarifário

atual e as validações disponibilizam a informação de base sobre a procura e a definição da matriz das deslocações em transporte público, enquanto o planeamento e estudo da mobilidade deverão alimentar um observatório da mobilidade e o processo de desenho da nova rede de serviços de transporte a contratualizar, para além de todo o potencial de definição de políticas e iniciativas para a mobilidade sustentável que esta informação e conhecimento possibilitam.

Este conjunto de atividades convergem e alicerçam os trabalhos próximos de desenho da rede de transportes e elaboração das peças do processo de contratualização dos serviços de transporte rodoviário de passageiros.

2.1. Reforço técnico e humano com vista à capacitação operacional da AML, enquanto autoridade de transportes

Na sequência da extinção da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) e a assunção das suas atribuições pela AML em 2015, no ano em análise (2017), nenhum técnico da antiga Autoridade prestava funções na AML, existindo duas técnicas com vínculo no DGPSTM a exercer funções, em regime de mobilidade, no IMT.

Nesse sentido, tendo presente o conjunto de competências próprias e delegadas, as obrigações decorrentes do enquadramento legislativo nacional e europeu e a complexidade técnica das atribuições e competências da AML – entre as quais se incluem as matérias relacionadas com o sistema tarifário, os cálculos da repartição de receitas e compensações pelos títulos intermodais, a preparação do procedimento contratual do serviço rodoviário de passageiros – o Departamento procurou o reforço da sua capacidade quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, mas também diversificando as suas competências.

Assim, o Departamento inicialmente contava a com uma equipa de cinco elementos (incluindo as chefias) e um consultor a tempo parcial para a gestão da Base de Dados e desenvolvimento de aplicações informáticas para o sector dos transportes, dispondo, no final do ano, de nove elementos, incluindo os prestadores de serviços, mantendo-se a consultoria para a gestão da Base de Dados.

Importa sobretudo realçar que, por um lado, o Departamento passou a contar com prestadores de serviços com as novas valências de engenharia, economia e informática e, por outro, passou a dispor de um reforço de uma capacidade técnica com dois

prestadores de serviços com doutoramento nas áreas de Transportes e de Engenharia Civil.

2.2. Dotar a AML de ferramentas de desmaterialização dos processos de validação, autorização e ajustamento aos serviços de transporte e de fiscalização e definição dos procedimentos e instrumentos regulamentares e dos serviços para o exercício das suas atribuições enquanto Autoridade de Transportes

Pela relevância das atribuições da AML e volume de informação sobre o sistema de transportes, a capacitação para o tratamento da informação do sistema de bilhética constituiu uma prioridade. A experiência adquirida no ano de 2016 revelou a necessidade não só de um sistema de elevada capacidade (a AML recebe em cada envio mensal entre 45 a 50 milhões de validações e 3,5 a 4 milhões de registos de vendas) mas também muito complexo e capaz de identificar incoerências dos dados disponibilizados.

As fragilidades, erros e incoerências dos dados disponibilizados pelo sistema de bilhética existente – a arquitetura do sistema gerido pela OTLIS configura um modelo em que o mesmo não é, em si, um sistema puro de bilhética mas sim um agregador de diversos sistemas de bilhética detidos por cada um dos operadores e um sistema de venda de títulos de transporte – obrigaram ao desenvolvimento de procedimentos integrados na base de dados e um programa de verificação, validação e classificação dos dados antes da sua disponibilização e cálculos.

Os trabalhos de desenvolvimento deste programa obrigaram a uma permanente interação com a OTLIS e, numa segunda fase, com o envolvimento dos próprios operadores, no sentido de sucessivamente se validar e corrigir os dados disponibilizados e se definir as suas características, de forma a permitir o seu processamento e apuramento automático.

As sucessivas incoerências dos dados disponibilizados e esta interação representaram que a AML teve de receber diferentes versões dos dados de cada um dos meses, correspondendo, a título de exemplo, a nove versões das validações só do mês de janeiro (representando, no total, ao processamento de mais de 400 milhões de registos só para esse mês).

Neste sentido, e numa perspetiva das futuras necessidades, a AML dotou-se desde já de um servidor de elevada capacidade de armazenamento e de processamento. De notar que a AML recebe igualmente da parte de cada um dos operadores os dados de vendas de títulos de transporte, que analisa e arquiva.

Por outro lado, e tendo em conta um maior conhecimento o sistema de bilhética, o Departamento aperfeiçoou os procedimentos já consolidados em 2016 e desenvolveu neste ano um programa que lhe permite já efetuar os cálculos da "receita comercial", respondendo em poucos dias à validação e cálculo das compensações financeiras dos títulos intermodais.

Devido ao reforço das capacidades técnicas do Departamento, foi igualmente possível consolidar programas de cálculo da repartição de receitas entre os 10 operadores com títulos intermodais e de cálculo das compensações pelo título Social+.

Este conjunto de procedimentos e programas permitiram que, recebendo só no final de novembro de 2017 uma nova versão integral dos dados das validações dos anos de 2014, 2015 e 2016 e a 4 de dezembro as vendas e validações do primeiro semestre de 2017, tenha sido possível efetuar:

1) o recálculo das compensações financeiras pelo intermodal dos anos de 2014 a 2016,
2) a repartição de receitas das vendas dos títulos intermodais do primeiro semestre de 2017,
3) o cálculo das compensações pelo Social + do primeiro semestre de 2017 (revendo os cálculos do primeiro trimestre feitos a partir de dados provisórios antes fornecidos pela OTLIS)
4) e o cálculo das compensações financeiras do ano de 2017, estimando os valores do 2º semestre a partir dos dados reais de 2016 e do 1º semestre de 2017.

Simultaneamente, tendo apenas recebido a 20 de dezembro de 2017 os dados das vendas do 3º trimestre, foram calculadas:

5) Compensações pelos títulos Social + do 3º trimestre;
6) Repartição de receitas a título provisório do 3º trimestre.

Neste âmbito, ainda durante o ano de 2017, foi:

7) Efetuada a repartição de receitas referente a dezembro de 2016;

8) Calculada a compensação do título Social + de dezembro de 2016, bem como produção de relatório síntese anual para o ano de 2016;
9) Elaborados os Relatórios de esclarecimento à Rodoviária de Lisboa e à Transportes Sul do Tejo, sobre o cálculo da compensação financeira pela disponibilização de títulos intermodais 2014 a 2016;
10) Elaborados Relatórios Técnicos sobre a compensação financeira pela disponibilização do título intermodal para os anos de 2014, 2015 e 2016, estruturados em um relatório base e relatórios específicos extensivos para cada operador;
11) Efetuada a previsão da compensação financeira do título intermodal e do Social +, remetida às entidades competentes nacionais para efeitos de orçamentação. Face ao problema descrito com o cálculo da repartição de receitas da responsabilidade da OTLIS, das vendas em ATM e Portal Viva (só estabilizada no 3º trimestre de 2017), os problemas com o envio de dados de vendas e de validações completas da parte da OTLIS (cuja versão final só chegou à AML no final do ano como atrás descrito), a eliminação de um título combinado por parte de um operador com impacto desconhecido nos valores de compensação financeira, e, ainda, a mudança de estatuto legal do operador Carris, que passou a ser considerado no âmbito das compensações do título intermodal, houve necessidade de proceder à revisão e atualização destes valores ao longo do ano de 2017, trabalho realizado em estrita colaboração com a SEAAmb, a quem também foi comunicada a necessidade de revisão dos valores da compensação financeira relativa aos anos de 2014, 2015 e 2016;
12) Foi aferido junto dos operadores o cumprimento das obrigações legais em vigor, designadamente, o envio dos dados sobre a frota e carreiras afetas ao serviço regular de passageiros, conforme disposto no Anexo I do Despacho 8946-A/2015, a previsão das compensações financeiras pela disponibilização do título intermodal e a atualização das declarações relativas à respetiva situação contributiva na Administração Tributária e Segurança Social;
13) Foram prestados inúmeros esclarecimentos aos operadores sobre a repartição, a compensação financeira e o Social +, destacando-se 38 ofícios a operadores com esclarecimentos sobre esta matéria, para além dos dados oralmente ou por email;

14) Foi proposta a atualização de documento síntese sobre o Social +, bem como dos respetivos formulários de preenchimento, tendo também em conta a atualização do Indexante dos Valores Sociais (IAS);

15) A AML, em cumprimento do disposto legalmente e das suas obrigações, solicitou aos operadores e à OTLIS os dados dos cartões Social + referentes ao ano de 2016, e posteriormente a 2017, para tratamento e a aferição do direito à compensação. Por motivo de mudança do sistema da OTLIS esta situação não foi resolvida no ano de 2017, devendo os eventuais acertos ser realizados no ano seguinte, após o envio dos dados completos por parte da OTLIS.

Assim, a disponibilidade destas ferramentas e a capacidade técnica entretanto adquirida pelo Departamento permitiram, pese o atraso no acesso aos dados, o cumprimento, em apenas um mês (para não comprometer as disponibilidades orçamentais), de todas as obrigações legais atribuídas à AML no âmbito dos títulos intermodais.

O processo de melhoria e desenvolvimento de novos procedimentos dentro da AML, em conjunto com a melhoria dos dados fornecidos pelos operadores e OTLIS, deverá continuar durante o ano de 2018, de forma a garantir a melhor gestão dos dinheiros públicos e recursos disponíveis e a justa compensação aos operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

2.3. Promover os estudos de base para os futuros concursos de transporte público

A indisponibilidade de dados (da oferta e da procura, dos custos e das receitas, etc.) e a tradicional ausência de planeamento público de serviços de transportes, associados e decorrentes da "cultura RTA" (Regulamento Transporte em Automóvel, que vigorou entre 1948 e 2015) torna os trabalhos e estudos de caracterização e para conhecimento do sistema de transportes particularmente relevantes para a preparação da futura contratualização do serviço de transporte rodoviário.

Tendo presente o, manifestamente curto, período de tempo para o desenho da rede e preparação das peças concursais e respetivos estudos de fundamentação:

i. Procedeu-se à contratualização do estudo para o desenho da rede de transporte público rodoviário da AML, considerando todos os serviços existentes de todos os modos. Durante o ano de 2017 foram enviados por parte da AML os elementos fundamentais sobre a oferta do serviço de transportes (Base dados SIGGESC), tendo apresentado pela empresa o primeiro relatório, aprovado ainda em 2017.

ii. Concretizou-se o Inquérito Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, cujo levantamento decorreu no último trimestre de 2017 e que terá os seus resultados só em 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e feito em parceria com a Área Metropolitana do Porto e com financiamento do Eurostat.

Após anos de sucessivos adiamentos, o Inquérito à Mobilidade constitui uma peça fundamental não só para o conhecimento da mobilidade em sentido amplo como para as motivações para as escolhas de transporte para as deslocações.

Ainda que, sendo responsabilidade do INE a elaboração do Inquérito e a sua realização, a AML participou nos trabalhos técnicos preparatórios do inquérito, verificando e validando as propostas de modelo de inquérito e de zonamento apresentadas pelo INE, tendo em conta a preocupação de salvaguardar os elementos de continuidade com o anterior inquérito, considerar elementos de perceção do sistema de mobilidade, integrar novas soluções de mobilidade e a obtenção da informação relevante para a caracterização da mobilidade da AML enquanto autoridade de transportes, assegurando a representatividade para a maior desagregação possível de unidade territorial estatística possível, colaborando com o INE e fornecendo toda a informação relevante para assegurar uma maior aproximação à realidade e calibração da amostra.

Nesse sentido, a AML:

- Participou em diversas reuniões técnicas e de gestão para a preparação do modelo de inquérito e do zonamento a aplicar;
- Colaborou de forma ativa e interativa com os demais parceiros deste Inquérito na análise e apresentação de contributos para o modelo de questionário;
- Deu contributos para a delimitação do zonamento do território;

- Disponibilizou informação de suporte ao INE: equipamentos de saúde, troços, paragens e horários SIGGESC, estações comboio, estações de metro, rede ferroviária, rede metropolitano, plataformas fluviais, linhas fluviais, entre outros.

A primeira fase de inquéritos, para resposta online, decorreu em outubro de 2017 – a AML opôs-se à possibilidade de se iniciar em setembro considerando que esse é um mês atípico do ponto de vista das soluções de deslocações (por haver ainda efeito das férias escolares), o que mereceu a concordância dos demais parceiros –, sendo posteriormente feita uma inquirição presencial de forma a corrigir erros da amostra. Os resultados do Inquérito à Mobilidade deverão ser disponibilizados pelo INE até do 1º semestre de 2018.

iii. Foi elaborado internamente, pelo Departamento, um inquérito aos municípios sobre os serviços de Transporte Escolar dos anos letivos 2013 a 2016 e produzido um Relatório sobre o tema na AML.

Conhecendo-se a relevância do transporte escolar para o conjunto das deslocações numa região e para o sistema de transportes públicos no seu conjunto – determinante para uma oferta diferenciada em períodos escolares e não escolares – e tendo presente o necessariamente significativo esforço dos municípios para a sua organização e financiamento, a AML procedeu internamente à elaboração de um inquérito aos municípios sobre a matéria, tendo na sua sequência sido produzido um relatório sobre o transporte escolar na AML.

Este trabalho permitiu, pela primeira vez, dotar a AML de um estudo que permite um retrato do transporte escolar no conjunto da área metropolitana – de caracterização da sua dimensão, n.º de alunos transportados por nível de ensino, o peso do transporte em serviços regulares e especializados, esforço financeiro associado, entre outros – mas identificar as fragilidades dos procedimentos e de uma abordagem sectorial ao nível de cada município, bem como os diferentes critérios adotados.

Assim, para além da informação concreta e fundamentada sobre o transporte escolar na AML, ficaram igualmente os municípios mais habilitados a melhorar a sua organização e eficácia e a potencialmente a organizar melhores serviços com menores custos.

iv. Foi preparado um modelo de inquérito sobre os serviços de transporte a enviar aos municípios, que pretende conhecer melhor a realidade dos serviços de transporte existentes em cada município, aferindo as tipologias e modelos de contrato e de exploração existentes, mas também outros serviços de mobilidade, como o estacionamento.

v. Foi desenvolvida a proposta de indicadores sobre os serviços de transporte a fornecer pelos operadores, tendo em conta a o estipulado no nº 4 do artigo 22 da Lei nº 52/2015 de 9 junho, a Deliberação de 2 de março de 2017, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., e no âmbito das Autorizações Provisórias concedidas aos operadores Deliberação do IMT.

Neste âmbito, ao longo do ano de 2017 foi recebido o feedback de reuniões realizadas com a ANTROP e operadores em 2016, e a resposta à primeira proposta de inquérito elaborada pela AML.

A proposta de inquérito foi melhorada e aprofundada ao longo do ano de 2017 tendo em conta a deliberação do IMT, que vem especificar um conjunto de indicadores a fornecer pelos operadores, criar um módulo próprio para o carregamento de dados, mas também adiar a data limite de entrega dos mesmos. Simultaneamente, a AML estabeleceu contactos com outras autoridades de forma a harmonizar o pedido de dados às empresas, tendo tido em conta na proposta de inquérito os dados existentes nos operadores.

vi. Atualização dos dados de passageiros do sistema de transporte e mobilidade na AML – Observatório

Ao longo do ano de 2017 procedeu-se à atualização dos dados de passageiros dos operadores públicos de transporte ou com contratos de concessão do Estado da AML, conforme elementos enviados por estas empresas. Estes dados incluem os dados mensais de passageiros e os dados por interfaces determinados em datas tipos pré-determinadas.

vii. Produziu-se, internamente, o Relatório «Sistema Tarifário – Caracterização do Sistema Tarifário Atual», desenvolvido a partir os dados de base recolhidos no âmbito do estudo de revisão do sistema tarifário.

Tendo por base a informação recolhida e inicialmente processada para o "Estudo das diferentes configurações do sistema tarifário e avaliação dos modelos de compensação financeira face ao alargamento do intermodal a toda a área metropolitana de Lisboa", o DGPSTM consolidou-a e elaborou um relatório com o objetivo de caracterizar o sistema tarifário atual e fazer uma introdução ao estudo tarifário em curso.

Este relatório, distribuído a todos os municípios da AML, não só caracteriza o sistema de transportes da AML, mas faz já um retrato da sua utilização, relacionada também com os tipos de títulos tarifários existentes e do potencial de receitas e esforço financeiro público associado às compensações pela disponibilização do título intermodal.

2.4. Revisão do sistema tarifário, abrangendo todo o território e todos os operadores, de forma a promover o crescimento dos passageiros e recorrendo a soluções tecnologicamente inovadoras, integradoras e facilitadoras

A revisão do sistema tarifário, no sentido do alargamento dos títulos intermodais a toda a área da AML e a todos os serviços de todos os operadores, foi assumida pela AML como uma prioridade.

i. Nesse sentido, foi promovida a realização de um "Estudo Quantitativo das diferentes configurações do sistema tarifário e avaliação dos modelos de compensação financeira na Área Metropolitana de Lisboa".

   Considerando que nem todos os títulos de transportes são comercializados ou sequer reportados para a OTLIS, o desenvolvimento deste Estudo obrigou à realização de diversas ações junto das entidades envolvidas – operadores, OTLIS, municípios – destacando-se uma reunião com todos os operadores para apresentação do mesmo e solicitar a entrega da informação relativa a todas as vendas e validações dos meses de referência (maio e julho) da totalidade dos títulos comercializados.

   No seguimento dessa reunião, foi elaborada, tendo a ANTROP como interlocutora, uma declaração de confidencialidade relativa aos dados

fornecidos pelos operadores no sentido de salvaguardar que os dados a disponibilizar (onde se incluíam os títulos próprios) seriam utilizados apenas pela AML e para este fim.

A obtenção da totalidade da informação do sistema de bilhética (vendas e validações) com toda a informação associada necessária (codificação, tipo de venda e validação, georreferenciação das validações, etc.), indispensáveis para a sua validação, caracterização, classificação e os estudos e modelação a desenvolver no âmbito destes projetos – para o desenvolvimento do sistema tarifário e de determinação das distâncias médias – revelou-se significativamente penoso (para completar a informação e promover a sua correção) e obrigou a diversas interações (no sentido de encontrar a informação alternativa quando os dados disponíveis de alguns operadores se verificavam insuficientes – por exemplo, não disporem de georreferenciação). Em termos quantitativos, e apenas ofícios, foram enviados aos operadores 19 ofícios com pedidos de dados ou esclarecimentos, e dezenas largas de interações por email ou diretas com os operadores.

Este estudo, de elevada complexidade técnica, permitiu um conhecimento nunca antes tido sobre as receitas do sistema tarifário, a utilização dos títulos existentes e a avaliação de cenários alternativos, um modelo de estimação de etapas e viagens e disponibilizando em paralelo uma base de dados com esta informação que habilita a AML a outros estudos de aprofundamento.

Os dados disponibilizados no âmbito deste trabalho permitiram, após tratamento e aprofundamento dos mesmos, a elaboração do Relatório «Sistema Tarifário – Caracterização do Sistema Tarifário Atual» (referido em 2.3).

ii. Ainda que não no âmbito da alteração do sistema tarifário e do alargamento do título intermodal, mas determinante para os cálculos da receita comercial de cada operador, e sucessivamente das compensações financeiras, pelo cumprimento da obrigação de serviço público pela disponibilização de títulos intermodais, durante 2017 foi efetuado o Estudo para determinar as distâncias médias de deslocação e de aplicação da chave dinâmica de repartição de receitas do título intermodal para cada operador.

Apesar de a conclusão deste estudo ter ocorrido já no final do ano, foi ainda possível utilizar os seus resultados na determinação das compensações financeiras do ano de 2017.

No âmbito deste trabalho, foi disponibilizado à AML um modelo de cálculo da chave de repartição dinâmica da repartição de receitas, que considera as validações efetivamente realizadas e constantes do sistema de bilhética sem contacto da AML, bem como a respetiva distância média. Este modelo deverá, conforme definido na Portaria n.º 241-A/2013, de 31 de julho, suceder ao processo de repartição de receitas de acordo com as quotas determinadas pelo inquérito de 2007.

2.5. Promover a mobilidade sustentável muito em particular do ponto de vista socioeconómico, e o sistema público de transporte de passageiros, desenvolvendo sistemas de informação e facilitação dos transportes públicos, iniciativas e ações de informação e sensibilização que contribuam para uma mudança de comportamentos e permitam uma escolha mais informada sobre as soluções de mobilidade

No âmbito deste objetivo, de ampla abrangência e diversidade, considera-se relevante destacar:

i. A participação da AML no European Cycling Challenge, que decorreu entre os dias 1 e 31 de maio de 2017, que é um projeto europeu para a promoção da utilização quotidiana de bicicleta, tendo sido criada uma equipa para cada um dos municípios.

   No total participaram 357 pessoas, que no seu conjunto percorreram 26 281,4 km. A AML foi a equipa nacional com maior número de participantes e que maiores distâncias percorridas acumulou, tendo ficado no 28º lugar ao nível europeu.

   No âmbito desta iniciativa, a AML editou umas réguas com o seu logotipo para prender as pernas das calças quando se anda de bicicleta. A cada participante

que se inscreveu na equipa de um município da AML foi oferecida uma régua, tendo a mesma sido distribuída pelo respetivo município.

ii. A AML participou numa candidatura ao Programa INTERREG Med, eixo 2.3 – Planos de Mobilidade Sustentável, do projeto DomusinMed – Decarbonising and optimising mobility management in MED Urban areas with SUMP, integrando um consórcio internacional composto por 15 parceiros internacionais de sete países do Mediterrâneo. O consórcio passou as várias fases de seleção do programa durante o ano de 2017.

iii. Foram efetuados os primeiros contactos e abordagens no sentido da eventual inscrição da AML nas associações internacionais na área da mobilidade e transportes, designadamente a UITP (Union Internationale des Transports Publics) e EMTA (European Metropolitan Transport Authorities), tendo a AML estado presente na Assembleia Geral da EMTA que decorreu em junho.

2.6. Celebrar contratos interadministrativos com o Estado, comunidades intermunicipais, e/ou municípios, com vista à assunção, total ou parcial das competências que lhes cabem enquanto autoridades de transportes

Procedeu à elaboração da minuta do contrato interadministrativo para delegação e partilha de competências a celebrar com as Comunidades Intermunicipais, ao abrigo do artigo 9.º n.º 2 do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP).

Ainda que se reconhecendo a importância deste objetivo, sobretudo no sentido de vir a clarificar as atribuições da AML na preparação e procedimentos para a contratualização do serviço público rodoviário de passageiros a partir do final de 2019, as circunstâncias decorrentes do ano eleitoral para as autarquias e o facto de os novos órgãos da AML só tomarem posse já no decurso do mês de dezembro, determinaram o adiamento deste objetivo para o ano de 2018.

2.7. Monitorizar a qualidade dos serviços de transporte, incluindo o acompanhamento e fiscalização das concessões e dos contratos interadministrativos a celebrar

Conforme já referido, considera-se particularmente relevante, até como afirmação das atribuições e competências e reposição da Autoridade de Transportes (face a um histórico de praticamente ausência e controle dos serviços autorizados e efetuados), com implicações também ao nível do planeamento e definição futura de serviço e respetivas eventuais compensações, o procedimento de formalização e validação das alterações/ajustamentos às Autorizações Provisórias.

Nesse sentido, quanto à gestão das autorizações de serviço público de transporte emitidas, foram desenvolvidas as seguintes tarefas:

i. Análise de 92 pedidos de ajustamento de serviços de transporte recebidos e apreciados, referentes a seis operadores, de que resultaram pedidos diversos pedidos de parecer com os municípios envolvidos, sendo necessário por diversas situações proceder à reformulação dos pedidos junto dos operadores. A maioria dos ajustamentos correspondem a ajustes de horários, sendo parte destes resultantes de alterações de início do período escolar. Foram concluídos 78 processos em 2017, envolvendo 50 ofícios aos operadores sobre estes pedidos e 45 aos municípios, para além de outros contactos e esclarecimentos por email ou oralmente, designadamente com reuniões tidas com os operadores sobre processos em curso;

ii. Foram verificados todos os serviços do operador TST (Transportes Sul do Tejo) carregados no SIGGESC, conforme pastas enviadas do SICO (Sistema de Informação das Carreiras dos Operadores), de que resultou o upload de 183 carreiras com horário corretamente carregado (feito pela AML) e determinada a correção ou reformulação de pedidos de ajustamento de 231 serviços que apresentavam erros no carregamento dos horários;

iii. Reestruturação da rede dos TST. Após este operador ter transmitido a sua intenção de apresentar uma reestruturação integral da sua rede, foi definida uma metodologia que permitisse receber a "nova rede" carregada no módulo

SICO de forma a poder ser disponibilizada a cada um dos municípios e ser feita uma comparação com a oferta existente e carregada no SIGGESC.

iv. Emissão de oito autorizações para a prestação de serviço público de transporte rodoviário de passageiro flexível, ao abrigo do Decreto-Lei nº 60/2016, de 8 de setembro.

Face à novidade legislativa, a emissão destas autorizações implicou a definição de novos procedimentos processuais por parte da AML, tendo em conta as indicações do IMT, tendo-se procedido à consulta prévia dos municípios envolvidos. De notar que foram solicitadas nove autorizações, mas só emitidas oito (uma com o processo mal instruído, tendo passado a data para o funcionamento do serviço pretendido), tendo, para o efeito, sido enviados 10 ofícios aos operadores e 24 aos municípios, para além de diversos contactos por email ou telefone com operadores, municípios e IMT.

v. Alterações provisórias: tendo em conta a necessidade de responder a alterações de caráter temporário e transitório de serviços de transporte público de transporte, por motivos como obras, eventos, e outras situações, e à necessidade de garantir a minimização de prejuízos e impactos para os passageiros, a AML definiu procedimentos para alterações provisórias das autorizações emitidas, com publicação de informação no site da AML, comunicação adequada aos utilizadores por parte dos operadores de transporte e informação aos municípios. Durante o ano de 2017 foram recebidas 21 comunicações de alteração provisória de serviços, tendo sido criados 12 processos de alteração, distribuídos pelos seguintes operadores: três da Barraqueiro Transportes; um da Rodoviária de Lisboa; sete dos TST; e um da Vimeca.

Foi também decido adotar o procedimento de "alteração provisória", para as alterações de horários devido ao novo ano letivo, atendendo ao tempo processual de análise dos pedidos de ajustamento e à necessidade de garantir os serviços aos alunos. Estes processos envolveram um total de 15 ofícios a operadores e 20 a municípios;

vi. Atualizações tarifárias. Por outro lado, a AML não só procedeu à verificação e determinação da correção das atualizações tarifárias nos casos em que se verificava o incumprimento dos aumentos permitidos, para os anos de 2017 e 2018, como identificou um conjunto de inconsistências ao nível do

enquadramento legal, tendo suscitado o pedido de clarificação sobre o entendimento e critérios desse enquadramento à Autoridade de Mobilidade e Transportes (AMT) e apresentado um conjunto de propostas, quer ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, quer à AMT.

A AML procedeu à análise das atualizações tarifárias para o ano de 2017, decorrentes do Despacho Normativo n.º 14-A/2016, de 19 de dezembro, que determinava um aumento médio máximo de 1,5%, e as para o ano de 2018 no seguimento do Despacho Normativo n.º 21-A/2017 de 11 de dezembro, que previa um aumento médio máximo de 2% e um aumento máximo por título de 2,5% (a conclusão deste processo só teve o seu desfecho final já em 2018).

Em resultado da análise e sucessivas interações quer com a AMT quer com os operadores:

- Relativamente a 2017, foram analisados 1759 títulos, intermodais incluídos, tendo sido detetadas irregularidades em 475 títulos, sendo determinada a sua correção;
- Relativamente a 2018, foram analisados 2816 títulos, em que se incluem os intermodais, tendo sido determinadas correções a 143 títulos.

No seguimento das questões identificadas e das propostas apresentadas pela AML face ao Despacho Normativo n.º 14-A/2016, foi assumida a intenção conjunta da Secretaria de Estado do Adjunto e do Ambiente (SEAAmb) e da AMT, de procederem a alterações no enquadramento legislativo, integrando e respondendo ao conjunto de questões suscitadas pela AML. Não tendo, no entanto, sido produzidas essas alterações a tempo, o Despacho Normativo n.º 21-A/2017 integrou em si diversas dessas questões, como sejam, entre outras:

- Definir que a percentagem média máxima se avalia por operador e por tipo de título (próprio, combinado e passe);
- Que passa a haver um aumento máximo por título;
- Que o arredondamento se faz considerando as milésimas (considerando o valor histórico), para o valor das centésimas aos múltiplos de 5.

Representando uma significativa melhoria no processo de transparência e apreciação das alterações tarifárias, decorrente destas alterações, ainda assim, no processo de atualização tarifária para 2018 a AML voltou a colocar à AMT um conjunto de propostas e a identificação de alguns problemas para resolução em próxima alteração legislativa ou em Despacho Normativo, destacando-se:

- A forma de aplicação dos arredondamentos às tarifas planas (tipo zapping) e pré-comprados;
- O critério dos aumentos a títulos com anteriores promoções (determinar em que circunstâncias a taxa se aplica ao valor do título com desconto ou ao valor original);
- A aferição de incoerências entre o proposto no Despacho Normativo e o Despacho do IMT;
- A forma de análise das atualizações tarifárias de meios bilhetes e bilhetes de ida e volta (a aplicação da taxa de atualização apenas ao bilhete inteiro, viabilizando que o meio bilhete e o ida e volta sejam no valor que decorre do desconto sobre o título inteiro).

Tendo presente a experiência entretanto adquirida na apreciação das atualizações de 2017, a AML inverteu o procedimento habitual, existente em todo o país, não aguardando que cada operador apresentasse os seus novos tarifários, mas antes assumindo a iniciativa de elaborar um ficheiro com os títulos verificados como comercializados por cada um e requerendo a atualização tarifária em ficheiro único da AML, de forma a poder apreciar de forma homogénea e com a formatação dos respetivos cálculos logo aplicável.

A publicação tardia, já em meados de dezembro, dos Despachos que determinam os valores máximos de atualização tarifária, a par das insuficiências do enquadramento legal e mesmo de orientações técnicas específicas para as autoridades de transportes face à multiplicidade de aspetos a ter em conta, comprometeram sempre a possibilidade de os preços em vigor em janeiro de cada um dos anos se encontrarem totalmente em conformidade e considerar as preocupações de proteção dos direitos dos cidadãos – facto e preocupação que a AML suscitou repetidamente junto da AMT e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

2.8 Outras atividades

Para além do trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho Metropolitano da Mobilidade e Transportes, o DGPSTM desenvolveu as seguintes atividades:

i. A atividade do DGPSTM assumiu naturalmente também uma expressão quantificável, que fará um retrato, ainda que minimalista, já que expõe apenas os procedimentos e ações que assumiram uma expressão formal (não incluindo as interações presencias, contactos telefónicos e por correio eletrónico, entre outras), que se sintetiza:

- 102 Informações e 56 Notas Técnicas, num total de 153 documentos elaborados pelo departamento;
- 14 Relatórios;
- 269 Ofícios (incluindo ofícios circulares).

ii. A AML acompanhou, dinamizou, foi parceira e participou de diversas dinâmicas e iniciativas no âmbito da mobilidade e transportes e do exercício das funções e atividades das Autoridades de Transportes. Nesse sentido, relativamente à atividade da AML em 2017, para além dos objetivos estabelecidos e já desenvolvidos, destacam-se:

- Acompanhamento e participação em Planos, projetos e programas internacionais:
  - Elaboração, no âmbito de um consórcio internacional, de uma candidatura ao INTERRREG MED. Uma vez que esta candidatura foi até à última fase de apreciação, foi necessária a elaboração de todas as peças de um projeto, em que a decisão final ocorre apenas em 2018;
  - Foram apreciadas e promovidas quatro candidaturas no âmbito de consórcios internacionais;
  - Integração do grupo de trabalho nacional do Projeto europeu Prosperity, sobre Planos de Mobilidade, a convite do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes);
  - Participação na Comissão de acompanhamento do Plano de Mobilidade Sustentável de Setúbal.

- Resposta a inquéritos e interpelações de entidades externas:
    - Verificação dos elementos enviados pelos operadores no âmbito do ITRP – Inquérito ao Transporte Rodoviário de Passageiros relativo ao ano de 2016 promovido pelo INE em colaboração com o IMT, incluindo todos os dados carregados pelos operadores Scotturb, Vimeca e Carris, quanto aos serviços com percursos e paragens fora do município de Lisboa, em que foram solicitados pareceres aos municípios, para além de Lisboa, envolvidos, a saber: Almada, Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras. A AML procedeu ao upload e validação no SIGGESC dos serviços da Scotturb e da Vimeca;
    - Resposta a questionário do IMT sobre serviço público urbano de transporte de passageiros;
    - Resposta ao INE sobre recolha de dados sobre proteção social na AML, remetendo dados relativos à compensação Social+;
    - Resposta à AMT sobre títulos de transporte e especificação sobre a eliminação do título combinado na AML;
- Informação sobre o RJSPTP e informação sobre serviços se transportes:
    - Durante o ano de 2017, a pedido dos municípios e de forma a permitir o aprofundamento do conhecimento e monitorização das redes de transporte público autorizadas, foram preparados e disponibilizados ficheiros *shapefile* e de horários para diversos municípios, para além de terem sido prestados vários esclarecimentos sobre os serviços.
    - Reuniões específicas com municípios sobre a implementação do novo RJSPTP ou sobre serviços de âmbito municipal, como nos casos de Cascais, Setúbal e Almada.
- Encontros e comunicações:
    - Participação, onde fez intervenções próprias, nos dois Encontros de Autoridades Metropolitanas e Intermunicipais, que decorreram em Portimão e no Porto;

- Foram preparadas apresentações para comunicações da AML para o Fórum da Mobilidade em Almada (11 março de 2017) e o Fórum Mobilidade – Montijo (24 março de 2017).

iii. Grupo de Trabalho para a Capacitação das Autoridades de Transportes (GTAT)

Pela sua relevância técnica, nível de atividade e impacto, entende-se autonomizar a participação no Grupo de Trabalho para a Capacitação das Autoridades de Transportes, criado pelo Despacho n.º 5947/2017, de 6 de junho, coordenado pelo IMT e que integra representantes da DGAL, AML, AMP, ANMP e AMT. O GTAT realizou já em 2017:

- A criação de um sítio na internet (https://gtat.pt), com informação diversa para o exercício das funções de Autoridade e disponibilização de informação técnica e de legislação;
- Produziu um estudo de benchmarking: «Contratação de serviços públicos de transporte de passageiros – A experiência em Portugal e na Europa»;
- Realizou uma «Conferência Nacional capacitação das autoridades de transportes públicos de passageiros»;
- Publicou duas Newsletters.

iv. Emissão de pareceres e cumprimento de procedimentos legais

O DGPSTM promoveu e assegurou ainda o cumprimento das suas atribuições e competências através da emissão de pareceres e procedimentos legais, de entre os quais se destacam:

- Publicação das informações sobre o contrato de serviço público no jornal oficial da União Europeia (JOUE), após aprovação da Proposta apresentada junto do Conselho Metropolitano;
- Proposta de modelo de Autorização para a prestação de serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível;
- Emitido Parecer sobre as propostas legislativas relativas ao Fundo de Financiamento do Sistema de Transportes;
- Elaboração do Relatório final sobre o Projeto de Regulamento dos Procedimentos para Autorização de Exploração Conjunta de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros ("Projeto") – tendo em conta os contributos da ANTROP em sede de audiência prévia;

- Análise das Condições Gerais de Transporte Rodoviário de Passageiros em Autocarro dos operadores privados, remetidas pelo IMT;
- Análise de reclamações sobre serviços prestados pelos operadores de transporte coletivo público e seu encaminhamento à AMT, por ser a entidade materialmente competente. Foram igualmente analisadas sete reclamações/ sugestões de utilizadores sobre serviços de transporte, para além de esclarecimentos a municípios;
  Análise do Regulamento de atividade de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros – transporte em táxi – da Câmara Municipal de Palmela.

v. <u>Ações em tribunal de impugnação do método de cálculo</u>

Ações em tribunal de impugnação das normas contidas nas alíneas b) e e) do n.º 2 do artigo 5.º do Despacho n.º 8946-A/2015, de 10 de agosto de 2015, com as alterações de redação introduzidas pelo Despacho n.º 15146-A/2016, de 1 de dezembro de 2016 o Despacho n.º 15146-A/2016, e de anulação parcial da execução do Despacho suprarreferido, de fixação das compensações financeiras, decididas pela disponibilização dos títulos intermodais de transportes na área metropolitana de Lisboa relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016.

As ações Administrativas foram propostas pelos operadores Rodoviária de Lisboa, SA e Transportes Sul do Tejo, SA contra o Ministério das Finanças; o Ministério do Ambiente, o Conselho de Ministro e a AML.

Foi constituído um grupo de trabalho liderado pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente para preparação das respostas às ações administrativas, que contou com a participação de representantes de cada uma das entidades judicialmente acionadas, além de um representante do IMT, IP, e do advogado que deu suporte jurídico aos trabalhos a desenvolver por parte do Governo.

Ambas ações administrativas propostas contra a AML são por esta patrocinadas.

vi. Auditoria ao sistema de bilhética gerido pela OTLIS

Após a identificação dos problemas da informação do sistema de bilhética – com erros na codificação de títulos classificando títulos próprios como com intermodais (sobrevalorizando as receitas destes), incapacidade de identificar as vendas em ATM e Portal Viva e respetiva repartição de receitas, dados incompletos, etc. – que determinaram erros relevantes, com significativa expressão financeira, no âmbito das compensações financeiras pela disponibilização dos títulos intermodais nos anos de 2014 a 2016, e, no seguimento de sucessivas interações para correção dos dados sem que se conseguisse ultrapassá-los, a AML tomou a iniciativa de elaborar um "recibo" para cada operador com os respetivos dados das vendas reportados pelo sistema de bilhética.

Estes "recibos" permitiram confirmar problemas já conhecidos, mas identificar igualmente novos erros – e diversas causas não só ao nível da informação transferida pelos operadores e os seus sistemas, mas também problemas ao nível dos integradores tecnológicos, bem como na estrutura de dados e histórico do sistema da OTLIS – na sequência dos quais foi colocado ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente a necessidade da realização de uma auditoria ao sistema de bilhética.

Foram assim desencadeadas duas Auditorias: uma pela Inspeção Geral das Finanças (IGF) e outra pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). A IGF colocou um elemento seu em permanência nas instalações da AML, assegurando uma permanente articulação, tendo sido preparados e fornecidos em formato digital todos os dados que serviram de base para os cálculos da repartição e compensação financeira. A IGF apresentou 11 pedidos de dados e informações que foram integralmente respondidos em cinco relatórios, tendo também sido realizadas reuniões técnicas para resposta a questões específicas colocadas, bem como duas reuniões com a direção da IGF e a participação da AMT.

3. Potenciar o Crescimento da Região

3.1. Promover a Gestão de Fundos Comunitários no âmbito das competências contratualizadas com as Autoridades de Gestão

Enquadramento

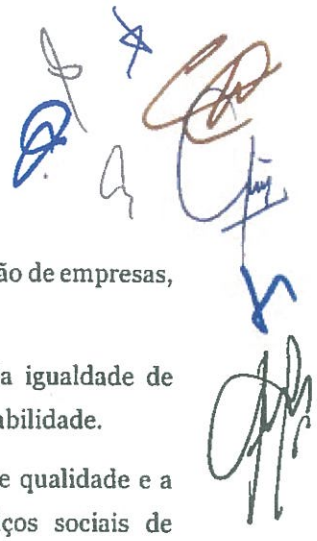
Em agosto de 2015, a Área Metropolitana de Lisboa celebrou o Contrato de Gestão do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT-AML), no valor de 89.300.000,00€ com as autoridades de gestão dos Programas Operacionais (PO) Regional de Lisboa (Lisboa 2020) e o da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) para o período de vigência do Programa PORTUGAL 2020 (2014-2020).

A Autoridade de Gestão do PORLisboa 2020 assegura um apoio de 51.000.000,00€ via FEDER e de 37.000.000,00 euros via FSE, totalizando um montante de 88.000.000,00€.

A Autoridade de Gestão do POSEUR assegura um apoio de 1.300.000,00€ do Fundo de Coesão.

No âmbito da celebração do contrato de gestão do Pacto, a Área Metropolitana de Lisboa constitui-se como Organismo Intermédio (OI-AML) do PORLisboa 2020, com competência de gestão das seguintes tipologias de projetos:

- ✓ PI 4.3 – Apoio à eficiência energética nas infraestruturas públicas, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos.
- ✓ PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas.
- ✓ PI 5.2 – Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respectivos planos de emergência e de protecção civil).
- ✓ PI 6.3 – Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.



- ✓ PI 8.3 – Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.
- ✓ PI 9.1 – Inclusão activa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação activa e a melhoria da empregabilidade.
- ✓ PI 9.4 – Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.
- ✓ PI 9.7 – Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.
- ✓ PI 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.
- ✓ PI 10.5 – Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

A gestão da Área Metropoliotana de Lisboa, enquanto OI-AML do PORLisboa, assenta na delagação das seguintes competências:

a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO, conforme al. b) n.º 1 do art.º. 26 do Modelo de Governação (MG) (Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro);
b) Avaliar o mérito absoluto e relativo das candidaturas apresentadas, bem como da sua pertinência para a concretização do pacto, conforme previsto no Programa Operacional;
c) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições de apoio de cada operação, antes da respetiva aprovação, quando aplicável, conforme al. e), n.º 1 do artigo 26 do MG;
d) Verificar se a operação a selecionar apresenta adequação técnica para a prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas e possui

demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira; conforme al. f) do nº 1 do artigo 26º MG;

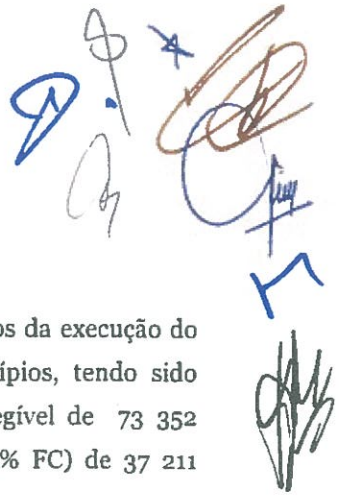
e) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos, conforme al. a), n.º 2 do art.º. 26 do MG;

f) Verificar que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite, conforme al. b), n.º 2 do art.º. 26 do MG);

g) Manter atualizado o Sistema de Informação, da Autoridade de Gestão e o Balcão 2020, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria, conforme (alínea d) do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014);

h) Garantir que os dados referentes a cada operação são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação da Autoridade de Gestão, e que os dados sobre os indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo, conforme (alínea e) do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014);

i) Realizar verificações as operações in loco, conforme al. b), n.º 4 do art.º. 26 do MG), as quais podem ser realizadas por amostragem (n.º 6 do art.º. 26 do MG);



Execução financeira do PDCT/AML

Neste momento, importa apresentar os elementos mais significativos da execução do PDCT-AML, foram apresentadas 121 candidaturas dos 18 Municípios, tendo sido aprovadas 111 candidaturas que representam um investimento elegível de 73 352 548,18€ a que corresponde um FUNDO (50% FEDER e FSE; 85% FC) de 37 211 568,22€.

De acordo com as candidaturas submetidas verifica-se uma taxa de aprovação próxima de 90%. Do total das 121 candidaturas submetidas, apenas cinco candidaturas não foram aceites, sendo que as outras cinco candidaturas corresponderam a desistências por parte do promotor.

Candidaturas submetidas

PI	Submetida	Desistidas /Não aceite	Aprovados
4.3	1	1	0
6.3	42	7	35
10.1	12		12
10.5	66	2	64
Total	121	10	111

O PDCT apresenta uma taxa de aprovação de 50% face ao investimento total programado, conforme Quadro infra. Esta taxa de aprovação situa-se essencialmente nas Prioridades de Investimento 6.3 e 10.5, e resulta da atempada apresentação, pelos promotores (Municípios), dos investimentos programados, até ao dia 30 de junho de 2017 (término do prazo inicial para submissão das candidaturas), prazo prorrogado até ao final do ano, conforme referido anteriormente.

Para as áreas temáticas, na PI 6.3 foram aprovadas 35 operações, com um investimento elegível de 22.851.724,72€ e com uma taxa de cofinanciamento FEDER de 50% no valor de 11.425.862,36€. Estas operações visam a construção, manutenção e requalificação de parques metropolitanos da biodiversidade inseridos em áreas de elevado valor

ecológico (Reserva Natura e Parque Nacional da Arrábida) bem como investimentos de requalificação e beneficiação de património cultural de interesse público e nacional (requalificação da Sé de Lisboa e ações de animação e promoção cultural do Castelo de S. Jorge e do Castelo de Palmela). Esta PI apresenta uma taxa de aprovação de 83%.

Na PI 10.5 – que visa o apoio ao Investimento no Ensino, na Formação, na Formação Profissional e nas Competências e na Aprendizagem ao Longo da Vida, através da requalificação de Infraestruturas para o ensino escolar (Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário), foram aprovadas 64 candidaturas com um investimento elegível de 38.868.589,57€ e com uma taxa de cofinanciamento FEDER de 50% no valor de 19.434.294,80€, que representa uma taxa de aprovação de 93% fase ao investimento programado no Pacto.

O FSE representa 42% dos Fundos, a que corresponde uma dotação de Fundo de 37.000.000,00€, mobilizado em quatro Prioridades de Investimentos (PI), designadamente as:

i) PI 8.3 (Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras);

ii) PI 9.1 (Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade);

iii) PI 9.4 (Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral) e

iv) 10.1 (Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil primária e secundário, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação).

Nesta fase e ao nível do FSE, apenas a PI 10.1 - Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - apresenta projetos aprovados, a saber: 12 candidaturas (dos Municípios de Mafra, Odivelas, Loures, Amadora, Montijo, Seixal, Vila Franca de Xira, Sintra, Almada, Sesimbra, Cascais e Setúbal) que representam um investimento de 10.102.822,13€, correspondente a um Fundo de 5.051.411,07€. Atendendo que para esta PI 10.1 está contratualizado um investimento de 14.278.443,88€, a Taxa de Compromisso situa-se nos 70,76%.

Ao nível dos projetos financiados pelo FSE, o Fundo aprovado representa apenas 13,65% face ao Fundo disponível.

Execução do PDCT

PI	FUNDO	Dotação FUNDO	INVESTIMENTO ELEGÍVEL PROGRAMADO	FUNDO PROGRAMADO	INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO	FUNDO APROVADO	% EXECUÇÃO PDCT/AML
04.3	FEDER	12 000 000,00	22 350 640,67	11 175 320,33	0,00		0%
06.3	FEDER	15 000 000,00	27 885 400,32	13 942 700,16	22 851 724,72	11 425 862,36	82%
08.3	FSE	6 000 000,00	9 160 571,70	4 580 285,85	0,00	0,00	0%
09.1	FSE	10 000 000,00	9 703 741,31	4 851 870,65	0,00	0,00	0%
09.4	FSE	11 000 000,00	15 996 083,37	7 998 041,69	0,00	0,00	0%
09.7	FEDER	3 000 000,00	4 840 277,82	2 420 138,91	0,00	0,00	0%
10.1	FSE	10 000 000,00	14 278 443,88	7 139 221,94	10 102 822,13	5 051 411,07	71%
10.5	FEDER	21 000 000,00	41 962 097,74	20 981 048,87	38 868 589,57	19 434 294,79	93%
05.1	FC	577 500,00	679 411,76	577 500,00	679 411,76	577 500,00	100%
05.2	FC	722 500,00	850 000,00	722 500,00	850 000,00	722 500,00	100%
TOTAL		89 300 000,00	147 706 668,57	74 388 628,40	73 352 548,18	37 211 568,21	50%

Fundo Social Europeu (FSE) no PDCT/AML

Neste ponto pretende-se fazer um breve enquadramento do FSE no PDCT/AML, designadamente a programação do investimento e as tipologias de ação que integram cada PI.

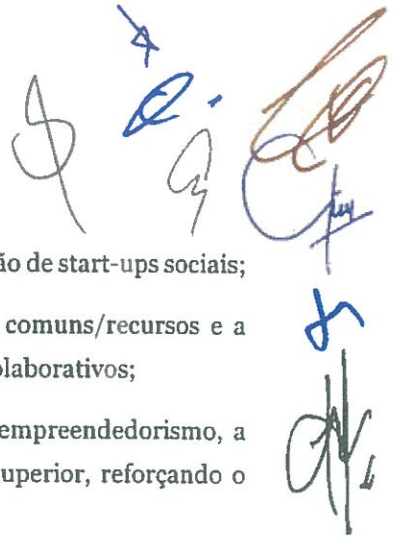
PI	FEEI	Dotação programada FUNDO	Investimento elegível programado PDCT/AML	FUNDO PROGRAMAÇÃO PDCT/AML	SALDO POR PROGRAMAR	TAXA DE PROGRAMAÇÃO
04.3	FEDER	12 000 000,00	22 350 640,67	11 175 320,34	824 679,66	93,13%
06.3	FEDER	15 000 000,00	28 453 496,04	14 226 748,02	773 251,98	94,84%
08.3	FSE	6 000 000,00	9 160 571,70	4 580 285,85	1 419 714,15	76,34%
09.1	FSE	10 000 000,00	9 703 741,31	4 851 870,66	5 148 129,35	48,52%
09.4	FSE	11 000 000,00	15 996 083,37	7 998 041,69	3 001 958,32	72,71%
09.7	FEDER	3 000 000,00	4 840 277,82	2 420 138,91	579 861,09	80,67%
10.1	FSE	10 000 000,00	14 278 443,88	7 139 221,94	2 860 778,06	71,39%
10.5	FEDER	21 000 000,00	41 962 097,74	20 981 048,87	18 951,13	99,91%
TOTAL		88 000 000,00	146 745 352,53	73 372 676,27	14 627 323,74	83,38%

PI 8.3

A dotação do Fundo FSE definida para esta PI é de 6.000.000,00€, tendo os Municípios da AML programado um investimento de 4.580.285,85€, encontrando-se por definir projetos no valor de 1.419.714,15.

Para esta PI foram definidas as seguintes tipologias de ação:

- Apoio à criação do próprio emprego, com enfoque nos desempregados e jovens, incluindo a criação de empresas ou o apoio a microempresas existentes que criem emprego;
- Ações de formação, orientação e acompanhamento de empreendedores;



- Apoios ao empreendedorismo social, incluindo a promoção de start-ups sociais;
- Promoção da criação de sistema de partilha de custos comuns/recursos e a criação de redes "económicas" colaborativas/produtos colaborativos;
- Apoios à criação de ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, a criação de spin-off a partir das instituições de ensino superior, reforçando o potencial de articulação com as Universidades;
- Promoção de cooperação internacional, com vista ao aumento de dimensão e/ou do valor acrescentado dentro da fileira;
- Fomento do empreendedorismo inclusivo e a criação de novos modelos de empregabilidade.

PI 9.1

A dotação do Fundo FSE definida para esta PI é de 11.000.000,00€, tendo os Municípios da AML programado um investimento de 4.851.870,66€, encontrando-se por definir projetos no valor de 5.148.129,35€.

Para esta PI estão definidas as seguintes tipologias de ação:

- Projetos de dinamização local da empregabilidade e inclusão social que articulem necessidades do mercado de trabalho/necessidades oportunidades para o desenvolvimento local/necessidades formativas e oportunidades de inovação social promovidas por redes locais;
- Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de projetos de inovação e experimentação social e de animação territorial que configurem respostas sociais a desafios previamente identificados, envolvendo redes sociais sub-regionais;
- Ações de promoção e disseminação de experiencias de inovação social e de empreendedorismo social de capacitação de empreendedores, de organizações de base local e de redes sociais locais e sub-regionais;

PI 9.4

A dotação do Fundo FSE definida para esta PI é de 11.000.000,00€, tendo os Municípios da AML programado um investimento de 7.998.041,69€, estando por definir projetos no valor de 3.001.958,32€.

Para esta PI estão definidas as seguintes tipologias de ação:

- Apoio a redes de cuidados de proximidade;
- Apoio à vida independente para pessoas com limitações;
- Apoio às redes locais de intervenção social;
- Suporte ao doente no domicílio e na comunidade com recurso às TIC
- Inserção de pessoas em situação sem abrigo;
- Sensibilização de crianças e jovens para a prática de estilos de vida saudáveis;
- Atividades sociais, culturais, educacionais dirigidas a idosos.

PI 10.1

A dotação do Fundo FSE definida para esta PI é de 10.000.000,00€, tendo os Municípios da AML programado no PDCT/AML um investimento de 7.139.221,94€, estando com indefinição ao nível de projetos um valor de 2.860.778,06€.

Para esta PI foi definida a seguinte tipologia de ação:

- Redução e Prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.

Salienta-se que que todas as tipologias de ação referidas por PI, terão que estar devidamente alinhadas ou até mesmo alicerçadas em Políticas Públicas, como é o caso concreto do MAVI da PI 9.4. Quer isto dizer que os Municípios, não terão liberdade de atuação fora do enquadramento da política pública.

3.2. Promover candidaturas metropolitanas e intermunicipais em particular aos FEEI

Assistência Técnica 2013-2015 – PORLisboa

No âmbito das competências de Gestão do Fundos do PDCT/AML, enquanto Organismo Intermédio do PORLisboa, a AML apresentou candidatura à Tipologia Assistência Técnica, do PORLisboa, com um horizonte de execução de dois anos (2016 a 2017), tendo sido aprovada, com uma taxa de comparticipação FEDER de 70% no valor de 187.071,86€, a que corresponde um investimento elegível de 267.245,51€.

A candidatura visou financiar o funcionamento da estrutura técnica – Equipa Multidisciplinar de Gestão do PDCT/AML, enquanto Organismo Intermédio (OI-AML) que assumiu as competências delegadas pela Autoridade de Gestão do POR Lisboa 2020, nomeadamente as relativamente à aplicação dos critérios de seleção; avaliação do mérito absoluto e relativo das candidaturas e realização de verificações in loco das mesmas operações.

A execução da operação situou-se nos 58%, com um investimento elegível no valor de 154.850,20€.

4. Promover a Educação e a Coesão Cultural e Social na AML

4.1. Editar a Agenda Cultural e Social Metropolitana

Em 2017 deu-se continuidade ao trabalho da divulgação na Agenda Cultural e Desportiva da AML, de todos os eventos culturais, desportivos, lúdicos e programas que envolvem o património histórico e cultural e social que, cada vez mais, são procurados por imensos cidadãos e por todos aqueles que, movidos pelo seu interesse na cultura, desporto e nas artes locais, visitam o vasto território da Área Metropolitana de Lisboa.



Com o novo site da AML pretendeu-se melhorar a imagem da Agenda, não só em termos gráficos, mas também na forma de visualização dos respetivos conteúdos.

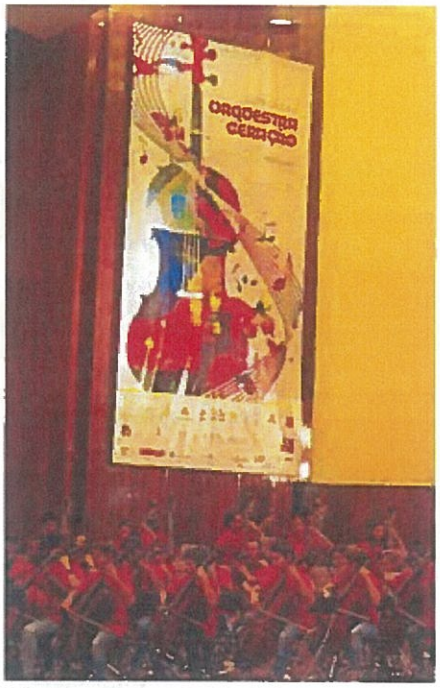
De referir ainda a continuada procura espontânea de agentes culturais, devido ao facto da Agenda fazer parte do diretório cultural português – GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais http://www.gepac.gov.pt

Entidades que publicam na Agenda Cultural da AML:

18 Municípios da AML; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Museu da Presidência da República; Assembleia Municipal de Lisboa; Jardim Zoológico de Lisboa; Assembleia da Câmara Municipal de Sesimbra; Gpeari; Igespar; Culturgest; Fundação Caloust Gulbenkian; Instituto de Estudos Politicos da Universidade Católica; Universidade de Lisboa; Faculdade de Ciências e Tecnologia; Egeac; Teatro Nacional de São Carlos; Museu do Fado; Museu Nacional do Traje; Museu de Arte Antiga; Museu da Música; Companhia Nacional de Bailado; Museu da Marioneta; Patriarcado de Lisboa; Teatro Aberto; Teatro da Cornucópia; Teatro S. Luiz; Teatro Nacional D. Maria II; Teatro Maria Matos; Teatro do Bairro Alto; Animateatro; Centro Cultural Olga Cadaval; Museu do Oriente; Centro Cultural de Belém; Companhia de Teatro de Almada; Clube Meia Maratona; Equinócio – Actividades ao Ar Livre; Casa Fernando Pessoa; Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Teatro Casa Conveniente; Fábrica Braço de Prata; Teatro da Luz; Oficina Didáctica; Projecto MARGov - Governância Colaborativa em Áreas Marinhas Protegidas; TagusPark; Tenda Produções; Federação Portuguesa de Ginástica; Orquestra Sinfónica Juvenil; Museus da Politécnica da Universidade de Lisboa; Escola Superior de Teatro e Cinema; Confiquatro – Desportos Náuticos; Induscria – Luís Serpa – Plataforma para as Indústrias Criativas; Associação Industrial Portuguesa; Fundação Mário Soares; Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva; Hemeroteca Municipal de Lisboa; Teatro da Trindade; MUDE – Museu do Design e da Moda; Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves; Gabinete de Estudos Olisiponenses; BES Arte & Finança; Jardim Botânico da Ajuda; Jardim Botânico da Universidade de Lisboa; Museu do Brinquedo; Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo; Quórum Ballet; Clube de Teatro Estefânia – Escola de Mulheres; Museu da Eletricidade; Casa das Histórias – Paula Rego; Egeac; Arquivo Municipal de Lisboa; Museu Nacional dos Coches; Museu do Alfuge, Museu de Lisboa – Núcleo de Santo António; diversas galerias de arte e empresas de organização de eventos culturais e desportivos (de carácter nacional e internacional)

4.2. Potenciar o Projeto Orquestras Geração – Sistema Portugal

A AML organizou com o Conservatório de Música, o Concerto da Orquestra Geração, que se realizou na Aula Magna, a 09 de julho.



4.3. Desenvolver o Centro de Documentação da AML

Em 2017 deu-se continuidade à criação de uma base de dados que contenha informação sobre livros e outros materiais da biblioteca AML, criando um índice bibliográfico do conteúdo de um conjunto de publicações científicas, atas de conferências e congressos, capítulos de livros, etc.

4.4. Desenvolver Protocolos de colaboração e cooperação com vista ao apoio a ações técnico-científicas, de divulgação e de promoção cultural e desportiva

Protocolo com a RTP

No âmbito do Desporto, foi dada continuação ao **Protocolo assinado em 2005 entre a Área Metropolitana de Lisboa e a RTP** para a emissão de magazines com

conteúdos de carácter desportivo, na vertente do desporto amador, de âmbito municipal e/ou metropolitano.

Desta forma foi possível a divulgação, junto do grande público, de iniciativas de cariz institucional e desportivo, as quais foram transmitidas nos espaços de programação destinados à emissão de eventos desportivos. Também desta forma se faz uma ampla divulgação das políticas municipais na área do desporto e da recreação, visando uma resposta diversificada às características da procura desportiva de carácter amador de todos os estratos da população e aproveitando o potencial mobilizador de praticantes desportivos através de iniciativas apoiadas e promovidas pelos Municípios da AML. Foram apresentados na RTP2 as seguintes iniciativas:

- Um magazine sobre o evento **São Silvestre da Amadora – Atletismo – Amadora –** 08 de janeiro de 2017;
- Um magazine sobre o evento **Rugby - Rugby Youth Festival – Rugby – Oeiras** – 05 de fevereiro de 2017;
- Um magazine sobre o evento **Duatlo das Lezírias – Rugby – Oeiras** – 05 de fevereiro de 2017;
- Um magazine sobre o evento **Corrida das Lezírias – Atletismo – Vila Franca de Xira –** 11 de março de 2017;
- Um magazine sobre o evento **XI Travessia António Bessone Basto –** Natação – **Oeiras –** 28 de maio de 2017;
- Transmissão do magazine sobre o evento **Marginal à Noite – Desporto para Todos – Oeiras** – transmitido a 09 de julho de 2017;

4.5. Promover Iniciativas Culturais (prémios, eventos, etc.)

Parceria entre a AML e o Museu de Santo António:

Foi dada continuidade à colaboração entre a AML e o Museu de Santo António relativa à investigação sobre os inúmeros registos e painéis em azulejo relacionados com Santo António existentes nos vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa, tendo em vista a edição de uma publicação (numa parceria da CML/Museu de Lisboa-Santo António com a Imprensa Nacional Casa da Moeda).

A AML foi contactada para aferir o interesse dos municípios associados neste projeto, pelo que estabeleceu contactos com os 18 municípios, indagando se nos respetivos municípios existiam exemplares azulejares sobre a iconografia de Santo António e era autorizado que o Museu fizesse o registo fotográfico.

Confirmaram a sua participação: CM Alcochete, CM Almada, CM Barreiro, CM Cascais, CM Lisboa, CM Loures, CM Mafra, CM Moita, CM Oeiras, CM Odivelas, CM Seixal, CM Sintra, CM Vila Franca de Xira. Não participam: CM Amadora, CM Montijo, CM Palmela, CM Sesimbra e CM Setúbal.

Para a AML tem sido uma forma de promover, contribuir e divulgar o vasto Património Azulejar lusitano e de tradição portuguesa que ocupa um lugar de relevo no Património da região metropolitana; e de dar a conhecer a azulejaria como uma das verdadeiras manifestações artísticas mais versáteis e genuínas que permanece, apesar das vicissitudes históricas e dos diversos desastres naturais.

Na área do desporto

Deu-se continuidade ao apoio dado a alguns Municípios e outras entidades na elaboração de Aulas de Ginástica e organização e promoção de eventos, destinadas a todos os técnicos, professores e população em geral, alertando para a importância da atividade física na promoção de um estilo de vida mais saudável de todos os cidadãos, nomeadamente:

- Dinamização da aula de ginástica para a 3ª Idade – Festa da Flor – Vila Franca de Xira – dia 19 de abril de 2017;

- Reunião entre a AML e a UESpT (Union Européenne du Sport pour Tous), uma ONG do Desporto, dia 11 de maio de 2017, na sede da AML, estiveram presentes a Prof.ª Dr.ª Maria Teresa Ramilo, Vice-presidente da UESPT e Presidente da UESPT-PORTUGAL e o Dr. Carlos Lourenço, Vice-presidente da Assembleia da UESPT-Portugal. Esta reunião teve como intuito a apresentação da UESPT e a possibilidade da Área Metropolitana de Lisboa integrar este projeto como dinamizador de um grupo de trabalho com os 18 Municípios em prol do desenvolvimento e promoção do Desporto para Todos.

4.6. Conceção e desenvolvimento do Projeto Educativo Metropolitano

Em 2017 deu-se início à preparação desta candidatura, prevista no PDCT-AML.

4.7. Candidatura POR Lisboa - Pacto Territorial Empregabilidade

Em 2017 deu-se início à preparação desta candidatura, prevista no PDCT-AML.

5. Apoiar a Modernização e Capacitação Institucional dos Municípios

5.1. Potenciar a ação da Central de Compras Eletrónicas

Unidade Central de Compras e Logística

De acordo com o Regulamento dos Serviços da AML, aprovado em 26 de novembro de 2015, pelo Conselho Metropolitano de Lisboa (Regulamento n.º 38/2016, de 15 de janeiro) e com a Proposta n.º 088/CEML/2016, aprovada na reunião da Comissão Executiva Metropolitana de 17 de maio de 2016, que aprovou as subunidades orgânicas, as competências da Unidade Central de Compras e Logística (UCCL) abrangem a Contratação Pública para a AML e a Contratação Pública para as autarquias, juntas de freguesia e empresas municipais da AML, funcionando como Central de Compras (CC-AML).

Na área da Contratação Pública para a AML, em 2017 a UCCL-AML assegurou continuamente o sistema centralizado de contratação, tendo em vista a satisfação das necessidades dos serviços da AML.

Esta área de competências absorve maioritariamente a atividade da UCCL, tendo efetuado todos os procedimentos aquisitivos, de acordo com o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendentes à contratação de aquisições de bens e serviços, instruindo, organizando e acompanhando os procedimentos, de acordo com as regras legais aplicáveis e respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade.

Assim, foram lançados e concluídos 124 procedimentos aquisitivos lançados ao abrigo de procedimentos de ajustes diretos – regime geral e regime simplificado.

Na área da Contratação Pública para as autarquias, juntas de freguesia e empresas municipais da AML, a UUCL funcionou como Central de Compras (CC-AML) instituída pela Área Metropolitana de Lisboa ao abrigo do disposto nos artigos 260.º a 262.º do

Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro e no DL 200/2008, de 9 de outubro.

A Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa (CC-AML), constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 200/2008 de 9 de outubro, e cujo Regulamento Orgânico e de Funcionamento, consta do Regulamento n.º 38/2016, de 15 de janeiro, tem desenvolvido várias atividades no âmbito do *e-procurement* colaborativo.

Visa-se com esta atividade promover a eficácia, a eficiência, a transparência e reduzir os custos de aquisição de bens e serviços para todos os Municípios da AML e outras entidades aderentes.

À CC-AML está-lhe reservada a função de lançar os procedimentos aquisitivos com vista à abertura de concursos públicos para celebração de Acordos Quadro, para obtenção das melhores condições nos procedimentos aquisitivos das entidades aderentes da CC-AML.

A Unidade Central de Compras e Logística da Área Metropolitana de Lisboa (UCCL), em 2017 continuou a sua atividade para que os 18 Municípios, juntas de freguesia e empresas municipais da AML que integram a Área Metropolitana de Lisboa pudessem beneficiar dos seus acordos quadro.

No ano em questão, a CC-AML deu continuidade à monitorização dos Acordos Quadros vigentes, com a realização de um procedimento de concurso público internacional para outorga de acordo quadro para seleção de fornecedores de Refeições Escolares.

Acordos Quadro em vigor em 2017

Regista-se o protagonismo adquirido pela CC-AML ao longo de anos, pioneira na administração local, e que, assim, tem contribuído para demonstrar o forte impacto do acordo-quadro no panorama da contratação pública na administração local.

A atividade da CC-AML permitiu que as entidades aderentes que integram a Área Metropolitana de Lisboa pudessem recorrer a diversos acordos quadro, com significativa poupança, a saber:

- Equipamento de Proteção Individual para Combate em Incêndios
- Economato
- Higiene e Limpeza (produtos)
- Energia
- Refeições escolares

Infraestrutura Tecnológica de suporte à atividade

Ao nível do Suporte Tecnológico às Compras Eletrónicas salienta-se a manutenção da disponibilização da plataforma da SAPHETY Buy às entidades adquirentes, para desenvolvimento dos procedimentos aquisitivos ao abrigo dos Acordos Quadro, negociação dinâmica (leilões eletrónicos) e gestão transacional das compras, desde a fase de requisição de um bem e/ou serviço até à receção desse mesmo bem e/ou serviço.

Importa ainda informar que no âmbito da contratação para aquisição de serviços de uma solução tecnológica com uma plataforma eletrónica de contratação pública, o contrato outorgado entre a AML e a SAPHETY, em 29 de dezembro de 2015, prevê a possibilidade de as entidades aderentes da CC-AML contratarem com a SAPHETY um serviço para utilização da plataforma eletrónica de contratação pública, com 8 (oito) horas de formação incluída e com condições financeiras vantajosas.

Diversos

Ao longo do ano foi promovido e dado o apoio às entidades aderentes da CC-AML na elaboração das peças dos seus procedimentos aquisitivos ao abrigo dos acordos quadro da CC-AML, bem como nas fases de negociação eletrónica.

5.2. Promover a Formação Profissional Municipal e Intermunicipal para uma região do conhecimento

Plano de Formação Intermunicipal

Enquadramento

Os sucessivos quadros legais das entidades intermunicipais têm confirmado o desenvolvimento de projetos de formação como uma competência que está atribuída a estas entidades. A formação profissional na Área Metropolitana de Lisboa (AML) visa a promoção de uma região de conhecimento, através da capacitação dos seus trabalhadores. A presente região metropolitana distingue-se das demais pela centralidade, dimensão, complexidade e até heterogeneidade do seu território. Fatores que tornam ainda mais desafiante e complexa a definição de uma política de formação profissional municipal e intermunicipal.

A AML tem promovido nos últimos 18 anos uma oferta formativa sóbria, face à dimensão das necessidades e expectativas formativas dos 18 municípios da AML, mas que tem procurado manter standards de elevada qualidade. Concomitantemente, tem existido investimento em inovação e na promoção de outras formas de acesso ao conhecimento (democratização), traduzindo-se num reforço do investimento na capacitação e valorização profissional e pessoal dos trabalhadores da administração local da AML, como por exemplo o projeto MOOC-AML.

Metodologia de Avaliação da formação

A AML recorre ao modelo de *Kirkpatrick* para proceder à avaliação das suas ações de formação, aplicando apenas os níveis um e dois, reação e de aprendizagem. Os níveis de transferência e de impacto não estão a ser aplicados.

Concomitantemente, a coordenação da formação acompanha, de forma próxima, o desenvolvimento de todas as ações de formação, monitorizando e conduzindo toda a gestão de formação. Assim, e se for caso disso, são introduzidas as necessárias melhorias às ações de formação. Este contacto direto e permanente assegura assim uma avaliação contínua das ações de formação.

Resultados obtidos

A AML planeou realizar em 2017 um conjunto de 16 ações de formação de curta e média duração, a ter lugar nas suas próprias instalações. Os cursos de formação previstos foram os seguintes:

- Código do Procedimento Administrativo;
- Código dos Contratos Públicos;
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores;
- Instrução de Empreitadas, esclarecimentos e erros e omissões;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Sistema de Normalização Contabilística;
- Formador de Formadores (formação de especialização de formadores)
- Formador / consultor (formação de especialização de formadores)
- Gestor / coordenador da formação (formação de especialização de formadores)
- Outras ações de formação.

As formações de especialização de formadores carecem de autorização de funcionamento por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através de procedimento que nunca chegou a ficar disponível. Os pedidos de esclarecimentos remetidos pela AML sobre a data prevista para abertura das candidaturas à autorização de funcionamento destes cursos não obtiveram uma resposta conclusiva e clara. Apenas existiu a indicação para aguardar pela disponibilização destes procedimentos na plataforma *online netforce*.

Estava também previsto a realização de duas ações de formação pedagógica inicial de formadores. Contudo, a ação programada para maio de 2017 não obteve o número mínimo de formandos para se dar início à mesma, contrariamente ao que viria a acontecer na ação programada para outubro, onde os pedidos de inscrição dariam para realizar duas ações.

Face aos constrangimentos acima identificados, a AML acabou por realizar 11 ações de formação, tendo ainda adiado outras três ações de formação para o início de 2018. A

formação realizada foi de acordo com o planeado, tendo sido dada execução aos seguintes cursos de formação:

- Formação Pedagógica Inicial de Formadores (1 ação);
- Código do Procedimento Administrativo (2 ações);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (1 ação);
- Gestão de Eventos (1 ação);
- Código dos Contratos Públicos – Aquisição de bens e serviços (4 ações);
- Código dos Contratos Públicos – Empreitadas (1 ação);
- Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (1 ação).

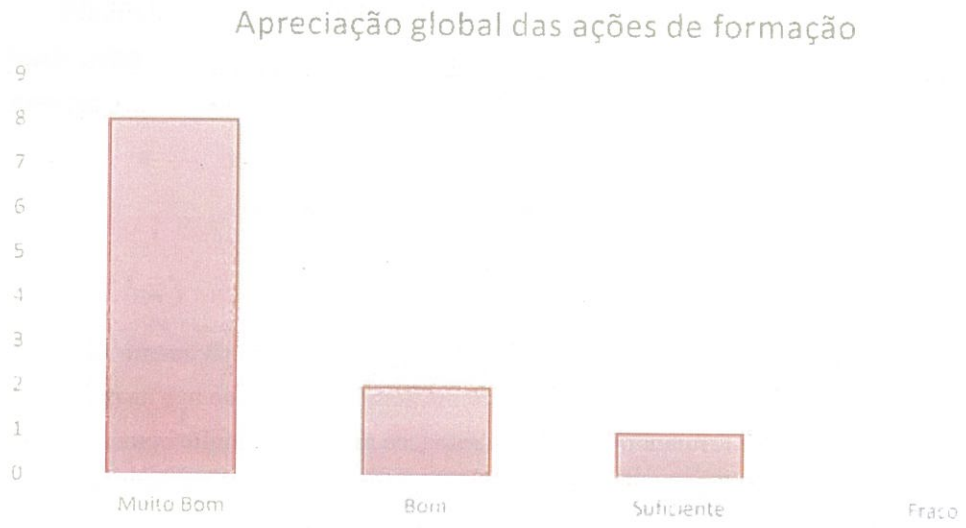
Tabela1: comparativo do nível de execução

	n.º de ações de formação	participantes	horas de formação	volume de formação (horas)
2017	11	168	300	4.476
2016	13	198	508	7.118
2015	12	185	324	4.892

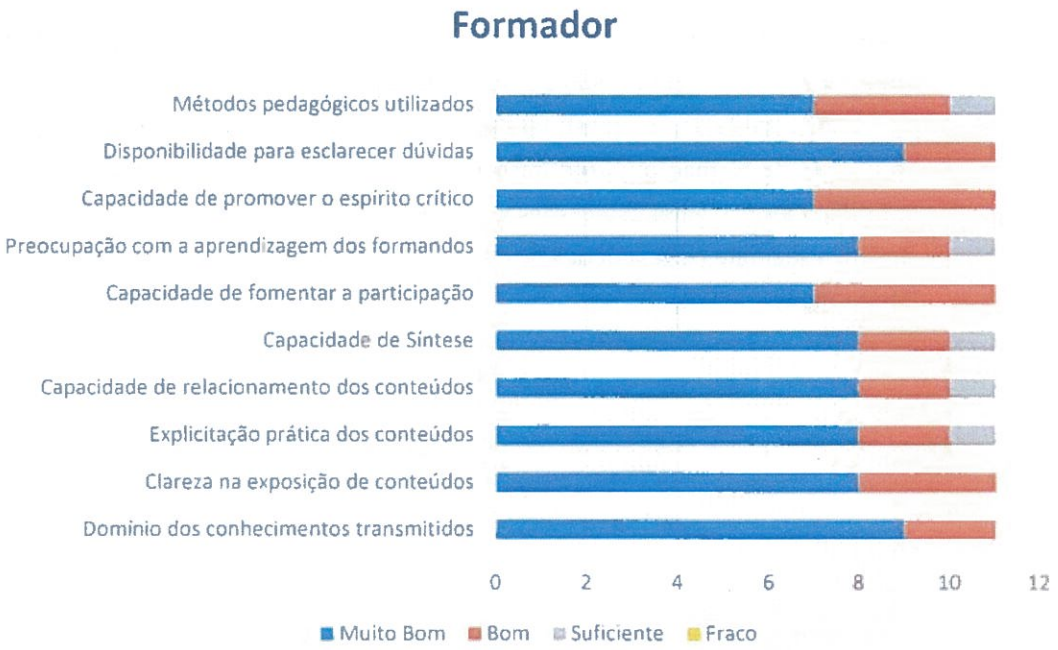
A execução em 2017 situou-se abaixo dos anos anteriores. Houve ainda a necessidade de se introduzir alterações ao calendário de formação por indisponibilidade dos formadores.

O volume de formação e número de horas em 2016 foi significativamente superior aos restantes anos derivado de nesse ano ter-se conseguido realizar três (3) ações de formação pedagógica inicial de formadores, cuja carga horaria de cada ação é de 90 horas. Se anularmos a interferência desse *outlier* estatístico, o número de horas/ volume de horas executado em 2017 está dentro da média de anos anteriores.

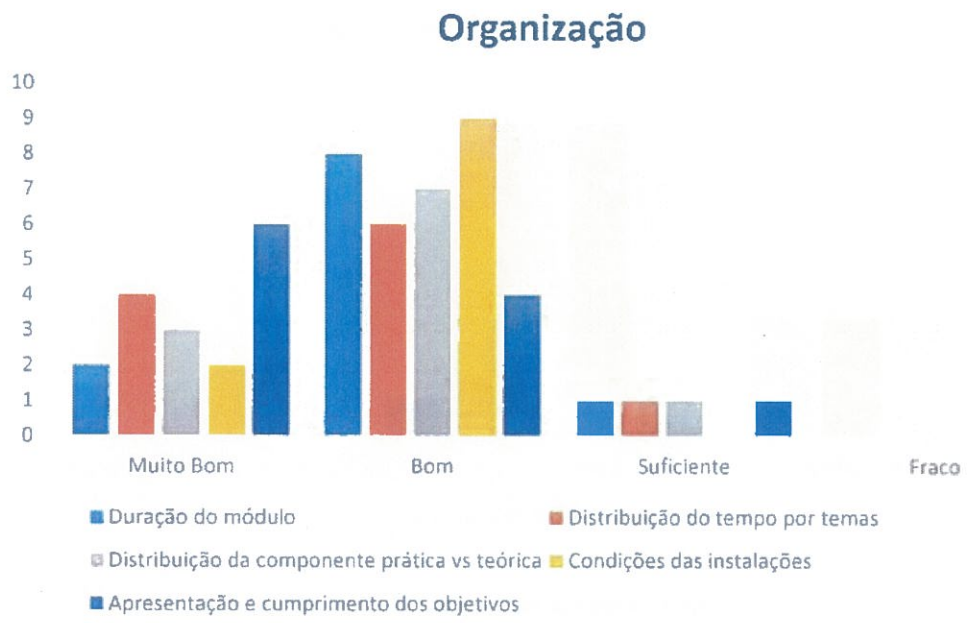
No que concerne à avaliação de reação/satisfação, nível 1 do modelo de *kirkpatrick*, a análise divide-se entre os seguintes parâmetros: (a) formador, (b) conteúdos, (c) organização, (d) apoios pedagógicos e, (c) apreciação global. Estes indicadores são avaliados através de um questionário, que é aplicado a todos os participantes no final das ações de formação. Neste questionário os participantes têm a oportunidade de classificar as diferentes dimensões das ações de formação utilizando uma escala de 1 a 4, com a seguinte correspondência qualitativa (1 – Fraco; 2 – Suficiente; 3 – Bom; 4 – Muito Bom).



Oito das onze ações de formação realizadas em 2017 foram referenciadas pelos formandos, no global, como sendo muito boas. As restantes três ações, duas obtiveram a menção de bom e uma de suficiente.



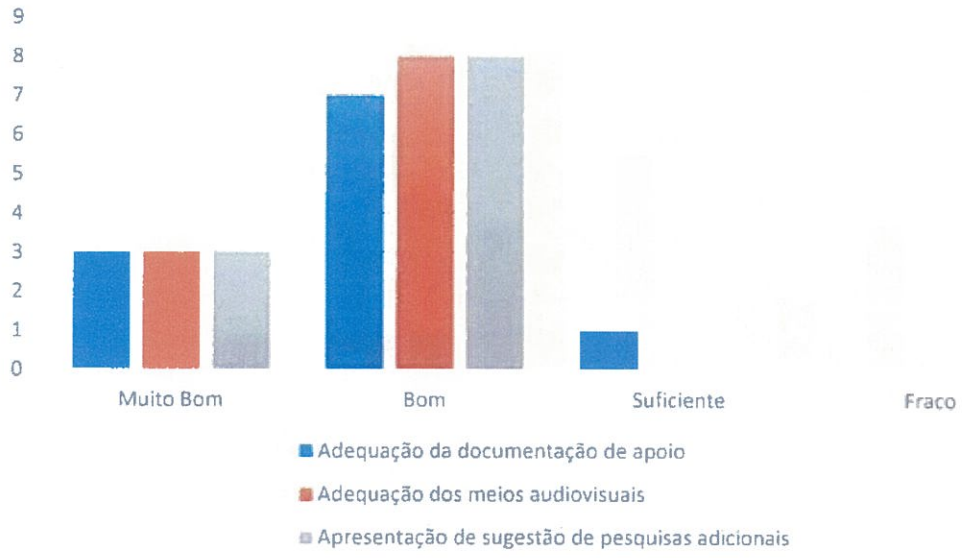
Ao nível das competências dos formadores para o desenvolvimento da formação, os formandos têm uma opinião relativamente homogénea, sendo que na maioria das ações de formação os formadores obtêm a pontuação máxima de muito bom. As competências com menor pontuação são os métodos pedagógicos, a capacidade de promover o espírito crítico e a capacidade de fomentar a participação. Por hipótese, se relacionarmos estes três fatores, métodos, espírito crítico e participação, estes estão relacionados com a aplicação de métodos ativos. Dado algumas das formações serem em temáticas de natureza legal, o método pedagógico comumente utilizado neste tipo de formação é o expositivo. Este método pedagógico, em regra, tem um reflexo negativo na reação dos formandos.



Os indicadores referentes à organização da formação, que se debruça sobre questões como a duração do módulo, componente prática vs teórica, apresentação dos objetivos pedagógicos, distribuição do tempo por temas e das condições das instalações, detêm todos eles maior dispersão, cuja análise torna-se mais complexa.

Os indicadores que recebem pior avaliação é a duração das ações de formação e as instalações. Crê-se que o motivo é a escassez de tempo para aprofundar os temas da formação ou mais tempo para a discussão e a participação. Não rara vezes os participantes das ações da AML pedem mais tempo de formação.

As condições das instalações obtêm uma pontuação de bom. Há determinadas condições que interessa melhorar, nomeadamente, os sanitários que estão bastante envelhecidos e gastos, bem como o sistema de climatização nem sempre esteve operacional.

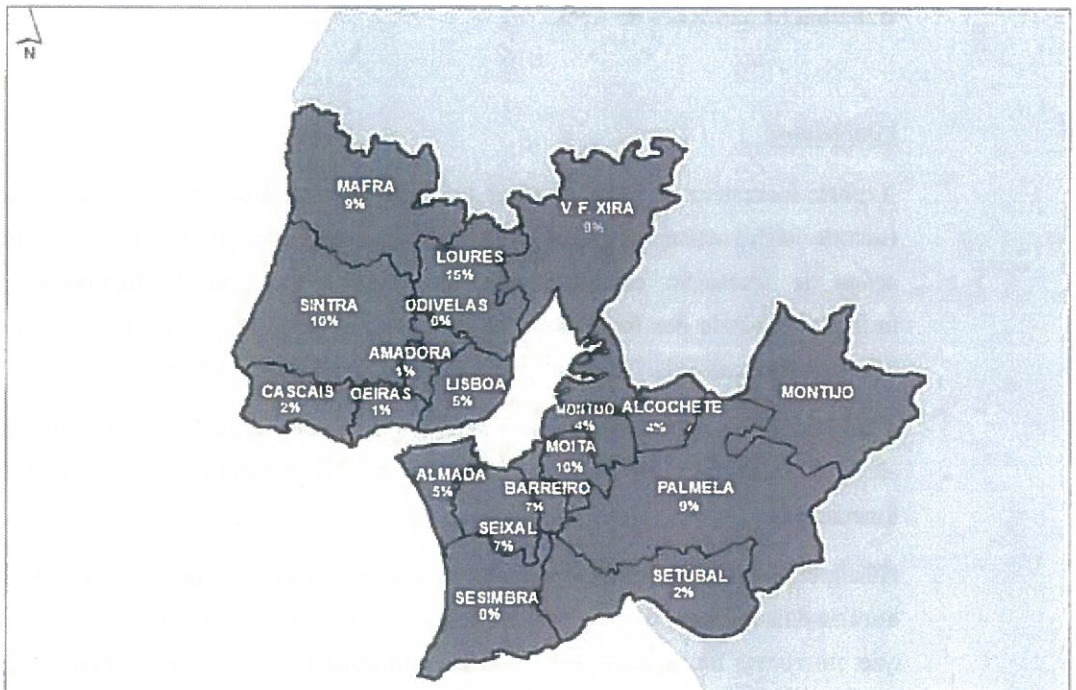


No que concerne aos recursos didáticos, os resultados obtidos na avaliação de reação revelam satisfação moderada, onde se destacam, ligeiramente, os meios audiovisuais utilizados e a apresentação de sugestão de pesquisa adicionais.

A sala de formação da AML encontra-se equipada com um videoprojector interativo, um quadro branco de boas dimensões, e um quadro de conferência (*flipchart*). As condições neste domínio dos audiovisuais parecem ser francamente positivas. O aspeto classificado de forma menos positiva consistiu na documentação de apoio. Os manuais ou documentos de apoio são produzidos ou identificados pelos formadores e remetidos pela AML para os formandos via e-mail. A maioria das vezes os documentos de apoio é a própria legislação, acrescido das apresentações dos formadores.

Caracterização dos participantes

O participante tipo das ações de formação é mulher (65% dos participantes que frequentaram as ações de formação da AML em 2017 são do sexo feminino), tem 46 anos (limite mínimo de 30 anos e limite máximo de 62 anos), e desenvolve funções de complexidade de nível 3, como técnico superior.



Distribuição de participantes por Município (em percentagem)

A forma de acesso à formação municipal e intermunicipal da AML encontra-se previsto no regulamento da FPMI-AML, através da atribuição de quotas de inscrição aos municípios que submetam pré-inscrições para uma dada ação de formação. A atribuição de quota visa uma distribuição equitativa das vagas disponíveis pelos municípios da área metropolitana. Ou seja, procura-se assim garantir condições de igualdade no acesso às ações de formação.

Do gráfico de distribuição de participantes pelas ações de formação realizadas em 2017, consegue-se perceber que o número de participantes por município e por ação de formação é disforme. Por hipótese, estas diferenças explicam-se pela oferta formativa da AML, pela oportunidade (calendário das ações), política de formação dos municípios da AML e, inclusive, dos próprios procedimento de pré-inscrição e da tramitação inerentes à autorização de frequência de cada câmara municipal.

O gráfico acima mostra o número percentual de inscritos dos 18 municípios da AML. Observa-se que os municípios do Barreiro, Loures, Mafra, Moita, Palmela, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira foram quem mais inscreveram trabalhadores nas formações da

AML. Os municípios de Odivelas e de Sesimbra em 2017 não inscreveram qualquer trabalhador nas ações da AML.

Conclusões

A oferta formativa da AML, ao nível da execução, situou-se aquém do planeado, tendo existido várias situações que contribuíram para essa situação, tais como a anulação de ações de formação calendarizadas por motivo de falta de formandos ou por indisponibilidade dos formadores. Todos estes reajustamentos conduziram a que três ações contratualizadas para 2017 só tivesse concretização no início de 2018.

A satisfação dos formandos perante as ações de formação que frequentaram é bastante elevada, sobretudo, ao nível da generalidade dos formadores e dos programas de formação.

Há algumas observações menos positivas, sobretudo ao nível da climatização e da carga horária das ações de formação. O AVAC nem sempre esteve operacional, o que motivou que em certos momentos não houvesse climatização na sala de formação. Quanto à carga horária das ações de formação tem sido um assunto recorrente em anos transatos. Os formadores, a quem compete o desenvolvimento e/ou adaptação de conteúdos curriculares e programas, têm opinião contrária, e tem indicado que o número de horas é suficiente para a concretização dos objetivos pedagógica traçados.

6. Aproximar a AML dos Cidadãos

6.1. Relações com a comunicação social e gabinetes de comunicação dos municípios

Em 2017 continuou-se a estabelecer relações sólidas com os meios de comunicação, de modo a consolidar a AML como uma fonte de informação apelativa, respeitada e requisitada.

A presença nos órgãos de comunicação social como parte da estratégia global de comunicação também contribuiu para a afirmação da AML junto das entidades intermunicipais, dos municípios, dos *stakeholders* e dos cidadãos.

Deu-se continuidade à divulgação das atividades da AML, e, designadamente, às reuniões dos órgãos metropolitanos e grupos de trabalho metropolitano, e eventos vários, disponibilizando informação à comunicação social de âmbito nacional, regional e local, nomeadamente através da emissão/ difusão de 26 Comunicados de Imprensa, e da resposta a pedidos de informação/entrevistas.

As interpelações da comunicação social surgiram, na maior parte das vezes, na sequência do envio de comunicados por parte da AML, mas também devido a estarem na ordem do dia temas de interesse metropolitano.

Com o intuito de melhorar a divulgação e o alcance da informação continuou-se a atualizar regularmente a carteira de contactos dos media, com especial destaque para a área dos transportes, tendo em conta as atribuições e competências da AML.

No que respeita aos municípios, otimizaram-se os contactos com os Gabinetes de Comunicação das Câmaras Municipais, divulgando os projetos e ações, e convidando-os a estar presentes nos eventos públicos da AML.

Entrevistas

- 16 de março – O então Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Dr. Basílio Horta, participou num debate na Antena 1, programa "Portugal em Direto", sobre descentralização de competências, tendo sido abordadas várias matérias, designadamente a da avaliação de imóveis pelas autarquias. Participaram também no debate o então Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Emídio Sousa, e o Dr. Pedro Marinho Falcão, advogado especialista em direito fiscal e bancário. (disponível em: http://www.rtp.pt/play/p470/e278763/portugal-em-direto)

- O então Primeiro-secretário Metropolitano, Eng.º Demétrio Alves, deu uma entrevista à publicação mensal (abril) "Transportes em Revista" sobre O *estado da arte nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, na sequência da entrada em vigor do Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros.



A entrevista está também disponível na versão online da publicação:



- Foi ainda preparado texto sobre a Área Metropolitana de Lisboa, os seus órgãos e atribuições/ competências, para inserção na área editorial da Revista Poder Local 2017, distribuída gratuitamente com o Diário de Notícias em 28 de fevereiro.

  Esta revista apresenta os mais de dois mil autarcas que gerem as 308 Câmaras Municipais do Continente e Ilhas e integra uma listagem de organismos e contactos.



Inserções Publicitárias

A par da afirmação da AML junto dos cidadãos, também foi fundamental dar a conhecer as novas atribuições e competências da AML.

Assim, fizeram-se as seguintes inserções publicitárias:

- SEMMAIS Jornal – Edição especial intitulada 1000 Maiores Empresas do Distrito de Setúbal, promovida pelo jornal SEMMAIS, semanário de informação generalista da Região de Setúbal, distribuída com o jornal Expresso, a 16 de dezembro. A revista aborda e analisa tecnicamente as 1000 maiores empresas do distrito.



- Revista Poder Local 2017 – distribuída gratuitamente com o Diário de Notícias em 28 de fevereiro.



6.2. Elaborar de um Kit Imprensa /Kit Boas Vindas

Para os eventos promovidos na sede, elaborou-se um Kit-Imprensa com informações para os jornalistas - comunicado de imprensa, informação genérica sobre a AML e suas atribuições e competências, fotografias e textos complementares.

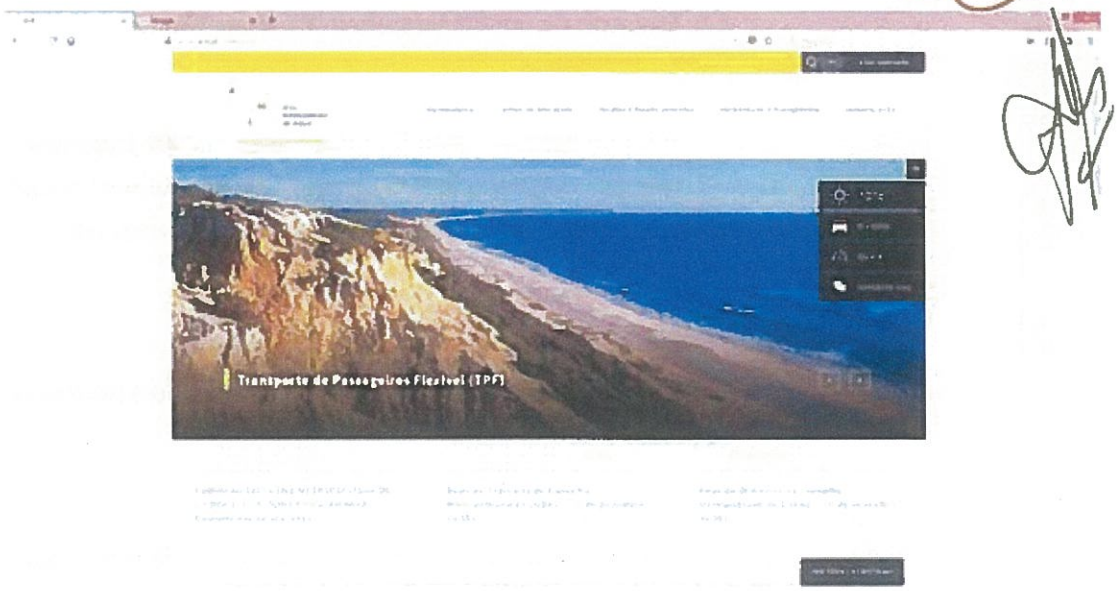
6.3. Proceder ao processamento de pedidos de informação, reclamação e sugestão dos cidadãos

Tendo em conta as atribuições e competência da AML e os objetivos estratégicos definidos para a AML, em que se prevê a abertura ao exterior e a estimulação da participação de coletividades, associações, fundações, instituições de solidariedade social, movimentos para a sustentabilidade socioeconómica e ambiental e, ainda, a participação cidadã, procedeu-se ao eficaz processamento de pedidos de informação, reclamação e sugestão dos cidadãos, assegurando a resposta em tempo útil, com a adequada informação, tal como o preceituado nos princípios gerais da atividade administrativa do Código do Procedimento Administrativo (anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

6.4. Potenciar a comunicação institucional e dinamizar o website AML e Facebook

Website AML

O website da AML, reformulado em 2016 e adaptado às atribuições e competências da AML, tornou-se mais dinâmico, tendo sido dada continuidade à publicação das atividades e notícias mais relevantes da AML, também no Facebook.



Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017, o website contabilizou 18.415 visitantes, que efetuaram 28.384 visitas, num total de 53.081 visualizações de página.

As visitas tiveram origem nos cinco continentes, sendo de destacar, para além das que tiveram origem em Portugal (16.119 visitantes), as dos seguintes países: Brasil (386), Estados Unidos da América (367), Noruega (281), Espanha (210), Bélgica (136), Alemanha (120) e Reuni Unidos (109), todos eles com mais de uma centena de visitantes.

Das visitas com origem em Portugal, 73% têm origem no território da área metropolitana de Lisboa.

Redes Sociais - Facebook

Em 2017 a página do Facebook, que também publicita as notícias mais relevantes da AML, passou de 800 seguidores em 2016 para 910 em 2017.

Os seguidores têm origem em 23 países, com maior expressão em Portugal, com 880 seguidores, e no Brasil com 16.

6.5. Dar continuidade às publicações

Tendo em vista a promoção das ações desenvolvidas pela Área Metropolitana de Lisboa e pelos Municípios, e com o objetivo de continuar a contribuir para o diálogo e reflexão das questões relativas ao planeamento, transportes e acessibilidades, desenvolvimento económico, educação, saúde turismo, cultura e lazer, procedeu-se ao *restyling* da Revista Metrópoles, no âmbito de uma estratégia global de comunicação da AML.

6.6. Organizar conferências, seminários e outras ações de informação, debate e sensibilização

Com o objetivo de informar o cidadão, promover a atividade da AML e temas da atualidade com interesse para a região, deu-se continuidade à realização de eventos vários, tais como conferências, seminários e outras ações de informação, debate e sensibilização, a saber (para além das já referenciadas noutras secções do presente relatório):

<u>Conferência de Imprensa do European Cycling Challenge</u>

A AML promoveu a 24 de abril uma Conferência de Imprensa sobre o *European Cycling Challenge* 2017, um concurso que decorreu de 1 a 31 de maio e que promoveu a participação de cidades e áreas metropolitanas europeias.

Este evento dirigiu-se, essencialmente, à promoção da utilização da bicicleta como modo de transporte de utilização diária.





Apresentação do Inquérito à Mobilidade 2017



A AML e AMP, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística, apresentaram publicamente, a 21 de setembro, o IMOB 2017 que teve por objetivo conhecer os padrões de deslocação da população, motivações e expetativas em termos de mobilidade e transporte, consistindo na recolha de dados e produção de resultados estatísticos sobre a mobilidade dos residentes das áreas geográficas das áreas metropolitanas.



A AML também participou:

- Colóquio-debate "Desenvolvimento Económico e Internacionalização", realizado pela Câmara Municipal do Seixal a 25 de janeiro, com a comunicação *Portugal 2020 – Uma perspetiva regional*





- Conferência 40 Anos de Poder Local Democrático, realizada pela Câmara Municipal de Loures a 21 de janeiro, com a comunicação *Autarquias metropolitanas – Regiões a duas velocidades?*



- Reunião Corredor Atlântico - Infraestrutura RTE-T - Ligação à Europa - AML participou, no dia 26 de abril, na primeira reunião do grupo de trabalho Working group Urban Nodes and Regions, relacionado com o Atlantic Corridor, realizada em Madrid, no palácio de Zurbano, coordenada pelo Prof. Carlo Secchi.

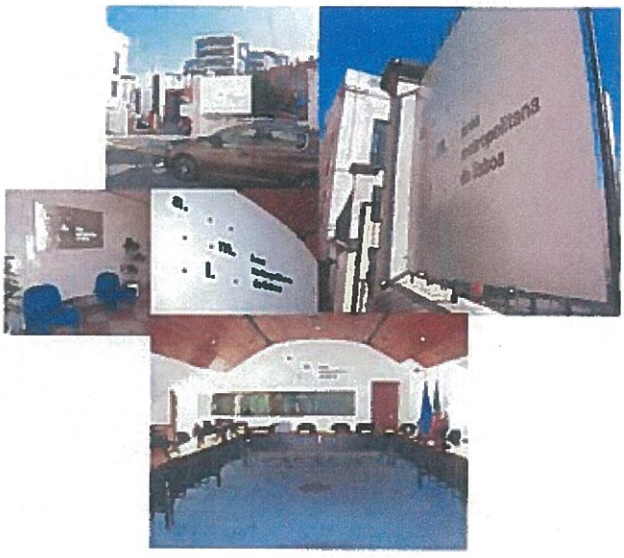


- 2º Encontro de Autoridades da Transportes Intermunicipais/Metropolitanas, realizado no Porto, a 19 de setembro



6.7. Promover a marca AML

Com a nova identidade gráfica da AML, foram concebidos diversos materiais promocionais, e bandeiras de interior e exterior, com o objetivo de uniformizar a imagem da entidade e difundi-la junto dos visitantes/ transeuntes.



7. Promover a Qualidade dos Serviços

7.1. Potenciar os meios digitais

A AML iniciou, em 2017, a desmaterialização dos processos administrativos, através de uma solução de gestão documental, implementada de forma transversal a toda a organização e integrando os canais e fluxos de informação existentes.

Esta solução funciona também como repositório de documentos do restante sistema de informação da organização.

7.2. Valorizar e formar os trabalhadores da AML

Formação Profissional dos Trabalhadores da AML

A AML dispõe de um plano de formação interno, que todos os anos é atualizado por via de um levantamento de necessidades de formação.

Em 2017, participaram em formação profissional 16 trabalhadores da AML, que no total fizeram 433 horas de formação. Os temas da formação frequentada foram vários, sendo os predominantes: Código dos Contratos Públicos, SNC-AP e Segurança contra incêndios em edifícios e dos procedimentos de emergência.

A tipologia da formação profissional frequentada dividiu-se sobretudo entre ações de formação, seminários e conferências.

Medidas de Autoproteção

O regime jurídico sobre Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), Decreto-Lei n.º 220/2008, 12 de novembro, que prevê a obrigatoriedade de definir e implementar medidas de autoproteção

Os edifícios, os estabelecimentos e os recintos devem, no decurso da exploração dos respetivos espaços, ser dotados de medidas de organização e gestão da segurança,

designadas por medidas de autoproteção. Estas medidas devem ser adaptadas às condições reais de exploração de cada utilização e proporcionadas à sua categoria de risco.

A AML procedeu à elaboração das medidas de autoproteção e de gestão da segurança contra incêndios, onde constam medidas preventivas, procedimentos intervenção em caso de emergência, sobretudo no caso de incêndio, e registos de segurança. As medidas MAP da AML foram homologadas em 2017 pela ANPC.

Lisboa, 17 de abril de 2018

Carlos Humberto de Carvalho
Primeiro-Secretário Metropolitano

PARTE IV - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

A. Relatório de Gestão

B. Proposta Fundamentada da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

C. Prestação de Contas



[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

PARTE IV - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

A – Relatório de Gestão (POCAL 13)

Notas introdutórias

O texto que seguidamente se apresenta a título de prévia análise, caracteriza-se por uma apresentação sumária das variações patrimoniais, económicas e financeiras, refletindo de alguma forma os resultados em função dos registos contabilísticos efetuados durante o exercício do ano de 2017.

Assim e resumindo numa perspetiva abrangente, focalizada na atual estrutura económico-financeira da instituição, seguem-se alguns indicadores. Utilizando idênticos valores relativos a período homólogo do ano transato, temos a seguinte situação expressa em (X 000 €).

	2016	2017	%
ACTIVO	6856,0	7047,0	+2,8
PASSIVO	899,0	523,8	-41,7
DISPONIBILIDADES	2.936,3	3556,9	+20,1
FUNDOS PRÓPRIOS	5.956,2	6.523,7	+8,0

Do quadro anterior poder-se-á igualmente extrair algumas ilações sobre as aplicações e origem de fundos (valores ativos e valores passivos).

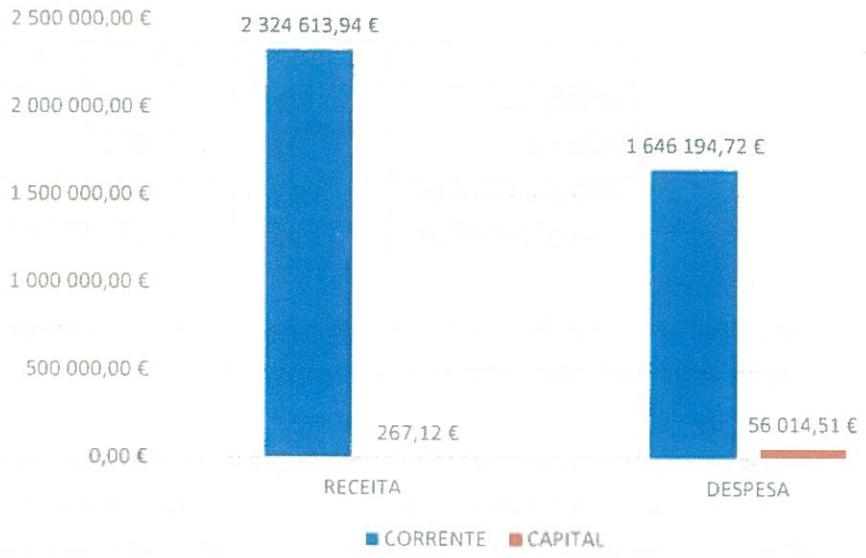
Ainda uma referência ao resultado líquido do atual exercício superior ao verificado no ano de 2016 (567.544 € V 260.000€), fruto de uma conjuntura mais favorável e de uma gestão mais adequada à nova realidade da-AML. Caberá aqui uma alusão aos valores arrecadados (receita corrente) e, valores consumidos (despesa corrente) durante o ano a que se reporta a presente informação. Nesse campo, constata-se que comparativamente com o exercício de 2016, se verificaram ligeiros decréscimos que pela sua natureza não produziram impactos significativos no desenvolvimento da atividade da Instituição.

Finalmente e de forma a proporcionar uma leitura mais assertiva da informação produzida, segue-se um conjunto de quadros e gráficos que poderão ser objeto de visualização e análise.

Execução Orçamental

Operações Orçamentais 2017

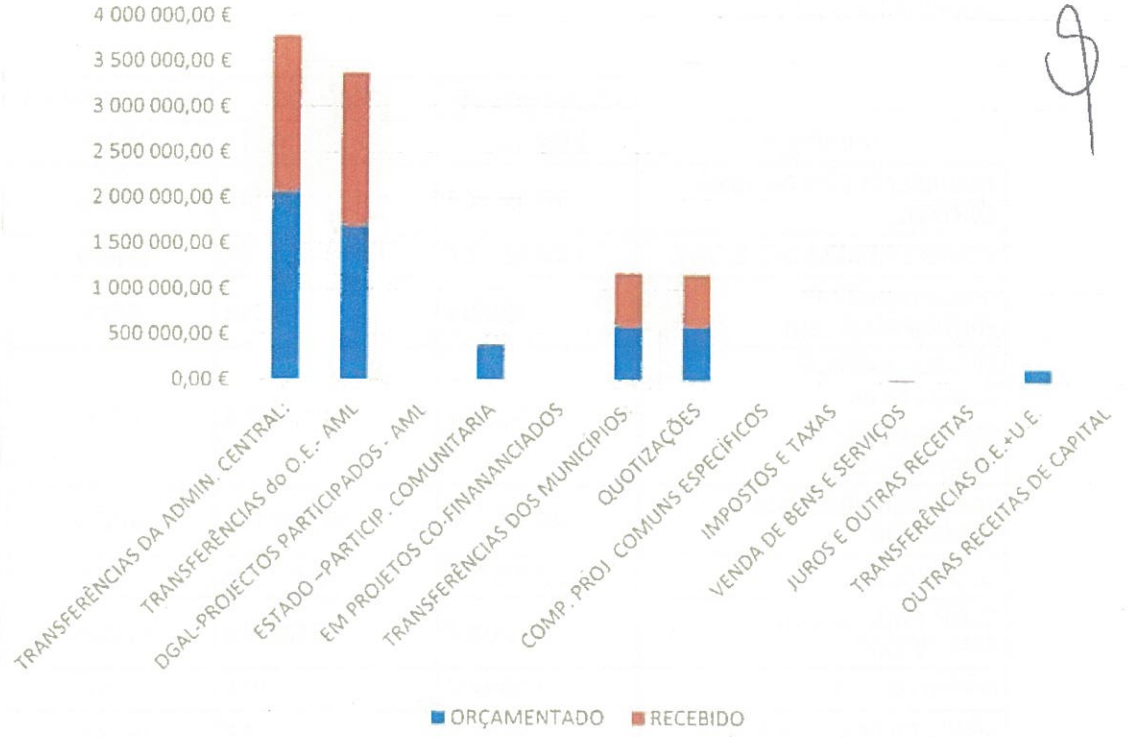
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
RECEITA	2 324 613,94 €	267,12 €	2 324 881,06 €
DESPESA	1 646 194,72 €	56 014,51 €	1 702 209,23 €
DIFERENÇA/SALDO	678 419,22 €	-55 747,39 €	622 671,83 €
SALDO ANO ANTERIOR			2 893 479,33 €
SALDO PARA 2018			3 516 151,16 €



O quadro e gráfico acima expressa de uma forma clara e concisa os registos operados nas principais vertentes orçamentais, traduzindo em termos de valores globais os movimentos do ano de 2017.

Estrutura da Receita 2017

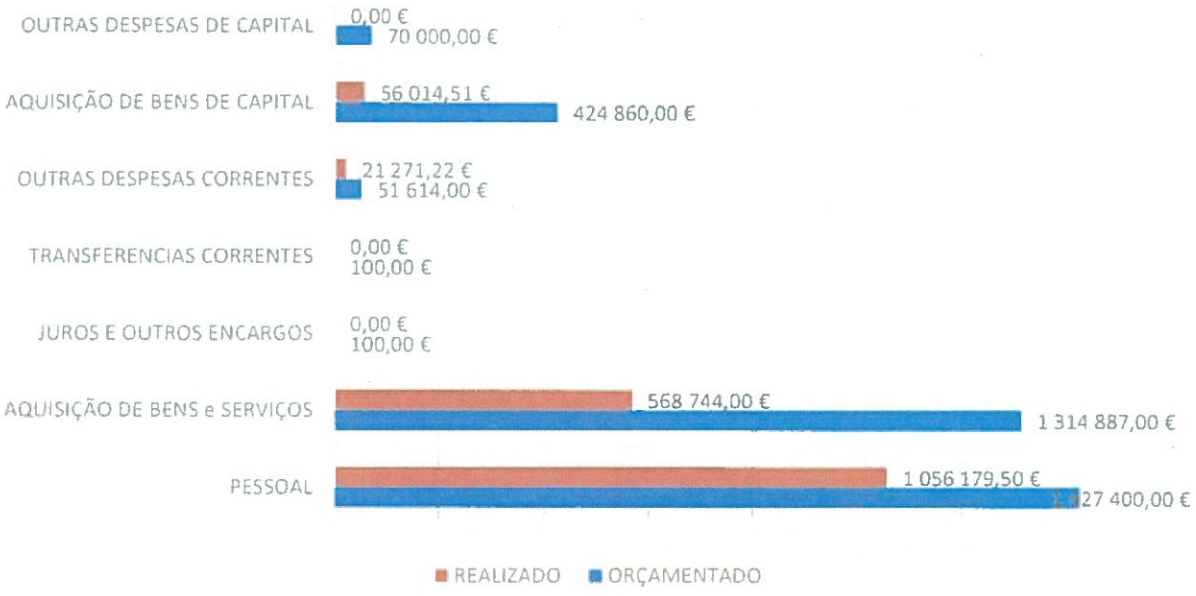
	ORÇAMENTADO	RECEBIDO	% DE EXECUÇÃO
CORRENTE	**2 668 633,00 €**	**2 324 613,94 €**	**87,11%**
TRANSFERÊNCIAS DA ADMIN. CENTRAL:	2 057 962,00 €	1 721 072,76 €	**83,63%**
TRANSFERÊNCIAS do O.E.- AML	1 688 224,00 €	1 688 124,00 €	**99,99%**
DGAL-PROJECTOS PARTICIPADOS - AML	100,00 €	0,00 €	**0,00%**
ESTADO –PARTICIP. COMUNITARIA EM PROJETOS CO-FINANANCIADOS	369 638,00 €	32 948,76 €	8,91%
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS:	593 149,00 €	587 019,11 €	98,97%
QUOTIZAÇÕES	592 049,00 €	580 490,59 €	98,05%
COMP. PROJ. COMUNS ESPECÍFICOS	1 100,00 €	6 528,52 €	593,50%
IMPOSTOS E TAXAS	1 300,00 €	0,00 €	0,00%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	15 922,00 €	15 052,31 €	94,54%
JUROS E OUTRAS RECEITAS	300,00 €	1 469,76 €	489,92%
CAPITAL	**149 498,00 €**	**267,12 €**	0,18%
TRANSFERÊNCIAS O.E.+U.E.	149 388,00 €	0,00 €	0,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	110,00 €	267,12 €	242,84%
SUB-TOTAL	2 818 131,00 €	2 324 881,06 €	82,50%
SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	**470 830,00 €**	**470 830,00 €**	100,00%
TOTAL	**3 288 961,00 €**	**2 795 711,06 €**	**85,00%**



Neste quadro é evidenciada a execução orçamental de cerca de 82% do inicialmente previsto.

Estrutura da Despesa 2017

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO
CORRENTE	**2 794 101,00 €**	**1 646 194,72 €**	**58,92%**
PESSOAL	1 427 400,00 €	1 056 179,50 €	73,99%
AQUISIÇÃO DE BENS e SERVIÇOS	1 314 887,00 €	568 744,00 €	43,25%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	100,00 €	0,00 €	0,00%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	100,00 €	0,00 €	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51 614,00 €	21 271,22 €	41,21%
CAPITAL	**494 860,00 €**	**56 014,51 €**	**11,32%**
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	424 860,00 €	56 014,51 €	13,18%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	70 000,00 €	0,00 €	0,00%
TOTAL	**3 288 961,00 €**	**1 702 209,23 €**	**51,76%**



Nesta perspetiva verifica-se, desde logo, uma acentuada diferença entre as despesas correntes e as de capital com especial incidência nos rácios correspondentes às despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, sendo não obstante de salientar o cumprimento da regra do equilíbrio financeiro.

Execução do Plano 2017

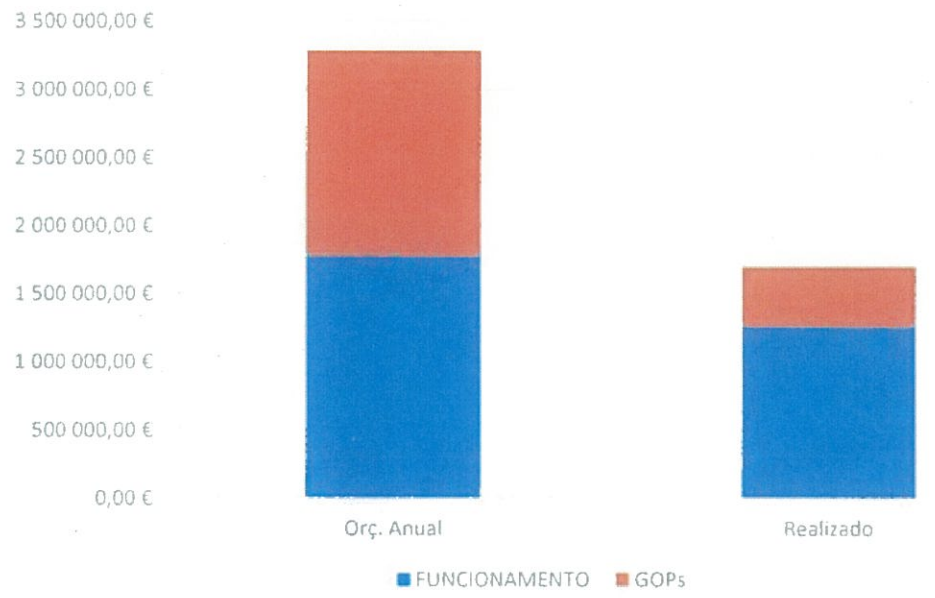
	PREVISTO	EXECUTADO	EXECUÇÃO (%)
FUNÇÕES GERAIS	784 911,21 €	194 726,16 €	24,81%
FUNÇÕES SOCIAIS	240 901,10 €	18 282,07 €	7,59%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	467 465,00 €	221 944,57 €	47,48%
OUTRAS FUNÇÕES	18 776,00 €	6 741,00 €	35,90%
TOTAL	1 512 053,31 €	441 693,80 €	29,21%



A nível das Grandes Opções do Plano, e em termos globais, denota-se uma realização de cerca de 30% do previsto para 2017. Analisando, contudo, individualmente cada uma das respetivas componentes a execução dos investimentos orçamentados situa-se nos 11,32% e em cerca de 38% das atividades previstas no respetivo plano de ações relevantes.

Despesa (relação Funcionamento/ Planos) 2017

	Orç. Anual	Realizado	Execução (%)
PESSOAL	1 427 400,00 €	1 056 179,50 €	73,99%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	297 893,69 €	183 064,71 €	61,45%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51 614,00 €	21 271,22 €	41,21%
SUB-TOTAL	**1 776 907,69 €**	**1 260 515,43 €**	70,94%
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	1 512 053,31 €	441 693,80 €	29,21%
SUB-TOTAL	**1 512 053,31 €**	**441 693,80 €**	29,21%
TOTAL	**3 288 961,00 €**	**1 702 209,23 €**	51,76%

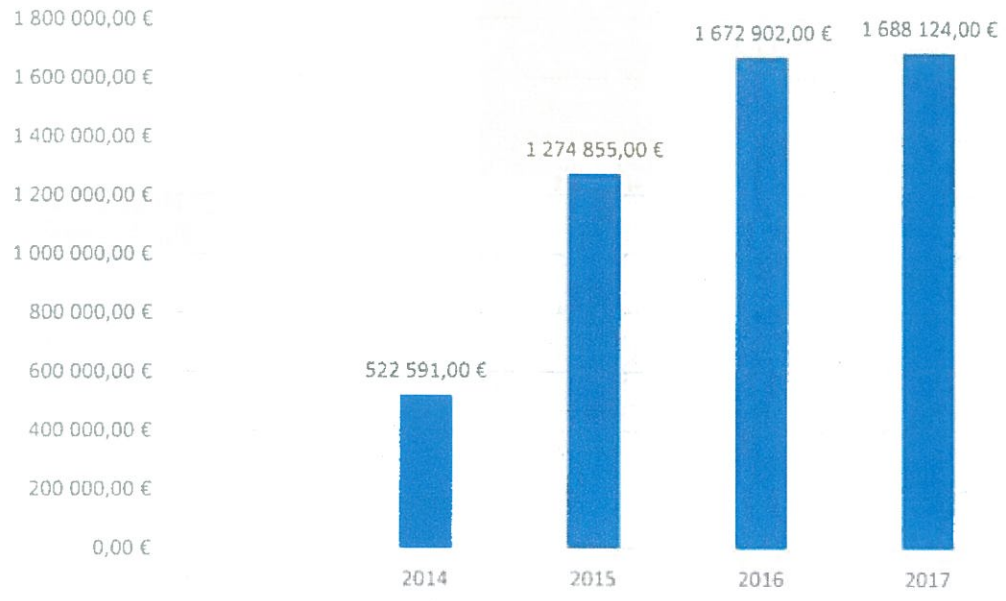


Nesta demonstração gráfica, tal como foi enfatizado aquando da apreciação da despesa, evidencia-se o peso das despesas de funcionamento com uma incidência de cerca de 74,05% no total geral despendido no ano em análise.

Rácios Financeiros

Quadro e Gráfico das Transferências do Orçamento Geral do Estado

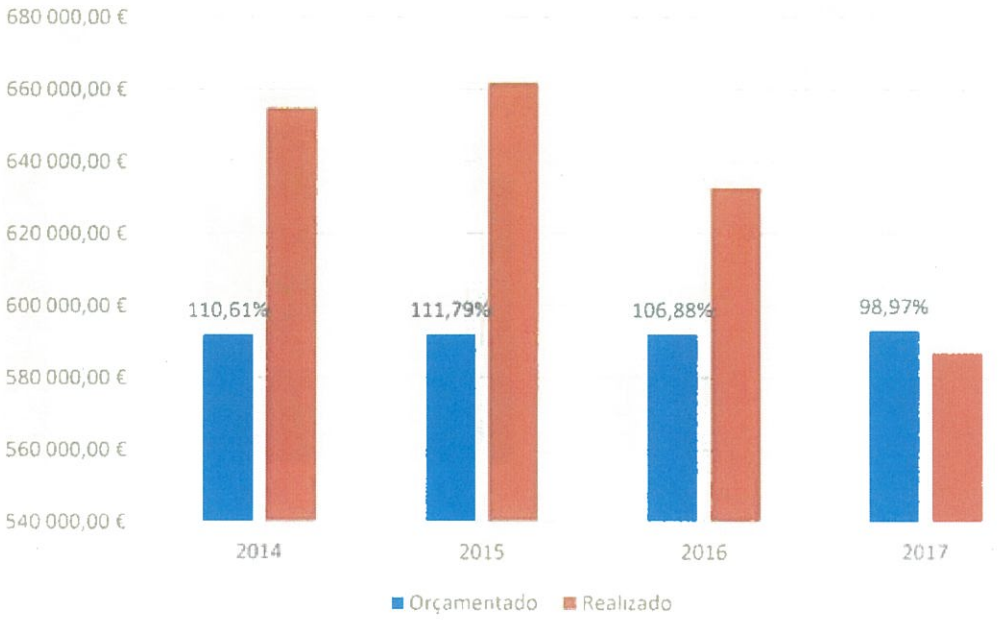
Ano	Valor (€)	Diferença % ano anterior
2014	522 591,00 €	0,00%
2015	1 274 855,00 €	143,95%
2016	1 672 902,00 €	31,22%
2017	1 688 124,00 €	0,91%



Como oportunamente foi evidenciado o aumento de receitas verificado em 2015 coincide com a integração da Autoridade Metropolitana dos Transportes.

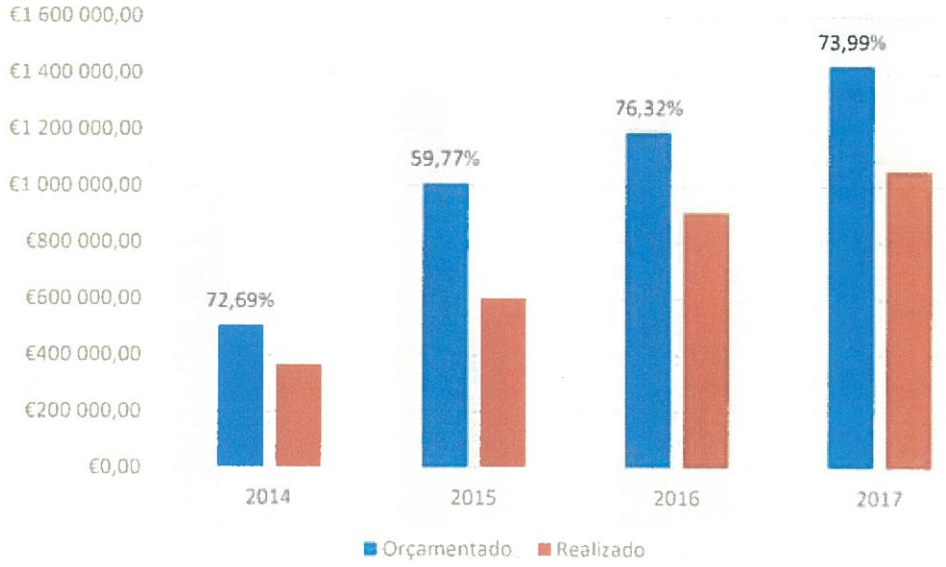
Quadro e Gráfico das Transferências dos Municípios

	2014	2015	2016	2017
Orçamentado	592 049,00 €	592 049,00 €	592 049,00 €	593 149,00 €
Realizado	654 853,00 €	661 872,16 €	632 788,42 €	587 019,15 €
% Execução	110,61%	111,79%	106,88%	98,97%



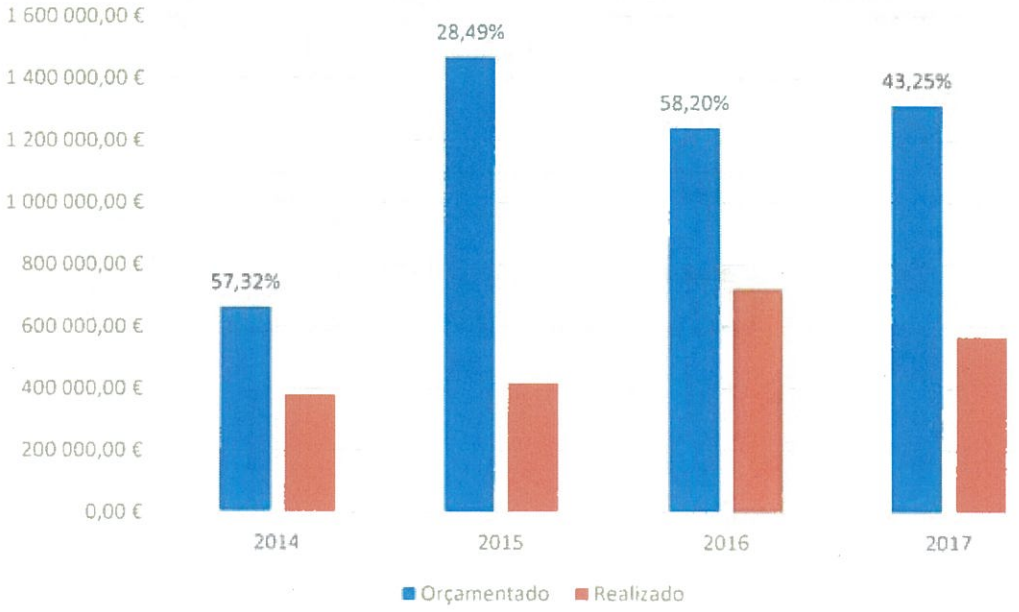
Quadro e Gráfico das Despesas com o Pessoal

	2014	2015	2016	2017
Orçamentado	504 400,00 €	1 009 600,00 €	1 191 000,00 €	1 427 400,00 €
Realizado	366 645,41 €	603 485,85 €	908 969,17 €	1 056 179,60 €
% Execução	72,69%	59,77%	76,32%	73,99%



Quadro e Gráfico das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

	2014	2015	2016	2017
Orçamentado	662 950,47 €	1 469 118,00 €	1 243 325,00 €	1 314 887,00 €
Realizado	380 015,26 €	418 590,05 €	723 608,75 €	568 744,00 €
% Execução	57,32%	28,49%	58,20%	43,25%



De forma sucinta, apresentam-se os rácios representativos da absorção da despesa, nas suas principais vertentes orçamentais, relativamente à receita arrecadada, em períodos homólogos distintos:

	RECEITA EVOLUTIVA (2014/2017)							
	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
OE	522 591,00 €	41,12%	1 259 615,00 €	42,49%	1 274 855,00 €	51,04%	1 721 072,76 €	74,04%
MUNICÍPIOS	654 853,00 €	51,53%	661 872,16 €	22,33%	632 788,42 €	25,33%	587 019,11 €	25,25%
TOTAL RECEITA CORRENTE	**1 270 804,01 €**		**2 964 464,73 €**		**2 497 846,45 €**		**2 324 613,94 €**	

	DESPESA EVOLUTIVA (2014/2017)							
	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
PESSOAL	366 645,41 €	40,29%	603 485,85 €	56,91%	908 969,17 €	54,55%	1 056 179,50 €	64,16%
AQ. BENS E SERV.	380 015,26 €	41,75%	41 590,05 €	3,92%	723 608,75 €	43,42%	588 744,00 €	35,76%
TOTAL DESPESA CORRENTE	**910 114,56 €**		**1 060 357,68 €**		**1 666 399,98 €**		**1 646 194,72 €**	

Rácios	2014	2015	2016	2017
Despesa/Receita	71,62%	35,77%	66,71%	70,82%

B. Proposta Fundamentada da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Considerando que:

1. Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício é submetido a apreciação e aprovação dos órgãos municipais;
2. Nos termos do art.º 104º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o funcionamento das entidades intermunicipais regula-se, em tudo o que não esteja previsto pela presente lei, pelo regime jurídico aplicável aos órgãos municipais;
3. O Resultado Líquido do Exercício de 2017, nos termos do ponto 2.7.3.2. do POCAL, deverá ser transferido para a Conta 59 «Resultados Transitados»;

Neste sentido, propõe-se que a Comissão Executiva, ao abrigo dos artigos 73º e 76.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter a aprovação do Conselho Metropolitano de Lisboa, a Transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2017, cujo montante global é 567.544,29€, para a Conta 59 «Resultados Transitados».

O Primeiro-Secretário Metropolitano,

Carlos Humberto de Carvalho

[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

C. Prestação de Contas

BALANÇO
(Cfr. 5 POCAL)
Área Metropolitana de Lisboa

ENTIDADE AML — 2017/01/01 a 2017/12/31 — ANO 2017 — PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico,artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	70.253,32		70.253,32	70.253,32
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		70.253,32		70.253,32	70.253,32
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	625.000,00		625.000,00	625.000,00
422	Edifícios e outras construções	2.351.392,05	300.909,72	2.050.482,33	2.143.810,95
423	Equipamento básico	39.379,41	31.876,41	7.503,00	15.006,00
424	Equipamento de transporte	131.792,56	50.112,97	81.679,59	97.528,15
425	Ferramentas e utensílios	2.178,24	1.328,10	850,14	1.193,44
426	Equipamento administrativo	536.503,80	383.618,09	152.885,71	174.907,80
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	1.084.874,24	805.023,44	279.850,80	548.191,64
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		4.771.120,30	1.572.868,73	3.198.251,57	3.605.638,18
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				

BALANÇO

ENTIDADE: AML — Área Metropolitana de Lisboa — 2017/01/01 a 2017/12/31 — ANO 2017 PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)				
262	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
26	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	13.947,20		13.947,20	14.377,79
212	Contribuintes c/c				
213	Utentes c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				174,27
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	147.362,91		147.362,91	207.864,16
		161.310,11		161.310,11	222.416,22
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.556.936,94		3.556.936,94	2.936.335,56
11	Caixa				
		3.556.936,94		3.556.936,94	2.936.335,56
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	56.347,59		56.347,59	18.087,35
272	Custos diferidos	4.423,44		4.423,44	2.971,71
		60.771,03		60.771,03	21.059,06
	Total de amortizações		1.572.868,73		
	Total de provisões.....				
	Total do activo	8.620.391,70	1.572.868,73	7.047.523,97	6.855.702,34

BALANÇO

ENTIDADE AML Área Metropolitana de Lisboa 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS N	EXERCÍCIOS N - 1
	Fundos proprios:		
51	Património	3.446.771,55	3.446.771,55
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
59	Resultados transitados	2.359.430,40	2.112.417,39
88	Resultado liquido em exercicio	567.544,29	260.013,69
		6.373.746,24	5.819.202,63
	Reservas:		
571	Reservas legais	59.189,39	46.188,71
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsidios		
576	Doações	90.820,59	90.820,59
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
		150.009,98	137.009,30
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		3.884,85
			3.884,85
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimo de medio e longo prazo		
223	Fornecedores c/c, mlp		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
	Outros credores, mlp		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		
24	Estado e outros entes publicos	21.759,24	28.155,12
264	Administração autarquica		
262+263+267+268	Outros credores	19.026,54	19.035,47
217	Clientes e Utentes Com Cauções		
		40.785,78	47.190,59
	Acrescimos e diferimentos:		
273	Acrescimos de custos	199.050,91	151.122,16



BALANÇO

ENTIDADE AML Área Metropolitana de Lisboa 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	263.930,16	697.292,81
		482.380,97	848.414,97
	Total do passivo	523.766,75	699.490,41
	Total dos fundos próprios e do passivo	7.047.522,97	6.855.702,34

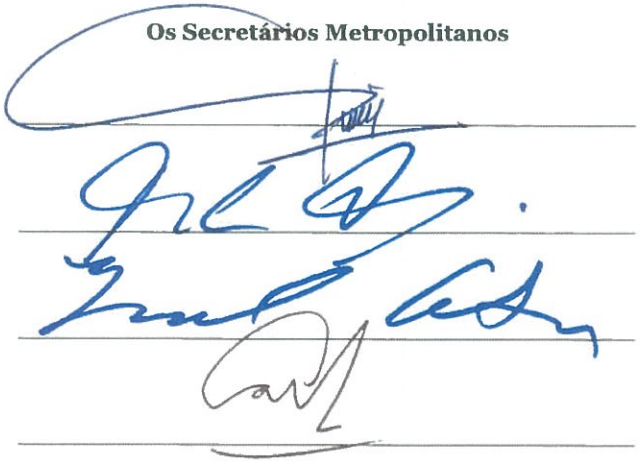
Balanço

Aprovado em reunião da Comissão Executiva
em 17 de abril de 2018

O Primeiro-secretário



Os Secretários Metropolitanos

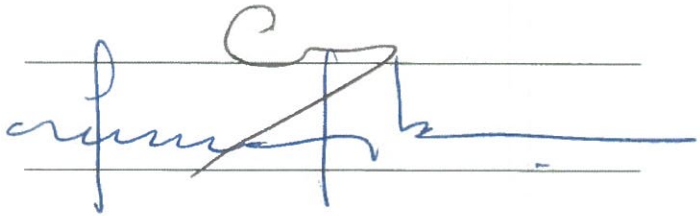


Aprovado em reunião do Conselho Metropolitano
em 26 de abril de 2018

O Presidente



Os Vice-Presidentes



146

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
(Cfr. 6 POCAL)

ENTIDADE AML - Area Metropolitana de Lisboa | 2017/01/01 a 2017/12/31 | ANO 2017 | PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos:		722.764,66		769.497,67
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	755.103,40		762.059,11	
643 a 648	Encargos sociais	199.144,98	954.248,28	195.269,21	957.328,32
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício		463.401,12		455.695,67
67	Provisões do exercício				3.884,85
65	Outros custos operacionais		7.469,45		19.863,09
	[A]		2.147.883,53		2.206.269,51
68	Custos e perdas financeiros		395,00		
	[C]		2.148.278,53		2.206.269,51
69	Custos e perdas extraordinários		24.844,01		329.777,09
	[E]		2.173.122,54		2.536.046,60
88	Resultado líquido do exercício.....		567.544,29		260.013,69
	[X]		2.740.666,83		2.796.060,29
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos				
712	Prestações de serviços	50.147,92	50.147,92	18.037,35	18.037,35
72	Impostos e taxas				
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		2.401.713,72		2.367.369,04
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	[B]		2.451.861,64		2.415.456,33
78	Proveitos e ganhos financeiros				76,04
	[D]		2.451.861,64		2.415.532,43
79	Proveitos extraordinários		288.805,29		380.527,86
	[F]		2.740.666,83		2.796.060,29

Resumo:			
	Resultados Operacionais: (B - A)	303.976,01	209.186,65
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-395,00	76,04
	Resultados Correntes: (D - C)	303.583,01	209.262,72
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	567.544,29	260.013,69

Demonstração de Resultados

Aprovado em reunião da Comissão Executiva em 17 de abril de 2018

O Primeiro-secretário



Os Secretários Metropolitanos

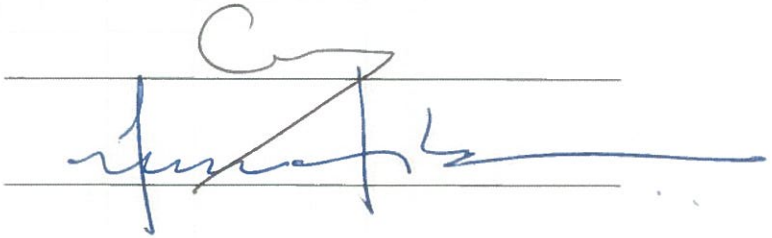


Aprovado em reunião do Conselho Metropolitano em 26 de abril de 2018

O Presidente



Os Vice-Presidentes



R E S U M O D O O R Ç A M E N T O
(Cfr. 7.2. POCAL)

ENTIDADE
Area Metropolitana de Lisboa

DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	2.668.633,00	Correntes	2.794.101,00
De capital	620.328,00	De capital	494.860,00
Total	3.288.961,00	Total	3.288.961,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	3.288.961,00	Total Geral	3.288.961,00

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	
AML		

DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS		
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	1.100,00	0.0
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	200,00	0.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	100,00	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.651.111,00	80.6
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	15.922,00	0.5
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	2.668.633,00	81.1
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO		
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	149.388,00	4.5
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	149.488,00	4.5
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00	0.0
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	470.830,00	14.3
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	470.840,00	14.3
TOTAL GERAL	3.288.961,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	1.427.400,00	43.4
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.314.687,00	40.0
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	100,00	0.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00	0.0
05 SUBSIDIOS		
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.614,00	1.6
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	2.794.101,00	85.0
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	424.860,00	12.9
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS		
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00	2.1
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	494.860,00	15.0
TOTAL GERAL	3.288.961,00	100.0

Mapas de Execução Orçamental

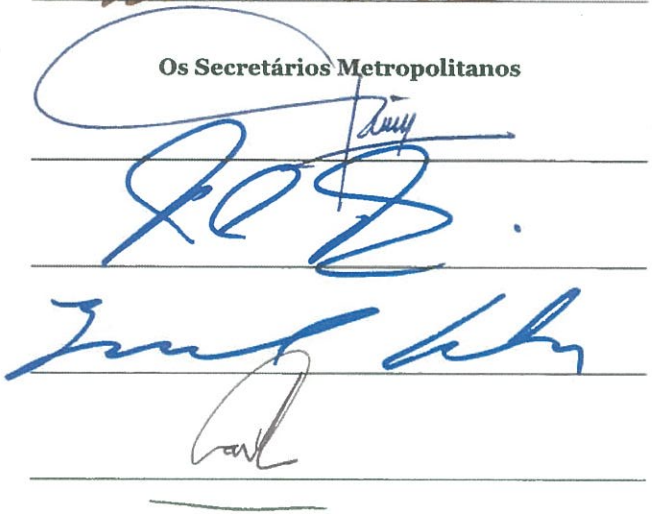
Orçamento

Aprovado em reunião da Comissão Executiva
em 17 de abril de 2018

O Primeiro-secretário



Os Secretários Metropolitanos

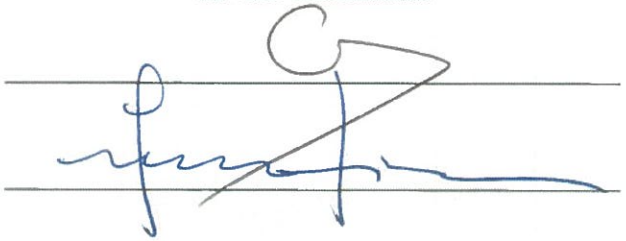


Aprovado em reunião do Conselho Metropolitano
em 26 de abril de 2018

O Presidente



Os Vice-Presidentes



MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA
(Cfr. 7.3.1. POCAL)

ENTIDADE AML - Área Metropolitana de Lisboa

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017
PAG. 1

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CODIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	EXERCICIO (4)	EXERCICIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
01		3.288.961,00	1.925.480,88	1.264.956,04	3.190.436,92	1.702.209,23	1.363.480,12	1.586.751,77	223.271,65	51.76
0102	ÁREA METROPOLITANA	3.275.961,00	1.925.480,88	1.264.956,04	3.190.436,92	1.702.209,23	1.350.480,12	1.573.751,77	223.271,65	51.96
01	DESPESAS COM O PESSOAL	1.424.400,00	1.056.179,50	232.637,50	1.288.817,00	1.056.179,50	368.220,50	368.220,50		74.15
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	1.097.200,00	831.505,78	198.214,50	1.029.720,28	831.505,78	265.694,22	265.694,22		75.78
010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	109.000,00	108.533,76		108.533,76	108.533,76	466,24	466,24		99.57
010103	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	226.500,00	169.169,40		169.169,40	169.169,40	57.330,60	57.330,60		74.69
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	190.000,00	169.169,40		169.169,40	169.169,40	20.830,60	20.830,60		89.04
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	36.500,00					36.500,00	36.500,00		
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	107.000,00	91.204,50	198.214,50	289.419,00	91.204,50	15.795,50	15.795,50		85.24
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	424.200,00	297.534,98		297.534,98	297.534,98	126.665,02	126.665,02		70.14
010111	REPRESENTAÇÃO	46.500,00	40.393,35		40.393,35	40.393,35	6.106,65	6.106,65		86.87
010113	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	43.000,00	27.523,58		27.523,58	27.523,58	15.476,42	15.476,42		64.01
010114	SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL	135.000,00	96.834,77		96.834,77	96.834,77	38.165,23	38.165,23		71.73
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD	5.000,00	311,44		311,44	311,44	4.688,56	4.688,56		6.23
0102	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS	50.200,00	23.074,68		23.074,68	23.074,68	27.125,32	27.125,32		45.97
010202	HORAS EXTRAORDINARIAS	21.000,00	9.607,61		9.607,61	9.607,61	11.392,39	11.392,39		45.75
010203	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
010204	AJUDAS DE CUSTO	10.000,00	5.962,42		5.962,42	5.962,42	4.037,58	4.037,58		59.62
010205	ABONO PARA FALHAS	4.000,00	1.872,89		1.872,89	1.872,89	2.127,11	2.127,11		46.82
010206	FORMAÇÃO	100,00					100,00	100,00		
010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	100,00					100,00	100,00		
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS	9.000,00	5.631,76		5.631,76	5.631,76	3.368,24	3.368,24		62.58
01021302	OUTROS	9.000,00	5.631,76		5.631,76	5.631,76	3.368,24	3.368,24		62.58
010214	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPÉCIE	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
0103	SEGURANÇA SOCIAL	277.000,00	201.599,04	34.423,08	236.022,12	201.599,04	75.400,96	75.400,96		72.78
010301	ENCARGOS COM A SAUDE	5.000,00	3.463,39		3.463,39	3.463,39	1.536,61	1.536,61		69.27
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	4.000,00					4.000,00	4.000,00		
010303	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	243.000,00	187.082,38		187.082,38	187.082,38	55.917,62	55.917,62		76.99
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS (ADSE)	25.000,00	11.439,82		11.439,82	11.439,82	13.560,18	13.560,18		45.76
01030502	SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL REGIME CONTRATO TRAB. EM FUNÇÕES PUBLICAS	211.000,00	169.232,24		169.232,24	169.232,24	41.767,76	41.767,76		80.20
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	131.000,00	107.767,61		107.767,61	107.767,61	23.232,39	23.232,39		82.27
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	80.000,00	61.464,63		61.464,63	61.464,63	18.535,37	18.535,37		76.83
01030503	OUTROS	7.000,00	6.410,32		6.410,32	6.410,32	589,68	589,68		91.58
010309	SEGUROS	20.000,00	11.053,27	34.423,08	45.476,35	11.053,27	8.946,73	8.946,73		55.27
01030901	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	20.000,00	11.053,27	34.423,08	45.476,35	11.053,27	8.946,73	8.946,73		55.27
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
01031001	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOPÇÃO	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.304.887,00	713.730,74	990.104,86	1.703.835,60	568.744,00	592.356,26	736.143,00	143.986,74	43.59
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	90.081,54	28.670,40	12.300,00	40.970,40	21.011,47	61.411,14	69.070,07	7.658,93	23.32
020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	24.600,00	15.947,16	12.300,00	28.247,16	8.288,23	8.652,84	16.311,77	7.658,93	33.69
02010201	GASOLINA	9.500,00	6.668,65	4.920,00	11.588,65	3.847,98	2.831,35	5.652,02	2.920,67	40.51
02010202	GASÓLEO	13.000,00	9.278,51	7.380,00	16.658,51	4.440,25	3.721,49	8.559,75	4.838,26	34.16
02010299	OUTROS	2.100,00					2.100,00	2.100,00		
020104	LIMPEZA E HIGIENE	200,00	5,78		5,78	5,78	194,22	194,22		2.89
020105	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	7.500,00	1.918,63		1.918,63	1.918,63	5.581,37	5.581,37		25.58
020107	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS	100,00					100,00	100,00		
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	5.000,00	3.086,51		3.086,51	3.086,51	1.913,49	1.913,49		61.73
020115	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	42.500,00	2.493,69		2.493,69	2.493,69	40.006,31	40.006,31		5.87

(a) (11 - 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE AML - Área Metropolitana de Lisboa

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CODIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	EXERCICIO (4)	EXERCICIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
020117	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	500,00					500,00	500,00		
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	500,00	82,38		82,38	82,38	417,62	417,62		16.48
020119	ARTIGOS HONORIFICOS E DE DECORAÇÃO	1.500,00	1.103,56		1.103,56	1.103,56	396,44	396,44		73.57
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	500,00					500,00	500,00		
020121	OUTROS BENS	7.181,54	4.032,69		4.032,69	4.032,69	3.148,85	3.148,85		56.15
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.214.805,46	684.060,34	977.804,86	1.661.865,20	547.732,53	530.745,12	667.072,93	136.327,81	45.09
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	51.073,00	43.587,17	53.960,22	97.547,39	39.556,51	7.485,83	11.516,49	4.030,66	77.45
020202	LIMPEZA E HIGIENE	12.000,00	11.222,52	2.719,53	13.942,05	11.222,52	777,48	777,48		93.52
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	21.000,00	8.934,84		8.934,84	8.389,84	12.065,16	12.610,16	545,00	39.95
020204	LOCAÇÃO DE EDIFICIOS	500,00					500,00	500,00		
020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	500,00					500,00	500,00		
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	15.500,00					15.500,00	15.500,00		
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	500,00					500,00	500,00		
020209	COMUNICAÇÕES	33.700,00	32.136,38	18.847,17	50.983,55	29.224,16	1.563,62	4.475,84	2.912,22	86.72
020210	TRANSPORTES	10.000,00	2.959,31		2.959,31	2.959,31	7.040,69	7.040,69		29.59
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	5.000,00	3.732,99		3.732,99	3.732,99	1.267,01	1.267,01		74.66
020212	SEGUROS	14.000,00	9.271,35	4.435,00	13.706,35	8.059,35	4.728,65	5.940,65	1.212,00	97.97
020213	DESLOCACOES E ESTADAS	15.000,00	1.285,56		1.285,56	1.285,56	13.714,44	13.714,44		8.57
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	520.626,46	239.123,69	640.882,27	880.005,96	135.886,71	281.502,77	384.739,75	103.236,98	26.10
020215	FORMAÇÃO	30.000,00	17.659,25		17.659,25	10.620,95	12.340,75	19.379,05	7.038,30	35.40
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	35.000,00	2.440,00		2.440,00	2.440,00	32.560,00	32.560,00		6.97
020217	PUBLICIDADE	9.000,00	2.708,68		2.708,68	2.708,68	6.211,32	6.211,32		30.09
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	23.000,00	21.437,18	12.595,20	34.032,38	21.437,18	1.562,82	1.562,82		93.21
020219	ASSISTÊNCIA TECNICA	36.000,00	27.132,90	63.269,97	90.402,87	18.102,35	8.867,10	17.897,65	9.030,55	50.28
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	300.900,00	202.195,89	151.095,80	353.291,69	194.599,49	98.704,11	106.300,51	7.596,40	64.67
020225	OUTROS SERVIÇOS	81.500,00	58.152,63	29.999,70	88.152,33	57.426,93	23.353,37	24.079,07	725,70	70.46
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	100,00					100,00	100,00		
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	100,00					100,00	100,00		
030305	MATERIAL DE TRANSPORTE	100,00					100,00	100,00		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00					100,00	100,00		
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00					100,00	100,00		
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00					100,00	100,00		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.614,00	21.271,22		21.271,22	21.271,22	30.342,78	30.342,78		41.21
0602	DIVERSAS	51.614,00	21.271,22		21.271,22	21.271,22	30.342,78	30.342,78		41.21
060201	IMPOSTOS E TAXAS	2.500,00	728,45		728,45	728,45	1.771,55	1.771,55		29.14
06020100	IMPOSTOS E TAXAS	2.500,00	728,45		728,45	728,45	1.771,55	1.771,55		29.14
060203	OUTRAS	49.114,00	20.542,77		20.542,77	20.542,77	28.571,23	28.571,23		41.83
06020301	OUTRAS RESTITUIÇÕES	500,00					500,00	500,00		
0602030101	Transferências no Âmbito de Projectos	500,00					500,00	500,00		
06020302	IVA PAGO	15.000,00	6.894,23		6.894,23	6.894,23	8.105,77	8.105,77		45.96
06020304	SERVIÇOS BANCARIOS	1.000,00	395,00		395,00	395,00	605,00	605,00		39.50
06020305	OUTRAS	32.614,00	13.253,54		13.253,54	13.253,54	19.360,46	19.360,46		40.64
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	424.860,00	135.299,42	42.213,60	177.513,02	56.014,51	289.560,58	368.845,49	79.284,91	13.18
0701	INVESTIMENTOS	424.760,00	135.299,42	42.213,60	177.513,02	56.014,51	289.460,58	368.745,49	79.284,91	13.19
070103	EDIFICIOS	54.600,00	46.823,03		46.823,03	3.773,03	7.776,97	50.826,97	43.050,00	6.91
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	54.600,00	46.823,03		46.823,03	3.773,03	7.776,97	50.826,97	43.050,00	6.91
070106	MATERIAL DE TRANSPORTES	100,00					100,00	100,00		
07010602	OUTROS	100,00					100,00	100,00		
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	92.449,00	17.362,19		17.362,19	12.995,63	75.086,81	79.453,37	4.366,56	14.06
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	84.900,00	37.760,72	12.386,10	50.146,82	37.466,47	47.139,28	47.433,53	294,25	44.13
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5.000,00	3.525,98		3.525,98	1.779,38	1.474,02	3.220,62	1.746,60	35.59
070110	EQUIPAMENTO BASICO	183.111,00	29.827,50	29.827,50	59.655,00		153.283,50	183.111,00	29.827,50	
07011002	OUTRO	183.111,00	29.827,50	29.827,50	59.655,00		153.283,50	183.111,00	29.827,50	
070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	100,00					100,00	100,00		
070113	INVESTIMENTOS INCORPOREOS									
07011301	Investimentos Incorporeos - Informação Geografica									
070115	OUTROS INVESTIMENTOS	4.500,00					4.500,00	4.500,00		

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE AML - Área Metropolitana de Lisboa

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
CODIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	EXERCICIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	(11) a)
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	100,00					100,00	100,00		
070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	100,00					100,00	100,00		
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00					70.000,00	70.000,00		
1102	DIVERSAS	70.000,00					70.000,00	70.000,00		
110299	OUTRAS	70.000,00					70.000,00	70.000,00		
11029902	INDEMNIZAÇOES JUDICIAIS	70.000,00					70.000,00	70.000,00		
0103	CONSELHO METROPOLITANO	13.000,00					13.000,00	13.000,00		
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
0102	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
010204	AJUDAS DE CUSTO	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10.000,00					10.000,00	10.000,00		
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	10.000,00					10.000,00	10.000,00		
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
020213	DESLOCACOES E ESTADAS	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
	TOTAL	3.288.961,00	1.925.480,88	1.264.956,04	3.190.436,92	1.702.209,23	1.363.480,12	1.586.751,77	223.271,65	51,76

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA
(Cfr. 7.3.2. POCAL)

ENTIDADE AML - Area Metropolitana de Lisboa Periodo: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN DAS REC.
CODIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
	RECEITAS CORRENTES	2.668.633,00		2.331.838,93	2.625,61	2.324.613,94			2.324.613,94	4.599,38	87.1
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	1.100,00									
0201	SOBRE O CONSUMO	1.000,00									
020102	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	1.000,00									
0202	OUTROS	100,00									
020299	IMPOSTOS INDIRECTOS DIVERSOS	100,00									
02029901	Impostos Indirectos Diversos - Taxas Art. 52.º RJSPTP	100,00									
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	200,00									
0401	TAXAS	100,00									
040123	TAXAS ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	100,00									
04012399	OUTROS	100,00									
0401239999	OUTROS	100,00									
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	100,00									
040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES	100,00									
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	100,00									
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00									
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	100,00									
05020101	Juros de Depositos	100,00									
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.651.111,00		2.315.747,45	2.625,61	2.308.091,87			2.308.091,87	5.029,97	87.1
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.057.862,00		1.721.072,76		1.721.072,76			1.721.072,76		83.6
060301	ESTADO	1.688.224,00		1.688.124,00		1.688.124,00			1.688.124,00		100.0
06030199	OUTRAS	1.688.224,00		1.688.124,00		1.688.124,00			1.688.124,00		100.0
0603019904	Transferências para a AML	544.226,00		544.224,00		544.224,00			544.224,00		100.0
0603019906	Transferências no âmbito do Regime Transitorio de Financiamento	1.143.898,00		1.143.900,00		1.143.900,00			1.143.900,00		100.0
0603019907	DGAL - Projetos Partilhados AML	100,00									
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	369.638,00		32.948,76		32.948,76			32.948,76		8.9
06030601	FEDER	222.172,00		32.948,76		32.948,76			32.948,76		14.8
0603060101	ASSISTÊNCIA TECNICA AML - FEDER POR LISBOA 2020	187.072,00		32.948,76		32.948,76			32.948,76		17.6
0603060102	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO SEDE DA AML - FEDER POR LISBOA 2020	350,00									
0603060103	REDE ECOLÓGICA DE VALORIZAÇÃO DA NATUREZA, DA BIODIVERSIDADE, RECREIO E LAZER - FEDER POR LISBOA 2020	5.000,00									
0603060104	DOMUS In MED - INTERREG MED - DOMUS - FEDER Interreg	29.750,00									
06030602	FUNDO DE COESÃO	58.466,00									
0603060201	SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - FC-POSEUR	5.270,00									

(a) (12 = 10 /3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE AML - Área Metropolitana de Lisboa Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PAG. 2

CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINANDAS REC.
CODIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)(a)
0603060202	ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMATICAS - FC-POSEUR	27.696,00									
0603060203	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL DA ARRABIDA - FC-POSEUR	25.500,00									
06030603	FUNDO SOCIAL EUROPEU	89.000,00									
0603060301	PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO DE LISBOA - FSE POR LISBOA 2020	50.000,00									
0603060302	ORQUESTRA GERAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL - FSE POR LISBOA 2020	1.000,00									
0603060303	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA ORQUESTRA GERAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL - FSE POR LISBOA 2020	8.500,00									
0603060304	PACTO TERRITORIAL PARA A EMPREGABILIDADE - FSE POR LISBOA 2020	28.500,00									
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	593.149,00		594.674,69	2.625,61	587.019,11			587.019,11	5.029,97	99.0
060501	CONTINENTE	593.149,00		594.674,69	2.625,61	587.019,11			587.019,11	5.029,97	99.0
06050101	MUNICIPIOS	593.149,00		594.674,69	2.625,61	587.019,11			587.019,11	5.029,97	99.0
0605010101	ALCOCHETE	8.944,00		8.944,00		8.198,63			8.198,63	745,37	91.7
0605010102	ALMADA	33.135,00		33.135,00		33.135,00			33.135,00		100.0
0605010103	AMADORA	38.782,00		38.782,00		38.782,00			38.782,00		100.0
0605010105	BARREIRO	24.212,00		24.212,00		24.212,00			24.212,00		100.0
0605010106	CASCAIS	33.664,00		33.664,00		30.858,63			30.858,63	2.805,37	91.7
0605010107	LISBOA	112.105,00		112.105,00		112.105,00			112.105,00		100.0
0605010108	LOURES	39.691,00		39.691,00		36.383,38			36.383,38	3.307,62	91.7
0605010109	MAFRA	20.715,00		22.440,25	1.725,25	20.715,00			20.715,00		100.0
0605010110	MOITA	22.910,00		22.910,04		22.910,04			22.910,04		100.0
0605010111	MONTIJO	18.939,00		18.939,00		18.939,00			18.939,00		100.0
0605010112	ODIVELAS	29.786,00		29.786,00		27.303,87			27.303,87	2.482,13	91.7
0605010113	OEIRAS	32.277,00		32.277,00		32.277,00			32.277,00		100.0
0605010114	PALMELA	23.458,00		23.458,00		23.458,00			23.458,00		100.0
0605010115	SEIXAL	29.439,00		29.439,00		29.439,00			29.439,00		100.0
0605010116	SESIMBRA	11.702,00		11.702,04		11.702,04			11.702,04		100.0
0605010117	SETUBAL	26.616,00		26.616,00		24.398,00			24.398,00	2.218,00	91.7
0605010118	SINTRA	57.402,00		57.402,00		57.402,00			57.402,00		100.0
0605010119	VILA FRANCA DE XIRA	28.272,00		28.272,00		28.272,00			28.272,00		100.0
0605010199	Comp. dos Munic. da Aml. em Proj. Comuns Especificos	1.100,00		900,36	900,36	6.528,52			6.528,52	-6.528,52	593.5
060501019901	Proj. Aquis. Equip. Operacionais de Prot. Civil	1.000,00				5.628,16			5.628,16	-5.628,16	562.8
060501019904	Cartografia de Risco	100,00		900,36	900,36	900,36			900,36	-900,36	900.4
0609	RESTO DO MUNDO	100,00									
060901	UNIAO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES	100,00									
06090105	POVT/ POAT- QREN	100,00									
0609010503	Cofinanc. Prog. Quad. Comunitario - PT 2020 (POSEUR + PORL+...)	100,00									
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	15.922,00		14.621,72		15.052,31			15.052,31	-430,59	94.5
0701	VENDA DE BENS	100,00									

(a) (12 10 /3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE AML - Área Metropolitana de Lisboa Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PAG. 3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINANDAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	100,00									
0702	SERVIÇOS	15.722,00		14.621,72		15.052,31			15.052,31	-430,59	95.7
070299	OUTROS	15.722,00		14.621,72		15.052,31			15.052,31	-430,59	95.7
07029901	Utilização da Central de Compras Electronicas	15.622,00		14.621,72		15.052,31			15.052,31	-430,59	96.4
07029909	OUTROS SERVIÇOS	100,00									
0703	RENDAS	100,00									
070302	EDIFICIOS	100,00									
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200,00		1.469,76		1.469,76			1.469,76		734.9
0801	OUTRAS	200,00		1.469,76		1.469,76			1.469,76		734.9
080199	OUTRAS	200,00		1.469,76		1.469,76			1.469,76		734.9
08019999	DIVERSAS	200,00		1.469,76		1.469,76			1.469,76		734.9
0801999901	Participação dos Municipios na Formação	100,00									
0801999909	Outras Receitas não Tipificadas em Artigo Proprio	100,00		1.469,76		1.469,76			1.469,76		1469.8
	RECEITAS DE CAPITAL	149.488,00									
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	149.388,00									
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	149.288,00									
100301	ESTADO	100,00									
10030199	OUTRAS	100,00									
1003019901	Outras Transferências de Capital no âmbito do Regime Transitorio de Financiamento	100,00									
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-	149.188,00									
10030701	FEDER	69.856,00									
1003070102	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO SEDE DA AML - FEDER POR LISBOA 2020	69.856,00									
10030702	FUNDO DE COESÃO	79.332,00									
1003070201	SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUARIO DO TEJO - FC-POSEUR	15.880,00									
1003070203	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA - FC-POSEUR	18.417,00									
1003070204	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA, CASCAIS E MAFRA - FC-POSEUR	45.035,00									
1009	RESTO DO MUNDO	100,00									
100901	UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES	100,00									
10090101	R.Cap-UE-Instituições - Cofinanc. Proq. Quad. Comunitario - PT 2020 (POSEUR + PORL(...)	100,00									
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00									
1301	OUTRAS	100,00									
130199	OUTRAS	100,00									
	OUTRAS RECEITAS	470.840,00		471.097,12		471.097,12			471.097,12		100.1

(a) (12 = 10 /3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE AML - Área Metropolitana de Lisboa Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PAG. 4

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00		267,12		267,12			267,12		2671.2
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00		267,12		267,12			267,12		2671.2
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10,00		267,12		267,12			267,12		2671.2
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	470.830,00		470.830,00		470.830,00			470.830,00		100.0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	470.830,00		470.830,00		470.830,00			470.830,00		100.0
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	470.830,00		470.830,00		470.830,00			470.830,00		100.0
	TOTAL	3.288.961,00		2.802.936,05	2.625,61	2.795.711,06			2.795.711,06	4.599,38	85.0

(a) (12 10 /3 * 100)

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ANO CONTABILÍSTICO 2017	
Área Metropolitana de Lisboa	(Cfr. D.L. 54/95)		

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017(12/3)

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO				DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FÍSI-CA GLOB. % (c)
								DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
1.						Funções gerais		132.280,00	456.760,00	120.652,34	120.147,05	40.862,14	40.862,14	40.862,14	338.107,76	73.284,91	8.91	8.91	69.72
1.1.						Serviços gerais de administração pública		190.950,00	329.611,00	90.824,74	90.319,55	40.862,14	40.862,14	40.862,14	238.786,26	49.457,41	12.40	12.40	77.99
1.1.1.						Administração geral		190.900,00	329.611,00	90.824,74	90.319,55	40.862,14	40.862,14	40.862,14	238.786,26	49.457,41	12.40	12.40	77.99
1.1.1.	0102/070103001	01	2017	1	1	INSTALAÇÕES DA AML		43.050,00	43.050,00	43.050,00	43.050,00					43.050,00			99.91
1.1.1.	0102/070103001	02	2017	1	2	EDIFÍCIO CONSERVAÇÃO DE BENS		4.950,00	4.950,00	3.773,03	3.773,03	3.773,03	3.773,03	3.773,03	1.176,97		76.22	76.22	23.64
1.1.1.	0102/070103	03	2017	1	3	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		5.000,00	5.000,00	3.525,62	3.525,62	1.779,36	1.779,36	1.779,36	1.474,62	1.746,62	35.59	35.59	14.34
1.1.1.	0102/070107	04	2017	1	4	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		17.600,00	17.600,00	17.062,13	12.995,63	12.995,63	12.995,63	12.995,63	130,37	4.066,50	73.81	73.81	23.04
1.1.1.	0102/070108	05	2017	1	5	SOFTWARE INFORMÁTICO		48.900,00	48.900,00	22.806,10	22.636,35	22.314,10	22.314,10	22.314,10	26.063,90	234,25	45.63	45.81	46.77
1.1.1.	0102/070112	06	2017	1	6	ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR		100,00	100,00						100,00				43.93
1.1.1.	0102/070105	07	2017	1	7	AQUISIÇÃO DE VIATURA AML		100,00	100,00						100,00				93.66
1.1.1.		08	2017			CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS		1.000,00	139.711,00						139.711,00				90.67
1.1.1.		0801	2017	1	8	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS INVESTIMENTO		1.000,00	133.111,00						133.111,00				61.33
1.1.1.	0102/070107	0801	2017	1	8			1.000,00											61.33
1.1.1.	0102/070103002	0801	2017	1	8				133.111,00						133.111,00				61.33
1.1.1.	0102/070103001	0803	2017	1	17	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS			6.600,00						6.600,00				100.00
1.1.1.	0102/11020502	04	2017	1	9	INDEMNIZAÇÕES JUDICIAIS		70.000,00	70.000,00						70.000,00				42.34
1....						Segurança e ordem públicas		1.300,00	129.143,00	29.827,50	29.827,50				99.315,50	29.827,50			45.59
1.2.1.						Protecção civil e luta contra incêndios		1.300,00	129.143,00	29.827,50	29.827,50				99.315,50	29.827,50			45.59
1.2.1.		01	2017			CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO EQUIPAMENTO		1.100,00	54.500,00	29.827,50	29.827,50				24.672,50	29.827,50			61.33
1.2.1.		0101	2017	1	10	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO EQUIPAMENTO		1.000,00	4.500,00						4.500,00				61.33
1.2.1.	0102/070107	0101	2017	1	10			1.000,00											61.33
1.2.1.	0102/070115	0101	2017	1	10				4.500,00						4.500,00				61.33
1.2.1.		0102	2017	1	11	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO EQUIPAMENTO BÁSICO		100,00	50.000,00	29.827,50	29.827,50				20.172,50	29.827,50			61.33
1.2.1.	0102/070103001	0102	2017	1	11				50.000,00	29.827,50	29.827,50				20.172,50	29.827,50			61.33
1.2.1.	0102/070113001	0102	2017	1	11			100,00											61.33
1.2.1.		02	2017			CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA		100,00	53.982,00						53.982,00				-1.70
1.2.1.	0102/070107	0201	2017	1	12	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA INVESTIMENTO		100,00	53.982,00						53.982,00				-1.70
1.2.1.		03	2017			CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA		100,00	21.667,00						21.667,00				61.33
1.2.1.	0102/070107	0301	2017	1	13	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA INVESTIMENTO		100,00	21.667,00						21.667,00				61.33
2.						Funções sociais		31.000,00	31.000,00	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.847,63		48.86	48.86	33.27
2.4.						Habitação e serviços colectivos		31.000,00	31.000,00	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.847,63		48.86	48.86	33.27
						A TRANSPORTAR ...		163.280,00	488.760,00	135.804,71	135.299,42	56.014,51	56.014,51	56.014,51	353.955,39	73.284,91			

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ANO CONTABILISTICO 2017	
Área Metropolitana de Lisboa			

PERIODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CODIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISI- CA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
			A TRANSPORTAR ...		192.300,00	458.760,00	120.692,24	123.147,05	40.862,14	40.862,14	40.862,14	338.197,76	79.284,31			
3.4.3.			Ordenamento do territorio		31.000,00	31.000,00	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.847,63		48.86	48.86	33.27
3.4.3.	0103/070109	01 2017 I 14	SOFTWARE PARA SIG		31.000,00	31.000,00	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.152,37	15.847,63		48.86	34.05	9.32
3.			Funções economicas		200,00	5.100,00						5.100,00				64.64
3.3.			Transportes e comunicações		100,00	5.000,00						5.000,00				43.93
3.3.0.			Transportes e comunicações		100,00	5.000,00						5.000,00				43.93
3.3.0.	0103/070109	01 2017 I 15	SOFTWARE PARA MOBILIDADE E TRANSPORTES		100,00	5.000,00						5.000,00				43.93
3.5.			Outras funções economicas		100,00	100,00						100,00				73.34
3.5.	0103/070209	01 2017 I 16	EXCAÇÃO FINANCEIRA MATERIAL DE TRA		100,00	100,00						100,00				73.34
			TOTAL GERAL		423.400,00	494.960,00	135.844,61	138.299,42	56.014,51	56.014,51	56.014,51	358.045,39	79.284,31	11.32	11.32	52.59

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Total de Pagamentos *100) / Dotação Actual
Bold - Se a Taxa for superior à Taxa de Execução prevista até ao mês em causal

b) Execução Financeira Global = (Realizado em Anos Anteriores + Total de Pagamentos do Ano * 100 / Realizado em Anos Anteriores + Dotação Actual + Dotação para Anos Seguintes
Bold - Se a Taxa for superior a taxa da execução física

c) Execução Física Global = ((Data Actual - Data Inicio da Obra) / (Data Final da Obra - Data Inicial da Obra) * 100) - Taxa de Execução Financeira Global
Bold - Se a Taxa for superior à 50%

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Aprovado em reunião da Comissão Executiva
em 17 de abril de 2018

O Primeiro-secretário

Os Secretários Metropolitanos

Aprovado em reunião do Conselho Metropolitano
em 26 de abril de 2018

O Presidente

Os Vice-Presidentes

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES METROPOLITANO	ANO CONTABILÍSTICO 2017	
Área Metropolitana de Lisboa			

PERÍODO CONTÁBIL A DEZEMBRO - 2017/12/31

OBJECTIVO	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CODIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISICA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
1.			Funções gerais		364.786,00	326.151,21	216.216,50	213.693,60	153.864,22	153.864,02	153.864,22	109.932,71	60.029,38	47,18	47,16	51,54
1.1.			Serviços gerais de administração pública		238.508,00	240.759,21	163.965,02	161.640,32	153.864,22	153.864,02	153.864,02	76.794,19	7.776,30	63,91	63,91	57,00
1.1.1.			Administração geral		238.508,00	240.759,21	163.965,02	161.640,32	153.864,22	153.864,02	153.864,22	76.794,19	7.776,30	63,91	63,91	57,00
1.1.1.		09 2017	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS		1.000,00	700,00						700,00				61,33
1.1.1.		0802 2017 A 13	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS DESPESAS CORRENTES		1.000,00	700,00						700,00				61,33
1.1.1.	0103/020214	0802 2017 A 13			1.000,00											61,33
1.1.1.	0103/020220	0802 2017 A 13				700,00						700,00				61,33
1.1.1.	0103/020220	10 2017 A 1	PLATAFORMAS E TRABALHOS ESPECIALIZADOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO		10.735,00	10.735,00	5.818,86	5.818,86	5.818,86	5.818,86	5.818,86	4.916,14		54,20	27,10	39,56
1.1.1.	0103/020220	11 2017 A 2	PORTAL METROPOLITANO		10.000,00	10.000,00						10.000,00				74,64
1.1.1.	0103/020214	12 2017 A 3	ESTUDOS, PARECERES, CONSULTADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA		34.840,00	37.392,00	1.230,00	1.230,00	1.230,00	1.230,00	1.230,00	36.162,00		3,29	3,29	72,64
1.1.1.	0103/020214	13 2017 A 4	ESTUDOS, PARECERES, CONSULTADORIA E ASSESSORIA CONTABILÍSTICO-FINANCEIRA		32.997,00	32.997,21	32.997,21	32.997,21	32.997,21	32.997,21	32.997,21			100,00	34,48	2,64
1.1.1.	0103/020220	14 2017 A 5	SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA		29.520,00	29.520,00	29.520,00	29.520,00	29.520,00	29.520,00	29.520,00			100,00	20,00	23,96
1.1.1.	0103/020214	15 2017 A 6	PLANEAMENTO REGIONAL E INTERMUNICIPAL		28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00			100,00	20,00	22,84
1.1.1.	0102/020214	16 2017 A 7	PLANEAMENTO TERRITORIAL E ESTRATÉGICO		28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00			100,00	20,00	22,96
1.1.1.	0102/020215	17 2017 A 8	FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTERNA		5.000,00	1.000,00	268,55	268,55	268,55	268,55	268,55	4.731,45		5,37	3,84	46,09
1.1.1.	0102/020215	18 2017 A 9	FORMAÇÃO PROFISSIONAL MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL: AÇÕES DE FORMAÇÃO		25.020,00	25.020,00	19.715,47	17.290,70	10.352,40	10.352,40	10.352,40	5.284,60	7.229,30	41,41	41,41	27,84
1.1.1.	0103/020220	19 2017 A 10	CANDIDATURA ASSISTÊNCIA TÉCNICA VEÍCULO AGV		15.000,00	15.000,00						15.000,00				49,93
1.1.1.	0102/020220	20 2017 A 11	PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: CCEAMC		7.995,00	7.995,00	7.995,00	7.995,00	7.995,00	7.995,00	7.995,00			100,00	50,00	25,00
1.1.1.	0103/020220	21 2017 A 12	SERVIÇOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO		8.856,00	8.856,00	8.856,00	8.856,00	8.118,00	8.118,00	4.118,00		738,00	91,67	42,31	17,09
1.1.			Segurança e ordem publicas		26.280,00	89.392,00	52.253,48	52.253,48				33.138,52	52.253,48			39,43
1.2.			Protecção civil e luta contra incêndios		26.280,00	89.392,00	52.253,48	52.253,48				33.138,52	52.253,46			39,43
1.2.1.		01 2017	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO EQUIPAMENTO		1.000,00											100,00
1.2.1.		0103 2017 A 15	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO DESPESAS CORRENTES		1.000,00											100,00
1.2.1.	0102/020214	0103 2017 A 15			1.000,00											100,00
1.2.1.	0103/020220	0103 2017 A 15														100,00
1.2.1.		02 2017	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA		1.000,00											61,33
1.2.1.	0103/020214	0202 2017 A 16	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA DESPESAS CORRENTES		1.000,00											61,33
1.2.1.		03 2017	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA		1.000,00	88.000,00						88.000,00				61,33
			A TRANSPORTAR ...		240.508,00	240.759,21	163.965,02	161.640,32	153.864,22	153.864,02	153.864,22	76.794,19	7.776,30			

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES METROPOLITANO	ANO CONTABILISTICO 2017	
Area Metropolitana de Lisboa			

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017/12/31

OBJECTIVO	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CODIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISICA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DE CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
			A TRANSPORTAR ...		241.508,00	240.759,21	163.965,02	161.440,32	153.864,02	153.864,02	153.864,02	76.794,19	7.736,30			
1.2.1.		0302 2017 A 17	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILANCIA CONTRA INCENDIOS NO PARQUE NATURAL ARRABIDA DESPESAS CORRENTES			30.000,00						30.000,00				61.33
1.2...	0102/020214	0302 2017 A 17			1.000,00											61.33
1.2.1.	0102/020220	0302 2017 A 17				30.000,00						30.000,00				61.33
1.2.1.	0102/020214	04 2017 A 14	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICASEstudos		23.280,00	55.392,00	52.253,48	52.253,48				3.138,52	52.253,48			
1.2.1.	0102/020216	05 2017 A 42	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICASSeminários													3.95
1.2.1.	0102/020217	06 2017 A 43	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICASPublicidade													3.95
2			Funções sociais		93.724,00	289.901,10	5.392,90	5.392,90	3.129,70	3.129,70	3.129,70	284.508,20	2.263,20	1.49	1.49	74.22
2.1.			Educação		1.000,00	101.000,00						101.000,00				61.33
2.1.0.			Educação		1.000,00	101.000,00						101.000,00				61.33
2.1.0.	0102/020214	01 2017 A 18	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO DE LISBOA		1.000,00	101.000,00						101.000,00				61.33
2.4.			Habitação e services colectivos		23.300,00	29.300,00						29.300,00				58.10
2.4.2.			Ordenamento do territorio		23.300,00	18.300,00						18.300,00				56.48
2.4.2.	0102/020220	02 2017 A 19	TRABALHOS ESPECIALIZADOS NO ÂMBITO DA ORDENAÇÃO E GESTÃO DO TERRITORIO		12.300,00	12.300,00						12.300,00				49.93
2.4.2.	0102/020216	03 2017 A 20	SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS NA ÁREA DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		10.000,00	6.000,00						6.000,00				63.22
2.4.6.			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza		1.000,00	11.000,00						11.000,00				61.33
2.4.6.	0102/020225	01 2017 A 21	CANDIDATURA POR LISBOA: REDE ECOLÓGICA DE VALORIZAÇÃO DA NATUREZA, DA BIODIVERSIDADE, RECREIO E LAZER GESTÃO DO PROJETO		1.000,00	11.000,00						11.000,00				61.33
2.5.			Services culturais, recreativos e religiosos		74.424,00	79.401,10	5.392,90	5.392,90	3.129,70	3.129,70	3.129,70	74.008,20	2.263,20	3.93	3.93	89.35
2.5.0.			Services culturais, recreativos e religiosos		1.000,00	6.177,10	3.178,90	3.178,90	2.453,20	2.453,20	2.453,20	2.998,20	725,70	39.71	39.71	44.23
2.5.0.	0102/020225	01 2017 A 22	CANDIDATURA POR LISBOA: ORQUESTRA GERAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL		1.000,00	6.177,10	3.178,90	3.178,90	2.453,20	2.453,20	2.453,20	2.998,20	725,70	39.71	15.16	39.07
2.5.1.			Cultura		73.424,00	73.424,00	2.214,00	2.214,00	676,50	676,50	676,50	71.210,00	1.537,50	0.92	0.92	84.36
2.5.1.	0102/020217	01 2017 A 23	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E INICIATIVAS		5.000,00	5.000,00	676,50	676,50	676,50	676,50	676,50	4.323,50		13.53	13.53	50.47
2.5.1.	0102/020125	02 2017 A 24	COFFEEBREAKS EVENTOS		3.198,00	3.198,00						3.198,00				66.67
2.5.1.	0102/020215	03 2017 A 25	EVENTOS E INICIATIVAS AML: SEGUROS		1.500,00	1.500,00						1.500,00				100.00
2.5.1.	0102/020216	04 2017 A 26	EVENTOS CULTURAIS		5.000,00	5.000,00						5.000,00				150.00
2.5.1.	0102/020220	05 2017 A 27	ATIVIDADE CULTURAL METROPOLITANA		5.000,00	5.000,00						5.000,00				75.00
2.5.1.	0102/020225	06 2017 A 28	ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO		726,00	726,00						726,00				75.00
2.5.1.	0102/020216	07 2017 A 29	EVENTOS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO COM A PROVÍNCIA DE JIANGSU		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
2.5.1.	0102/020115	08 2017 A 30	PREMIOS "METRÓPOLES"		40.000,00	40.000,00						40.000,00				73.34
			A TRANSPORTAR ...		355.612,00	626.052,31	220.073,92	217.749,20	156.993,72	156.993,72	156.993,72	467.978,41	60.755,48			

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES METROPOLITANO	ANO CONTABILISTICO 2017	
Area Metropolitana de Lisboa			

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017/12/31

OBJECTIVO	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CODIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISI-CA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
			A TRANSPORTAR ...		355.512,00	520.012,31	220.073,90	217.749,20	156.993,72	156.993,72	156.993,72	307.973,41	60.755,48			
3.3.1.	0102/020214	06 2017 A 31	"METROPOLES CIENCIA E ARTES PLASTICAS": JURIS DO CONCURSO		8.000,00	8.000,00	1.537,50	1.537,50				6.462,50	1.537,50			69.25
3.			Funções económicas		146.775,00	462.365,00	278.132,25	277.515,87	221.944,57	221.944,57	221.944,57	184.232,80	55.571,43	48.00	48.00	52.22
3.3.			Transportes e comunicações		118.775,00	367.365,00	272.006,85	271.390,57	221.944,57	221.944,57	221.944,57	85.358,20	49.446,00	62.11	62.11	45.84
3.3.0.			Transportes e comunicações		118.775,00	367.365,00	272.006,85	271.390,57	221.944,57	221.944,57	221.944,57	85.358,20	49.446,00	62.11	62.11	45.84
3.3.0.	0102/020214	02 2017 A 35	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA NAS ÁREAS DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES		48.950,00	57.564,00	55.165,50	55.165,50	44.095,50	44.095,50	44.095,50	2.393,50	11.070,00	76.60	76.60	46.14
3.3.0.	0102/020214	03 2017 A 33	SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS NA ÁREA DA MOBILIDADE E TRANSPORTES		15.000,00	15.000,00	2.440,00	2.440,00	2.440,00	2.440,00	2.440,00	12.560,00		16.27	7.52	12.41
3.3.0.	0102/020214	04 2017 A 34	ESTUDO REFORMULAÇÃO SISTEMA TARIFÁRIO AML: ESTUDOS		40.775,00	40.775,00	38.376,00	38.376,00				2.399,00	38.376,00			69.25
3.3.0.	0102/020214	05 2017 A 35	INQUÉRITO GERAL À MOBILIDADE DA AML: INQUÉRITO À MOBILIDADE NA AML		100,00	123.000,00	123.000,00	123.000,00	123.000,00	123.000,00	123.000,00			100.00	50.00	-0.07
3.3.0.	0102/020214	06 2017 A 36	INQUÉRITO GERAL À MOBILIDADE DA AML: ANÁLISE DOS DADOS DO SISTEMA DE BILHÉTICA SEM CONTACTO - INE		16.000,00	16.000,00						16.000,00				69.25
3.3.0.	0102/020214	0701 2017 A 44	SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE PUBLICIDADE E AÇÕES DE DIVULGAÇÃO													7.59
3.3.0.	0102/020214	08 2017 A 45	MOBILIDADE ESCOLAR			2.000,00						2.000,00				41.13
3.3.0.	0102/020214	09 2017	CANDIDATURA DOMUS in MED FEDER			35.000,00						35.000,00				18.27
3.3.0.	0102/020214	0901 2017 A 46	CANDIDATURA DOMUS in MED FEDER: INTERREG MED DOMUS			35.000,00						35.000,00				41.13
3.3.0.	0102/020214	0902 2017 A 47	CANDIDATURA DOMUS in MED FEDER: INTERREG MED SUNSET													7.59
3.3.0.	0102/020214	0903 2017 A 48	CANDIDATURA DOMUS in MED FEDER: INTERREG MED PROJETO DESENVOLVIMENTO OPTIMIZADOR PERCURSOS E INFORMAÇÃO DE TRANSPORTES													7.59
3.3.0.	0102/020214	10 2017 A 49	ESTUDO DE REDES E MODOS DE TRANSPORTE			5.000,00						5.000,00				41.13
3.3.0.	0102/020214	11 2017 A 50	CENTRO PARA A SUSTENTABILIDADE METROPOLITANA			10.000,00						10.000,00				100.00
3.3.0.	0102/020225	12 2017 A 51	PREPARAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS			53.026,00	52.409,07	52.409,07	52.409,07	52.409,07	52.409,07	0,70		98.84	63.12	-31.99
3.5.			Outras funções económicas		31.000,00	105.000,00	6.125,40	6.125,40				98.874,60	6.125,40			72.98
3.5.	0102/020220	02 2017 A 37	PUBLICAÇÕES AML		25.000,00	25.000,00	6.125,40	6.125,40				18.874,60	6.125,40			69.25
3.5.	0102/020214	03 2017 A 38	CANDIDATURA POR LISBOA: FACTO TERRITORIAL PARA A EMPREGABILIDADE		1.000,00	58.000,00						58.000,00				41.33
3.5.	0102/020214	04 2017 A 39	CANDIDATURA POR LISBOA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONQUESTRA CRIAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL		1.000,00	18.000,00						18.000,00				100.00
3.5.	0102/020214	05 2017 A 40	PORTUGAL 2020: OUTROS EVENTOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		4.000,00	4.000,00						4.000,00				41.33
4.			Outras funções		31.346,00	18.776,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	12.035,00		35.90	35.90	75.20
4.3.			Diversas não especificadas		31.346,00	18.776,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	12.035,00		35.90	35.90	75.20
4.3.	0102/000020309	01 2017 A 41	PARTICIPAÇÃO EM REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS		31.346,00	18.776,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	6.741,00	12.035,00		35.90	16.01	60.89
			TOTAL GERAL		531.635,00	1.017.193,31	506.484,60	503.643,67	385.673,29	385.673,29	385.673,29	510.309,71	117.864,38	37.92	37.92	49.65

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES METROPOLITANO	ANO CONTABILÍSTICO 2017	
Área Metropolitana de Lisboa			

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017/12/31

Anotações

a) Execução Financeira Actual = (Total de Pagamentos *100) / Dotação Actual
Bold - Só a Taxa for superior à Taxa de Execução prevista até ao mês em causa)

b) Execução Financeira Global = (Realizado em Anos Anteriores + Total de Pagamentos do Ano * 100 / Realizado em Anos Anteriores + Dotação Actual + Dotação para Anos Seguintes
Bold - Só a Taxa for superior à taxa da execução física

c) Execução Física Global = ((Data Actual - Data Início da Obra) / (Data Final da Obra - Data Inicial da Obra) * 100) - Taxa de Execução Financeira Global
Bold - Só a Taxa for superior a 50%

Execução Anual do Plano de Atividades Metropolitano

Aprovado em reunião da Comissão Executiva
em 17 de abril de 2018

O Primeiro-secretário

Os Secretários Metropolitanos

Aprovado em reunião do Conselho Metropolitano
em 26 de abril de 2018

O Presidente

Os Vice-Presidentes

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

(cfr. 7.5. POCAL)

ANO 2017

ENTIDADE AML Area Metropolitana de Lisboa

PAG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		2.936.335,56	Despesas orçamentais		1.702.209,23
Execução orçamental	2.893.479,33		Correntes	1.646.194,72	
Operações de tesouraria ...	42.856,23		Capital	56.014,51	
Receitas orçamentais		2.324.881,06	Operações de tesouraria		292.103,15
Correntes	2.324.613,94		Saldo para a gerência seguinte ...		3.556.936,94
Capital					
Outras	267,12		Execução orçamental	3.516.151,16	
Operações de tesouraria		290.032,70	Operações de tesouraria	40.785,78	
Total		5.551.249,32	Total		5.551.249,32

ENTIDADE			DATA	ANO	PAGINA
AML	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM		2017	1

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERIODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
09	CONTAS DE ORDEM			21.241,25	21.241,25		
09.1	GARANTIAS				21.241,25		21.241,25
09.1.01	GARANTIAS - PRESTADAS POR 3°s				21.241,25		21.241,25
09.1.01.01	GARANTIAS DE FORNECEDORES				21.241,25		21.241,25
09.1.01.02	GARANTIAS DE FORNECEDORES IMOBILIZADO						
09.1.01.03	GARANTIAS DE CREDORES DIVERSOS						
09.1.02	GARANTIAS - DEVOLVIDAS A 3°s						
09.1.02.01	GARANTIAS DE FORNECEDORES						
09.1.02.02	GARANTIAS DE FORNECEDORES IMOBILIZADO						
09.1.02.03	GARANTIAS DE CREDORES DIVERSOS						
09.1.03	GARANTIAS - ACCIONADAS						
09.1.03.01	GARANTIAS DE FORNECEDORES						
09.1.03.02	GARANTIAS DE FORNECEDORES IMOBILIZADO						
09.1.03.03	GARANTIAS DE CREDORES DIVERSOS						
09.9	CONTAS REFLECTIDAS			21.241,25		21.241,25	
09.9.01	CONTAS REFECTIDAS - GARANTIAS			21.241,25		21.241,25	
09.9.01.01	FORNECEDORES			21.241,25		21.241,25	
09.9.01.02	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO						
09.9.01.03	CREDORES DIVERSOS						
	TOTAL ...			21.241,25	21.241,25		

FLUXOS DE CAIXA

(Cfr. 7.5. POCAL)

Área Metropolitana de Lisboa

ENTIDADE AML
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31

ANO 2017
Pág. 1

RECEBIMENTOS

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			2.936.335,56
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		2.893.479,33	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		42.856,23	
RECEITAS ORÇAMENTAIS			2.324.881,06
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.308.091,87	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.721.072,76	
060301	ESTADO	1.688.124,00	
06030199	OUTRAS	1.688.124,00	
0603019904	Transferências para a AML	544.224,00	
0603019906	Transferências no âmbito do Regime Transitório de Financiame	1.143.900,00	
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADO	32.948,76	
06030601	FEDER	32.948,76	
0603060101	ASSISTÊNCIA TECNICA AML - FEDER POR LISBOA 2020	32.948,76	
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	587.019,11	
060501	CONTINENTE	587.019,11	
06050101	MUNICIPIOS	587.019,11	
0605010101	ALCOCHETE	8.198,63	
0605010102	ALMADA	33.135,00	
0605010103	AMADORA	38.782,00	
0605010105	BARREIRO	24.212,00	
0605010106	CASCAIS	30.858,63	
0605010107	LISBOA	112.105,00	
0605010108	LOURES	36.383,38	
0605010109	MAFRA	20.715,00	
0605010110	MOITA	22.910,04	
0605010111	MONTIJO	18.939,00	
0605010112	ODIVELAS	27.303,87	
0605010113	OEIRAS	32.277,00	
0605010114	PALMELA	23.458,00	
0605010115	SEIXAL	29.439,00	
0605010116	SESIMBRA	11.702,04	
0605010117	SETUBAL	24.398,00	
0605010118	SINTRA	57.402,00	
0605010119	VILA FRANCA DE XIRA	28.272,00	
0605010199	Comp. dos Munic. da Aml. em Proj. Comuns Especificos	6.528,52	
06050101999001	Proj. Aquis. Equip. Operacionais de Prot. Civil	5.628,16	
06050101999004	Cartografia de Risco	900,36	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	15.052,31	
0702	SERVIÇOS	15.052,31	
070299	OUTROS	15.052,31	
07029901	Utilização da Central de Compras Electronicas	15.052,31	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.469,76	
0801	OUTRAS	1.469,76	
080199	OUTRAS	1.469,76	
08019999	DIVERSAS	1.469,76	
0801999909	Outras Receitas não Tipificadas em Artigo Proprio	1.469,76	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	267,12	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	267,12	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	267,12	
TOTAL DAS RECEITA CORRENTES		2.324.613,94	
TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL			
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		267,12	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			280.032,70
TOTAL			5.541.249,32

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE AML — Área Metropolitana de Lisboa — ANO 2017
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31 — Pag. 2

PAGAMENTOS					
DESPESAS ORÇAMENTAIS					1.702.209,23
0102		AREA METROPOLITANA	1.702.209,23		
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.056.179,50	
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		831.505,78	
0102	010102	ÓRGÃOS SOCIAIS		108.533,76	
0102	010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL		169.169,40	
0102	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES		169.169,40	
0102	010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		91.204,50	
0102	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		297.534,98	
0102	010111	REPRESENTAÇÃO		40.393,35	
0102	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		27.523,58	
0102	010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		96.834,77	
0102	010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD		311,44	
0102	0102	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS		23.074,69	
0102	010202	HORAS EXTRAORDINARIAS		9.607,61	
0102	010204	AJUDAS DE CUSTO		5.962,42	
0102	010205	ABONO PARA FALHAS		1.872,99	
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS		5.631,76	
0102	01021302	OUTROS		5.631,76	
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		201.599,04	
0102	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE		3.463,39	
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		187.082,38	
0102	01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (A		11.439,82	
0102	01030502	SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL REGIME CONTRATO TRAB. EM		169.232,24	
0102	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		107.767,61	
0102	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		61.464,63	
0102	01030503	OUTROS		6.410,32	
0102	010309	SEGUROS		11.053,27	
0102	01030901	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISS		11.053,27	
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		569.744,00	
0102	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		21.011,47	
0102	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		9.288,23	
0102	02010201	GASOLINA		3.847,98	
0102	02010202	GASÓLEO		4.440,25	
0102	020104	LIMPEZA E HIGIENE		5,78	
0102	020105	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		1.918,62	
0102	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3.086,51	
0102	020115	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		2.493,69	
0102	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		82,38	
0102	020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1.103,56	
0102	020121	OUTROS BENS		4.032,69	
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		547.732,53	
0102	020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		39.556,51	
0102	020202	LIMPEZA E HIGIENE		11.222,52	
0102	020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		8.389,84	
0102	020209	COMUNICAÇÕES		29.224,16	
0102	020210	TRANSPORTES		2.959,31	
0102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		3.732,99	
0102	020212	SEGUROS		8.059,35	
0102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1.285,56	
0102	020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		135.886,71	
0102	020215	FORMAÇÃO		10.620,95	
0102	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		2.440,00	
0102	020217	PUBLICIDADE		2.799,69	
0102	020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		21.437,18	
0102	020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		19.102,35	
0102	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		194.599,49	
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS		57.426,93	
0102	0E	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		21.271,22	
0102	0E02	DIVERSAS		21.271,22	
0102	0E0201	IMPOSTOS E TAXAS		728,45	
0102	0E020100	IMPOSTOS E TAXAS		728,45	

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE AML Área Metropolitana de Lisboa ANO 2017
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31 Pág. 3

PAGAMENTOS					
0102	060203	OUTRAS		20.542,77	
0102	06020302	IVA PAGO		6.894,23	
0102	06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS		395,00	
0102	06020305	OUTRAS		13.253,56	
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		56.014,51	
0102	0701	INVESTIMENTOS		56.014,51	
0102	070103	EDIFÍCIOS		3.773,03	
0102	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		3.773,03	
0102	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		12.995,63	
0102	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		37.466,47	
0102	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		1.779,38	
		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		1.646.194,72	
		TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		56.014,51	
		OPERAÇÕES DE TESOURARIA			292.103,15
		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE.....			3.556.936,94
		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		3.516.151,16	
		OPERAÇÕES DE TESOURARIA		40.785,78	
		TOTAL			5.551.249,32

Mapas de Execução Financeira

Fluxos de Caixa e Contas de Ordem

Aprovado em reunião da Comissão Executiva
em 17 de abril de 2018

O Primeiro-secretário

Os Secretários Metropolitanos

Aprovado em reunião do Conselho Metropolitano
em 26 de abril de 2018

O Presidente

Os Vice-Presidentes

ENTIDADE
AML

OPERAÇÕES DE TESOURARIA
(Cfr. P.C. POCAL)

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
24		ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		23.820,76	290.701,68	288.640,16		21.759,24
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		17.278,00	189.849,88	188.185,68		15.614,00
24.2.1		Trabalho dependente		13.166,00	164.988,69	164.208,69		12.386,00
24.2.2		Trabalho independente		3.725,00	21.157,50	20.652,50		3.220,00
24.2.5		IRS SOBRETAXA		387,00	3.711,69	3.324,69		
24.5		Contribuições para a Segurança Social		6.204,97	97.914,78	97.726,51		6.016,70
24.5.1		ADSE			19.411,86	19.411,86		
24.5.1.2		DOS TRABALHADORES			19.411,86	19.411,86		
24.5.2		CGA		4.009,23	49.867,59	49.180,20		3.321,84
24.5.2.2		DOS TRABALHADORES		4.009,23	49.867,59	49.180,20		3.321,84
24.5.3		Inst. Gestão Finan. de Seg. Social		2.195,74	27.992,91	28.492,03		2.694,86
24.5.3.2		DOS TRABALHADORES		2.195,74	27.992,91	28.492,03		2.694,86
24.5.7		IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas			642,42	642,42		
24.9		Outras tributações		337,79	2.937,02	2.727,77		128,54
24.9.2		Caixa de Previdência da CML - Quotas		126,89	1.493,29	1.460,36		93,96
24.9.3		DESCONTOS À ORDEM DO TRIBUNAL		185,20	1.015,67	830,47		
24.9.7		QUOTA SOCIO DO COFRE PREV.		25,70	241,40	250,58		34,88
24.9.8		DIVIDA SITUAÇÃO TRIBUTARIA - AT (25%)			186,66	186,66		
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		19.035,47	1.401,47	1.392,54		19.026,54
26.3		Sindicatos		111,47	1.401,47	1.392,54		102,54
26.3.1		STFPSSRA		62,84	754,08	754,08		62,84
26.3.2		STAL		39,13	533,39	524,46		30,20
26.3.3		SINDICATO DOS QUADROS TECNICOS DO ESTADO		9,50	114,00	114,00		9,50
26.8		Devedores e credores diversos		18.924,00				18.924,00
26.8.9		CREDORES DIVERSOS		18.924,00				18.924,00
26.8.9.2		CAUÇÕES		18.924,00				18.924,00
26.8.9.2.01		CAUÇÕES (AMTL)		18.924,00				18.924,00
	697	TST - TRANSPORTES SUL DO TEJO		498,00				498,00
	698	BARRAQUEIRO SGPS SA		1.306,60				1.306,60
	699	VIMECA TRANSPORTES VIAÇÃO MECANICA CARNAXIDE LDA		498,00				498,00
	700	SCOTTURB-TRANSPORTES URBANOS LDA		498,00				498,00
	701	CAUÇÕES DIVERSAS DA AMTL		16.123,40				16.123,40
		TOTAL ...		42.856,23	292.103,15	290.032,70		40.785,78

I. Anexos às Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras
Caracterização da Entidade
(Cfr. 8.1. POCAL)

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: *ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA*		8.1.1
1.1	Endereço Postal: R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa	
	Telefone - telex / telfax: 21 842 85 70 - 21 842 85 77	
	Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 502 826 126	
1.2	NÚMERO DE ELEITORES - NÃO APLICÁVEL	
município	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou superior a 40 000	
Fonte:		
2	**LEGISLAÇÃO**	8.1.2
	Data de constituição: Maio de 1992 -(D.L. 44/91, de 2 de Agosto - 1ª AML Regime Jurídico estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro na parte aplicável.	
3	**ENTIDADE INTERMUNICIPAL**	8.1.3
3.1	ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	
		S / N
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS - NÃO APLICÁVEL	
		S / N
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.3	ORGÃOS	
Tem orgãos de natureza de natureza consultiva?		X N
Tem orgãos de fiscalização?		X N
3.4	ORGANOGRAMA	
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou.		
4	**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES**	8.1.4
Atribuições e competências estabelecidas nos artigos 67º, 71º, 72º, 76º e 79º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro		
5	**RECURSOS HUMANOS**	8.1.5
	Regul.Serv e Quadro de Pessoal pub D.R. III serie de 15-01-2016 (mapa de pessoal conj. c/ orçamento 2018)	
5.1	CONSTITUIÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO - COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA	
Primeiro-Secretário Metropolitano - Demétrio Carlos Alves	até 13-12-2017	
Primeiro-Secretário Metropolitano - Carlos Humberto de Carvalho	A partir de 13-12-17	
Secretário Metropolitano - João Pedro Domingues		
Secretário Metropolitano - Filipe Eduardo Miranda Ferreira		
Secretário Metropolitano - Carlos Alberto Picanço dos Santos		
Secretário Metropolitano - Emanuel de Jesus Colaço Costa		
5.2	NÚMERO DE VEREADORES - NÃO APLICÁVEL	
Em regime de permanência		4
A meio tempo		
Restantes vereadores		1
Fonte: Lei 75/2013, de 12 de Setembro		



6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6
1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMÁTICO	Software aplicacional do POCAL, Gestão de Tesouraria, Património e Vencimentos desenvolvidos pela Medidata, SA	
2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES		
DOCUMENTADAS	S [ ] N [ ]	
PERIODICIDADE	TRIMESTRAL [ ] SEMESTRAL [ ]	
3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	S [X]	
EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA		
OUTRAS INFORMAÇÕES	Informs. Trims. s/ Exec. Orçam., SIIAL-Recs. Hum., Endiv., Pags em Atr e F. Disponivs	

7	OUTRA INFORMAÇÃO	8.1.7

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	DATA DA APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO
INVENTÁRIO				
NORMAS CONTROLO INTERNO	17-04-2003			
BALANÇO INICIAL				
NORMAS REGULAMENTARES A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS (Regulamentodo Fundo de Maneio)	29-11-2016			

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

Entidade	ANOS DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	N-1	N-2	N-3
Inspecção Geral Finanças				
Inspecção Geral da Administração do Território				
Tribunal de Contas				

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	Data de aprovação pelo Órgão Executivo	Data da Apreciação pelo Órgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano			
Orçamento	28-10-2016	17-11-2016	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

8	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES
	Comparticip. OE - 1 571 993,00, Quotização dos Municípios- 593 149,00, Dívida transitada para 2017: 35 170,17

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (Cfr.8.2. POCAL)

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), sendo que as que se encontram com a menção "Não aplicável" não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício.

8.2.1 – Não aplicável

8.2.2 – Não aplicável

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados nos mais diversos registos contabilísticos, foram determinados pelas disposições expressas no ponto 4 do POCAL.

O cálculo das amortizações é anual, em conformidade com as taxas aplicáveis para as diferentes classificações de classes e tipos de bens mencionados no CIBE, conforme legislação ainda em vigor.

8.2.4 – Não aplicável

8.2.5 – Acerto de desvios em património versus balanço, verificados por correções a registos e a fichas de imobilizado que se encontravam incorretamente parametrizadas na aplicação do Património.



8.2.6 - As contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento», não apresentam movimentos no ano de 2017

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

QUADRO DO ACTIVO BRUTO 2017

Rubricas	Saldo Inicial	Reaval.	Variações	Alien.	Transfs.e Abates	Saldo Final
De imobilizações incorpóreas						
Desp. Investig. Desenvolvim.	70 253,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70 253,32 €
	70 253,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70 253,32 €
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e Recs. Naturais	625 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	625 000,00 €
Edifícios	2 347 619,02 €	0,00 €	3 773,03 €	0,00 €	0,00 €	2 351 392,05 €
Equip° Básico	39 379,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	39 379,41 €
Equip° Transporte	131 792,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	131 792,56 €
Ferram. e Utensílios	2 178,21 €	0,00 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	2 178,24 €
Equip° Administrativo	484 262,32 €	0,00 €	52 241,48 €	0,00 €	0,00 €	536 503,80 €
Outras Imobils. Corpóreas	1 084 874,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 084 874,24 €
	4 715 105,76 €	0,00 €	56 014,54 €	0,00 €	0,00 €	4 771 120,30 €
Total	**4 785 359,08 €**	**0,00 €**	**56 014,54 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**4 841 373,62 €**

QUADRO DAS AMORTIZAÇÕES 2017

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De imobilizações incorpóreas				
Desp. Investig. Desenvolvim.	70 253,32 €	0,00 €	0,00 €	70 253,32 €
	70 253,32 €	0,00 €	0,00 €	70 253,32 €
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e Recs. Naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios	203 808,07 €	0,00 €	97 101,65 €	300 909,72 €
Equip° Básico	24 373,41 €	0,00 €	7 503,00 €	31 876,41 €
Equip° Transporte	34 264,41 €	0,00 €	15 848,56 €	50 112,97 €
Ferram. e Utensílios	984,80 €	0,00 €	343,30 €	1 328,10 €
Equip° Administrativo	309 354,52 €	0,00 €	74 263,57 €	383 618,09 €
Outras Imobils. Corpóreas	536 682,40 €	0,00 €	268 341,04 €	805 023,44 €
	1 109 467,61 €	0,00 €	463 401,12 €	1 572 868,73 €
Total	**1 109 467,61 €**	**0,00 €**	**463 401,12 €**	**1 572 868,73 €**

8.2.8 – Toda a informação solicitada neste ponto encontra-se disponível no "Quadro Síntese do Património", anexo à presente Conta.

8.2.9 - Não aplicável

8.2.10 - Não aplicável

8.2.11 - Não aplicável

8.2.12 - Não aplicável

8.2.13 - Não aplicável



8.2.14 - Não aplicável

8.2.15 - Não aplicável

8.2.16 - Não aplicável

8.2.17 - Não aplicável

8.2.18 - Não aplicável

8.2.19 - Não aplicável

8.2.20 - Não aplicável

8.2.21 - Não aplicável

8.2.22 - Não aplicável

8.2.23 - Não aplicável

8.2.24 - Não aplicável

8.2.25 - Não aplicável

8.2.26 - Não aplicável

8.2.27 – A Conta 292 "Provisões para Riscos e Encargos" reflete os processos judiciais em curso. Verificou-se a anulação de uma provisão no âmbito de processos judiciais em curso, que se traduziram numa redução, conforme o quadro seguinte:

QUADRO DAS PROVISÕES ACUMULADAS

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas				
292	Provisões para riscos e encargos	3 884,85 €		3 884,85 €	0,00 €
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

8.2.28 – O quadro infra reflete os movimentos ocorridos no exercício de 2017 em cada uma das contas da classe 5, constantes do Balanço:

QUADRO DA CONTA DA CLASSE 5 "FUNDO PATRIMONIAL"

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	3 446 771,55 €			3 446 771,55 €
571	Reservas Legais	46 188,71 €	13 000,68 €		59 189,39 €
576	Doações	90 820,59 €			90 820,59 €
59	Resultados Transitados	2 112 417,39 €	247 013,01 €		2 359 430,40 €

Conta 51 "Património": não sofreu alterações relativas ao ano transato.

Conta 571 "Reservas Legais": foi constituída a reserva legal no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2017, conforme ponto 2.7.3.5. do POCAL.

Conta 59 "Resultados Transitados": Os movimentos respeitam à incorporação do Resultado Líquido de 2017, nos termos do ponto 2.7.3.2. do POCAL, bem como à necessidade de se proceder a atualização de valores das contas da classe 4 "Imobilizações".

8.2.29 – Não aplicável

8.2.30– Não aplicável

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Demostração de Resultados Financeiros

Ano: 2017
(unidade EUR)

Códigos das contas POCAL		Exercícios	
		2017	2016
	Proveitos e Ganhos		
781	Juros obtidos	0,00	76,04
		0,00	76,04

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Demostração de Resultados Extraordinários

Ano: 2017
(unidade EUR)

Códigos das contas POCAL		Exercícios	
		2017	2016
	Custos e Perdas		
694	Perdas em Imobilizações	0,00	321 336,80
697	Correcções de Exercícios Anteriores	24 844,01	7 727,87
		28 844,01	329 064,67
	Proveitos e Ganhos		
796	Reduções de amortizações e provisões	3 884,85	10 006,61
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	267,12	80 160,48
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	284 653,32	290 360,77
		288 805,29	380 527,86

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS
(Cfr. 8.2.3. ESCAL)

Ano : 2017

Pagina: 1

CONTA IMOBILIZADO : 42.1 - Terrenos e recursos naturais

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	07	02	IMÓVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMÍNIO PRIVADO) , TERRENOS SITUADOS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO CLASSIF. COMO: , ZONA VERDE OU DE LAZER	625.000,00	625.000,00										625.000,00	625.000,00		
Total				625.000,00	625.000,00										625.000,00	625.000,00		

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 1

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.1 - Edificios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	04	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃO COMUM , EQUIP. AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO AR (EXCL. INST. FRIGORÍFICAS E DE REFRIG.) , APARELHOS DE AR CONDICIONADO	1.380,00	1.034,24							172,51	517,57	172,51	1.380,00	862,43		-172,51
107	04	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃO COMUM , EQUIP. AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO AR (EXCL. INST. FRIGORÍFICAS E DE REFRIG.) , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE USO ESPECÍFICO			3.773,03			3.773,03			39,33	39,30	39,30	3.773,03	3.733,73	3.773,03	3.733,73
301	02	01	IMÓVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMÍNIO PRIVADO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	2.346.239,02	2.142.776,01							96.885,84	300.352,85	96.889,84	2.346.239,02	2.045.886,17		-96.889,84
Total				2.347.619,02	2.143.810,25	3.773,03			3.773,03			97.101,65	300.909,72	97.101,65	2.351.392,05	2.050.482,33	3.773,03	-93.328,62

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 2

CONTA IMOBILIZADO : 42.3.9 - OUTROS

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	02	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , OUTROS SOFTWARES	3.050,40									3.050,40		3.050,40			
102	01	01	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , CENTRAL TELEFÓNICA (PPCA)															
102	01	99	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , OUTRO MATERIAL, APARELHOS, DIFENSÍL. E INSTAL. DE USO ESPECÍFICO	5.551,95									5.551,95		5.551,95			
103	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , OUTRO MOBILIÁRIO															
104	05	02	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS , CARTAS TOPOGRÁFICAS															
107	01	15	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM (EXCLUI MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO) , ESPELHOS															
108	01	99	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (EXCLUÍ VEÍCULOS AUTOMÓVEIS) , MATERIAL ROLANTE OU DE TRANSPORTE , OUTRO MATERIAL E EQUIPAMENTO DE TRANSPORTES															
112	02	99	EQUIPAMENTO SINALIZAÇÃO, ALARME, INCÊNCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO SEGURANÇA E SALVAMENTO (Exclui equip. marítimo salva-vidas) , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL USO ESPECÍFICO	30.012,00	15.006,00							7.503,00	22.509,00	7.503,00	30.012,00	7.503,00		-7.503,00
119	08	01	OUTROS BENS , ELEMENTOS DIVERSOS , TARAS E VASILHAMES: DE OUTROS MATERIAIS	765,06									765,06		765,06			
Total				39.379,41	15.006,00							7.503,00	31.876,41	7.503,00	39.379,41	7.503,00		-7.503,00



ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 3

CONTA IMOBILIZADO : 42.4 - Equipamento de transporte

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
201	01	06	GASOLINA , GASOLINA: LIGEIROS DE PASSAGEIROS , MAIS DE 2000	41.500,00	31.125,00							5.187,50	15.562,50	5.187,50	41.500,00	25.937,50		-5.187,50
202	01	01	GASÓLEO , GASÓLEO: LIGEIROS DE PASSAGEIROS , ATÉ 1500 DE CILINDRADA	65.271,42	43.884,12							8.158,94	29.546,24	8.158,94	65.271,42	35.725,18		-8.158,94
202	01	02	GASÓLEO , GASÓLEO: LIGEIROS DE PASSAGEIROS , MAIS DE 1500 ATÉ 2000															
265	01	01	ELETRICIDADE , ELETRICIDADE: AUTOMÓVEIS , ATÉ 100 DE VOLTAGEM	25.021,14	22.519,03							2.502,12	5.004,23	2.502,12	25.021,14	20.016,91		-2.502,12
Total				131.792,56	97.528,15							15.848,56	50.112,97	15.848,56	131.792,56	81.679,59		-15.848,56

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 3

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Ferramentas e utensilios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	15	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , OUTROS PERIFÉRICOS															
101	01	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , OUTRO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO															
102	01	10	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , MODEM															
102	01	14	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , TELEMÓVEIS															
103	02	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , SELOS BRANCOS E SINETAS	30,00	22,50							3,76	11,26	3,76	30,00	18,74		-3,76
103	02	11	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS	208,33									208,33		208,33			
103	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO	85,00	51,00							16,99	50,99	16,99	85,00	34,01		-16,99
Total				323,33	73,50							20,75	270,58	20,75	323,33	52,75		-20,75

CONTA PATRIMONIAL Pag. 4

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 4

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Ferramentas e utensílios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
104	06	18	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , MÁQUINAS DE FILMAR	1.260,00	756,00							252,00	756,00	252,00	1.260,00	504,00		-252,00
104	06	19	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS															
105	06	08	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE SAÚDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , ALIMENTAÇÃO: UTENSÍLIOS DE COZINHA															
106	02	17	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIP. E DISPOSITIVOS AUXILIARES INSTRUÇÃO, INCL. MOB. E MAT. ESCOLAR , QUADROS MAGNÉTICOS	90,00	67,50							11,25	33,75	11,25	90,00	56,25		-11,25
105	03	14	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , PROJETORES DIVERSOS	415,00	296,44							59,30	177,86	59,30	415,00	237,14		-59,30
106	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , OUTROS															
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM (EXCLUI MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO															
107	05	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃO COMUM , EQUIP. AQUECIMENTO AMBIENTE E AQUECEDORES ÁGUA DOMÉST. (EXCL. SIST. AR CONDICIONADO) , AQUECEDORES	89,91									89,91		89,91			
111	02	01	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS															
118	07	99	OUTROS BENS , MÁQUINAS, APARELHOS E FERRAMENTAS , MÁQUINAS E APARELHOS NÃO ESPECÍFICADOS															
Total				2.178,24	1.193,44							343,30	1.328,10	343,30	2.178,24	850,14		-343,30

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 5

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.1 - SOFTWARE

Classificador Geral				Patrimonio Inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	02	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , COMPUTADORES	62.565,03	26.835,81							12.044,76	47.773,98	12.044,76	62.565,03	14.791,05		-12.044,76
101	01	03	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , EQUIPAMENTO DE REDE															
101	01	04	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , EQUIPAMENTO DE SWITCHING	945,64									945,64		945,64			
101	01	05	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , GRAVADORES DE CD-ROM															
101	01	06	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , HUB															
101	01	07	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , IMPRESSORAS	8.908,64	3.664,53							1.287,35	6.531,46	1.287,35	8.908,64	2.377,18		-1.287,35
101	01	08	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , LEITORES DE CD-ROM															
101	01	10	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MICROCOMPUTADORES															
101	01	12	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MODEMS															
101	01	13	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MONITORES	10.695,47	4.273,32							1.903,98	8.326,13	1.903,98	10.695,47	2.369,34		-1.903,98
101	01	15	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , OUTROS PERIFÉRICOS	1.481,78	652,20							291,36	1.120,94	291,36	1.481,78	360,84		-291,36
101	01	16	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PC PORTÁTEIS	6.358,81	1.075,60							537,43	5.821,24	537,43	6.358,81	537,57		-537,43
101	01	18	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PROJETORES DE IMAGEM DE ECRÃ (Data Display)	1.306,63	979,97							326,66	653,32	326,66	1.306,63	653,31		-326,66
101	01	19	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , ROUTER															
101	01	20	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , SCANNERS (Digitalizador de Imagem)	582,17	76,78							38,39	543,78	38,39	582,17	38,39		-38,39
101	01	21	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , TECLADOS															
101	01	23	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , TRAÇADORES DE GRÁFICOS (Plotters)	9.630,81									9.630,81		9.630,81			
101	01	24	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES DE BANDA															
101	01	25	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES CENTRAIS DE PROCESSAMENTO	46.216,27	33.302,37							11.554,06	24.467,96	11.554,06	46.216,27	21.748,31		-11.554,06
101	01	26	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES DE CONTROLO															
101	01	27	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES DE DISCO	4.122,68	2.355,45							859,98	2.627,21	856,98	4.122,68	1.495,47		-859,98
101	01	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , OUTRO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	22.412,37	10.932,94							5.447,80	16.527,23	5.447,80	22.412,37	5.465,14		-5.447,80
101	02	02	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , SISTEMAS OPERATIVOS	6.659,31	2.379,21							1.393,91	5.674,01	1.393,91	6.659,31	785,30		-1.393,91
101	02	03	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , SOFTWARE DE APLICAÇÃO	46.496,24	9.597,48	20.035,22			20.035,22			9.783,89	46.682,65	9.783,89	66.531,46	19.848,81	20.035,22	10.251,33
Total				228.381,85	95.925,66	20.035,22			20.035,22			45.469,57	177.926,36	45.469,57	248.417,07	70.490,71	20.035,22	-25.434,35

CONTA PATRIMONIAL Pag. 6

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 6

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.1 - SOFTWARE

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	02	04	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , SOFTWARE DE BASE	164,57	109,71							54,86	109,72	54,86	164,57	54,85		-54,86
101	02	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , OUTROS SOFTWARES	92.392,05	29.084,68			17.431,25	17.431,25			17.191,20	80.498,57	17.191,20	109.823,30	29.324,73	17.431,25	240,05
102	01	01	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , CENTRAL TELEFÓNICA (PPCA)															
103	02	11	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS	676,34	135,26							135,26	676,34	135,26	676,34			-135,26
103	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO															
103	03	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , FOTOCOPIADORAS															
104	06	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE USO ESPECÍFICO															
105	03	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , COLUNAS PARA REPRODUÇÃO DE SOM	211,74									211,74		211,74			
105	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , OUTROS															
118	08	04	OUTROS BENS , ELEMENTOS DIVERSOS , TARAS E VASILHAMES: DE OUTROS MATERIAIS	50,30	50,30										50,30	50,30		
Total				321.876,85	125.305,01	20.035,22		17.431,25	37.466,47			62.850,89	259.422,73	62.850,89	359.343,32	89.920,59	37.466,47	-25.384,42

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.9 - OUTROS

Ano : 2017

Pagina: 7

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designação	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3-8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	01	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , BASTIDORES (Armário)	2.315,85	97,48							16,24	2.234,61	16,24	2.315,85	81,24		-16,24
101	01	05	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , GRAVADORES DE CD-ROM															
101	01	07	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , IMPRESSORAS	15.715,79									15.715,79		15.715,79			
101	01	08	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , LEITORES DE CD-ROM	474,82									474,82		474,82			
101	01	13	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MONITORES			163,13			163,13			33,98	33,98	33,98	163,13	129,15	163,13	129,15
101	01	15	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , OUTROS PERIFÉRICOS			257,00			257,00			53,52	53,52	53,52	257,00	203,48	257,00	203,48
101	01	16	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PC PORTÁTEIS			4.447,68			4.447,68			476,43	476,43	476,43	4.447,68	3.971,25	4.447,68	3.971,25
101	01	18	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PROJETORES DE IMAGEM DE ECRÃ (Data Display)															
101	01	19	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , ROUTER			20,79			20,79			3,03	3,03	3,03	20,79	17,76	20,79	17,76
101	01	20	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , SCANNERS (Digitalizador de Imagem)			464,11			464,11			96,69	96,69	96,69	464,11	367,42	464,11	367,42
101	01	21	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , TECLADOS			182,04			182,04			30,34	30,34	30,34	182,04	151,70	182,04	151,70
101	01	25	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES CENTRAIS DE PROCESSAMENTO			313,53			313,53			6,53	6,53	6,53	313,53	307,00	313,53	307,00
101	01	26	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES DE CONTROLO			91,84			91,84			1,91	1,91	1,91	91,84	89,93	91,84	89,93
101	01	27	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES DE DISCO			4.631,49			4.631,49			323,82	323,82	323,82	4.631,49	4.307,67	4.631,49	4.307,67
101	01	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , OUTRO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	331,38		2.064,86			2.064,86			783,05	1.114,43	783,05	2.396,24	1.281,81	2.064,86	1.281,81
101	02	03	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , SOFTWARE DE APLICAÇÃO	1.722,57	574,19							574,19	1.722,57	574,19	1.722,57			-574,19
102	01	01	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , CENTRAL TELEFÓNICA (PPCA)															
102	01	04	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , EQUIPAMENTO DE IMAGEM E RADARES	4.361,34									4.361,34		4.361,34			
102	01	06	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , EQUIP. RADIOCOMUNICAÇÃO E SEGURANÇA DE VÍDEO			1.722,00			1.722,00			172,20	172,20	172,20	1.722,00	1.549,80	1.722,00	1.549,80
102	01	10	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , MODEM															
Total				24.921,75	671,67	14.358,47			14.358,47			2.571,93	26.822,01	2.571,93	39.280,22	12.458,21	14.358,47	11.786,54

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Página: 8

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.5 - OUTROS

Classificador Geral				Património inicial		Acréscimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Património Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designação	Bruto	Líquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Líquido	Bruta	Líquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
102	01	12	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , TELECOPIADORES (Fax)	183,62									183,62		183,62			
102	01	13	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , TELEFONES															
102	01	14	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , TELEMÓVEIS	866,57	649,93							216,62	433,26	216,62	866,57	433,31		-216,62
102	01	99	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES , EQUIP. TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , OUTRO MATERIAL, APARELHOS, UTENSÍL. E INSTAL. DE USO ESPECÍFICO															
103	01	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , ARMÁRIOS	16.017,28	3.213,12							535,34	13.339,50	535,34	16.017,28	2.677,78		-535,34
103	01	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , BIOMBOS	858,80									858,80		858,80			
103	01	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , BLOCOS DE GAVETAS	2.720,00	2.040,00							340,00	1.020,00	340,00	2.720,00	1.700,00		-340,00
103	01	05	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , CADEIRAS	20.734,41	10.840,22							1.806,83	11.701,02	1.806,83	20.734,41	9.033,39		-1.806,83
103	01	08	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , ESTANTES	5.472,51	67,50							11,25	5.416,26	11,25	5.472,51	56,25		-11,25
103	01	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , MESAS	3.204,35	1.541,20							256,86	1.920,01	256,86	3.204,35	1.284,34		-256,86
103	01	12	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , SECRETÁRIAS	22.110,72	13.981,46							2.349,50	10.478,76	2.349,50	22.110,72	11.631,96		-2.349,50
103	01	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , SOFÁS	710,16	269,98							44,99	485,17	44,99	710,16	224,99		-44,99
103	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIÁRIO , OUTRO MOBILIÁRIO	5.118,49	3.488,32							581,39	2.211,56	581,39	5.118,49	2.905,93		-581,39
103	02	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , AGRAFADORES	17,46									17,46		17,46			
103	02	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , DE CALCULAR	203,70									203,70		203,70			
103	02	09	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , FURADORES	209,76									209,76		209,76			
103	02	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , SELOS BRANCOS E SIMILAR	30,00	22,50							3,76	11,26	3,76	30,00	18,74		-3,76
			Total	103.379,58	36.705,90	14.358,47			14.358,47			8.718,47	75.312,15	8.718,47	117.738,05	42.425,50	14.358,47	5.640,00

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 9

CONTA IMOBILIZADO : 42.5.9 - OUTROS

Classificador Geral				Patrimonio Inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
103	02	11	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS	7.868,84									7.868,84		7.868,84			
103	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO	553,50	110,70	57,38			57,38			112,49	555,29	112,49	610,88	55,59	57,38	-55,11
103	03	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , FOTOCOPIADORAS	8.794,50	7.035,60							1.758,90	3.517,80	1.758,90	8.794,50	5.276,70		-1.758,90
103	03	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , GUILHOTINAS	688,64									688,64		688,64			
103	03	05	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , MÁQUINAS DE ENCADERNAR	2.640,07									2.640,07		2.640,07			
103	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , OUTRO EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA	1.128,08									1.128,08		1.128,08			
104	06	18	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , MÁQUINAS DE FILMAR															
104	06	19	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS	739,25		359,16			359,16			23,94	763,19	23,94	1.098,41	335,22	359,16	335,22
104	06	27	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , TRIPÉS	112,00									112,00		112,00			
104	06	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ÓPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE USO ESPECÍFICO															
104	07	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , EQUIMENTO DE DESENHO, TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA , OUTROS INSTRUMENTOS E MATERIAL DE USO ESPECÍFICO															
104	09	01	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS DE PESAGEM , BALANÇAS															
Total				125.904,46	43.932,20	14.775,01			14.775,01			10.613,80	92.586,06	10.613,80	140.679,47	48.093,41	14.775,01	4.161,21

169

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 10

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.9 - OUTROS

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruto	Liquido
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	02	17	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIP. E DISPOSITIVOS AUXILIARES INSTRUÇÃO, INCL. MOB. E MAT. ESCOLAR , QUADROS MAGNÉTICOS	231,10									231,10		231,10			
106	02	18	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIP. E DISPOSITIVOS AUXILIARES INSTRUÇÃO, INCL. MOB. E MAT. ESCOLAR , RELÓGIOS PARA INSTRUÇÃO															
106	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIP. E DISPOSITIVOS AUXILIARES INSTRUÇÃO, INCL. MOB. E MAT. ESCOLAR , OUTRO EQUIPAMENTO E UTENSÍLIOS DE USO ESPECÍFICO	351,77	263,81							43,97	131,93	43,97	351,77	219,84		-43,97
106	03	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , AMPLIFICADORES	973,75									973,75		973,75			
106	03	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , COLUNAS PARA REPRODUÇÃO DE SOM	1.164,80									1.164,80		1.164,80			
106	03	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , COMANDOS À DISTÂNCIA	203,49									203,49		203,49			
106	03	05	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , COMPAC-DISC															
106	03	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , GRAVADORES/REPRODUTORES	1.584,78									1.584,78		1.584,78			
106	03	12	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , MISTURADORES	626,26									626,26		626,26			
106	03	14	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , PROJETORES DIVERSOS															
106	03	15	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , RÁDIOS	2.015,00									2.015,00		2.015,00			
106	03	17	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , SISTEMAS DE VIDEOCASSETTES	396,30									396,30		396,30			
Total				133.451,71	44.196,01	14.775,01			14.775,01			10.657,77	99.913,47	10.657,77	148.226,72	48.313,25	14.775,01	4.117,24

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.9 - OUTROS

Ano : 2017

Pagina: 11

Classificador Geral				Patrimonio Inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designação	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	03	18	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTO , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , TELEVISORES	1.144,99	817,85							163,56	490,76	163,56	1.144,99	654,29		-163,56
106	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTO , EQUIPAMENTO E MATERIAL ÁUDIO-VISUAL , OUTROS	19.262,03	135,72							27,14	19.153,45	27,14	19.262,03	108,58		-27,14
106	06	25	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTO , OBRAS DE ARTE, MÓVEIS ANTIGOS, COLEÇÕES E ANTIGUIDADES , QUADROS	997,60	997,60										997,60	997,60		
107	01	13	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM (EXCLUI MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO) , ESCADAS/ESCADOTES	44,85									44,85		44,85			
107	01	15	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM (EXCLUI MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO) , ESPELHOS															
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM (EXCLUI MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	1.615,00	1.211,22							201,89	605,67	201,89	1.615,00	1.009,33		-201,89
107	02	06	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , ARTIGOS E UTENSÍLIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , CINZEIROS															
107	02	15	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , QUADROS E MOLDURAS															
107	02	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , ARTIGOS E UTENSÍLIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , OUTROS ARTIGOS E UTENSÍLIOS	99,76									99,76		99,76			
107	03	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCL. DISP. ILUM. ELÉT. NÃO ELÉTRICOS) , CANDEEIROS, GLOBOS, LUSTRES, PLAFONIER	1.147,17	292,24							48,62	903,55	48,62	1.147,17	243,62		-48,62
107	04	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIP. AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO AR (EXCL. INST. FRIGORÍFICAS E DE REFRIG.) , APARELHOS DE AR CONDICIONADO	1.010,82	236,24							39,37	813,55	39,37	1.010,82	196,87		-39,37
Total				158.773,93	47.686,89	14.775,01			14.775,01			11.138,35	122.025,40	11.138,35	173.548,94	51.523,54	14.775,01	3.836,66

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 12

CONTA IMOBILIZADO : 42.6.9 - OUTROS

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	05	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIP. AQUECIMENTO AMBIENTE E AQUECEDORES ÁGUA DOMÉST. (EXCL. SIST. AR CONDICIONADO) , AQUECEDORES	1.122,88	909,42							137,18	350,64	137,18	1.122,88	772,24		-137,18
107	06	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , EQUIPAMENTO FRIGORÍFICO E DE REFRIGERAÇÃO	364,01	82,14							16,43	298,30	16,43	364,01	65,71		-16,43
107	06	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , MÁQUINAS E APARELHOS DE COZINHA	1.290,01	724,35							120,72	686,38	120,72	1.290,01	603,63		-120,72
107	08	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIPAMENTO DE LIMPEZA , ASPIRADORES															
110	20	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDÚSTRIA , EQUIPAMENTO PARA MANEJO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS , CARROS DE MÃO	186,21									186,21		186,21			
118	04	02	OUTROS BENS , HERÁLDICA E HONORÍFICA , BANDEIRAS, GUIÇES, GALHARDETES, FLÂMULAS E ESTANDARTES															
118	04	99	OUTROS BENS , HERÁLDICA E HONORÍFICA , OUTROS	493,72									493,72		493,72			
118	07	99	OUTROS BENS , MÁQUINAS, APARELHOS E FERRAMENTAS , MÁQUINAS E APARELHOS NÃO ESPECÍFICADOS	154,71									154,71		154,71			
118	08	01	OUTROS BENS , ELEMENTOS DIVERSOS , ENCERADOS															
118	08	06	OUTROS BENS , ELEMENTOS DIVERSOS , TARAS E VASILHAMES: DE OUTROS MATERIAIS															
Total				162.385,47	49.602,79	14.775,01			14.775,01			11.412,68	124.195,36	11.412,68	177.160,48	52.965,12	14.775,01	3.362,33

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 13

CONTA IMOBILIZADO : 42.9 - Outras imobilizações corpóreas

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	06	25	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , OBRAS DE ARTE, MÓVEIS ANTIGOS, COLECÇÕES E ANTIGUIDADES , QUADROS	10.000,00	10.000,00										10.000,00	10.000,00		
107	02	15	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , ARTIGOS E UTENSÍLIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , QUADROS E MOLDURAS															
107	06	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , EQUIPAMENTO FRIGORÍFICO E DE REFRIGERAÇÃO	585,60	417,86							83,58	250,72	83,58	585,00	334,28		-83,58
107	06	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZAÇÃOO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , MÁQUINAS E APARELHOS DE COZINHA	2.520,00	1.889,92							315,02	945,10	315,02	2.520,00	1.574,90		-315,02
112	01	99	EQUIPAMENTO SINALIZAÇOO, ALARME, INCÊNCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNCIOS , OUTRO EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA	1.071.769,24	535.884,06							267.942,44	803.827,62	267.942,44	1.071.769,24	267.941,62		-267.942,44
Total				1.084.874,24	548.191,84							268.341,04	805.023,44	268.341,04	1.084.874,24	279.852,80		-268.341,04

ENTIDADE

AML

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 13

CONTA IMOBILIZADO : 43.2.1 - INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	05	02	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS , CARTAS TOPOGRÁFICAS	64.515,37	64.515,37										64.515,37	64.515,37		
106	05	07	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCAÇÃO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS , MAPAS	5.737,95	5.737,95										5.737,95	5.737,95		
Total				70.253,32	70.253,32										70.253,32	70.253,32		

	RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS	Pag. 1

Designação da Entidade	ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
Gerência	1/01/2017 a 31/12/2017

Nome	Situação na Entidade	Remuneração Liquida Auferida	Período de Responsabilidade	Morada
Demétrio Carlos Alves	Primeiro-Secretário Metropolitano	€ 35 427,22	17.07.2014 a 13.12.2017	R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa
Carlos Humberto P. P. de Carvalho	Primeiro-Secretário Metropolitano	€ 1.788,94	13.12.2017 a 31.12.2017	R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa
Filipe Eduardo Miranda Ferreira	Secretário Metropolitano	€ 27.473,60	17.07.2014 a 31.12.2017	R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa
João Pedro de Campos Domingues	Secretário Metropolitano	€ 26.174,76	17.07.2014 a 31.12.2017	R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa
Carlos Alberto Picanço dos Santos	Secretário Metropolitano	€ 3.952,80	17.07.2014 a 31.12.2017	R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa
Emanuel de Jesus Colaço Costa	Secretário Metropolitano	€ 5 179,29	17.07.2014 a 31.12.2017	R. Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A – 1100-187 Lisboa

Dirigente Responsável pela área administrativa e/ou Financeira

Assinatura

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro Financeiro

Assinatura

	RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES	Pag. 1

Designação da entidade	ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Gerência	01/01/2017 a 31/12/2017

Situação na Entidade a que Respeita a Conta				Cargos Acumulados Funções Publicas e/ou Privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do Provimento	Forma do Provimento	Cargo ou Função	Regime de Acumulação	Data do despacho autorização
José Manuel dos Reis correia	Técnico Superior	26-06-2012	RCTFP LTFP - Lei 35/2014 20-jun	Assist. convidado IGOT	tempo parcial 50% docente	07-01-2014 ratific.em 30-07-2014 ratific.em 01-04-2015 18-01-2016 17-01-2017

Dirigente responsável pela área administrativa e/ou Financeira	O Membro do executivo responsável pela área/pelouro Financeiro
Assinatura:	Assinatura:

MAPA DE FUNDOS DE MANEIO

Designação da entidade	ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
Gerência	01/01/2017 a 31/12/2017

Titular do Fundo de Maneio	Primeiro Secretário Metropolitano
Dotação orçamental	2 000,00
Valor do Fundo	2 000,00
Data de Constituição	27/01/2017

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
OP 260	20-06-2017	168,23 €
OP 548	22-12-2017	35,89 €
	Total	204,12 €

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura

O Membro do executivo responsavel pela área/pelouro Financeiro

Assinatura

	SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	Pág. 1

Designação da entidade	ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Gerência	2/01/2017 a 31/12/2017

Instituição Bancária		Saldo em 31/12/2013	Saldo Contabilístico	Observações
Banco	N.º de Conta			
Caixa Geral de Depósitos	0035/0000789431 – D.O. Geral	3.059.080.72	2.986.785.82	70.077,37 de chs. e transfs. em trânsito + 2.217,56 de receitas n/ contabil. com movº . no banco
Via Verde	0036900008960730 – Via Verde	1.020.62	1.227.12	Despesas não contabilizadas e movimentadas no Banco – 206.50
Montepio Geral	0036199100086864- Cauções	18.924.00	18.924,00	
Caixa G. Depósitos – Prazo	0035100007894620	550.000.00	550.000.00	

O Dirigente responsável pela área administrativa e/ou Financeira

Assinatura

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro Financeiro

Assinatura

ENTIDADE		RESUMO DIARIO DE TESOURARIA Nº. 260			ANO	PAGINA
AML	Data : 2017/12/31				2017	1

CONTA	CX/DC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CREDITO	DÉBITO	CREDITO	DEBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		CAIXA	314.652,36	314.652,36			314.652,36	314.652,36		
11.1		Caixa	312.448,24	312.448,24			312.448,24	312.448,24		
	CX	CAIXA PRINCIPAL	312.448,24	312.448,24			312.448,24	312.448,24		
11.8		Fundo de maneio	2.204,12	2.204,12			2.204,12	2.204,12		
11.8.1		Fundo de Maneio	2.204,12	2.204,12			2.204,12	2.204,12		
	FM	FUNDO MANEIO	2.204,12	2.204,12			2.204,12	2.204,12		
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇOES FINANCEIRAS	5.266.835,11	1.709.898,17			5.266.835,11	1.709.898,17	3.556.936,94	
12.1		Depositos à ordem	4.716.835,11	1.709.898,17			4.716.835,11	1.709.898,17	3.006.936,94	
12.1.1		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	4.697.911,11	1.709.898,17			4.697.911,11	1.709.898,17	2.988.012,94	
12.1.1.01		AML	4.693.707,89	1.706.922,07			4.693.707,89	1.706.922,07	2.986.785,82	
	0035/00007894431	CGD	4.693.707,89	1.706.922,07			4.693.707,89	1.706.922,07	2.986.785,82	
12.1.1.02		VIA VERDE	4.203,22	2.976,10			4.203,22	2.976,10	1.227,12	
	0035/00008960730	CGD	4.203,22	2.976,10			4.203,22	2.976,10	1.227,12	
12.1.2		MONTEPIO GERAL	18.924,00				18.924,00		18.924,00	
12.1.2.01		CAUÇÕES	18.924,00				18.924,00		18.924,00	
	0036/99100086864	MG	18.924,00				18.924,00		18.924,00	
12.2		Depositos a prazo	550.000,00				550.000,00		550.000,00	
12.2.1		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS - PRAZO	550.000,00				550.000,00		550.000,00	
	0035/00007894620	CGD	550.000,00				550.000,00		550.000,00	
		TOTAL DE DISPONIBILIDADES	5.581.487,47	2.024.550,53			5.581.487,47	2.024.550,53	3.556.936,94	
		DOCUMENTOS								
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	5.218.478,88	1.702.327,72			5.218.478,88	1.702.327,72	3.516.151,16	
		DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	332.833,84	292.048,06			332.833,84	292.048,06	40.785,79	

TESOUREIRO

FUNCIONARIO

ÓRGÃO EXECUTIVO

Artigo 35.º

Este regulamento interno entra imediatamente em vigor 30 dias, após a sua aprovação.

Aprovado pelo Órgão Executivo em 17 de Abril de 2003



CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32.º

O serviço de Controlo Interno da AML, dependerá do órgão executivo/ comissão permanente/ presidente

Artigo 33.º

1. Em tudo o que disser respeito à contabilidade e ao controlo interno e não estiver expressamente previsto neste Regulamente, aplicar-se-á a legislação em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas na Lei 162/99, de 14 de Setembro o Decreto-Lei nº 315/00, de 2 de Dezembro e no Decreto-Lei nº 84 A/02, de 5 de Abril.

2. Nos casos omissos e particulares em que subsistam dúvidas sobre a aplicação do presente regulamento, competirá ao órgão executivo a sua resolução.

Artigo 34.º

No prazo de 30 dias, após a aprovação deste regulamento ou das alterações que posteriormente se venham a introduzir, deverá ser remetida cópia deste à Inspecção Geral de Finanças e à Inspecção Geral da Administração do Território

Artigo 30.º

1 O Tesoureiro responde perante o órgão executivo, pelo conjunto de valores que lhe são confiados

2 O Tesoureiro é responsabilizado disciplinarmente pelas faltas ou omissões, salvo nas situações de alcance não imputáveis a este por estranho aos factos que as originaram ou mantém excepto se, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias, houver procedido com culpa.

3 O Tesoureiro deve estabelecer um sistema de apuramento diário de contas relativo a cada caixa, segundo o que se encontre em vigor nas tesourarias da Fazenda Publica, com as necessárias adaptações

Artigo 31.º

1. Para assegurar uma maior operacionalidade dos serviços, são constituídos fundos de maneio visando o pagamento de pequenas urgentes e inadiáveis.

2. A constituição, regularização e reposição dos fundos de maneio, bem como o seu limite máximo e condições de utilização são objecto de regulamentação própria a aprovada pelo órgão executivo/comissão permanente



Artigo 28.º

A responsabilidade do tesoureiro é também submetida a verificação através de balanços à tesouraria, sempre que se entenda necessário e, obrigatoriamente, nas seguintes condições:

a) Trimestralmente sem prévio aviso;
b) No encerramento das contas do exercício;
c) No início e no final do mandato do órgão executivo eleito, ou órgão que o substituir, no caso daquele ter sido dissolvido;
d) Quando da substituição do Tesoureiro.

Artigo 29.º

Nos balanços à Tesouraria observar-se-á o disposto no ponto 2.9.10.1.9 do POCAL, sendo lavrados termos assinados pelos respectivos intervenientes, designadamente:

1. Pelo Tesoureiro e pelo dirigente/funcionário para o efeito mencionado, nos casos da alínea a);
2. Pelo Tesoureiro, dirigente para o efeito designado e responsável pelos serviços de contabilidade, nos casos referidos na alínea b);
3. Pelos seus intervenientes e obrigatoriamente pelo presidente da comissão permanente, pelo dirigente para o efeito designado e pelo Tesoureiro, nos casos previstos nas alíneas, d) e e).
4. Por todos os intervenientes referidos no n.º 3 e ainda pelo tesoureiro cessante.

a) Guarda dos cheques não utilizados, seu preenchimento e arquivo sequencial dos preenchidos e anulados, com a inutilização das assinaturas quando as houver.
b) Cancelamento junto da instituição bancária e respectivos registos de regularização dos cheques em trânsito cujo período de validade tenha sido ultrapassado.
c) Reconciliações bancárias mensais.
d) Averiguação e regularização quando tal se justifique das eventuais diferenças nas reconciliações bancárias.
e) No final de cada mês efectuar reconciliações:
   - Na conta de devedores e credores.
   - Nas contas de empréstimos bancários com instituições de crédito e ao controlo do cálculo de juros.
   - Nas contas "Estado e outros entes publicos".

Artigo 27.º

A exactidão das operações de arrecadação de receitas, pagamento de despesas, entradas e saídas de fundos por operações de tesouraria e ainda débitos e créditos de valores em documentos, sob responsabilidade do tesoureiro, deverão ser verificadas diariamente.

a) O sector/funcionário designado no n.º2 do artigo 13.º, quanto às alíneas a) e b)

b) O serviço de contabilidade, quanto às alíneas c), e); f), l; e m)

a) A tesouraria , quanto às alíneas h), i) e j) ;

b) O presidente do órgão executivo ou responsável em quem tal competência tenha sido delegada, quanto às alíneas d) e g)

3. Os cheques e as ordens de transferência bancária, serão assinados pelo presidente do órgão executivo ou por quem este designar nos termos da sub delegação de competência, pelo tesoureiro

CAPITULO VI

OPERAÇÕES DE CONTROLO

Artigo 26.º

1. A exactidão das operações da arrecadação de receitas, pagamentos de despesas e entradas e saídas de fundos por Operações de Tesouraria, débito e crédito de valores em documentos, é diariamente verificada nos serviços de contabilidade, sob directa responsabilidade do Presidente do órgão executivo, ou por quem esta designar nos termos da subdelegação de competências.

2. O controlo de tesouraria e do endividamento é feito através das reconciliações dos extractos de todas as contas da AML obtidos junto das instituições de crédito

3. Compete à contabilidade o controlo, através de funcionário designado para o efeito dos seguintes procedimentos

e) Registo do duplicado da guia na Folha de Caixa;

f) Envio dos originais e duplicados da folha de caixa e do resumo diário de tesouraria, acompanhados do duplicado das guias de recebimento, ao responsável pela contabilização das receitas.

Artigo 25.º

1. Na realização das despesas desenvolvem-se as operações sequenciais a seguir referidas:

a) Verificação das condições legais para a realização das despesas, nomeadamente as estabelecidas no n.º 1 do artigo 13.º;

b) Emissão de requisição externa ou outro documento descritivo da despesa;

c) Verificação do compromisso, cativando a importância correspondente à despesa na respectiva conta corrente orçamental e diário de operações orçamentais;

d) Autorização da realização da despesa;

e) Recepção e registo da factura no diário da despesa e conta-corrente de fornecedores;

f) Emissão e registo da ordem de pagamento;

g) Autorização do pagamento;

h) Verificação das condições necessárias ao pagamento;

i) Pagamento;

j) Registo do pagamento no Diário da tesouraria;

l) Registo do pagamento nas respectivas contas correntes e no Diário da despesa;

m) Arquivo da ordem de pagamento, Diário da Tesourana e seu resumo.

2. São responsáveis por estas operações:

3. A partir dos registos no diário e no razão são ainda elaborados os seguintes documentos de escrituração periódica

Balancetes

Balanço

Artigo 24.º

1. O processo de liquidação e de cobrança das receitas eventuais envolve as operações abaixo designadas, competindo

2. Ao serviço/funcionario emissor de receitas

a) Emissão da guia de recebimento com as cópias consideradas necessárias
b) Envio do original e do duplicado à tesouraria para efeitos de cobrança

3. Ao serviço de contabilidade

a) Recepção e conferência das folhas de caixa e do resumo diário da tesouraria acompanhado das guias de recebimento;
b) Registo das guias de recebimento no Diário e Razão
c) Arquivo dos duplicados dos documentos referidos em a);
d) Devolução à tesouraria dos originais referidos em a).

4. À tesouraria :

a) Recepção e conferência dos elementos constantes da guia de recebimento

b) Cobrança;
c) Autenticação da cobrança;
d) Entrega do original da guia à respectiva entidade



Artigo 21.º

As regularizações do imobilizado, nomeadamente no que se refere a vendas ou abates, serão sempre autorizadas nos termos e condições referidas no artigo 18º

Artigo 22.º

As falhas detectadas na inventariação do imobilizado serão regularizadas e efectuado o apuramento de responsabilidades, quando for caso disso

CAPITULO V

PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS

Artigo 23.º

a) Os documentos obrigatórios de escrituração permanente conectados com os diversos movimentos da execução orçamental serão registados nos seguintes livros:

a) Diário
b) Razão
c) Folha do Caixa
d) Resumo Diário de Tesouraria

2 Na folha de caixa e no resumo diário de tesouraria são registados diariamente os recebimentos e pagamentos, evidenciando desde logo as disponibilidades existentes



CAPITULO IV

Do Imobilizado

Artigo 18.º

As aquisições do imobilizado deverão efectuar-se de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos, mediante deliberação do órgão executivo ou despacho presidente, ou ainda por quem este designar nos termos da sub-delegação de competências aprovada

Artigo 19º

1 As fichas de imobilizado deverão ser mantidas permanentemente actualizadas.

2 Deverá existir em cada local de inventariação a respectiva folha de carga com a discriminação dos bens aí colocados

Artigo 20.º

Deverão ser realizadas reconciliações periódicas entre os registos das fichas e os registos contabilísticos quanto ao montante das aquisições e das amortizações acumuladas



Artigo 15.º

As *requisições ao exterior* serão obrigatoriamente processadas através do compromisso, mediante deliberação do órgão executivo, ou despacho do Presidente ou seu substituto legal após verificação do cabimento e demais formalidades previstas na Lei.

Artigo 16.º

Os bens entregues são conferidos física, quantitativa e qualitativamente, pelo sector designado para o efeito em confronto com a guia de remessa, sendo aposto carimbo de "conferido" e "recebido"

Artigo 17.º

1. Compete à contabilidade conferir as facturas com as guias de remessa e a requisição externa, emitir as ordens de pagamento respectivas e enviar cópias dos documentos ao sector responsável pelas compras.

2. Nas facturas com mais de uma via são apostas nas cópias de forma bem visível, um carimbo de "duplicado".

3. No final de cada mês é feita, por funcionário designado para o efeito, a reconciliação entre os extractos de conta dos clientes e fornecedores com as respectivas contas da autarquia.

SECÇÃO III

DA TESOURARIA

Artigo 13.º

Serão obrigatoriamente escriturados na tesouraria

a) Folhas de Caixa (SC-8)
b) Diário de tesouraria
c) Resumo do diário da tesouraria (SC-9)
d) Conta corrente com instituições de crédito (SC-12)

CAPÍTULO III

DE TERCEIROS

Artigo 14.º

1. Os materiais ou bens necessários ao funcionamento dos serviços apenas poderão ser adquiridos por *requisição externa ou documento equivalente/contrato* após verificado o cumprimento das normas legais estabelecidas para realização de despesas públicas com a aquisição e locação de bens e serviços;

2 O serviço de requisições ao exterior será cometido exclusivamente ao sector/funcionário designado para o efeito

SECÇÃO II
DA DESPESA

Artigo 11.º

1 Na realização da despesa serão obrigatoriamente utilizados os seguintes documentos:

a) Requisição externa, ou documento equivalente (SC-4)
b) Factura
c) Ordem de pagamento (SC-5)
d) Folha de remunerações (SC-6)

2 Para além dos documentos mencionados no número anterior, poderão ser ainda adoptados quaisquer outros que satisfaçam as necessidades específicas de cada caso.

Art.º 12.º

Os documentos referidos no artigo anterior serão assim preenchidos:

1 As requisições ao exterior, exclusivamente pelo responsável designado para o efeito por despacho do Presidente do órgão executivo.
2 As facturas, as ordens de pagamento e as folhas de remunerações pela Contabilidade ou por quem for designado para o efeito por despacho do Presidente.



CAPÍTULO II

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS E SEU PREENCHIMENTO

SECÇÃO I

DA RECEITA

Artigo 9.º

1. Na arrecadação da receita, será obrigatoriamente utilizado o documento de suporte designado por Guia de recebimento (SC-1).

2. Serão ainda adoptados, para além dos suportes anteriormente referidos, e designadamente no que respeita à receita virtual outros documentos que satisfaçam as necessidades de cada caso, sem redução do conteúdo obrigatório definido no POCAL.

Art.º 10.º

Os documentos referidos no artigo anterior serão preenchidos pelos serviços ou pessoas designados para o efeito.



Artigo 6.º

1. Os registos contabilísticos deverão ser processados informaticamente, encontrando-se protegidos com as adequadas medidas de segurança, nomeadamente pela definição dos utilizadores e respectivas passwords

2. So é permitido o acesso aos registos informáticos, aos utilizadores e restantes funcionários que exerçam funções de conferência ou validação de dados.

3. A aplicação informática, deverá disponibilizar uma gama de informações através de mapas, que constituirão as fontes para que, de uma forma cuidada, se possa executar um controlo de gestão eficaz

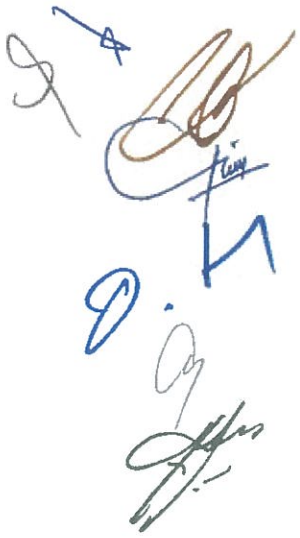
Art.º 7.º

O Presidente do órgão executivo, fixará no início de cada ano, o limite em numerário de existência em cofre, adequado às suas necessidades imediatas

Art.º 8.º

1. A abertura de contas bancárias é obrigatoriamente sujeita a prévia deliberação do órgão executivo.

2. As contas bancárias devem ser tituladas pela instituição e movimentadas em simultâneo pelo tesoureiro e presidente do órgão executivo comissão permanente ou por quem for designado para o efeito de acordo com a sub-delegação de competências aprovada.



Artigo 3.º

Os documentos previsionais da Área Metropolitana de Lisboa consubstanciam-se nas Grandes Opções do Plano e Orçamento elaborado e executado em conformidade com os princípios e regras legalmente estabelecidos e organizado de acordo com as classificações e quadros de contas do POCAL

Artigo 4.º

A contabilidade deve reflectir a situação financeira da AML, em função dos resultados da execução orçamental, compreendendo ainda todas as operações relativas ao inventário e subsequente valorização do património a arrecadação de receitas, a realização de despesas a emissão de requisições e ainda o apuramento de custos

Artigo 5.º

1. Toda a documentação administrativa e contabilística entrada e saída, é sujeita a numeração sequencial, registo, classificação e arquivo.

2. Os despachos e informações exarados nos documentos que integram os processos administrativos e contabilísticos internos, devem identificar sempre os seus subscritores e a qualidade em que o fazem de forma bem legível

CAPÍTULO I

PRINCIPIOS GERAIS

Artigo 1.º

1. A presente norma define os fluxos de informação, procedimentos e medidas de controlo interno e sistema contabilístico da Área Metropolitana de Lisboa, no quadro das obrigações legais vigentes, bem como do plano de organização e políticas subjacentes, determinando os métodos e procedimentos a implementar que, de forma ordenada e eficiente, contribuam para a exactidão e integridade dos registos

2. A garantia de salvaguarda dos activos a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude ou erro e, ainda uma informação financeira fiavel e oportuna, constituirão igualmente metas a atingir na aplicação deste regulamento.

Artigo 2.º

A aplicação dos princípios normativos decorrentes desta norma, ocorrerão num quadro institucional específico das Áreas Metropolitanas, cuja característica só por si determina a existência de uma orgânica própria e regras de funcionamento adaptadas a essa realidade, impondo a necessária flexibilização relativamente ao cumprimento das directivas impostas pelas actuais disposições legais – POCAL –, no âmbito da normalização contabilística, da administração financeira e das contas públicas

PREFÁCIO

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações sucessivamente introduzidas, aprovou Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, consubstanciando a reforma da contabilidade autárquica.

O novo regime contabilístico obrigatoriamente aplicável às autarquias locais e entidades equiparadas, nas quais se incluem as Áreas Metropolitanas, para além de estabelecer as regras e princípios orçamentais e contabilísticos a adoptar, determina ainda a criação de um sistema de controlo interno que englobe designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como quaisquer outros a definir pelos responsáveis, visando assegurar o desempenho de das respectivas atribuições e competências de forma eficiente e eficaz, a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude ou erro, a exactidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação para gestão.

Assim , em cumprimento do estabelecido no POCAL, mais concretamente no seu ponto 2.9, apresentam-se as presentes normas de controlo pelas quais os serviços da Área Metropolitana de Lisboa, se passarão a reger.

ÍNDICE

PREFÁCIO ---------- 3

CAPITULO I

Princípios Gerais (Artº 1º a 8º) ---------- 4

CAPITULO II

Documentos Obrigatórios e seu Preenchimento ---------- 7

Secção I

Da Receita (art 9º e 10º) ---------- 7

Secção II

Da despesa (artº 11 e 12º) ---------- 8

Secção III

Da Tesouraria (artº 13) ---------- 9

CAPÍTULO III

Do Terceiros (artº 14º a 17º) ---------- 9

CAPÍTULO IV

Do imobilizado (artº 18 a 22º) ---------- 11

CAPITULO V

Procedimentos Contabilísticos (artº 23 a 25) ---------- 12

CAPITULO VI

Operações de Controlo (artº 26 a 31) ---------- 15

CAPITULO VII

Disposições Finais (artº 32 a 35) ---------- 18

Instrução nº 1/2001 – TC

NORMA DE CONTROLO INTERNO

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

a. . .
. . m. área metropolitana
. l, , de lisboa

Declaração

Carlos Humberto de Carvalho, Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, declara que a Área Metropolitana de Lisboa não concedeu no ano de 2017, subvenções ou benefícios públicos, nos termos definidos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto.

Lisboa, 26 de janeiro de 2018.

O Primeiro-Secretário Metropolitano

Carlos Humberto de Carvalho

P—1

Rua Cruz de Santa Apolónia, 23. 25. 25A
1100-187 Lisboa

Tel (+351) 218 428 570
Fax (+351) 218 426 577

amlcorreio@aml.pt
www.aml.pt

á. . .
. . m. área
metropolitana
. l. . de lisboa

Declaração

Carlos Humberto de Carvalho, Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, para os devidos efeitos previstos na alínea b) do nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, elenca no quadro infra os montantes a receber e ainda não pagos à data de 31 de dezembro de 2017.

DOCUMENTO	ENTIDADE	VALOR
FTI 00/167	MUNICIPIO DE ALCOCHETE	745,33
FTI 00/170	MUNICIPIO DE CASCAIS	2.805,37
DRF 00/18	MUNICIPIO DE LOURES	6.991,84
FTI 00/172	MUNICIPIO DE LOURES	3.307,62
FTI 00/180	MUNICIPIO DE ODIVELAS	2.482,13
DRF 00/19	MUNICIPIO DE OEIRAS	7.271,92
FTI 00/177	MUNICIPIO DE SETÚBAL	2.218,00
DRF 00/22	PETROLEOS PORTUGAL PETROGAL SA	4.613,37
DRF 00/24	PETROLEOS PORTUGAL PETROGAL SA	9.333,83
TOTAL EM DIVIDA		39.769,41

Lisboa, 4 de janeiro de 2018.
O Primeiro-Secretário Metropolitano

Carlos Humberto de Carvalho

P—1

Rua Cruz de Santa Apolónia 23 25, 25A
1100-187 Lisboa

Tel (+351) 218 429 570
Fax (+351) 218 428 577

amlcorreio@aml.pt
www.aml.pt

a. . .
. . m. área metropolitana
. l. . de lisboa

Declaração

Carlos Humberto de Carvalho, Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, para os devidos efeitos previstos na alínea b) do nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, declara que a Área Metropolitana de Lisboa não tem pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2017.

Lisboa, 4 de janeiro de 2018,
O Primeiro-Secretário Metropolitano

Carlos Humberto de Carvalho

P—1

Rua Cruz de Santa Apolónia 23, 25, 25A.
1100-187 Lisboa
Tel (+351) 218 428 570
Fax (+351) 218 428 577
amlcorreio@aml.pt
www.aml.pt

Declarações da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro

a. . .
. . m. área metropolitana
. l. . de lisboa

Declaração

Carlos Humberto de Carvalho, Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, para os devidos efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, declara que todos os compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2017 se encontram devidamente registados na sua contabilidade.

Lisboa, 4 de janeiro de 2018
O Primeiro-Secretário Metropolitano

Carlos Humberto de Carvalho

P—1

Rua Cruz de Santa Apolónia, 23. 25, 25A
1100-187 Lisboa
Tel (+351) 218 428 570
Fax (+351) 218 428 577
amlcorreio@aml.pt
www.aml.pt

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Reconhecimentos por Cobrar

Ano: 2017
(unidade EUR)

Documento	Cliente	Valor
DRF 2017/18	MUNICIPIO DE LOURES	6 991,84
DRF 2017/19	MUNICIPIO DE OEIRAS	7 271,92
DRF 2017/22	PETROLEOS PORTUGAL PETROGAL SA	4 613,37
DRF 2017/24	PETROLEOS PORTUGAL PETROGAL SA	9 333,83
DRF 2017/163	MUNICIPIO DE ALCOCHETE	745,33
DRF 2017/179	MUNICIPIO DE CASCAIS	2.805,37
DRF 2017/181	MUNICIPIO DE LOURES	3.307,62
DRF 2017/186	MUNICIPIO DE SETUBAL	2.218,00
DRF 2017/189	MUNICIPIO DE ODIVELAS	2.482,13
	Total:	39.769,41



ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS (Cfª. 8.3.6.2. POCAL)	DATA	ANO	PAGINA
AML	Periodo : 2017/01/02 a 2017/12/31			1

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		28.155,12		21.759,24
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		17.278,00		15.614,00
24.2.1		Trabalho dependente		13.166,00		12.394,00
24.2.2		Trabalho independente		3.725,00		3.220,00
24.2.5		IRS SOBRETAXA		387,00		
24.3		Imposto sobre o valor acrescentado		4.334,36		
24.3.4		Iva regularizações		174,27		
24.3.4.1		Iva reg.- Mensais/trim. a fav. entidade		174,27		
24.3.4.1.3		Iva reg.- Mensais/trim. a fav. entidade - Taxa 23%		174,27		
24.3.6		Iva - a pagar		4.160,09		
24.5		Contribuições para a Segurança Social		6.204,97		6.016,70
24.5.2		CGA		4.009,23		3.321,84
24.5.2.2		DOS TRABALHADORES		4.009,23		3.321,84
24.5.3		Inst. Gestão Finan. de Seg. Social		2.195,74		2.694,86
24.5.3.2		DOS TRABALEADORES		2.195,74		2.694,86
24.9		Outras tributações		337,79		126,54
24.9.2		Caixa de Previdência da CML - Quotas		126,89		93,66
24.9.3		DESCONTOS À ORDEM DO TRIBUNAL		185,20		
24.9.7		QUOTA SOCIO DO COFRE PREV.		25,70		34,88
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		19.035,47		40.267,79
26.3		Sindicatos		111,47		102,54
26.3.1		STFPSSRA		62,84		62,84
26.3.2		STAL		39,13		30,20
26.3.3		SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO		9,50		9,50
26.8		Devedores e credores diversos		18.924,03		40.165,25
26.8.9		CREDORES DIVERSOS		18.924,03		40.165,25
26.8.9.2		CAUÇÕES		18.924,03		40.165,25
26.8.9.2.01		CAUÇÕES (AMTL)		18.924,03		18.924,00
	697	TST - TRANSPORTES SUL DO TEJO		498,00		498,00
	698	BARRAQUEIRO SGPS SA		1.306,60		1.306,60
	699	VIMECA TRANSPORTES VIAÇÃO MECANICA CARNAXIDE LDA		498,00		498,00
	700	SCOTTURB-TRANSPORTES URBANOS LDA		498,00		498,00
	701	CAUÇÕES DIVERSAS DA AMTL		16.123,40		16.123,40
26.8.9.2.02		GARANTIAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				21.241,25
26.8.9.2.02.1		GARANTIAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - C/3ºs				21.241,25
	692	CEDRU - CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO, LDA				21.241,25
29		PROVISÕES		3.884,85		
29.2		PARA RISCOS E ENCARGOS		3.884,85		
29.2.1		PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO		3.884,85		
		TOTAL ...		51.075,44		62.027,03

Transferências Capital de Receita

Ano: 2017

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
	Total	0,00	0,00	

179

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
O.E. - União Europeia	FEDER	369 638,00	32 948,76	
Lei 45/2008, de 27/08	Alcochete	8 944,00	8 198,63	
Lei 45/2008, de 27/08	Almada	33 135,00	33 135,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Amadora	38 782,00	39 682,36	Recebimento relativo a 2015
Lei 45/2008, de 27/08	Barreiro	24 212,00	24 212,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Cascais	33 664,00	30 858,63	
Lei 45/2008, de 27/08	Lisboa	112 105,00	112 105,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Loures	39 691,00	36 383,38	
Lei 45/2008, de 27/08	Mafra	20 715,00	20 715,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Moita	22 910,04	22 910,04	
Lei 45/2008, de 27/08	Montijo	18 939,00	18 939,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Odivelas	29 786,00	27 303,87	
Lei 45/2008, de 27/08	Oeiras	32 277,00	32 277,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Palmela	23 458,00	23 458,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Seixal	29 439,00	29 439,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Sesimbra	11 702,04	11 702,04	
Lei 45/2008, de 27/08	Setúbal	26 616,00	24 398,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Sintra	57 402,00	57 402,00	
Lei 45/2008, de 27/08	Vila Franca de Xira	28 272,00	33 900,16	Recebimento relativo a 2016
	Utilização da Central de compras	15 922,00	15 052,31	
	Outras Receitas não Tipificadas em Artigo Próprio	1 469,76	1 469,76	
Orçamento do Estado	Transferencias OE - artigo 95º da LOE/2015	1 688 124,00	1 688 124,00	
	Total	2 667 202,84	2 324 613,94	

ENTIDADE	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no exercício(*)		Observações
	Tipo / Objecto	Data	Valor(*)	Modalidades de adjudicação	Número de registo	Data		Na Gerência	Acumulados	
Saphery - Level	Aquisição de serviços de disponibilização da plataforma eletrónica de contratação pública	29/12/2015	23 985	Ajuste directo	isento		14/07/2016	7 995	15 670	(5)(7)
Schindler – Ascensores e Escadas Rolantes, S.A	Serviços de manutenção do elevador existente na sede da Área Metropolitana de Lisboa	13/08/2015	1 889	Ajuste directo	isento		23/09/2015	629,76	1 889	(5)(7)
Securitas – Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A	Aquisição de serviços de segurança nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa	30/12/2015	26 716	Ajuste directo	isento		18/02/2016	8 905	17 543	(5)(7)
Sailmind - Consultoria e Sistemas de Informação SA	Aquisição de serviços de alojamento e manutenção do website da AML	17/06/2017	11 439	Ajuste directo	isento		26/07/2017	3 813	3 813	(5)(7)
SMBG, Lda	Aquisição de serviços de construção e manutenção do novo website da Orquestra Geração	27/11/2015	4 145	Ajuste directo	isento		06/04/2016	1 451	3 318	(7)(5)
Sónia Cristina Barrambana Gallau	Aquisição de serviços de consultoria nas áreas de mobilidade e transportes suportada em ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica	26/10/2016	79 704	Ajuste directo	isento		29/11/2016	26 568	30 996	(5)(7)
TELWINDOW, Lda	Aquisição serviços de consultoria técnica especializada e de execução na área dos serviços públicos de transportes rodoviario de passageiros da área metropolitana de Lisboa	15/09/2017	86 346	Ajuste directo	isento		24/10/2017	7 196	7 196	(5)(7)
THYSSENKRUPP ELEVADORES, S.A	Aquisição de serviços de manutenção da instalação de elevação	14/08/2017	3 188	Ajuste directo	isento		24/10/2017	354	354	(5)(7)
Vítor Pereira- Consultadoria Autarquica Lda	Aquisição de Serviços de Auditoria Interna na Área Contabilística e Financeira	02/11/2016	88 560	Ajuste directo	isento		09/12/2016	29 520	34 440	(5)(7)
Viveiros das Naus – Centro de Jardinagem, Lda	Aquisição de serviços de manutenção e conservação de zonas verdes existentes nas instalações da AML	07/04/2015	9 074	Ajuste directo	isento		22/06/2015	3 024	7 185	(7)(5)
Way2Go-Consultores associados, Lda	Aquisição de serviços para preparação dos procedimentos concursais do serviço público de transporte rodoviario para a area geográfica da Area Metropolitana de Lisboa	20/12/2017	82 409	Ajuste directo	isento		29/12/2017	52 409	52 409	(9)
White Portugal Business Solutions, Unip, Lda	Aquisição de duas impressoras multifunções e prestação de serviços de manutenção e assistência técnica	04/01/2016	17 975	Ajuste directo	isento		30/12/2017	3 060	14 605	(5)(7)
Total			2 179 762					524 832	946 863	

(*) Com IVA incluido
(1) - Contrato com duração de 30 meses
(2) - Concluido
(3) - renovavel por iguais periodos 3 anos
(4) - renovavel por periodos de 1 ano, até ao limite de 2 anos
(5) - Contratos Plurianuais
(6) - Periodo de 1(um) ano
(7) - renovavel por periodos de 1 ano, até ao limite de 3 anos
(8) - renovavel por periodos de 6 meses, até ao limite de 3 anos
(9) - Até a conclusão

178

ENTIDADE	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no exercício(*)		Observações
	Tipo / Objecto	Data	Valor(*)	Modalidades de adjudicação	Número de registo	Data		Na Gerência	Acumulados	
Maria Amélia de Jesus Machado Talhinhas Bentes	Aquisição serviços de desenvolvimento de três cursos de formação	01/08/2017	2 325	Ajuste directo	isento		29/11/2017	1 260	1 260	(9)
Medidata.Net Sistemas de Informação para as Autarquias, SA	Aquisição e implementação da plataforma de gestão financeira, patrimonial, de pessoal e de gestão documental	29/12/2016	45 324	Ajuste directo	isento		30/12/2016	20 918	38 350	(5)(7)
Medway , LDA	Prestação de Serviços de Exploração e Manutenção de Sistemas de Comunicação e Informação para a Área Metropolitana de Lisboa	26/02/2015	77 490	Ajuste directo	isento		06/10/2015	29 520	68 367	(5)(5)
MEO - Serviços de comunicação SA	Serviços de comunicações fixas de voz, em regime de voz gerida no operador, serviços de internet e serviços de canais TV	08/01/2015	43 097	Ajuste Directo	isento		29/04/2016	16 868	29 275	(5)(7)(9)
MMIR - Consultadoria Comunitária de Gestão de Empresas, S. A	Prestação de Serviços de Portaria/Receção na Sede da Área Metropolitana de Lisboa	16/03/2015	33 210	Ajuste directo	isento		11/06/2015	11 070	29 520	(5)(7)
MRG - Roberto , Graça Associados, SROC	Prestação de Serviços de Auditoria Externa	29-12-2014	10 432	Ajuste Directo	isento		07/05/2015	3 477	10 432	(2)
NOS Comunicações, SA	Aquisição do serviço de comunicações móveis e dados	16/09/2016	13 443	Ajuste Directo	isento		15/05/2017	5 228	5 228	(5)(7)(9)
Perfect Clean	Serviços de limpeza e higiene das instalações da nova sede da Área Metropolitana de Lisboa	16/03/2015	32 634	Ajuste directo	isento		24/04/2015	10 878	28 907	(5)(7)
Plan to Go, Lda	Prestação de serviços consultadora técnica	26/01/2015	86 346	Ajuste directo	isento		31/03/2015	28 782	83 948	(5)(7)
Quidgest - Consultores de Gestão, SA	Prestação de serviços de alojamento web e manutenção da Plataforma de Gestão da Formação (PGF) à Área Metropolitana de Lisboa	28/04/2015	15 941	Ajuste directo	isento		20/05/2015	5 535	15 941	(2)
Repsol Portuguesa SA	Fornecimento de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Lote 1 Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas, gasóleo e gás de petróleo liquefeito (GPL) Com cartão eletrónico de abastecimento, do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa	21/04/2015	11 151	Ao abrigo de acordo quadro (art.º 258.º)	isento			3 047	11 151	(2)
Repsol Portuguesa SA	Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Lote 1 – Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas, gasóleo e gás de petróleo liquefeito (GPL, com cartão eletrónico de abastecimento) – do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa	27/04/2017	24 600	Ao abrigo de acordo quadro (art.º 258.º)	isento		27/06/2017	4 641	4 641	(5)(7)(9)
Rute de Carvalho Geraldes	Aquisição de serviços para apoio e avaliação de estudos e projetos nas áreas que constituem obrigações da AML (avaliação de redes, sistema tarifário e estudos de mobilidade) e suporte à automatização desses procedimentos	01/08/2018	83 025	Ajuste directo	isento		27/10/2017	11 070	11 070	(1)
SABSEG - Corretor de Seguros, S.A	Aquisição de Seguro de Acidentes de Trabalho	05/12/2016	26 945	Ajuste directo	isento		30/12/2016	8 980	9 735,17	(5)(7)
Sabseg – Mediação de Seguros, S.A	Aquisição de seguro Multirriscos para a sede da Área Metropolitana de Lisboa	17/06/2016	13 305	Ajuste directo	isento		12/07/2016	4 430	8 860,00	(5)(7)

ENTIDADE	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no exercício(*)		Observações
	Tipo / Objecto	Data	Valor(*)	Modalidades de adjudicação	Número de registo	Data		Na Gerência	Acumulados	
Englot, Lda	Aquisição de serviços de manutenção das instalações da Área Metropolitana de Lisboa	27/04/2017	64 132	Ajuste Direto	isento		27/06/2017	8 159	8 159	(5)(7)
ESRI PORTUGAL - Sistemas de Informação Geográfica, S. A	Aquisição de serviços de subscrição de atualizações e upgrade de software e apoio técnico remoto de licenças	13/03/2017	27 515	Ajuste Direto	isento		27/04/2017	15 129	15 129	(5)(7)
Galp Power, SA	Fornecimento de energia elétrica ao abrigo dos lotes 1 e 2 do acordo quadro para seleção de fornecedores de energia elétrica em regime de mercado livre da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa	16/07/2015	56 895	Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 259.º)	isento		03/09/2015	30 303	59 695	(4)(5)(2)
Galp Power, SA	Aquisição de energia elétrica ao abrigo dos lotes 1 e 2 do acordo quadro para seleção de fornecedores de energia elétrica em regime de mercado livre da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa	17/07/2017	68 160	Ao abrigo de acordo quadro (art.º 259.º)	isento		25/08/2017	10 169	10 169	(4)(5)
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa	Aquisição pela Área Metropolitana de Lisboa de serviços jurídicos para aquisição de serviços jurídicos no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros e dos processos jurídicos a decorrer referentes ao ano transato	16/07/2015	14 383	Ajuste directo	isento		23/11/2015		14 383	(2)
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa	Aquisição de Serviços Jurídicos especializados, de patrocínio jurídico e assessoria jurídica à AML, incluindo no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros	23/10/2017	22 140	Ajuste directo	isento					(5)(7)
ImproveConsult - Consultoria e Estudos, Lda	Prestação de Serviços de Consultadoria na Área do Planeamento Estratégico e Territorial	25/02/2015	86 346	Ajuste directo	isento		09/04/2015	28 782	81 348	(5)(7)
Isabel Cristina Guedes Fernão dos Santos Gois Camacho	Aquisição de serviços de desenvolvimento do curso de formação "Emprestadas- Código dos Contratos Públicos"	07/06/2017	775	Ajuste directo	isento					(9)
Joana Moedas Morgado	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO ÂMBITO DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL (PDCT)	02/09/2016	64 944	Ajuste Directo	isento		11/10/2016	32 472	43 296	(4)(5)
Jorge Lopes, Lab de Arquit, Unip LDA	Elaboração das Alterações ao "Projeto de Remodelação e Recuperação do Edifício da Quinta da paz"	06-05-2013	61 500	Ajuste Directo	isento		20-05-2013		18 450	(5)(7)
Luis Martinez Consultores, Lda.	Aquisição de serviços relativos à realização de um estudo quantitativo das diferentes configurações do sistema tarifário e avaliação dos modelos de compensação financeira na área metropolitana de Lisboa	04/11/2016	47 970	Ajuste Directo	isento		23/12/2016	9 594	9 594	(5)(9)
Luis Martinez Consultores, Lda	Aquisição de estudo de atualização das distâncias medias de deslocação e de aplicação da chave dinâmica da repartição de receitas do título intermodal	17/05/2017	11 070	Ajuste Directo	isento					(5)(9)
M. Rodrigues & Associados - Sociedade de Advogados, RL	Prestação de Serviços jurídicos especializados de patrocínio judiciário e assessoria jurídica	13/01/2015	47 970	Ajuste directo	isento		10/03/2015	1 230	46 740	(2)

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos - Exercício de 2017

Unidade: Euros

ENTIDADE	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no exercício(*)		Observações
	Tipo / Objecto	Data	Valor(*)	Modalidades de adjudicação	Número de registo	Data		Na Gerência	Acumulados	
AJM II - Informática, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de assessoria aos processos de administração e desenvolvimento do sistema de gestão de bases de dados de mobilidade e transportes em PostgreSQL, de apoio às operações de exploração dos sistemas de informação de bilhética e vendas de títulos, cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas e de formação de técnicos	08/11/2016	36 900	Ajuste Direto	isento		16/12/2016	15 375	18 450	(2)
AJM II - Informática, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de assessoria aos processos de administração e desenvolvimento do sistema de gestão de bases de dados de mobilidade e transportes em PostgreSQL, de apoio às operações de exploração dos sistemas de informação de bilhética e vendas de títulos, cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas e de formação de técnicos	15/11/2017	18 450	Ajuste Direto	isento		29/12/2017	15 375	18 450	(6)(5)
Antonio Filipe Beja Pereira	Aquisição de serviços de consultoria nas áreas de mobilidade e transportes	19/12/2016	27 823	Ajuste Direto	isento		26/01/2017	26 568,00	26 568,00	(5)(7)
AMBIFORMED - Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Unip., Lda	Aquisição de Serviços de Segurança, Higiene, Medicina e Saúde no Trabalho para a Área Metropolitana de Lisboa	26/01/2017	4 396	Ajuste Direto	isento		07/04/2017	1 101	1 101	(5)(7)
Ana Sofia Falcão Correia Galinho	Aquisição de desenvolvimento de cursos de formação	19/05/2017	775	Ajuste Direto	isento		05/06/2017	775	775	(2)
Anabela Oliveira Varanda	Aquisição de serviços de desenvolvimento de duas ações de formação "Formação Pedagógica Inicial de Formadores"	28/04/2017	2 952	Ajuste Direto	isento		29/12/2017	2 583	2 583	(9)
Carla Maria Ferreira de Oliveira	Aquisição serviços de desenvolvimento de três cursos de formação	01/08/2017	2 325	Ajuste Direto	isento		17/11/2017	2 325	2 325	(2)
Carla Maria Ferreira de Oliveira	Aquisição de serviços de desenvolvimento de cursos de formação	19/05/2017	1 550	Ajuste Direto	isento		16/10/2017	1 550	1 550	(2)
CEDRU - Centro de estudos e desenvolvimento Regional Urbano, Lda	Aquisição de serviços para a elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às alterações climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML)	03/11/2017	522 535	Ajuste Direto	3758	23/11/2017				(9)(10)
Orsan Portugal - Distribuição de Informação Geral, S.A.	Aquisição do serviço de clipping (selecção de notícias)	01/02/2016	26 568	Ajuste Direto	isento		29/03/2016	8 118	16 236	(5)(7)
DATAEME - Acessorios para computadores, Lda	Aquisição de equipamento informático	07/09/2017	359	Ajuste Direto	isento		12/10/2017	359	359	(2)
DATAEME - Acessorios para computadores, Lda	Aquisição de equipamento informático	07/09/2017	3 178	Ajuste Direto	isento		12/10/2017	3 178	3 178	(2)
Dimas de Melo Pimenta Europa - Sist. Ponto Acesso, SA	Aquisição de serviços de manutenção de software de assiduidade Kairos na internet	27/05/2016	3 454	Ajuste Direto	isento		15/12/2016	1 055	1 221	(5)(7)

ENTIDADE
Área Metropolitana de Lisboa

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 3
TOTAL DE REVISÕES : 3 ANO CONTABILISTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	CODIGO ORCAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017 TOTAL DOT. INICIAL	2017 TOTAL DOT. CORRIGIDA	2017 FINANC. DEFINIDO DOT. INICIAL	2017 FINANC. DEFINIDO DOT. CORRIGIDA	2017 FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES 2018	ANOS SEGUINTES 2019	ANOS SEGUINTES 2020	ANOS SEGUINTES SEGUINTES	MODIFICAÇÕES
							A TRANSPORTAR...		792.628,00	965.198,31	313.512,00	483.052,31		749.422,00	392.314,00	87.084,00	87.084,00	172.543,31
2.5.1.	07	2017 A 29 EVENTOS NO AMBITO DO PROTOCOLO COM A PROVINCIA DE JIANGSU	CEML	2016/04/18	2017/12/31	0	0102 020216		10.000,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
2.5.1.	08	2017 A 30 PREMIOS "METRÓPOLES"	CEML	2015/04/02	2018/12/31	0	0102 020215		70.000,00	70.000,00	40.000,00	40.000,00	30.000,00					
2.5.1.	09	2017 A 31 "METRÓPOLES CIÊNCIA E ARTES PLÁSTICAS": JURIS DO CONCURSO	CEML	2015/10/01	2018/12/31	0	0102 020214		8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00						
3.		Funções económicas																
3.3.		Transportes e comunicações																
3.3.0.		Transportes e comunicações																
3.3.0.	02	2017 A 32 ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA NAS AREAS DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES	CEML	2015/08/24	2018/12/31	0	0102 020214		48.900,00	57.564,00	48.900,00	57.564,00		77.682,00	28.782,00	19.188,00		8.664,00
3.3.0.	03	2017 A 33 SEMINARIOS E CONFERENCIAS NA AREA DA MOBILIDADE E TRANSPORTES	CEML	2017/01/01	2018/12/31	0	0102 020216		10.000,00	15.000,00	10.000,00	15.000,00		17.842,00				5.000,00
3.3.0.	04	2017 A 34 ESTUDO REFORMULAÇÃO SISTEMA TARIFÁRIO AML: ESTUDOS	CEML	2015/10/01	2018/12/31	0	0102 020214		43.775,00	43.775,00	43.775,00	43.775,00		43.775,00				
3.3.0.	05	2017 A 35 INQUERITO GERAL A MOBILIDADE DA AML: INQUERITO À MOBILIDADE NA AML	CEML	2017/01/01	2018/12/31	0	0102 020220		200.000,00	323.000,00	100,00	123.000,00		123.000,00				122.900,00
3.3.0.	06	2017 A 36 INQUERITO GERAL A MOBILIDADE DA AML: ANALISE DOS DADOS DO SISTEMA DE BILHETICA SEM CONTACTO - INE	CEML	2015/10/01	2018/12/31	0	0102 020220		16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00		8.288,00				
3.3.0.	09	2017 SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE																
3.3.0.	0701	2017 A 44 SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE - PUBLICIDADE E AÇÕES DE DIVULGAÇÃO	CEML	2017/01/01	2018/12/31	0	0102 020217							5.000,00				
3.3.0.	08	2017 A 45 MOBILIDADE ESCOLAR	CEML	2017/04/25	2018/12/31	0	0102 020214			3.000,00		3.000,00		15.003,00				3.000,00
3.3.0.	09	2017 CANDIDATURA DOMUS in MED - FEDER																
3.3.0.	0901	2017 A 46 CANDIDATURA DOMUS in MED - FEDER: INTERREG MED DOMUS	CEML	2017/04/25	2018/12/31	0	0102 020214			35.000,00		35.000,00		335.003,00				35.000,00
3.3.0	0902	2017 A 47 CANDIDATURA DOMUS in MED - FEDER: INTERREG MED SURGE	CEML	2017/12/01	2018/12/31	0	0102 020214							30.000,00				
3.3.0.	0903	2017 A 48 CANDIDATURA DOMUS in MED - FEDER: INTERREG MED PROJETO DESENVOLVIMENTO OPTIMIZADOR PERCURSOS E INFORMAÇÃO DE TRANSPORTES	CEML	2017/12/01	2018/12/31	0	0102 020214							53.003,00				
3.3.0.	10	2017 A 49 ESTUDO DE REDES E MODOS DE TRANSPORTE	CEML	2017/04/25	2018/12/31	0	0102 020214			5.000,00		5.000,00		5.003,00				5.000,00
3.3.0.	11	2017 A 50 CENTRO PARA A SUSTENTABILIDADE METROPOLITANA	CEML	2017/04/25	2017/12/31	0	0102 020214			10.000,00		10.000,00		5.003,00				10.000,00
3.3.0.	12	2017 A 51 PREPARAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	CEML	2017/04/20	2018/12/31	0	0102 020226			53.026,00		53.026,00		30.330,35				53.026,00
3.5.		Outras funções económicas																
3.5.	02	2017 A 37 PUBLICAÇÕES - AML	CEML	2015/10/01	2018/12/31	0	0102 020220		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		25.003,00				
3.5.	03	2017 A 38 CANDIDATURA POR LISBOA: PACTO TERRITORIAL PARA A EMPREGABILIDADE	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020214		58.003,00	115.509,00	1.000,00	58.000,00		57.003,00				57.000,00
3.5.	04	2017 A 39 CANDIDATURA POR LISBOA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA ORQUESTRA GERAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020214		18.000,00	35.000,00	1.000,00	18.000,00		17.003,00				17.000,00
3.5.	05	2017 A 40 PORTUGAL 2020: OUTROS EVENTOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020216		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00		1.003,00				
4		Outras funções																
4.3		Diversas não especificadas																
4.3.	01	2017 A 41 PARTICIPAÇÃO EM REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	CEML	2015/01/01	2018/12/31	0	0102 04060305		21.348,00	18.776,00	21.348,00	18.776,00		28.348,00				-2.572,00
							TOTAL ...		1.322.781,00	1.808.339,31	531.635,00	1.017.193,31	35.000,00	1.596.467,00	421.096,00	106.272,00	87.084,00	485.559,31

ENTIDADE	TOTAL DE ALTERAÇÕES :																		Página : 2
Área Metropolitana de Lisboa	TOTAL DE REVISÕES : 0	ANO CONTABILÍSTICO: 2017	PERÍODO: 2017/01/01 a 2017/12/31																
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROG. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017					ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INÍCIO	FIM				DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
		A TRANSPORTAR...							285.508,00	285.758,21	243.508,00	243.758,21		219.348,00	157.643,00	87.684,00	87.684,00	250,21
1.2.1. 02	2017	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILANCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA																
1.2.1. 0202	2017 A 17	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILANCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA- DESPESAS CORRENTES		2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020214				1.000,00							-1.000,00
1.2.1. 0202	2017 A 17	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILANCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA- DESPESAS CORRENTES				0102 020220			16.000,00	43.000,00		31.000,00						31.000,00
1.2.1. 04	2017 A 14	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS-Estudos	CEML			0102 020214			331.426,00	363.538,00	23.280,00	55.392,00		220.348,00	166.174,00			32.112,00
1.2.1. 05	2017 A 42	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS-Sensiticos	CEML	2017/10/01	2018/12/31	0	0102 020214							36.000,00	29.560,00			
1.2.1. 06	2017 A 43	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS-Publicidade	CEML	2017/12/01	2018/12/31	0	0102 020214							56.000,00	34.000,00			
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.3		Educação																
2.1.3. 01	2017 A 18	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO DE LISBOA	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020214		101.000,00	201.000,00	1.000,00	101.000,00		99.000,00				100.000,00
2.4.		Habitação e serviços colectivos																
2.4.2		Ordenamento do território																
2.4.2. 01	2017 A 19	TRABALHOS ESPECIALIZADOS NO AMBITO DA ORDENAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	CEML	2017/01/01	2018/12/31	0	0102 020220		12.300,00	12.300,00	12.300,00	12.300,00		12.300,00				
2.4.2. 03	2017 A 20	SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS NA ÁREA DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	CEML	2016/04/16	2018/12/31	0	0102 020216		10.000,00	6.000,00	10.000,00	6.000,00						-4.000,00
2.4.4.		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																
2.4.4. 01	2017 A 21	CANDIDATURA POR LISBOA: REDE ECOLÓGICA DE VALORIZAÇÃO DA NATUREZA, DA BIODIVERSIDADE, RECREIO E LAZER - GESTÃO DO PROJETO	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020235		11.000,00	31.000,00	1.000,00	11.000,00		9.000,00				10.000,00
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos																
2.5.0		Serviços culturais, recreativos e religiosos																
2.5.0. 01	2017 A 22	CANDIDATURA POR LISBOA: ORQUESTRA GERAÇÃO - SISTEMA PORTUGAL	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 020235		5.000,00	10.177,10	1.000,00	6.177,10		5.000,00	5.000,00			5.177,10
2.5.1		Cultura																
2.5.1. 01	2017 A 23	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E INICIATIVAS	CEML	2016/01/01	2018/12/31	0	0102 020217		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.5.1. 02	2017 A 24	COFFEE-BREAKS - EVENTOS	CEML	2016/01/01	2018/12/31	0	0102 020105		3.198,00	3.198,00	3.198,00	3.198,00						
2.5.1. 03	2017 A 25	EVENTOS E INICIATIVAS AML: SEMINÁRIOS	CEML	2017/01/01	2017/12/31	0	0102 020212		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00						
2.5.1. 04	2017 A 26	EVENTOS CULTURAIS	CEML	2017/01/01	2017/12/31	0	0102 020216		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.5.1. 05	2017 A 27	ATIVIDADE CULTURAL METROPOLITANA	CEML	2016/01/01	2018/12/31	0	0102 020220		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.5.1. 06	2017 A 28	ORQUESTRAS SINFÓNICAS JUVENIS-PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	CEML	2016/01/01	2018/12/31	0	0102 020225		726,00	726,00	726,00	726,00		726,00				

ENTIDADE:
Área Metropolitana de Lisboa

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

TOTAL DE ALTERAÇÕES :
TOTAL DE REVISÕES : 3 ANO CONTABILÍSTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

Pagina : 1

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017					ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INÍCIO	FIM				DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais de administração pública																
1.1.1.		Administração geral																
1.1.1.	CE	2017	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS															
1.1.1.	C102	2017 A 13	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS- DESPESAS CORRENTES	CEMC	2016/05/31	2018/12/31	0	C102 020214			1.000,00							-1.000,00
1.1.1.	C102	2017 A 13	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS- DESPESAS CORRENTES					C102 020220		16.000,00	15.700,00		700,00					700,00
1.1.1.	10	2017 A 1	PLATAFORMAS E TRABALHOS ESPECIALIZADOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO	CEMC	2016/01/01	2018/12/31	0	C102 020220		10.735,00	10.735,00	10.735,00	10.735,00		10.735,00			
1.1.1.	11	2017 A 2	PORTAL METROPOLITANO	CEMC	2015/01/10	2018/12/31	1	C102 020220		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00			
1.1.1.	12	2017 A 3	ESTUDOS, PARECERES, CONSULTADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	CEMC	2015/01/01	2018/12/31	2	C102 020214		34.840,00	37.340,00	34.840,00	37.340,00		7.383,00	7.383,00		2.852,00
1.1.1.	13	2017 A 4	ESTUDOS, PARECERES, CONSULTADORIA E ASSESSORIA CONTABILÍSTICO-FINANCEIRA	CEMC	2016/10/26	2018/12/31	2	C102 020214		32.947,00	32.947,21	32.947,00	32.947,21		13.955,00	18.992,00		-0,79
1.1.1.	14	2017 A 5	SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	CEMC	2015/01/01	2021/10/26	2	C102 020220		29.520,00	29.520,00	29.520,00	29.520,00		29.521,00	29.520,00	29.520,00	29.520,00
1.1.1.	15	2017 A 6	PLANEAMENTO REGIONAL E INTERMUNICIPAL	CEMC	2015/01/01	2021/12/31	2	C102 020214		28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00		28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00
1.1.1.	16	2017 A 7	PLANEAMENTO TERRITORIAL E ESTRATÉGICO	CEMC	2015/01/01	2021/12/30	2	C102 020214		28.782,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00		28.781,00	28.782,00	28.782,00	28.782,00
1.1.1.	17	2017 A 8	FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTERNA	CEMC	2017/01/01	2018/12/31	0	C102 020215		5.050,00	5.050,00	5.050,00	5.050,00		2.003,00			
1.1.1.	18	2017 A 9	FORMAÇÃO PROFISSIONAL MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL: AÇÕES DE FORMAÇÃO	CEMC	2015/10/01	2018/12/31	0	C102 020215		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00					
1.1.1.	19	2017 A 10	CANDIDATURA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - VEÍCULO AGV	CEMC	2017/01/01	2018/12/31	0	C102 020236		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		15.003,00	15.003,00		
1.1.1.	20	2017 A 11	PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: CCP-AML	CEMC	2016/01/01	2018/12/31	0	C102 020220		7.995,00	7.995,00	7.995,00	7.995,00		7.995,00			
1.1.1.	21	2017 A 12	SERVIÇOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO	CEMC	2015/01/01	2019/12/31	0	C102 020220		8.856,00	8.856,00	8.856,00	8.856,00		8.856,00	11.476,00		
1.2.		Segurança e ordem públicas																
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios																
1.2.1.	CE	2017	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - EQUIPAMENTO															
1.2.1.	C101	2017 A 15	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO- DESPESAS CORRENTES	CEMC	2016/05/31	2018/12/31	0	C102 020214			1.000,00				47.228,00	17.609,00		-1.000,00
1.2.1.	C103	2017 A 15	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO- DESPESAS CORRENTES					C102 020220		16.000,00	15.000,00							
1.2.1.	CE	2017	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA															
1.2.1.	C201	2017 A 16	CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FEDT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA- DESPESAS CORRENTES	CEMC	2016/05/31	2018/12/31	0	C102 020214		16.000,00	15.000,00	1.000,00						-1.000,00

ENTIDADE

Área Metropolitana de Lisboa

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Página : 2

TOTAL DE ALTERAÇÕES :
TOTAL DE REVISÕES : 3 ANO CONTABILISTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017				ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INICIO	FIM				DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
							A TRANSPORTAR...		791.568,00	437.093,00	192.100,00	437.093,00		433.067,00	62.906,00			248.993,00
1.2.1.	3301	2017 I 13 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO PDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRÁBIDA- INVESTIMENTO	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 070107		367.334,00	21.667,00	100,00	21.667,00		221.667,00				21.567,00
2.		Funções sociais																
2.4.		Habitação e serviços colectivos																
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2.	01	2017 I 14 SOFTWARE PARA SIG	CEML	2017/01/01	2017/12/31	0	0102 070108		31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00		16.000,00	16.000,00			
3.		Funções económicas																
3.3.		Transportes e comunicações																
3.3.0.		Transportes e comunicações																
3.3.0.	01	2017 I 15 SOFTWARE PARA MOBILIDADE E TRANSPORTES	CEML	2017/01/01	2018/12/31	0	0102 070108		100,00	5.000,00	100,00	5.000,00		16.000,00				4.900,00
3.5.		Outras funções económicas																
3.5.	01	2017 I 16 LOCAÇÃO FINANCEIRA - MATERIAL DE TRA	CEML	2016/09/30	2018/05/31	0	0102 070205		100,00	100,00	100,00	100,00						
							TOTAL ...		1.090.102,00	494.860,00	223.400,00	494.860,00		686.734,00	78.906,00			271.460,00

ENTIDADE

Área Metropolitana de Lisboa

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

TOTAL DE ALTERAÇÕES :
TOTAL DE REVISÕES : 3 ANO CONTABILISTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORGAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017					ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INICIO	FIM				DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais da administração pública																
1.1.1.		Administracao geral																
1.1.1.	01	2017 I 1 INSTALAÇÕES DA AML	CEML	2015/01/01	2018/01/01	0	0102 070103031		43.050,00	43.050,00	43.050,00	43.050,00						
1.1.1.	02	2017 I 2 EDIFICIO - CONSERVAÇÃO DE BENS	CEML	2016/01/01	2018/01/01	0	0102 070103031		4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00						
1.1.1.	03	2017 I 3 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2017/01/01	2018/12/31	0	0102 070109		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
1.1.1.	04	2017 I 4 EQUIPAMENTO DE INFORMATICA	CEML	2016/01/01	2018/01/30		0102 070107		17.800,00	17.800,00	17.800,00	17.800,00						
1.1.1.	05	2017 I 5 SOFTWARE INFORMATICO	CEML	2015/01/02	2019/12/31	0	0102 070108		48.900,00	48.900,00	48.900,00	48.900,00		48.900,00	48.900,00			
1.1.1.	06	2017 I 6 ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR	CEML	2017/01/01	2018/12/31	0	0102 070112		100,00	100,00	100,00	100,00						
1.1.1.	07	2017 I 7 AQUISIÇÃO DE VIATURA - AML	CEML	2016/01/01	2018/01/01		0102 07010602		100,00	100,00	100,00	100,00						
1.1.1.	08	2017 CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS																
1.1.1.	0801	2017 I 8 CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS- INVESTIMENTO	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 070107				1.600,00							-1.600,00
1.1.1.	0801	CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS- INVESTIMENTO					0102 070101032		67.000,00	133.111,00		133.111,00						133.111,00
1.1.1.	0803	2017 I 17 CANDIDATURA POR LISBOA: PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO MASCARENHAS	CEML	2017/04/20	2017/12/31	0	0102 07010303			6.600,00		6.600,00						6.600,00
1.1.1.	04	2017 I 9 INDEMNIZAÇÕES JUDICIAIS	CEML	2016/04/20	2016/12/31	0	0102 11030502		70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00						
1.2.		Segurança e ordem públicas																
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios																
1.2.1.	01	2017 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - EQUIPAMENTO																
1.2.1.	0101	2017 I 10 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - EQUIPAMENTO	CEML	2016/05/31	2018/12/31	0	0102 070107				1.600,00			120.814,00	14.300,00			-1.500,00
1.2.1.	0101	2017 I 10 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - EQUIPAMENTO					0102 070115		202.590,00	4.500,00		4.500,00						4.500,00
1.2.1.	0102	2017 I 11 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - EQUIPAMENTO BASICO	CEML	2016/05/31	2018/12/31		0102 07011602					50.000,00		93.000,00				50.000,00
1.2.1.	0102	2017 I 11 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - EQUIPAMENTO BASICO					0102 07011301		64.834,00	50.000,00	100,00							-100,00
1.2.1.	02	2017 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA																
1.2.1.	0201	2017 I 12 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS E MAFRA- INVESTIMENTO	CEML	2016/01/11		0	0102 070107		267.334,00	52.982,00	100,00	52.952,00		233.253,00				52.882,00
1.2.1.	02	2017 CANDIDATURAS POSEUR APROVADAS NO FDCT: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL ARRABIDA																

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Pagina: 3
Area Metropolitana de Lisboa		TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2017		Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS
0103	010204	AJUDAS DE CUSTO	3.000,00			3.000,00
0103	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
0103	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
0103	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	5.000,00			5.000,00
0103	020213	DESLOCACOES E ESTADAS	5.000,00			5.000,00
		TOTAL ...	2.457.423,00	970.166,00	138.628,00	3.288.961,00

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Pagina: 2
Area Metropolitana de Lisboa	TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2017 — Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS: INSCRIÇÕES / REFORÇOS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS: DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBS
0102	020202	LIMPEZA E HIGIENE	12.000,00			12.000,00	
0102	020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	21.000,00			21.000,00	
0102	020204	LOCAÇÃO DE EDIFICIOS	500,00			500,00	
0102	020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA	500,00			500,00	
0102	020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	15.500,00			15.500,00	
0102	020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	500,00			500,00	
0102	020209	COMUNICAÇÕES	28.000,00	5.700,00		33.700,00	
0102	020210	TRANSPORTES	10.000,00			10.000,00	
0102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	5.000,00			5.000,00	
0102	020212	SEGUROS	14.000,00			14.000,00	
0102	020213	DESLOCACOES E ESTADAS	10.000,00	5.000,00		15.000,00	
0102	020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	255.280,00	265.346,46		520.626,46	
0102	020215	FORMAÇÃO	30.000,00			30.000,00	
0102	020216	SEMINARIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	34.000,00	10.000,00	9.000,00	35.000,00	
0102	020217	PUBLICIDADE	9.000,00			9.000,00	
0102	020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	23.000,00			23.000,00	
0102	020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	36.000,00			36.000,00	
0102	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	145.000,00	156.000,00	100,00	300.900,00	
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS	11.000,00	93.680,00	23.174,00	81.506,00	
0102	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS					
0102	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA					
0102	030305	MATERIAL DE TRANSPORTE	100,00			100,00	
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
0102	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
0102	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00			100,00	
0102	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
0102	0602	DIVERSAS					
0102	060201	IMPOSTOS E TAXAS					
0102	06020100	IMPOSTOS E TAXAS	2.500,00			2.500,00	
0102	060203	OUTRAS					
0102	06020301	OUTRAS RESTITUIÇÕES					
0102	0602030101	Transferências no Âmbito de Projectos	500,00			500,00	
0102	06020302	IVA PAGO		15.000,00		15.000,00	
0102	06020304	SERVIÇOS BANCARIOS	1.000,00			1.000,00	
0102	06020305	OUTRAS	24.720,00	10.466,00	2.572,00	32.614,00	
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
0102	0701	INVESTIMENTOS					
0102	070103	EDIFICIOS					
0102	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	48.000,00	6.600,00		54.600,00	
0102	070106	MATERIAL DE TRANSPORTES					
0102	07010602	OUTROS	100,00			100,00	
0102	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA	20.000,00	73.449,00	1.000,00	92.449,00	
0102	070108	SOFTWARE INFORMATICO	80.000,00	4.900,00		84.900,00	
0102	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5.000,00			5.000,00	
0102	070110	EQUIPAMENTO BASICO					
0102	07011002	OUTRO		183.111,00		183.111,00	
0102	070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	100,00			100,00	
0102	070113	INVESTIMENTOS INCORPOREOS					
0102	07011301	Investimentos Incorporeos - Informação Geográfica	100,00		100,00		
0102	070115	OUTROS INVESTIMENTOS		10.682,00	6.182,00	4.500,00	
0102	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA					
0102	070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	100,00			100,00	
0102	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
0102	1102	DIVERSAS					
0102	110299	OUTRAS					
0102	11029902	INDEMINIZAÇOES JUDICIAIS	70.000,00			70.000,00	
0103		CONSELHO METROPOLITANO					
0103	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
0103	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Pagina: 1
Area Metropolitana de Lisboa	TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2017	Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS: INSCRIÇÕES / REFORÇOS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS: DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBS
01							
0102		AREA METROPOLITANA					
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
0102	010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	109.000,00			109.000,00	
0102	010103	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	1.000,00			1.000,00	
0102	010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL					
0102	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	210.000,00		20.000,00	190.000,00	
0102	01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	500,00	36.000,00		36.500,00	
0102	010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	87.000,00	20.000,00		107.000,00	
0102	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	440.000,00	22.200,00	38.000,00	424.200,00	
0102	010111	REPRESENTAÇÃO	49.000,00		2.500,00	46.500,00	
0102	010113	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	43.000,00			43.000,00	
0102	010114	SUBSIDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL	145.000,00		10.000,00	135.000,00	
0102	010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD	5.000,00			5.000,00	
0102	0102	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS					
0102	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	19.000,00	2.000,00		21.000,00	
0102	010203	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	5.000,00			5.000,00	
0102	010204	AJUDAS DE CUSTO	10.000,00			10.000,00	
0102	010205	ABONO PARA FALHAS	4.000,00			4.000,00	
0102	010206	FORMAÇÃO	100,00			100,00	
0102	010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	100,00			100,00	
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS					
0102	01021302	OUTROS	9.000,00			9.000,00	
0102	010214	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	1.000,00			1.000,00	
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
0102	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	5.000,00			5.000,00	
0102	010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	4.000,00			4.000,00	
0102	010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	3.000,00			3.000,00	
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
0102	01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS (ADSE)	5.000,00	20.000,00		25.000,00	
0102	01030502	SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL REGIME CONTRATO TRAB. EM FUNÇÕES PÚBLICAS					
0102	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	151.000,00		20.000,00	131.000,00	
0102	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	65.000,00	15.000,00		80.000,00	
0102	01030503	OUTROS	5.000,00	2.000,00		7.000,00	
0102	010309	SEGUROS					
0102	01030901	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	16.000,00	4.000,00		20.000,00	
0102	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL					
0102	01031001	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOPÇÃO	1.000,00			1.000,00	
0102	01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.000,00			1.000,00	
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0102	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
0102	020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES					
0102	02010201	GASOLINA	11.500,00		2.000,00	9.500,00	
0102	02010202	GASÓLEO	15.000,00		2.000,00	13.000,00	
0102	02010299	OUTROS	4.100,00		2.000,00	2.100,00	
0102	020104	LIMPEZA E HIGIENE	200,00			200,00	
0102	020105	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	7.500,00			7.500,00	
0102	020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	100,00			100,00	
0102	020108	MATERIAL DE ESCRITORIO	5.000,00			5.000,00	
0102	020115	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	42.500,00			42.500,00	
0102	020117	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	500,00			500,00	
0102	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	500,00			500,00	
0102	020119	ARTIGOS HONORIFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00	1.000,00		1.500,00	
0102	020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	500,00			500,00	
0102	020121	OUTROS BENS	5.150,00	2.031,54		7.181,54	
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
0102	020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	45.073,00	6.000,00		51.073,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA	Pagina: 3
Área Metropolitana de Lisboa	TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 3	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2017	Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
		PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
CODIGO	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00		990,00	10,00	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00		990,00	10,00	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00		990,00	10,00	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		470.830,00		470.830,00	
1601	SALDO ORÇAMENTAL		470.830,00		470.830,00	
160101	NA POSSE DO SERVIÇO		470.830,00		470.830,00	
	TOTAL ...	2.457.423,00	1.120.509,00	288.971,00	3.288.961,00	

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA	Pagina: 2
Area Metropolitana de Lisboa	TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 3	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2017 Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
		PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
0605010110	MOITA	22.910,00			22.910,00	
0605010111	MONTIJO	18.939,00			18.939,00	
0605010112	ODIVELAS	29.786,00			29.786,00	
0605010113	OEIRAS	32.277,00			32.277,00	
0605010114	PALMELA	23.458,00			23.458,00	
0605010115	SEIXAL	29.439,00			29.439,00	
0605010116	SESIMBRA	11.702,00			11.702,00	
0605010117	SETUBAL	26.616,00			26.616,00	
0605010118	SINTRA	57.402,00			57.402,00	
0605010119	VILA FRANCA DE XIRA	28.272,00			28.272,00	
0605010199	Comp. dos Munic. da Aml. em Proj. Comuns Especificos	1.100,00			1.100,00	
060501019901	Proj. Aquis. Equip. Operacionais de Prot. Civil	1.000,00			1.000,00	
060501019904	Cartografia de Risco	100,00			100,00	
0609	RESTO DO MUNDO	187.172,00		187.072,00	100,00	
060901	UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES	187.172,00		187.072,00	100,00	
06090103	PORLISBOA-QREN	187.072,00		187.072,00		
0609010304	Assistência Tecnica	187.072,00		187.072,00		
06090105	POVT/ POAT- QREN	100,00			100,00	
0609010503	Cofinanc. Prog. Quad. Comunitário - PT 2020 (POSEUR + PORL+...)	100,00			100,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.300,00	14.622,00		15.922,00	
0701	VENDA DE BENS	100,00			100,00	
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	100,00			100,00	
0702	SERVIÇOS	1.100,00	14.622,00		15.722,00	
070299	OUTROS	1.100,00	14.622,00		15.722,00	
07029901	Utilização da Central de Compras Electronicas	1.000,00	14.622,00		15.622,00	
07029909	OUTROS SERVIÇOS	100,00			100,00	
0703	RENDAS	100,00			100,00	
070302	EDIFICIOS	100,00			100,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200,00			200,00	
0801	OUTRAS	200,00			200,00	
080199	OUTRAS	200,00			200,00	
08019999	DIVERSAS	200,00			200,00	
0801999901	Participação de Municipios na Formação	100,00			100,00	
0801999909	Outras Receitas não Tipificadas em Artigo Proprio	100,00			100,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	101.109,00	149.188,00	100.909,00	149.388,00	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	101.009,00	149.188,00	100.909,00	149.288,00	
100301	ESTADO	101.009,00		100.909,00	100,00	
10030199	OUTRAS	101.009,00		100.909,00	100,00	
1003019901	Outras Transferências de Capital no âmbito do Regime Transitório de Financiamento	101.009,00		100.909,00	100,00	
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FEDER		149.188,00		149.188,00	
10030701			69.856,00		69.856,00	
1003070102	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO SEDE DA AML - FEDER POR LISBOA 2020		69.856,00		69.856,00	
10030702	FUNDO DE COESÃO		79.332,00		79.332,00	
1003070201	SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - FC-POSEUR		15.880,00		15.880,00	
1003070203	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA - FC-POSEUR		18.417,00		18.417,00	
1003070204	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL SINTRA, CASCAIS E MAFRA - FC-POSEUR		45.035,00		45.035,00	
1009	RESTO DO MUNDO	100,00			100,00	
100901	UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES	100,00			100,00	
10090101	R.Cap-UE-Instituições - Cofinanc. Prog. Quad. Comunitario - PT 2020 (POSEUR + PORL+...)	100,00			100,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00			100,00	
1301	OUTRAS	100,00			100,00	
130199	OUTRAS	100,00			100,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA	Pagina: 1
Area Metropolitana de Lisboa	TOTAL DE ALTERAÇÕES : TOTAL DE REVISÕES : 3	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2017	Periodo: 2017/01/02 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
		PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
CODIGO	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	1.100,00			1.100,00	
0201	SOBRE O CONSUMO	1.000,00			1.000,00	
020102	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	1.000,00			1.000,00	
0202	OUTROS	100,00			100,00	
020299	IMPOSTOS INDIRECTOS DIVERSOS	100,00			100,00	
02029901	Impostos Indirectos Diversos - Taxas Art. 52.º RJSPTP	100,00			100,00	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	200,00			200,00	
0401	TAXAS	100,00			100,00	
040123	TAXAS ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	100,00			100,00	
04012399	OUTROS	100,00			100,00	
0401239999	OUTROS	100,00			100,00	
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	100,00			100,00	
040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES	100,00			100,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	100,00			100,00	
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00			100,00	
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	100,00			100,00	
05020101	Juros de Depositos	100,00			100,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.352.314,00	485.869,00	187.072,00	2.651.111,00	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.571.993,00	485.869,00		2.057.862,00	
060301	ESTADO	1.571.993,00	116.231,00		1.688.224,00	
06030199	OUTRAS	1.571.993,00	116.231,00		1.688.224,00	
0603019904	Transferências para a AML	529.004,00	15.222,00		544.226,00	
0603019906	Transferências no âmbito do Regime Transitório do Financiamento	1.042.889,00	101.009,00		1.143.898,00	
0603019907	DGAL - Projetos Partilhados AML	100,00			100,00	
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		369.638,00		369.638,00	
06030601	FEDER		222.172,00		222.172,00	
0603060101	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AML - FEDER POR LISBOA 2020		187.072,00		187.072,00	
0603060102	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO EDIFÍCIO SEDE DA AML - FEDER POR LISBOA 2020		350,00		350,00	
0603060103	REDE ECOLÓGICA DE VALORIZAÇÃO DA NATUREZA, DA BIODIVERSIDADE, RECREIO E LAZER - FEDER POR LISBOA 2020		5.000,00		5.000,00	
0603060104	DOMUS In MED - INTERREG MED - DOMUS - FEDER Interreg		29.750,00		29.750,00	
06030602	FUNDO DE COESÃO		58.466,00		58.466,00	
0603060201	SISTEMA DE AVISO E ALERTA DE TSUNAMI PARA O ESTUÁRIO DO TEJO - FC-POSEUR		5.270,00		5.270,00	
0603060202	ELABORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO METROPOLITANO DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - FC-POSEUR		27.696,00		27.696,00	
0603060203	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA - FC-POSEUR		25.500,00		25.500,00	
06030603	FUNDO SOCIAL EUROPEU		89.000,00		89.000,00	
0603060301	PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO DE LISBOA - FSE POR LISBOA 2020		50.000,00		50.000,00	
0603060302	ORQUESTRA GERAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL - FSE POR LISBOA 2020		2.000,00		2.000,00	
0603060303	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA ORQUESTRA GERAÇÃO / SISTEMA PORTUGAL - FSE POR LISBOA 2020		8.500,00		8.500,00	
0603060304	PACTO TERRITORIAL PARA A EMPREGABILIDADE - FSE POR LISBOA 2020		28.500,00		28.500,00	
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	593.149,00			593.149,00	
060501	CONTINENTE	593.149,00			593.149,00	
06050101	MUNICIPIOS	593.149,00			593.149,00	
0605010101	ALCOCHETE	8.944,00			8.944,00	
0605010102	ALMADA	33.135,00			33.135,00	
0605010103	AMADORA	38.782,00			38.782,00	
0605010105	BARREIRO	24.212,00			24.212,00	
0605010106	CASCAIS	33.664,00			33.664,00	
0605010107	LISBOA	112.105,00			112.105,00	
0605010108	LOURES	39.691,00			39.691,00	
0605010109	MAFRA	20.715,00			20.715,00	

[PAGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – VISITORS AND CONVENTION BUREAU

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2017

ANEXO VIII

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

- Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017 4
- Demonstração dos Resultados Individuais por Natureza em 31 de dezembro de 2017 5
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2017 6
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 7
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 8
- Anexo

1. Identificação da entidade 9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 9
3. Principais políticas contabilísticas 10
4. Ativos fixos tangíveis 15
5. Ativos intangíveis 15
6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial 16
7. Outros investimentos financeiros 16
8. Créditos a receber 17
9. Estado e outros entes públicos 17
10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros 18
11. Outros créditos a receber 19
12. Diferimentos 19
13. Caixa e depósitos bancários 19
14. Reservas 20
15. Ajustamentos em ativos financeiros 20
16. Outras variações nos fundos patrimoniais 20
17. Provisões 21
18. Financiamentos obtidos 21
19. Outras dívidas a pagar 22
20. Fornecedores 22
21. Rédito 22
22. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros 24
23. Fornecimentos e serviços externos 24
24. Gastos com o pessoal 24
25. Outros gastos 25
26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização 25
27. Resultados financeiros 25
28. Imposto sobre o rendimento 26
29. Partes relacionadas 26
30. Divulgações exigidas por diplomas legais 27
31. Outras divulgações 27
32. Outras informações 27

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

NIF 501880160

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.17	31.dez.16
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	37,714,250.31	27,542,640.66
Ativos intangíveis	5	4,415,293.16	3,673,479.31
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	6	1,413,170.38	740,035.66
Outros investimentos financeiros	7	1,027.15	544.87
Total dos Ativos Não Correntes		43,543,741.00	31,956,700.50
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	603,992.65	1,021,216.38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	150,872.63	183,497.39
Outras créditos a receber	11	1,952,522.54	1,852,548.97
Diferimentos	12	181,705.03	115,839.61
Caixa e depósitos bancários	13	4,581,590.44	2,853,975.52
Total dos Ativos Correntes		7,470,683.29	6,027,077.87
Total do ativo		51,014,424.29	37,983,778.37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	14	11,854,692.93	9,097,388.19
Resultados transitados		1,908,534.31	1,746,136.23
Ajustamentos em ativos financeiros	15	391,137.58	228,739.49
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	17,030,678.25	10,396,693.86
Resultado líquido do período		3,305,178.28	3,082,100.91
Total dos fundos patrimoniais		34,490,221.35	24,551,058.68
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	1,174,780.39	1,174,780.39
Financiamentos obtidos	18	7,761,353.45	6,385,084.22
Outras dívidas a pagar	19	1,585,259.96	1,646,465.00
Total dos Passivos Não Correntes		10,521,393.80	9,206,329.61
Passivo corrente			
Fornecedores	20	1,820,286.47	1,353,921.42
Estado e outros entes públicos	9	987,504.94	700,976.13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	26,726.73	40,491.86
Financiamentos obtidos	18	1,551,021.39	1,230,964.64
Outras dívidas a pagar	19	1,376,740.89	823,810.24
Diferimentos	12	240,528.72	76,225.79
Total dos Passivos Correntes		6,002,809.14	4,226,390.08
Total do Passivo		16,524,202.94	13,432,719.69
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		51,014,424.29	37,983,778.37

A Direção

O Contabilista Certificado nº. 61432

ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

NIF 501880160

DEMOSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.dez.17	31.dez.16
Vendas e serviços prestados	21	6,192,457.24	5,079,518.13
Subsídios, doações e legados à exploração	21	9,873,087.47	10,110,020.59
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend conjunto	22	835,532.80	324,796.17
Fornecimentos e serviços externos	23	(17,575,000.59)	(15,256,829.05)
Gastos com o pessoal	24	(1,312,534.70)	(1,250,577.31)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8,10	(32,393.70)	(37,836.33)
Outros rendimentos	21	7,651,826.08	6,384,247.67
Outros gastos	25	(451,188.51)	(324,428.92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5,181,786.09	5,028,910.95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(1,342,118.79)	(1,481,158.18)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3,839,667.30	3,547,752.77
Juros e rendimentos similares obtidos	27	3,000.00	548.61
Juros e gastos similares suportados	27	(155,093.48)	(231,458.55)
Resultado antes de impostos		3,687,573.82	3,316,842.83
Imposto sobre o rendimento do período	28	(382,395.54)	(234,741.92)
Resultado líquido do período		3,305,178.28	3,082,100.91

A Direção

O Contabilista Certificado nº. 61432

ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA - VISITORS AND CONVENTION BUREAU

NIF 501880160

DEMOSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.17	31.dez.16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		12,414,875.76	9,605,422.73
Pagamentos a fornecedores		(12,023,546.46)	(11,294,334.97)
Pagamentos ao pessoal		(701,286.27)	(652,335.72)
Caixa gerada pelas operações		(309,956.97)	(2,341,247.96)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(230,972.76)	(164,614.38)
Outros recebimentos/pagamentos		6,042,672.14	5,315,827.15
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		**5,501,742.41**	**2,809,964.81**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11,223,684.62)	(4,975,400.41)
Ativos intangíveis		(62,438.16)	(60,000.00)
Investimentos financeiros		(564.71)	(241.97)
		(11,286,687.49)	(5,035,642.38)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		84.14	-
Subsídios ao investimento		5,831,851.86	4,253,564.59
Juros e rendimentos similares		3,000.00	548.61
Dividendos		162,398.08	-
		5,997,334.08	4,254,113.20
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		**(5,289,353.41)**	**(781,529.18)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5,523,677.95	5,600,254.02
		5,523,677.95	5,600,254.02
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3,827,351.97)	(5,504,545.38)
Juros e gastos similares		(180,060.30)	(218,158.38)
		(4,007,412.27)	(5,722,703.76)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		**1,516,265.68**	**(122,449.74)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**1,728,654.68**	**1,905,985.89**
Efeito das diferenças de câmbio		**(1,039.76)**	**(140.11)**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**2,853,975.52**	**948,129.74**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	**4,581,590.44**	**2,853,975.52**

A Direção

O Contabilista Certificado nº. 61432

Associação Turismo de Lisboa

DEMOSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

(Valores expressos em euros)

			Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							
			Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO 2017	6	Notas	-	-	9,097,388.19	1,746,136.23	228,739.49	10,396,693.86	3,082,100.91	24,551,058.68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-		-				-	-
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização					-				-	-
Excedente de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos					-				-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		14,15,16			2,757,304.74	162,398.08	162,398.09	(290,453.85)	(3,082,100.91)	(290,453.85)
	7		-		2,757,304.74	162,398.08	162,398.09	(290,453.85)	(3,082,100.91)	(290,453.85)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								3,305,178.28	3,305,178.28
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8								223,077.37	3,014,724.43
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos			-	-						
Subsídios, doações e legados					-	-	-	6,924,438.24	-	6,924,438.24
Distribuições				-	-				-	
Outras operações				-	-		-		-	-
	10		-					6,924,438.24	-	6,924,438.24
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10		-	-	11,854,692.93	1,908,534.31	391,137.58	17,030,678.25	3,305,178.28	34,490,221.35

A Direção

O Contabilista Certificado nº. 61432

DEMOSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

(Valores expressos em euros)

			Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							
			Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERÍODO 2016	1	Notas	-	-	7,658,259.62	1,746,136.23	(91,372.82)	6,660,492.08	1,759,240.88	17,632,755.99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		14,15,16	-	-	1,439,128.57	-	320,112.31	(417,362.81)	(1,759,240.88)	(417,362.81)
	2		-	-	1,439,128.57	-	320,112.31	(417,362.81)	(1,759,240.88)	(417,362.81)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								3,082,100.91	3,082,100.91
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3								1,322,860.03	2,664,738.10
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos			-		-		-		-	-
Subsídios, doações e legados			-			-		4,253,564.59		4,253,564.59
Distribuições			-		-	-	-		-	-
Outras operações	5		-	-	-	-	-	4,253,564.59	-	4,253,564.59
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5		-	-	9,097,388.19	1,746,136.23	228,739.49	10,396,693.86	3,082,100.91	24,551,058.68

A Direção

O Contabilista Certificado nº. 61432

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

1. Identificação da entidade

1.1. Denominação da entidade

Associação Turismo de Lisboa – Visitors And Convention Bureau **(TL)**, pessoa coletiva nº. 501880160.

1.2 Sede

Rua do Arsenal, nº. 23, Lisboa.

1.3 Natureza da atividade

A Associação Turismo de Lisboa é uma associação de direito civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e de interesse público. Os fins do TL, conforme definido no art.º 3º dos estatutos estabelecem:

"1. São objetivos do Turismo de Lisboa:

a) O desenvolvimento turístico sustentado da sua área de intervenção, adiante designada região;

b) A promoção da região, e da sua oferta, como destino turístico;

c) A promoção da região como local de realização de congressos, feiras e outras organizações afins e como destino de viagens de incentivos;

d) A informação e apoio aos turistas;

e) A monitorização da oferta e da atividade turística na região e do desempenho do setor, bem como a avaliação do impacto dos planos, programas e ações realizados;

f) A elaboração, análise e ou divulgação de estudos de interesse para o setor e para a atividade turística na região.

2. Acessoriamente, o Turismo de Lisboa poderá participar, criar ou gerir projetos ou equipamentos de interesse turístico, por si, por concessão a terceiros ou em associação com outras entidades e exercer atividades económicas.

3. O Turismo de Lisboa poderá criar ou participar em sociedades comerciais e noutras pessoas coletivas, desde que o seu objeto social compreenda atividades dirigidas à prossecução dos mesmos fins que o Turismo de Lisboa."

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demostrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho de 2015, o qual integra o Sistema de

Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.158/2009 de 13 de julho. O SNC-ESNL é ainda regulado pelos seguintes diplomas:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demostrações financeiras);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (NCRF-ESNL).

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo TL na elaboração das Demostrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demostrações financeiras

As Demostrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e são apresentas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e em expetativas futuras, o TL continuará a operar no futuro previsível assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços, ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão do erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demostrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

c) Razão para a reclassificação.

3.2. Outras políticas contabilísticas

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os bens que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, § 31, isto é, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, utilizando o método de quotas constantes, com base nas seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

	Anos de vida útil
Edificios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	3 - 50
Equipamento transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 10

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada nas datas do relato.

Para os ativos do TL mensurados de acordo com o modelo do custo não foram, até ao momento, detetados indícios que determinassem a realização de testes de imparidade.

Os bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O valor total dos ativos fixos tangíveis em Edifícios e outras construções engloba 21,690,684.47 euros relativos a grandes melhorias em património alheio sob gestão do TL, dos quais 18,647,475.51 euros são relativos a bens em posse de terceiros, que se encontram devidamente seguros quanto à sua perda por eventuais sinistros ou outras ocorrências.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos no período em que ocorrem.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os bens que integram o ativo fixo intangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 6, § 74, isto é, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os montantes associados a direitos relacionados com a utilização de espaços públicos (painéis publicitários, Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico) são mensurados ao custo e amortizados de acordo com o período das respetivas licenças emitidas pelo Município de Lisboa e da cedência dos direitos de superfície do Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico, também pelo Município de Lisboa.

3.2.3. Participações Financeiras - subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros".

3.2.4. Créditos a receber e outros créditos a receber

As rubricas de créditos a receber (clientes) e outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal das atividades do TL e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade de saldos de clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos rendimentos e gastos em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas pelo saldo de rendimentos e gastos, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.2.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos" e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa também como Financiamentos obtidos.

3.2.6. Provisões

São reconhecidas provisões quando exista uma obrigação, resultante de compromissos já assumidos, e seja provável que para a sua liquidação ocorra uma saída de recursos, assim como o montante dessa obrigação possa ser estimado com alguma razoabilidade.

As provisões reconhecidas consistem no valor presente da melhor estimativa, à data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação e esta estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação (Nota 17).

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

3.2.7. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.2.8. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.2.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal do TL. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.10. Gastos de Financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos no periodo em que são incorridos, numa base de acréscimo.

3.2.11. Subsídios Públicos

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o TL por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica "Fundos Patrimoniais – Outras variações nos fundos patrimoniais – Subsídios ao investimento" e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das respetivas depreciações.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos rendimentos e gastos no mesmo período em que os gastos associados são ocorridos e registados

3.2.12. Gastos com o pessoal

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde).

Caso o valor gasto seja superior ao valor das quantias já pagas, a diferença é registada como um passivo (por exemplo, valores associados a direitos a férias e subsídios de férias e outros equiparáveis).

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

3.3.1. Gestão de risco financeiro

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o TL mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:
(i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
(ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As perdas por imparidade relativas a créditos de associados em conta corrente são baseadas na avaliação efetuada pelo TL da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluído alterações da conjuntura económica, limitação à concorrência, deterioração da situação creditícia dos clientes e associados e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas de julgamento. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	Edifícios Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Act Tangíveis em Curso	Total
Valor Bruto							
Saldo em 1 de janeiro de 2017	28,508,415.68	4,857,988.97	279,217.95	1,989,067.75	516,382.45	4,915,884.57	**41,066,957.37**
Aumentos				4,419.81	4,421.26	11,394,941.57	**11,403,782.64**
Transferências	1,251,712.16				1,557.44	(1,303,266.83)	**(49,997.23)**
Abates				(69,504.55)	(285.84)		**(69,790.39)**
Alienações							-
Variações de justo valor							-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29,760,127.84	4,857,988.97	279,217.95	1,923,983.01	522,075.31	15,007,559.31	52,350,952.39
Depreciações							
Saldo em 1 de janeiro de 2017	7,278,092.37	3,662,978.81	234,163.16	1,870,423.78	478,658.59		**13,524,316.71**
Aumentos	791,351.00	315,700.72	19,961.10	46,912.53	8,250.41		**1,182,175.76**
Transferências							-
Abates				(69,504.55)	(285.84)		**(69,790.39)**
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8,069,443.37	3,978,679.53	254,124.26	1,847,831.76	486,623.16	-	14,636,702.08
Valor liquido	21,690,684.47	879,309.44	25,093.69	76,151.25	35,452.15	15,007,559.31	37,714,250.31

	Edifícios Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Ativ Tangíveis em Curso	Total
Valor Bruto							
Saldo em 1 de janeiro de 2016	27,088,820.63	4,228,184.61	296,142.97	1,951,355.89	506,069.27	2,658,011.49	**36,728,585.06**
Aumentos				37,711.86		4,606,308.97	**4,644,020.83**
Transferências	1,427,096.97	629,804.36		-	10,313.18	(2,348,435.89)	**(281,221.38)**
Abates	(7,502.12)					-	**(7,502.12)**
Alienações	-		(16,925.02)	-	-		**(16,925.02)**
Variações de justo valor		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	28,508,415.68	4,857,988.97	279,217.95	1,989,067.75	516,382.45	4,915,884.57	41,066,957.37
Depreciações							
Saldo em 1 de janeiro de 2016	6,540,406.31	3,177,216.68	227,217.94	1,798,926.78	469,048.19		**12,212,815.90**
Aumentos	745,188.18	485,762.13	23,870.24	71,497.00	9,610.40	-	**1,335,927.95**
Transferências							-
Abates			-	-		-	-
Alienações	(7,502.12)		(16,925.02)		-	-	(24,427.14)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7,278,092.37	3,662,978.81	234,163.16	1,870,423.78	478,658.59	-	13,524,316.71
Valor liquido	21,230,323.31	1,195,010.16	45,054.79	118,643.97	37,723.86	4,915,884.57	27,542,640.66

5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem em direitos de utilização de espaço público (licenças emitidas pelo Município de Lisboa) referentes aos painéis publicitários (Canal Lisboa), aos direitos de superfície do Pavilhão Carlos Lopes e Museu Judaico.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	Programas de Computador	Prop Indust e Outros Direitos	Outros Ativos Intangíveis	Ativ Intangíveis em Curso	Total
Valor Bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2017	10.612,96	718.268,99	3.563.908,00	-	**4.292.789,95**
Aumentos	-	-	901.756,88		**901.756,88**
Transferências		-	-	-	-
Abates	-	-		-	-
Alienações		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 201	10.612,96	718.268,99	4.465.664,88	-	5.194.546,83
Amortizações					
Saldo em 1 de janeiro de 2017	9.702,04	502.788,18	106.820,42	-	**619.310,64**
Amortizações do período	910,92	71.826,90	87.205,21	-	**159.943,03**
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Abates					-
Outros	-	-			-
Saldo em 31 de dezembro de 201	10.612,96	574.615,08	194.025,63	-	779.253,67
Valor liquido	-	143.653,91	4.271.639,25	-	4.415.293,16

	Programas de Computador	Prop Indust e Outros Direitos	Outros Ativos Intangíveis	Ativ Intangíveis em Curso	Total
Valor Bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2016	10.612,95	718.268,99	3.563.908,00	-	**4.292.789,95**
Aumentos	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 201	10.612,96	718.268,99	3.563.908,00	-	4.292.789,95
Amortizações					
Saldo em 1 de janeiro de 2016	6.971,71	430.961,28	36.147,42	-	**474.080,41**
Amortizações do período	2.730,33	71.826,90	70.673,00	-	**145.230,23**
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 201	9.702,04	502.788,18	106.820,42	-	619.310,64
Valor líquido	910,92	215.480,81	3.457.087,58	-	3.673.479,31

6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

A participação financeira na subsidiária Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal Lda. encontra-se mensurada ao método de equivalência patrimonial. O detalhe do investimento financeiro do TL nas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, era o seguinte:

			31.dez.17			
Denominação	**Sede**	**%detida**	Capital Social	Prestações Suplementares	Resultado Liquido	Capital Proprio
Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal Lda	Lisboa	100%	186,500.00	-	835,532.80	1,413,170.38

			31.dez.16			
Denominação	**Sede**	**%detida**	Capital Social	Prestações Suplementares	Resultado Liquido	Capital Proprio
Lismarketing - Informação, Equipamentos e Produtos do Turismo de Lisboa, Unipessoal Lda	Lisboa	100%	186,500.00	-	324,796.17	740,035.66

7. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17	31.dez.16
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	1,027.15	544.87
	1,027.15	544.87
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	1,027.15	544.87

Os movimentos ocorridos com Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no exercício findo de 31 de dezembro de 2017, foram os seguintes:

FCT	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	544.87
Aumentos	565.87
Diminuições	(83.59)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1,027.15

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, destinando ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos de trabalho iniciados a partir de 1 de outubro de 2013, de acordo com a Lei nº 70/2013 de 30 de agosto.

8. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17		31.dez.16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente	-	603,992.65	-	1,021,216.38
Clientes de cobrança duvidosa	-	364,060.25	-	364,060.25
	-	**968,052.90**	-	**1,385,276.63**
Perdas por imparidade acumuladas	-	(364,060.25)	-	(364,060.25)
	-	**603,992.65**	-	**1,021,216.38**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes" foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31.dez.17	31.dez.16
Saldo a 1 de Janeiro	364,060.25	350,948.22
Aumento	-	13,112.03
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	364,060.25	**364,060.25**

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Estado e outros entes públicos", no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.dez.17	31.dez.16
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	378,742.62	230,972.76
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	517,530.72	430,744.92
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	69,392.33	17,985.85
Segurança Social	21,795.82	21,230.40
Outros impostos e taxas	43.45	42.20
	987,504.94	**700,976.13**

10. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Fundadores/patrocinadores/associados/membros" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17		31.dez.16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Ativo				
Associados	-	150,872.63	-	183,497.39
Associados - outros	-	-	-	-
Associados - cobrança duvidosa	-	270,126.80	-	237,733.10
	-	**420,999.43**	-	**421,230.49**
Perdas por imparidade		(270,126.80)		(237,733.10)
	-	**150,872.63**	-	**183,497.39**
Passivo				
Associados	-	26,726.73	-	40,491.86
	-	**26,726.73**	-	**40,491.86**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de beneficiários" foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31.dez.17	31.dez.16
Saldo a 1 de Janeiro	237,733.10	213,008.80
Aumento	36,761.86	27,008.90
Reversão	(4,368.16)	(2,284.60)
Regularizações	-	-
	270,126.80	**237,733.10**

11. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17		31.dez.16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal adiantamentos	-	-	-	-
Outras operações pessoal	-	572.51	-	714.40
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	882,129.95	-	635,063.02
Subsídios a receber	-	1,047,661.39	-	1,187,428.79
Outros devedores	-	22,158.69	-	29,342.76
	-	1,952,522.54	-	1,852,548.97
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	1,952,522.54	-	1,852,548.97

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31.dez.17	31.dez.16
Ativo		
Gastos a reconhecer	181,705.03	115,839.61
	181,705.03	115,839.61
Passivo		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	240,528.72	76,225.79
	240,528.72	76,225.79

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.dez.17	31.dez.16
Caixa	2,881.91	2,028.42
Depósitos à ordem	4,578,708.53	2,851,947.10
Depósitos a prazo	-	-
	4,581,590.44	2,853,975.52

14. Reservas

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 27 de abril de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e decidido que o resultado líquido de 3,082,100.91 euros referente a esse exercício fosse transferido do seguinte modo: 324,796.17 para a conta de Lucros não atribuídos, 137,865.24 euros para Reservas estatutárias, e 2,619,439.50 euros para Outras reservas.

15. Ajustamentos em ativos financeiros

Os movimentos ocorridos na rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" durante os exercícios de 2017 e 2016 são como se segue:

	31.dez.17	31.dez.16
Saldo inicial em 1 de janeiro	228,739.49	(91,372.82)
Aumentos	324,796.17	320,112.31
Diminuições	(162,398.08)	-
Saldo final em 31 de dezembro	391,137.58	228,739.49

Os aumentos de 2017 e 2016 decorrem, essencialmente, da aplicação dos resultados do ano anterior da subsidiária. A diminuição em 2017 resulta da distribuição de lucros 50% do resultado líquido do exercício de 2016 da subsidiária.

16. Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica refere-se a subsídios ao investimento e a doações, provenientes do Estado e Outros Entes Públicos e de Entidades Privadas, cujo rendimento é reconhecido anualmente na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Doações" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17	31.dez.16
Direito Superficie Museu Judaico	883,500.00	-
	883,500.00	-

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Subsídios" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17	31.dez.16
Obras CRIA	1,641,643.49	1,690,647.77
Obras Lisboa Welcome Center	909,666.08	930,821.11
Obras Postos de Turismo	353,293.80	361,509.93
Lisboa Story Centre	828,362.75	847,263.39
Lendas e Mitos de Sintra	1,053,461.80	1,204,698.29
Quiosques de Informação Turística	67,887.95	76,780.86
Pavilhão Carlos Lopes	2,216,211.81	2,021,041.12
Posto Turismo Ask Me Arrabida	235,419.78	348,421.29
Centralidade Arrabida	24,770.65	105,000.00
Centralidade Arco do Tejo	62,860.02	77,207.69
P07 Ponte 25 de Abril	4,215,883.99	273,281.50
Palacio da Ajuda/Joias da Coroa	778,176.85	116,171.90
Museu Judaico	1,120,000.00	240,000.00
Estação Sul Sueste	351,323.01	127,758.81
Quiosques (Torre Belém e Jerónimos)	264,558.00	-
Polo Descobrir	249,456.05	283,575.10
FDTL (outros)	1,766,332.22	1,692,515.10
Viaduto	7,870.00	-
	16,147,178.25	10,396,693.86

17. Provisões

Na sequência de uma ação de inspeção, por parte da Administração Tributária, realizada em dezembro de 2004, o TL recebeu diversas liquidações adicionais de IVA e juros compensatórios, relativos aos exercícios de 2000, 2001 e 2002, no montante de 1,174,780.39 euros.

Em 5 de fevereiro de 2005, o TL apresentou reclamação graciosa contra as referidas liquidações.

Em 2005, foi constituída uma provisão, no passivo não corrente, de 350,000.00 euros, para fazer face ao eventual pagamento de parte das correções efetuadas pela Autoridade Tributária.

No exercício de 2009, o TL decidiu reforçar o valor da provisão para 500,000.00 euros.

No exercício de 2015 e, com base na prudência, o TL reforçou o valor da provisão em 674,780,39 euros, totalizando a provisão no passivo corrente o valor total da ação da inspeção da Autoridade Tributária, apesar da Direção estar convicta de que a decisão final será favorável à Entidade.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017, não existia qualquer incumprimento junto das instituições bancárias.

À data do relato financeiro, a decomposição do saldo desta rubrica apresentava-se como segue:

	31.dez.17		31.dez.16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	6,769,234.65	1,249,778.58	5,144,935.72	982,934.94
Contas caucionadas	-	53,213.11	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Outros empréstimos	992,118.80	248,029.70	1,240,148.50	248,029.70
	7,761,353.45	1,551,021.39	6,385,084.22	1,230,964.64

19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17		31.dez.16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras operações pessoal	-	718.84	-	888.51
Credores por acréscimos de gastos	-	848,081.59	-	700,489.61
Fornecedores de investimentos	1,585,259.96	503,748.23	1,646,465.00	94,192.80
Outras contas a pagar	-	24,192.23	-	28,239.32
	1,585,259.96	1,376,740.89	1,646,465.00	823,810.24

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31.dez.17	31.dez.16
Fornecedores conta corrente	1,820,286.47	1,353,921.42
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	1,820,286.47	1,353,921.42

21. Rédito

O rédito obtido nos períodos de 2017 e de 2016, decompõe-se como segue:

	31.dez.17	31.dez.16
Vendas e serviços prestados		
Vendas	-	-
Quotizações	1,235,977.00	1,146,554.00
Serviços secundários	985,687.60	960,793.82
Lisboa card	3,907,762.48	2,910,390.15
Publicidade	63,030.16	61,780.16
Outros	-	-
	6,192,457.24	5,079,518.13

Adicionalmente, foram obtidos os seguintes rendimentos:

	31.dez.17	31.dez.16
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento	1,616,151.41	856,521.92
Concessão de exploração	5,160,575.09	4,682,604.87
Outros	207,455.15	279,115.35
Descontos de pronto pagamento obtidos	34.17	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	1,000.00
Outros rendimentos e ganhos		
Imputação de subsídios ao investimento	389,130.17	355,922.71
Diferenças de câmbio favoráveis	2,149.50	3,974.20
Outros	276,330.59	205,108.62
	7,651,826.08	6,384,247.67

O montante da rubrica "Concessão de exploração" refere-se ao valor dos contratos de concessão de espaços, nomeadamente no Lisboa Welcome Centre, Parque de Campismo de Lisboa, Piso Térreo da Ala Nascente do Terreiro do Paço, Lisboa Story Centre, Torreão e Ala Oeste do Terreiro do Paço, Arco da Rua Augusta, Mitos e Lendas de Sintra, Ponte 25 de Abril – Experiência Pilar7 e Áreas da Zona Ribeirinha desafetadas de utilização portuária.

O montante da rubrica "Aluguer de equipamento" refere-se a alugueres temporários de espaço, nomeadamente no Páteo da Galé, na Sala do Risco e no Pavilhão Carlos Lopes.

O montante da rubrica "Imputação de subsídios ao investimento" refere-se ao reconhecimento como rendimento do exercício da parte do subsídio atribuído ao investimento e da doação. O referido montante teve como contrapartida a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais".

Além dos rendimentos já referidos, foram também obtidos rendimentos referentes a subsídios à exploração concedidos pelo Estado e Outros Entes Públicos conforme segue:

Entidade	31.dez.17	31.dez.16
Turismo de Portugal	4,132,807.00	4,499,226.00
Câmara Municipal de Lisboa	3,778,872.35	3,739,598.48
ERT-RL	1,652,690.75	1,795,455.57
Outras Entidades	308,717.37	75,740.54
	9,873,087.47	10,110,020.59

22. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Os ganhos/perdas imputados de subsidiárias nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31.dez.17			31.dez.16		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Lismarketing, Unipessoal, Lda.	835,532.80	-	835,532.80	324,796.17	-	324,796.17
	835,532.80	-	835,532.80	324,796.17	-	324,796.17

23. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31.dez.17	31.dez.16
Subcontratos	**4,539,022.07**	**3,450,785.89**
Serviços especializados	**9,332,300.57**	**9,028,487.23**
Trabalhos especializados	2,292,458.53	2,867,062.85
Publicidade	6,379,865.90	5,657,687.54
Vigilância e segurança	12,100.75	8,936.23
Honorários	76,613.34	122,838.25
Comissões	356,627.94	165,486.34
Conservação e reparação	79,452.82	39,346.99
Serviços bancários	95,653.07	134,875.86
Outros	39,528.22	32,253.17
Materiais	**31,487.68**	**28,208.30**
Energia e fluídos	**365,657.34**	**301,167.41**
Deslocações e estadas	**72,995.68**	**59,082.59**
Serviços diversos	**3,233,537.25**	**2,389,097.63**
Rendas e alugueres	3,122,236.29	2,277,210.64
Comunicação	33,598.17	50,026.48
Seguros	30,149.02	19,719.12
Contencioso e notariado	12,374.09	15,775.61
Despesas de representação	2,027.95	3,587.02
Limpeza, higiene e conforto	29,549.96	17,702.67
Outros	3,601.77	5,076.09
	17,575,000.59	**15,256,829.05**

24. Gastos com o pessoal

O número médio de pessoas ao serviço do TL, nos exercícios de 2017 foi de 32, e em 2016 foi de 31.

A repartição dos gastos com o pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31.dez.17	31.dez.16
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1,083,034.77	1,033,192.51
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	204,201.37	196,398.19
Seguros de acidentes de trabalho	11,048.37	9,316.31
Gastos de ação social	13,643.19	11,593.80
Outros gastos com pessoal	607.00	76.50
	1,312,534.70	**1,250,577.31**

25. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31.dez.17	31.dez.16
Impostos	68,727.07	71,153.82
Dívidas incobráveis	4,515.98	181,616.33
Gastos e perdas nos restantes invest. financeiros	-	-
Gastos e perdas em invest. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	377,945.46	71,658.77
	451,188.51	**324,428.92**

26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31.dez.17			31.dez.16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	1,182,175.76	-	1,182,175.76	1,335,927.95	-	1,335,927.95
Ativos intangíveis	159,943.03		159,943.03	145,230.23	-	145,230.23
	1,342,118.79	**-**	**1,342,118.79**	**1,481,158.18**	**-**	**1,481,158.18**

27. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31.dez.17	31.dez.16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3,000.00	548.61
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	3,000.00	**548.61**
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(155,093.48)	(231,458.55)
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	(155,093.48)	**(231,458.55)**
Resultados financeiros	**(152,093.48)**	**(230,909.94)**

28. Imposto sobre o rendimento

O apuramento do imposto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi como segue:

	31.dez.17			
	Comercial	Capitais	Prediais	Total
Rendimento global	2,395,545.75	3,062.00	14,542.86	2,413,150.61
Custos comuns				(592,219.45)
Benefícios fiscais				-
Matéria coletável				**1,820,931.16**
Imposto 21,0%				**382,395.54**

	31.dez.16			
	Comercial	Capitais	Prediais	Total
Rendimento global	1,644,607.54	556.69	14,525.04	1,659,689.27
Custos comuns				(541,870.61)
Benefícios fiscais				-
Matéria coletável				**1,117,818.66**
Imposto 21,5%				**234,741.92**

29. Partes relacionadas

As transações e saldos entre o TL e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são apresentados no quadro que se segue:

	31.dez.17	31.dez.16
	Lismarketing Unipessoal, Lda	Lismarketing Unipessoal, Lda
Transacções		
Vendas	-	-
Prestações de serviços	3,920,588.48	2,921,966.15
Activos tangiveis	-	-
Serviços Adquiridos	(1,387,499.82)	(972,765.71)
Remunerações	-	-
Outros rendimentos	3,169,860.72	2,309,711.38
Outros gastos	-	-
Saldos		
Clientes	314,507.53	755,352.41
Outras contas a receber	-	18.00
Outros rendimentos a reconhecer	(197,675.67)	-
Outros devedores por acréscimo de rendimento	659,649.02	401,485.56
Outros credores por acréscimo de gastos	(61,956.82)	-

30. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legalmente estipuladas. Não existem acordos de regularização de dividas.

31. Outras divulgações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os honorários por serviços prestados pelos nossos auditores foram os seguintes:

	31.dez.17	31.dez.16
Serviços de revisão legal de contas	16,605.00	16,605.00
Serviços de auditoria	5,784.14	2,345.00

32. Outras informações

Em 11 de agosto de 2016 foi assinado com o Turismo de Portugal um contrato de concessão de apoio financeiro (subsidio não reembolsável) no valor máximo 4,530,329.38 euros para a execução da recuperação e remodelação do Pavilhão Carlos Lopes. Até ao momento já foi recebido 1,789,693.68 euros, e reconhecido nos fundos patrimoniais. Entretanto, estão por receber 2,532,475.48 euros de apoio financeiro, referente aos 3º e 4º (final) pedidos de pagamento.

É norma da Entidade só reconhecer os subsídios os investimentos aquando do seu recebimento. Assim, a expetativa de receber o subsídio ao investimento é durante o ano de 2018, pelo que só nessa altura será efetuado o seu reconhecimento nos fundos patrimoniais.

Lisboa, 30 de março de 2018

A Direção

O Contabilista Certificado nº. 61432













18 anos

Município®

Relatório e Contas 2017

ISO 9001 SGS certificação acreditada IRQC

Anexo IX

ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	**2**
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	**3**
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Investimentos	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-Financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	**59**
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	**67**
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	**82**

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos	Presidente

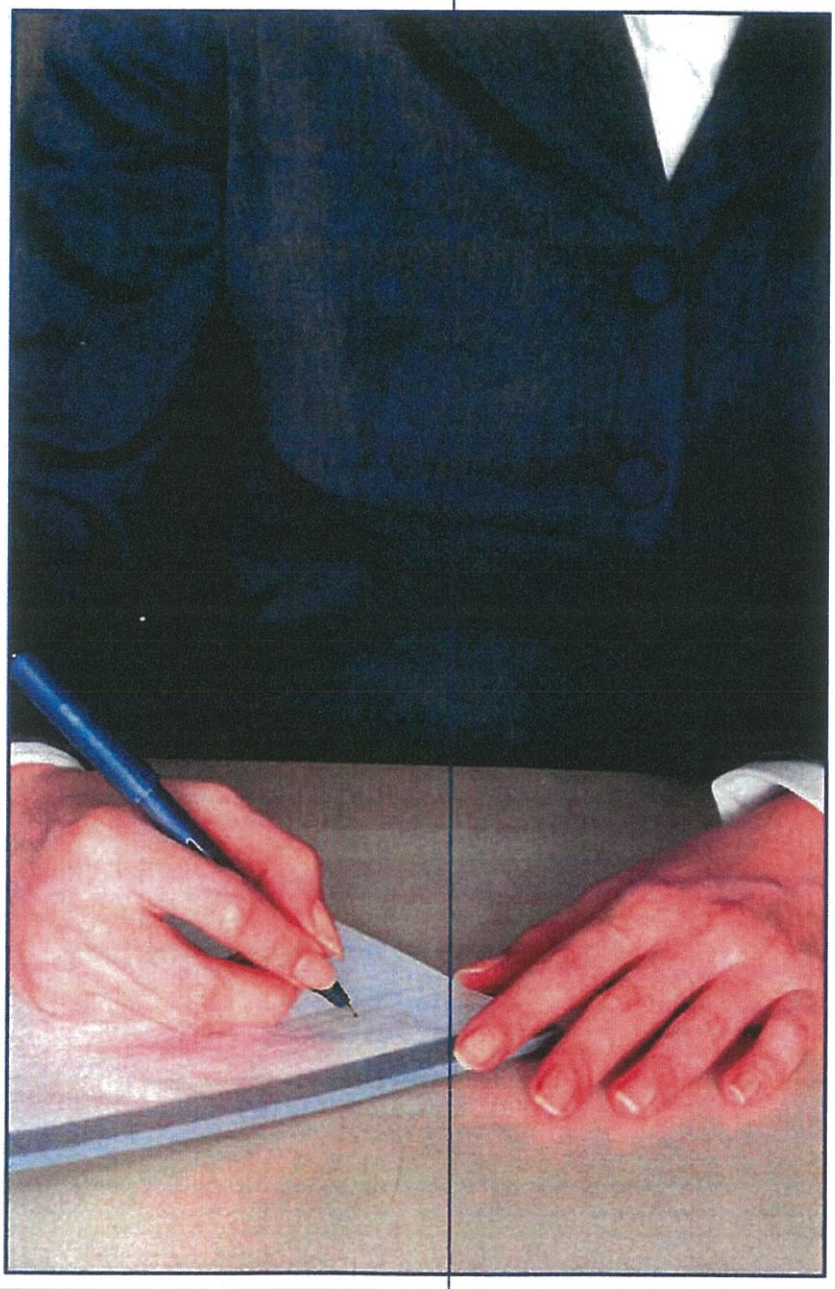
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo Rep.CM Oeiras	Presidente
Dr. João Pedro Brito da Silva Rep.CMVN Gaia	Administrador

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva	Membro Efetivo
em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda	SROC nº 118

RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem do Diretor Geral
Atividade Desenvolvida
Política da Qualidade
Certificações Técnicas
Investimentos
Recursos Humanos
Evolução Económico-Financeira
Proposta de Aplicação de Resultados

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2017.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O exercício económico de 2017, revelou-se generoso em trabalho, registando o segundo maior volume de negócios da história da empresa com 3.523.858 euros (o maior registo foi há 10 anos com 3.709.315 euros).

Para este volume de negócios, concorreu o projeto de cadastro de Cabo Verde, relativo ao contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", concluído em 2017, com o valor global de 2.605.450 USD.

A nível nacional, o destaque vai para os serviços de desenvolvimento aplicacional, estrategicamente orientados para programação em *open source* e projetos relacionados com a elaboração do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira, bem como o início do Estudo para a Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo.

As parcerias formadas recentemente em novos negócios, permitiram desenvolver novos mercados onde se destaca a monitorização do tráfego em tempo real, uma preciosa ajuda na tomada de decisão dos Municípios. Com estas novas parcerias e com as já existentes, como a gestão de frotas, foi possível incrementar a faturação nesta área.

Também foi um ano de investimento, quer na renovação de equipamento obsoleto, quer na substituição dos motores da aeronave, que estão a ocorrer neste momento.

Na área das infraestruturas (águas, saneamento, energia e comunicações) continuamos a investir em equipamento e em recursos humanos com formação adequada.

Esta área, nos próximos anos terá uma importante relevância na faturação e será bastante útil às entidades públicas gestoras das infraestruturas, já que com o cadastro das infraestruturas atualizado, os Municípios ficam habilitados a melhor gerir os contratos com os operadores que atravessam e utilizam o seu território.

Os projetos desenvolvidos em 2017, vêm comprovar a vocação natural da Municípia para gerir grandes projetos, tendo inclusive permitido que a empresa tenha investido na substituição do equipamento obsoleto e sobretudo contribuíram para que os resultados fossem positivos pelo quarto exercício consecutivo.

Oeiras, 10 de janeiro de 2018.

O Diretor Geral,

(António Fernandes)

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) de 2017 continuou a ser o projeto adjudicado em 2016 e que terminou no final de novembro de 2017, "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cape Verde" da Ilha de São Vicente, promovido pelo MCA – CVII, Millennium Challenge Account segundo compacto. A DCC caracterizou 11.020 prédios na área rural da Ilha de São Vicente, tendo superado o expectável (10.000 prédios).



Fotografia tirada na cerimónia de encerramento do projeto que ocorreu no Palácio do Governo na cidade da Praia.



Equipa da Municípia em São Vicente



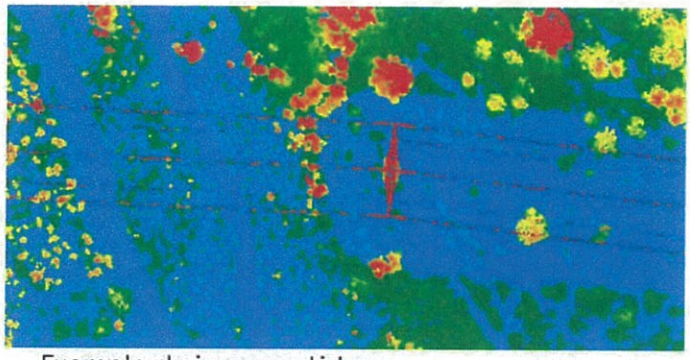
Visita da Equipa de Apoio Técnico



Exemplo de Ação de Divulgação e Sensibilização

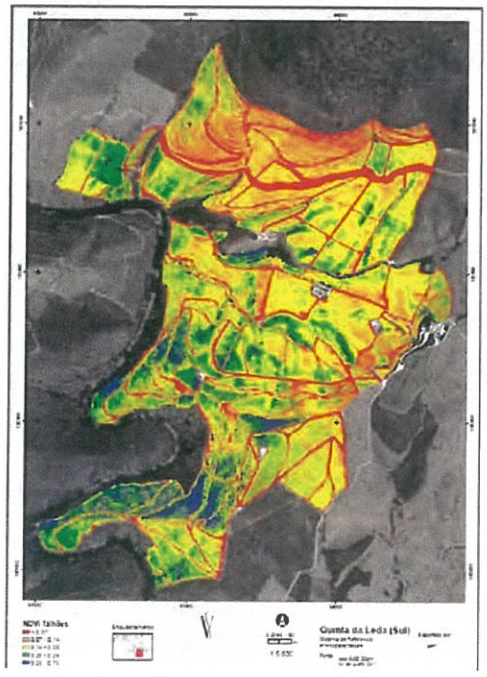
Entre os restantes projetos realizados pela DCC, nomeadamente 44 específicos de coberturas aéreas e 22 de produção de cartografia e ortofotomapas, destacam-se os seguintes:

- Um projeto que foi realizado em fevereiro e março através de uma parceria com a empresa internacional Fugro, para um levantamento Lidar realizado através de helicóptero. Este projeto foi adjudicado pela empresa Ecorede, cujo objetivo era executar uma cobertura aérea Lidar com helicóptero para 271 km de linhas de alta tensão para a REN – Rede Elétrica Nacional.



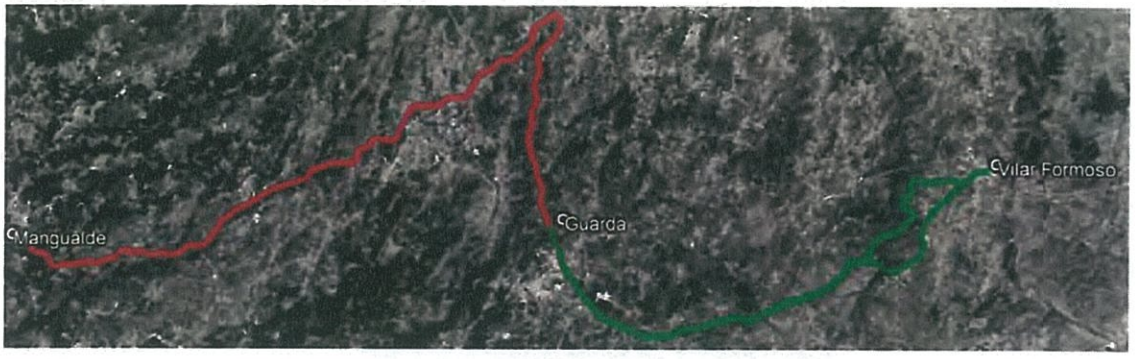
Exemplo de imagem Lidar

- Continuámos a efetuar coberturas aéreas destinadas aos produtores agrícolas (vinha, milho e tomate), realizando-as em conjunto com a Direção de Inteligência Espacial. O objetivo é a produção de cartas NDVI de vigor.



Exemplo mapa de NDVI

- Outro projeto relevante ocorreu entre fevereiro e outubro e consistiu na produção de cartografia e ortofotomapas à escala 1:5.000 (8.267 hectares) e cartografia à escala 1:1.000 (1.519 hectares) para a modernização da Linha de caminho-de-ferro da Beira Alta (troço Mangualde – Vilar Formoso com uma extensão de 95 km) para a IP – Infraestruturas de Portugal.



Cobertura Aérea

Em 2017 a concorrência na fotografia aérea foi bastante ativa mas conseguimos manter os nossos clientes.

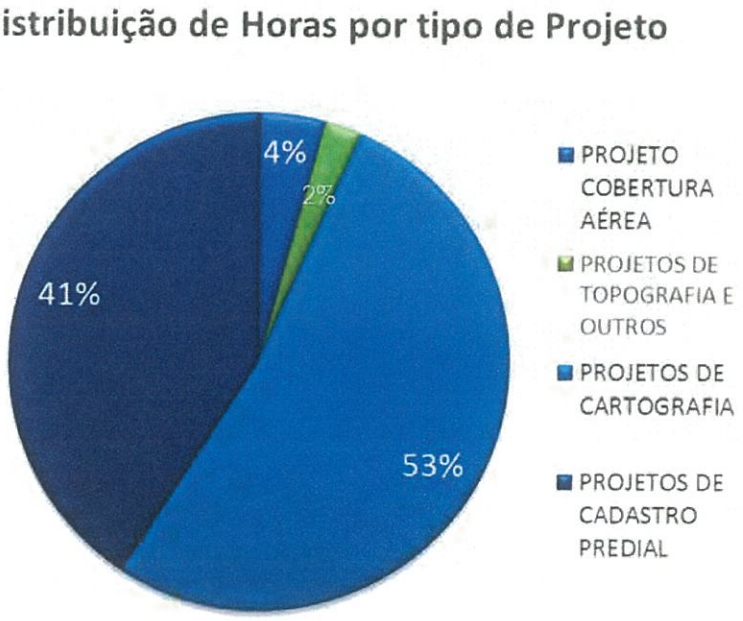
Continuámos a garantir a qualidade, a rapidez e um preço adequado para que a atividade de fotografia aérea se mantenha no mercado e continue a ser reconhecida.

Analisando e comparando o ano 2017 com os dois anos anteriores, verifica-se que houve um crescimento geral da operação de coberturas aéreas, o que se reflete na seguinte tabela:

Ano	2015	2016	2017
Horas de voo	116	216	250
Nº de missões	33	59	70
Nº de imagens adquiridas	10.000	17.682	22.472

Distribuição das horas por tipologia de projeto na DCC

A distribuição das horas em função da tipologia de projetos apresenta-se no seguinte gráfico:



As horas destinadas a projetos de cadastro têm vindo a aumentar desde que se reiniciou o projeto SINERGIC de cadastro predial de Oliveira do Hospital e Seia.

Prevê-se para o ano de 2018 continuar a trabalhar nas mesmas áreas no mercado nacional e para o mercado internacional trabalhar com maior ênfase em Moçambique, Guiné-Bissau e Brasil com o intuito de continuar com o sucesso alcançado pela DCC nos anos anteriores.

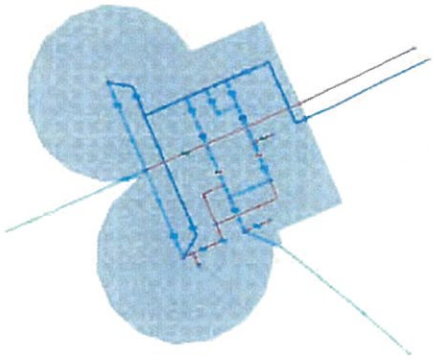
DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Em 2017 a área de negócio – DEI – Direção de Engenharia e Infraestruturas – que tem como âmbito a prestação de serviços no sector da engenharia e infraestruturas, teve o seu ano de crescimento de recursos com a integração de novos elementos na equipa técnica, apostando essencialmente na formação e desenvolvimento de competências.

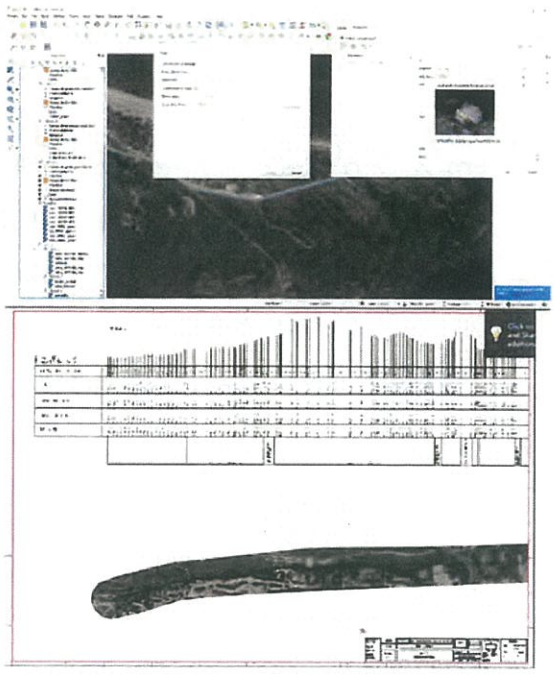
Durante o ano de 2017 a DEI desenvolveu um conjunto de projetos diferenciados que passaram pela elaboração de cadastro das redes de água e saneamento para vários municípios, nomeadamente Góis, Vila Nova de Poiares e Grândola; por projetos de estudo de eficiência energética na Iluminação Pública para os Municípios de Odivelas, Rio Maior e Benavente; projetos de Deteção de oleodutos para a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis; Elaboração de expropriações e servidões para a Simarsul, preparação de bases de dados e integração de dados geográficos relacionados com todas as infraestruturas existentes na APDL.



Exemplo de Modelo de Dados (Projeto: Metro do Porto)



Exemplo de Cadastro de Infraestruturas, caso de um reservatório (Projeto: Vila Nova de Poiares)



Exemplo de Informação recolhida e introduzida num SIG e em ambiente CAD, caso de um oleoduto (Projeto: Pipelines da ENMC)

Para além destes projetos mais emblemáticos, esta direção teve ao longo de todo o ano a execução de vários projetos de pequena dimensão relacionados com o levantamento topográfico de imóveis e cálculo de áreas para regularização de valor patrimonial, projetos de topografia de acompanhamento de obra, projetos de levantamento de cotas e ligações de drenagem, deteção e georreferenciação de rede de água em jardins públicos, etc. para um conjunto distinto de clientes que vão desde entidades públicas dos setores mais diversos como transportes, energia, a entidades privadas como fundos de gestão imobiliária e pedidos em nome individual.

Um dos projetos mais emblemáticos de 2017 foi o projeto de deteção e georreferenciação de Pipelines pertencentes à Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., (ENMC), para o cliente OMNINSTAL, SA. Este projeto tinha como principal objetivo a deteção, a georreferenciação e a elaboração dos respetivos desenhos dos perfis de Pipelines, assim como o desenvolvimento de uma base de dados geográficos em ambiente SIG para apresentação da informação recolhida. Os trabalhos de deteção e georreferenciação foram realizados entre Almada (Costa da Caparica) e o Montijo, mais concretamente entre o Portinho da Costa e a Base Aérea N.º 6 no Montijo, numa extensão total de 31,249 km. Foram ainda levantados e desenhados 35 órgãos de rede, 70 marcos de incêndio, 4 limites de propriedade e produzidos 84 layouts de impressão. Na metodologia utilizada recorreu-se a tecnologias tão diferenciadas que vão desde o georadar, passando por sondas eletromagnéticas e radiofrequência e respetivos emissores e recetores de sinal, por sistemas GNSS até aos tablets PC de levantamento de campo com *softwares* SIG e CAD.

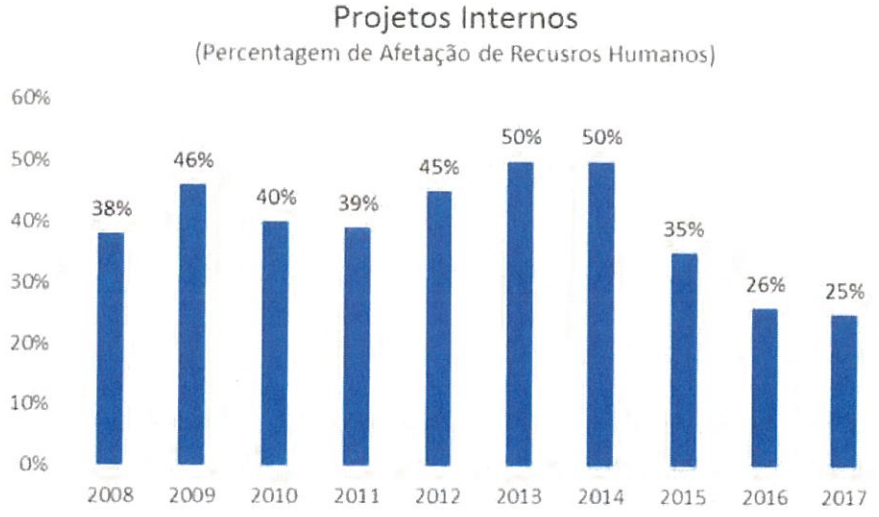
Outro dos projetos mais emblemáticos foi feito em parceria com a Direção de Informação Espacial para a Metro do Porto, S.A. e consistiu na elaboração de um Sistema de Informação Geográfica e o respetivo tratamento de dados,

cujo objetivo consistiu em obter uma base de dados em ambiente geográfico que possibilitasse, aos técnicos do cliente, obter uma plataforma que permitisse gerir a informação das parcelas inerentes às expropriações já realizadas, bem como suportar os novos processos. O primeiro passo deste projeto envolveu a criação de um modelo de dados que permitisse a criação de uma base de dados que respondesse às necessidades do cliente, no que respeita aos processos de expropriações levados a cabo no passado, no presente e no futuro. Ao mesmo tempo fez-se a digitalização de 1.834 processos analógicos para carregamento dos seus dados na base de dados. Após aprovação do modelo de dados pelo cliente, criou-se a base de dados e desenvolveram-se todas as relações, funções e *triggers* necessários ao correto e eficaz carregamento dos dados. Seguiu-se o carregamento dos dados e posterior controlo de qualidade. A prestação de serviços terminou com quatro dias de formação a quinze técnicos e decisores do cliente. Com esta ferramenta a Metro do Porto tem disponível de uma forma intuitiva toda a sua área de jurisdição em ambiente SIG.

Direção de Inteligência Espacial

A Direção de Inteligência Espacial (DIE) esteve envolvida, durante o ano de 2017, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

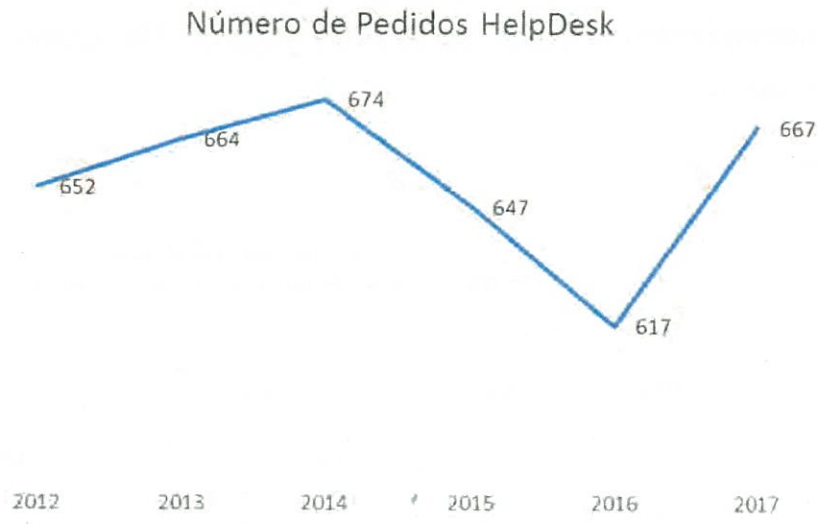
Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que correspondeu a cerca de 25% do total da DIE, como se pode ver no gráfico seguinte.



Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Helpdesk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Continua a merecer particular destaque o apoio prestado aos projetos de infraestruturas da DEI, quer ao nível do *Helpdesk*

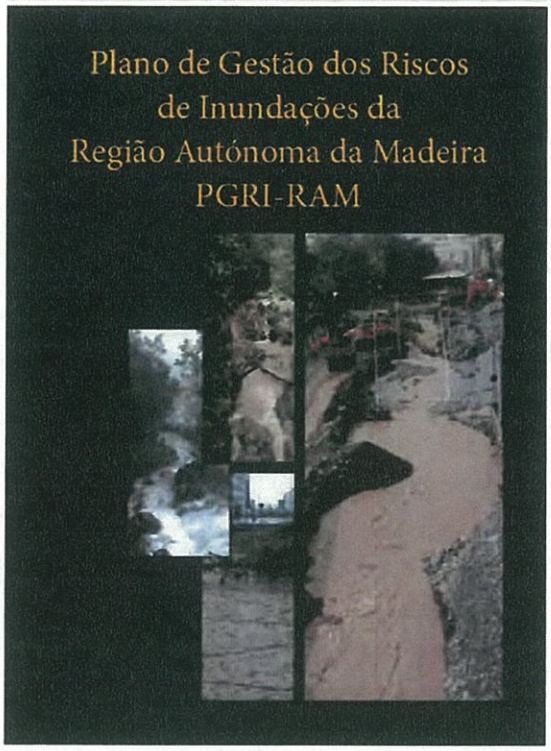
quer ao nível da implementação dos Modelos de Dados e desenvolvimento de soluções.

Relativamente às atividades de *Helpdesk*, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2017 foram efetuados 667 pedidos (617 em 2016, 647 em 2015, 674 em 2014, 664 em 2013 e 652 em 2012) pela plataforma.



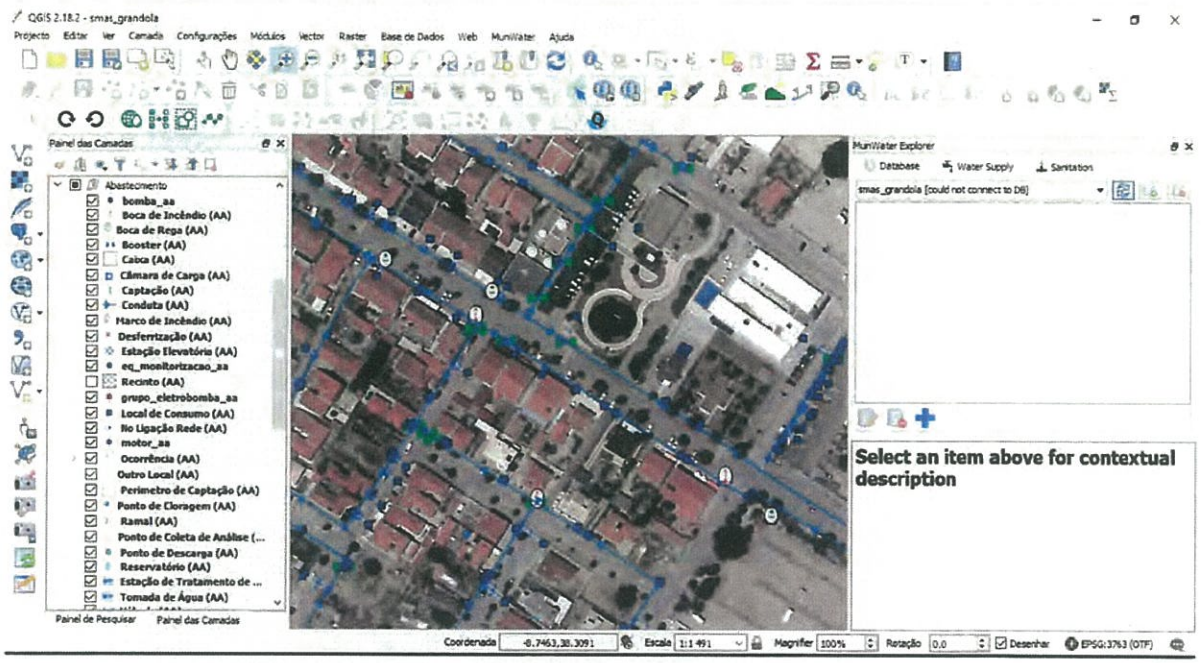
Nos projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar a finalização do projeto europeu Geosmartcity, onde a Municípia participou como piloto, estando presente na sessão de avaliação final realizada pela Comissão Europeia no Luxemburgo.

Na área de atividade de elaboração de estudos e planos, destacamos a Elaboração do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira, bem como o início do Estudo para a Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo.



Capa do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da RAM

No âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque o Desenvolvimento de um Plug-In para QGIS para Gestão do Cadastro de Água e Saneamento, que está a ser implementado em Vila Velha de Ródão, Cadaval e Valpaços, e que se pretende rentabilizar em 2018.



Plug-In para QGIS para Gestão do Cadastro de Água e Saneamento

Pelo seu caráter inovador, destacamos também o desenvolvimento de uma aplicação de apoio à atribuição dos Subsídios de Transportes Escolares e de uma aplicação para análise das áreas de influência dos espaços verdes urbanos para a Câmara Municipal de Oeiras. Merecem ainda destaque durante o ano de 2017 a conclusão dos projetos MISTIC SEAS e IDE da CIM-TTM.

Alguns destes projetos tiveram destaque nos encontros SASIG 2017 (que decorreu no Porto) e Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Dados Espaciais (que decorreu em Lisboa).



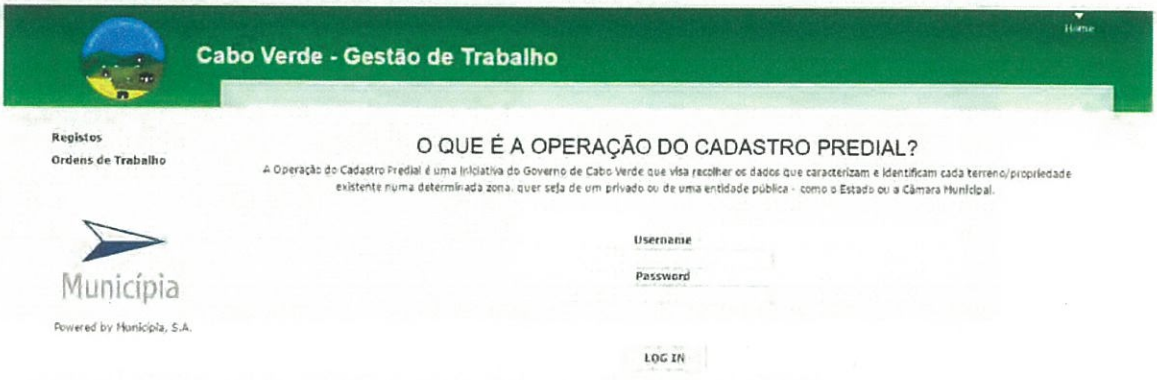
Aplicação de apoio à atribuição dos Subsídios de Transportes Escolares



Projeto MISTIC SEAS

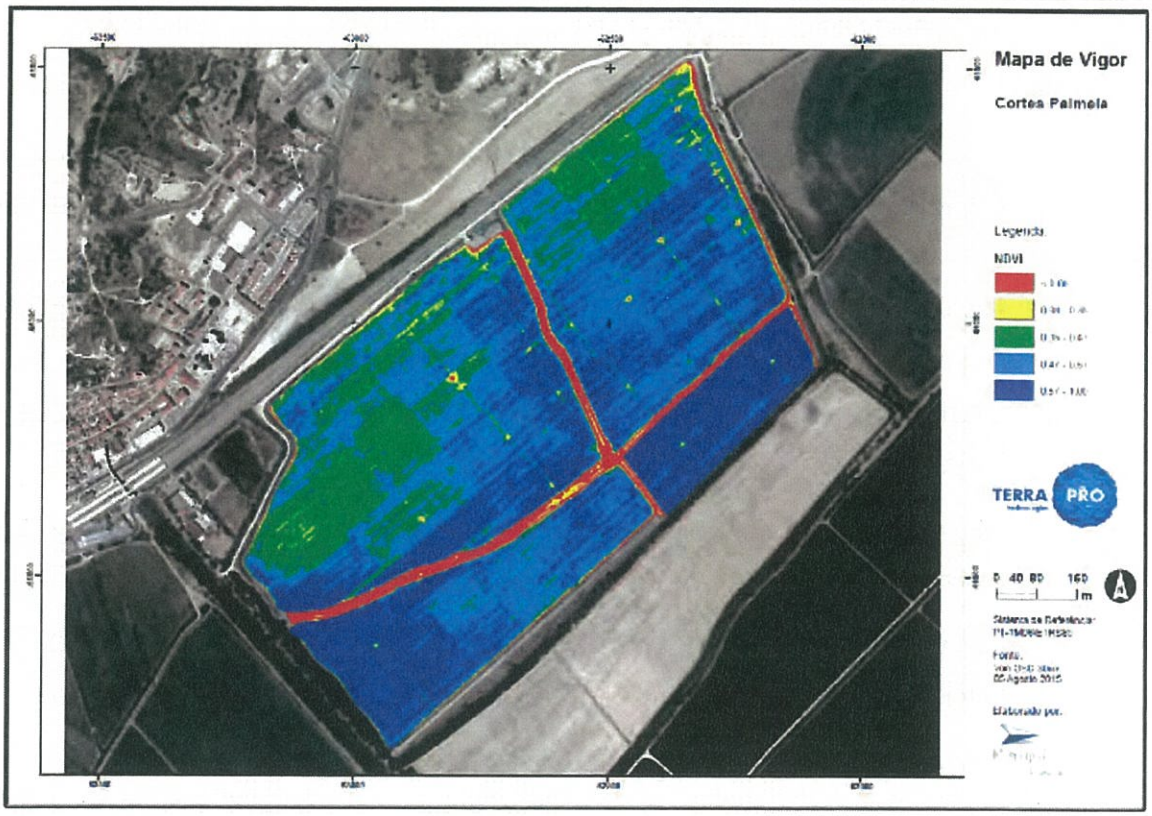
Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida. Mas o mais importante de destacar é o final do projeto

do Cadastro de São Vicente (Cabo Verde) em que a DIE foi responsável pelo desenvolvimento e manutenção da Aplicação de Gestão de Trabalho, bem como no Apoio Técnico no funcionamento do Gabinete de Atendimento existente no Mindelo.



Aplicação de gestão de trabalho de apoio ao cadastro de S. Vicente

Quanto aos projetos de Deteção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE e da Quinta da Ravasqueira na produção de Cartas de Vigor de Vinha e mantivemos o fornecimento de NDVI à empresa TerraPro, uma consultora na Gestão de Rega, que utilizou os nossos dados no suporte aos produtores de vinho, milho e tomate na campanha de 2017.



Exemplo de mapa de vigor

Para o ano de 2018, está em curso a continuação da implementação da IDE de Oeiras e desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura e a procura de rentabilização das Aplicações de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento, enquanto ao nível dos estudos, destacam-se a continuação do Estudo de Cheias da Lezíria do Tejo e o Plano de Emergência e Proteção Civil de Guimarães.

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

A Direção de Novos Negócios (DNN) manteve em 2017 o seu foco em atividades de ***Desenvolvimento de Mercado***, por via da introdução de produtos maduros em novos mercados, essencialmente internacionais; no ***Desenvolvimento de Produto***, por investimento em desenvolvimento de novos produtos em mercados já trabalhados; e ***Diversificação***, com recurso a parcerias estratégicas para colocação de novos produtos em novos mercados.

Ao nível do desenvolvimento de mercado manteve o enfoque no mercado externo, com Moçambique e o Brasil a representarem o foco mais significativo de prospeção, colocação de propostas comerciais e manifestações de interesse, esperando-se a conversão em volume de negócios em 2018.

No que ao mercado interno diz respeito, foram primordialmente dirigidas aos segmentos do Turismo, Energia e Comunicação, destacando-se por esta via a participação no Projeto Solis, uma iniciativa da Agência de Energia Lisboa E-Nova no âmbito da transição para a economia solar através de um *market place* alavancado em Tecnologias de Informação Geográfica; a evolução no volume de negócios em aluguer de aeronave para retransmissão TV; e o investimento realizado na promoção de candidaturas a linhas de financiamento lançadas pelo Turismo de Portugal aos Municípios.

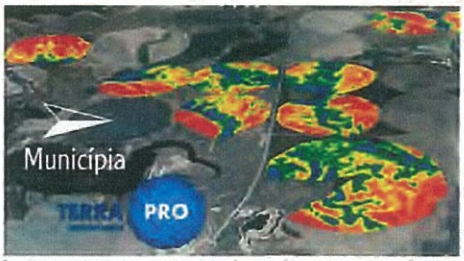


Em termos de desenvolvimento de produto, a parceria tecnológica estabelecida com a ITPeople para plataformas de realidade aumentada manteve-se sem materialização de resultados até ao final do ano, existindo contudo para 2018 já adjudicado um projeto que permitirá projetar e replicar junto dos Municípios soluções inovadores de promoção turística. Neste mesmo segmento e tirando partido da competência chave ao nível da aquisição

de dados 3D para acervo e salvaguarda de património, sublinha-se o desenvolvimento de um produto dedicado ao levantamento e impressão 3D, a lançar no primeiro trimestre de 2018, com impacto na gestão de imóveis de interesse junto dos Municípios e da Administração Central.

Relativamente à estratégia de diversificação, a distribuição de produtos TomTom para o segmento da mobilidade e tráfego permitiu alavancar volume de negócios no setor privado, nomeadamente no retalho, na saúde e nos operadores privados de transportes, e criar igualmente oportunidades em Entidades Públicas, destacando-se a construção de uma Base Cartográfica para a Área Metropolitana do Porto em que, para além da rede viária e de um conjunto alargado de Pontos de Interesse, contemplou informação de volume e velocidade de tráfego para intervalos de 5 minutos, colocando um potencial de definição de estratégias de mobilidade de real valor para aquele território.

Em matéria de penetração de mercado, a distribuição exclusiva gestão de frotas Cartrack para Entidades Públicas cresceu pelo terceiro ano consecutivo, sendo neste momento monitorizadas 2.555 viaturas em 120 clientes, entre os quais 41 Autarquias e 61 Corporações de Bombeiros, sendo expectável para 2018 a transposição da fasquia das 3.000 viaturas.



Paralelamente, a consolidação de parceria com a Empresa de Consultoria TerraPro, no âmbito de prestação de serviços de suporte à Agricultura de Precisão e a fidelização contínua de clientes para mapeamento de vigor como a Sogrape, permitiram aumentar o volume de negócios no segmento da Agricultura em serviços prestados pela Direção de Cartografia e Cadastro e Inteligência Espacial.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®, lançada em novembro de 2016, já conta com 17 Entidades Aderentes, entre as quais 15 Municípios e uma Comunidade Intermunicipal com 15 Municípios e gerindo neste momento 4 Acordos Quadro, numa oferta composta por viaturas elétricas, híbridas e plug-in, veículos elétricos para trabalho urbano, combustível rodoviário a cartão e a granel, e equipamentos informáticos. No segmento dos combustíveis e das viaturas conta já com fornecimentos efetuados e existem diversas manifestações de interesse para materializar durante o ano de 2018, entre as 145 Entidades já visitadas.

A Direção de Novos Negócios assegurou em 2017 a comunicação e imagem da Empresa, evidenciando-se as seguintes ações pelo impacto causado na promoção e no aumento da notoriedade da marca Município:

- Lançamento do novo *website* www.municipia.pt em janeiro de 2017 e gestão subsequente de conteúdos centrada no cliente;

- Redação e produção de "*newsletters*" trimestrais, com entrega a Municípios, Comunidades Intermunicipais e Empresas do Setor Empresarial Local, com ênfase nos 18 anos Município celebrados no último trimestre do ano;

- Gestão dos meios de comunicação social *facebook* e *linkedin*, em articulação com o site e promovendo a partilha de notícias de relevo para a atividade core da Empresa;

- Redação e emissão de ofícios de promoção de produto, com destaque na promoção das linhas de financiamento acessíveis pelos Municípios;

- Presença em Congressos e Seminários, culminando na presença com expositor no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Portimão, numa forte participação conjunta com a Central Nacional de Compras Municipais – CONNECT.





Participação no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Portimão

Atividade Comercial

CONCURSOS

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Município, ao longo do ano de 2017:

Propostas	Nº Propostas 2016	Nº Propostas 2017	Δ% Propostas 16-17	Em Valor		Δ% Valor 16-17
				2016	2017	
Propostas adjudicadas	152	163	7,2%	3.987.626	1.864.598	-53,2%
Propostas em aberto	434	261	-39,9%	25.644.347	25.121.624	-2,0%
Propostas recusadas	28	109	289,3%	12.549.898	4.051.031	-67,7%
Total de Propostas Apresentadas	**614**	**533**	**-13,2%**	**42.181.870**	**31.037.253**	**-26,4%**

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 533 propostas ao longo do ano de 2017, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 7%, em número de propostas adjudicadas e uma variação negativa de 53% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2017 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

Top 10 Clientes	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
Millennium Challenge Account	2.036.773	54,8%
Município de Oeiras	265.842	7,2%
Medialuso – Produções para Televisão	100.657	2,7%
Ecorede – Engenharia e Serviços	89.473	2,4%
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	77.293	2,1%
Município de Valpaços	77.282	2,1%
Socarto	48.520	1,3%
GEOIDE	45.599	1,2%
Município de Silves	42.329	1,1%
Área Metropolitana do Porto	35.980	1,0%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

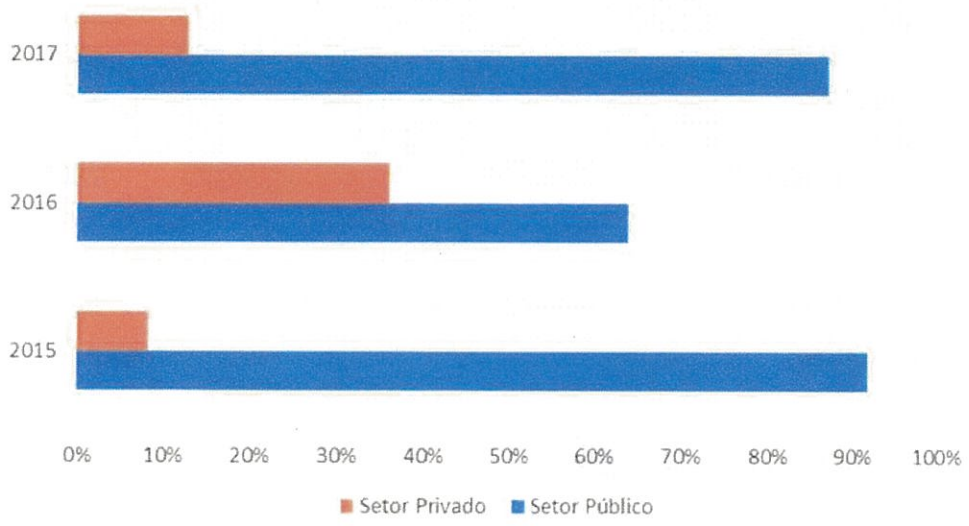
Tipologia dos Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Municípia, com registos de 87%, registando um acréscimo face ao ano anterior de 23%.

O setor privado regista cerca de 13% da faturação, ou seja, menos 23% que no exercício anterior, embora mais 4,5% que no ano de 2015.

Faturação	2015	2016	2017
Setor Público	91,74%	64,00%	87,16%
Setor Privado	8,26%	36,00%	12,84%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



2.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2017, face ao ano transato, verificou-se um acréscimo nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2015	2016	Var % (15-16)	2017	Var % (16-17)
Ativos Intangíveis	0	**0**	0%	**0**	0%
Ativos Fixos Tangíveis	339	**145.216**	42.737%	**271.323**	87%
Total	**339**	**145.216**	**42.737%**	**271.323**	**87%**

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2017, tiveram um registo nulo.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 87%, originado pelo investimento de 271.323 euros, no ano de 2017. Deste investimento, 140.533 euros repartem-se essencialmente por equipamento básico e de transporte, necessários para projetos que estão a decorrer. O montante remanescente (130.790 euros) integram o imobilizado em curso, relativo ao início do processo de aquisição e substituição de motores da aeronave.

2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Municípia continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado, de modo a cumprir com os requisitos da norma ISO 9001. Em 2017 foi dado início à transição da norma ISO 9001:2008 para a ISO 9001:2015, o que implica uma revisão profunda dos processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes, pelo próprio mercado e tendo sempre por base as orientações constantes da Política da Qualidade. Para tudo isto é indispensável o empenho de todos os colaboradores da empresa.

A Municípia continua a focar-se em 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Os Acionistas**
- **A Utilidade Pública**

Aquando da execução do Relatório e Contas ainda se estava a apurar o resultado final do grau de satisfação dos clientes através dos questionários efetuados. Contudo dos valores apurados do 1°, 2° e 3° trimestres foi possível concluir um grau de satisfação de 3,62. Iremos manter os questionários no ano de 2018, com o mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

A Administração continua a incrementar a competitividade da Municípia, tanto no mercado nacional, como no internacional, seja por via do investimento na formação, seja pelo investimento em ferramentas que potenciem uma maior eficácia.

2.5. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Municípia tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	ISO 9001 SGS certificação acreditada IPAC
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
Entidade formadora em Informática (489), programas não classificados noutra área de formação	DGERT DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

MARCAS REGISTADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ®	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GUIA DE PORTUGAL ®	MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ®	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ®	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	VERBAL
WHERE ARE YOU ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
CONNECT ®	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO

2.6. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

Resultante da finalização do projeto "SYSTEMATIC LAND RIGHTS AND BOUNDARIES CLARIFICATION AND REGULARIZATION IN THE REPUBLIC OF CABO VERDE - ISLANDS OF SÃO VICENTE AND BOA VISTA" para o governo da República de Cabo Verde, o quadro de pessoal da empresa sofreu uma pequena diminuição a 31 de dezembro de 2017.

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, apostando na sua qualificação tecnológica e recorrendo pontualmente a serviços de contratação a termo certo para suprir o acréscimo de projetos.

Pode-se verificar no quadro em baixo, uma ligeira diminuição do número de efetivos a 31 de dezembro, derivado do término dos três contratos a termo realizados para o projeto anteriormente mencionado e pela saída de uma funcionária, por iniciativa da mesma, da Direção de Cartografia e Cadastro.

EVOLUÇÃO RH	2015	2016	2017
Nº de efetivos	31	35	**31**

O quadro que se segue regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 94% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 6% tem um contrato a "termo certo".

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2015	2016	2017
Contrato sem termo	30	30	29
Contrato termo certo	1	5	2
Σ dezembro	**31**	**35**	**31**

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **11** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **8** elementos;
- Direção Administrativa e Financeiro com **5** elementos;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **3** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **3** elementos;
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2017 é constituído por 31 trabalhadores. Desses, 9 são do género feminino e 22 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2015	2016	2017
Género Masculino	21	24	22
Género Feminino	10	11	9
Σ dezembro	**31**	**35**	**31**

A média etária dos funcionários é de 43 anos e, embora se observe um envelhecimento, isso traduz-se numa maior experiência, adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2015	2016	2017
De 40 a 69 anos	19	21	**24**
De 18 a 39 anos	12	14	**7**

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2015	2016	2017
Doutoramento	0	1	1
Mestrado	1	0	0
Ensino Superior	21	24	20
Ensino Secundário	9	10	10
3º Ciclo Ensino Básico	0	0	0
Total	**31**	**35**	**31**

Com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 32% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 65% e 3% possuem um doutoramento.

ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Doença. Na tipologia de ausências por Baixa emitida pela Segurança Social, inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

Tipos de absentismo no ano corrente:

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO FALTA	ACTIV. LEGAIS	INTERCALAR ASSISTÊNCIA	ACID. TRAB/DOENÇAS PROFISS.	
Σ EM DIAS	52	0	57	8	1	5	4	127
PESO RELATIVO	41%	0%	45%	6%	1%	4%	3%	100%

Tipos de absentismo no último triénio:

TIPOS DE ABSENTÍSMO	2015	2016	Δ% 2015-2016	2017	Δ% 2016-2017
BAIXA S. SOCIAL	207	99	-52%	**52**	-47%
LICENÇA PARENTAL	266	0	-100%	**0**	N/A
DOENÇA	85	74	-13%	**57**	-23%
OUTRAS	38	28	-26%	**18**	-36%
TOTAL AUSÊNCIAS	596	201	-66%	**127**	-37%

Unidade: dias

Confrontando os números de 2017, com o ano anterior, verifica-se uma diminuição generalizada do absentismo, com maior incidência no facto de terem ocorrido menos baixas.

ESTÁGIOS

Em 2017, manteve-se a tendência de redução do número de estagiários, derivado essencialmente pela curta duração dos estágios, o que leva a que o tempo de estágio que medeia a adaptação/treino e a posterior realização das tarefas seja demasiado curto, para que os estagiários, na sua grande maioria, consigam produzir um trabalho de qualidade.

Durante o ano de 2017, entre 03.07.2017 e 31.12.2017, a empresa acolheu na Direção Administrativa e Financeira um estagiário do FICYT- Fundación para el Fomento en Asturias de la Investigación Científica Aplicada y la Tecnología.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2015	2016	2017	MÉDIA
Σ DE ESTÁGIOS POR ANO	1	1	1	**1**
Σ DE ESTÁGIOS		**3**		

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa continua a investir na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter os padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada no último triénio:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2015	2016	Δ%	2017	Δ%
Nº DE FORMANDOS	10	10	0%	**14**	40%
Nº DE AÇÕES	28	40	43%	**38**	-5%
Nº HORAS FORMAÇÃO	889	341	-62%	**583**	71%

Neste quadro, pode-se observar que 45% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Foram frequentados cursos de especialização, *workshop,* palestras e conferências. Das 583 horas, 290 horas (50%) foram de especialização e 293 horas (50%) foram despendidas em *workshop,* palestras e conferências.

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2015 e 2017, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2015	2016	2017	Peso % no total	Var. 15-16	Var. 16-17
Remunerações, Subs. Férias e Natal	1.082.818	765.021	**988.509**	**70,48%**	**-29%**	**29%**
Subsídio de alimentação	94.570	44.847	**47.061**	**3,36%**	**-53%**	**5%**
Horas extra	263	1.539	**1.473**	**0,11%**	**485%**	**-4%**
Senhas de Presença	5.742	4.466	**6.380**	**0,45%**	**-22%**	**43%**
Encargos patronais	252.257	174.499	**225.304**	**16,06%**	**-31%**	**29%**
Seguro Acid. de Trabalho e Seguro de Saúde	28.751	28.952	**29.896**	**2,13%**	**1%**	**3%**
Formação	7.490	3.131	**8.426**	**0,60%**	**-58%**	**169%**
Outras	2.815	441	**2.888**	**0,21%**	**-84%**	**555%**
Higiene e Seg. Trabalho	1.507	956	**1.789**	**0,13%**	**-37%**	**87%**
Ajudas Custo	24.962	58.677	**87.243**	**6,22%**	**135%**	**49%**
Créditos de formação e compensações	19.214	0	**3.552**	**0,25%**	**-100%**	**100%**
TOTAL	**1.520.390**	**1.082.531**	**1.402.523**	**100,00%**	**-29%**	**30%**

Unidade: Euro

Remunerações – Verifica-se uma subida dos gastos com as remunerações em 2017, face a 2016 de 29%, ficando esta variação a dever-se principalmente aos contratos efetuados em 2017 com trabalhadores locais em Cabo Verde, no âmbito do

contrato com o Millennium Challenge Account. O mesmo reforço da equipa aconteceu em Portugal mas com 3 recursos contratados a termo, no segundo semestre de 2016 e que se mantiveram até ao último trimestre de 2017.

O **subsídio de alimentação** – tiveram um comportamento marginal, apenas com uma variação de 5%, não acompanhando o descrito anteriormente, uma vez que em Cabo Verde não há lugar a pagamento de subsídio de refeição e os recursos contratados em Portugal ao usufruírem de Ajudas de Custo, não dispõem deste subsídio, razão pela qual, apenas há registo de uma variação em termos absolutos de 2.214 euros.

Hora extra – tradicionalmente esta rubrica acomoda valores residuais, situação que se mantém em 2017, com apenas 1.473 euros e que tem origem em projetos cuja execução depende de condições climatéricas, como são os casos do voo ou da videografia, em que ambos dependem da boa visibilidade.

A variação percentual, face ao ano anterior, regista uma diminuição marginal de 4%.

Senhas de presença – esta rubrica, verificou um incremento de 1.914 euros, consequência do maior número de reuniões realizadas em 2017.

Encargos Patronais – esta rubrica é uma consequência das remunerações, tendo registado a mesma variação (29%) e pelas mesmas razões já explanadas nas remunerações.

Prémios de seguros – esta rubrica subiu 3% face ao ano anterior e essencialmente fica-se a dever aos seguros pagos em Cabo Verde para proteção dos recursos localmente contratados.

Formação – o investimento realizado nos nossos recursos humanos teve um incremento substancial, sempre com o objetivo de manter o capital humano atualizado, de modo a injetar inovação na empresa.

Este investimento registou um incremento superior a 100% face ao ano transato.

A rubrica **Outras** – o valor registado derivou essencialmente da reunião da família Município no seu aniversário de 18 de outubro e de um jantar de Natal com o mesmo propósito.

Higiene e Segurança no Trabalho – verificou-se um incremento nesta rubrica, tendo em conta a natureza dos projetos, em particular os de infraestruturas, bem como o número de funcionários em projetos em 2017.

Ajudas de Custo – esta rubrica é um excelente indicador para aferir se há ou não projetos, uma vez que reflete gastos com funcionários que se encontram deslocados e neste caso concreto, deslocados durante praticamente todo o ano de 2017, na Ilha de São Vicente em Cabo Verde, ocupados com o projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente".

Este valor registou mais 49% do que os registados no ano anterior tendo em conta que em 2016 foram 6 meses de trabalho no exterior, enquanto que em 2017, o projetos decorreu ao longo de 11 meses.

Créditos / Compensação – com o fim do projeto em novembro de 2017, foi necessário proceder ao fim dos contratos a termo, pagando-se as respetivas compensações nos termos da lei.

Conclusão

A estrutura de gastos com pessoal respondeu conforme delineado a partir de 2013, em que se expande quando há projetos de maior dimensão, contraindo-se na ausência dos mesmos, contribuindo desta forma para a sustentabilidade da empresa.

2.7. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explanar as tendências do desempenho financeiro da Municípia, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Municípia, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Municípia nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2015	2016	Var.% (15-16)	2017	Var.% (16-17)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	3.313.341	2.437.545	-26%	**3.523.858**	45%	3.091.582
Subsídios à Exploração	11.248	14.288	27%	**32.148**	125%	19.228
Reversões de Imparidades	169.736	29.604	-83%	**8.866**	-70%	69.402
Outros Rendimentos ou Ganhos	65.627	84.290	28%	**19.721**	-77%	56.546
Total dos Ganhos Operacionais	**3.559.953**	**2.565.728**	**-28%**	**3.584.592**	**40%**	**3.236.757**
Gastos Operacionais						
Fornec. e Serviços Externos	1.627.443	1.227.083	-25%	**1.903.789**	55%	1.586.105
Gastos com Pessoal	1.520.390	1.082.531	-29%	**1.402.523**	30%	1.335.148
Imparidade de dívidas a receber	0	8.680	100%	**0**	-100%	2.893
Outros gastos e perdas	65.277	44.113	-32%	**22.396**	-49%	43.929
Gastos/reversões de depreciações	211.415	146.429	-31%	**164.949**	13%	174.264
Total dos Gastos Operacionais	**3.424.526**	**2.508.835**	**-27%**	**3.493.656**	**39%**	**3.142.339**
Resultados Operacionais	**135.427**	**56.893**	**-58%**	**90.936**	**60%**	**94.418**
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	**22.439**	**5.095**	**-77%**	**3.209**	-37%	10.248
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	**97.595**	**39.873**	**-59%**	**66.782**	67%	68.083
Resultados Financeiros	**-75.156**	**-34.779**	**54%**	**-63.573**	**-83%**	**-57.836**
Resultados Antes de Imposto	**60.270**	**22.114**	**-63%**	**27.363**	**24%**	**36.853**

Unidade: Euro

GANHOS OPERACIONAIS

Volume de Negócios – a conclusão do projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", justificou um incremento de 45% do volume de negócios face ao ano anterior, tendo em termos absolutos registado uma variação superior a um milhão de euros. Contudo, a desvalorização do Dólar face ao Euro de 12%, ao longo de 2017, concorreu para um menor resultado.

Não só este projeto contribuiu para alcançarmos o segundo maior registo da história da empresa, como também projetos na área do voo, cartografia e desenvolvimento aplicacional e na área dos sistemas de informação geográfica, gestão de frotas, obtiveram níveis de faturação interessantes, contribuindo para uma melhoria do desempenho deste indicador.

Quanto aos **Subsídios à Exploração**, resultaram da conclusão do projeto GeoSmartCity, que foi desenvolvido através de um consórcio europeu constituído por 15 membros e que em 2017 permitiu reconhecer 32.148 euros de ganhos.

Reversões de Imparidades - foi possível recuperar 8.866 euros de clientes, fruto de acordos estabelecidos, um com uma empresa espanhola e outro com um Município.

Outros Rendimentos e Ganhos – resultam essencialmente das rendas obtidas pelo arrendamento parcial do espaço na sede.

O total dos **Ganhos Operacionais** registaram um incremento de 40% face ao exercício anterior, contribuindo em termos absolutos para um milhão de euros de incremento face a 2016.

GASTOS OPERACIONAIS

Os **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos**, subiram 55%, face ao ano transato e justificam-se essencialmente pela componente de subcontratação

jurídica para o projeto do Millennium Challenge Account, quer através de prestadores de serviço locais para assegurar os trabalhos no terreno, onde o conhecimento local era importante, quer pela subcontratação jurídica, para o acompanhamento dos registos de propriedade.

Os **Gastos com Pessoal,** registaram um incremento de 30% face ao ano transato, conforme já detalhado no capítulo dedicado a gastos com pessoal.

Imparidades – para além das imparidades registadas em anos transatos, não encontramos riscos de incobrabilidade evidente, que justificasse o registo de provisão.

Outros Gastos e Perdas – registaram uma diminuição de 49% face ao ano anterior, fruto de uma diminuição acentuada de imposto relacionado com a segurança social dos independentes. Esta rubrica acomoda ainda impostos (IMI, taxas, IUC), correções residuais a anos anteriores e quotizações em associações.

Depreciações – registou um incremento de 13%, o que se justifica pelo investimento realizado no reforço de equipamento básico e de transporte em 2017, com o objetivo de repor equipamento obsoleto.

Os **Gastos Operacionais** registaram uma variação de 39% face ao ano transato, 1% inferior ao registado nos ganhos, tendo resultado em termos absolutos um incremento de 984.821 euros. As rubricas que mais influenciaram este aumento foram os gastos em fornecimentos e serviços externos e pessoal.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Resultados operacionais positivos, pelo quarto ano consecutivo, são tanto mais relevantes, se atendermos ao facto das dificuldades financeiras que o país e que o setor público, em particular, atravessou. Aqui retratamos apenas o último triénio:

Exercício/Rubrica	2015	2016	VAR. % (15/16)	2017	VAR. % (16/17)
GANHOS OPERACIONAIS	3.559.953	2.565.728	-28%	**3.584.592**	40%
GASTOS OPERACIONAIS	3.424.526	2.508.835	-27%	**3.493.656**	39%
RESULTADOS OPERACIONAIS	135.427	56.893	-58%	**90.936**	60%

Unidade: Euro

Os Resultados Operacionais derivam do crescimento mais do que proporcional dos ganhos face aos gastos, concorrendo para uma subida de 60% dos Resultados Operacionais face a 2016.

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

O recurso marginal às contas correntes caucionadas em 2017 permitiram o pagamento de juros residuais, contudo o valor das comissões praticadas pelas Instituições bancárias têm vindo a agravar esta rubrica. A somar e com um impacto muito superior às anteriores, temos as diferenças de câmbio suportadas que tiveram um impacto de 37.950 euros. Ou seja, 56% dos "juros e gastos similares" tiveram origem na relação negativa do Dólar face ao Euro ao longo de 2017, justificando assim um incremento de 67% desta rubrica face a 2016.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos o seguinte resultado:

	2015	2016	VAR. % (15/16)	2017	VAR. % (16/17)
JUROS E RENDIMENTOS	22.439	5.095	-77%	**3.209**	**-37%**
JUROS E GASTOS	97.595	39.873	-59%	**66.782**	**67%**
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	**-75.156**	**-34.779**	**54%**	**-63.573**	**-83%**

Unidade: Euro

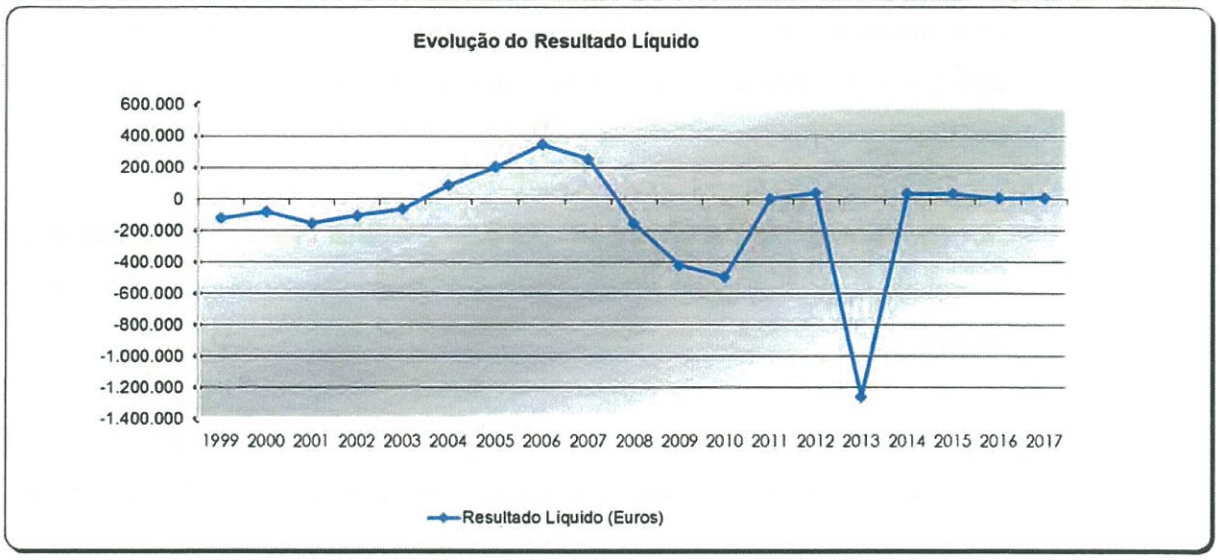
Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2017, alcançado um desempenho positivo, com **27.363 euros**.

Aos **Resultados Antes de Impostos,** seguem-se os impostos, neste caso de 17.443 euros, o que permitiu à Municípia alcançar em 2017 um **Resultado Líquido** positivo de **9.920 euros**, conforme documentado na Demostração de Resultados.

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34
2001	-151.965	-91
2002	-104.053	32
2003	-61.238	41
2004	89.791	247
2005	205.745	129
2006	347.733	69
2007	257.180	-26
2008	-153.789	-160
2009	-419.737	-173
2010	-491.754	-17
2011	5.566	101
2012	41.347	643
2013	-1.259.227	-3.146
2014	36.687	103
2015	35.349	-4
2016	7.837	-78
2017	9.920	27
Média	**-94.989**	-



INDICADORES DE ATIVIDADE

Atividade	2015	2016	2017	Média	Var 15-16	Var 16-17
Volume de Negócios	3.313.341	2.437.545	**3.523.858**	3.091.581	-26%	45%
Rentabilidade das Vendas	1,07%	0,32%	**0,28%**	0,56%	-70%	-12%
EBIT (Resultado Operacional)	135.427	56.893	**90.936**	94.418	-58%	60%
Resultado Líquido	35.349	7.837	**9.920**	17.702	-78%	27%
Cash Flow Líquido	246.252	154.266	**174.869**	191.796	-37%	13%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apresenta um dos melhores registos de sempre da empresa, motivado pela conclusão do projeto desenvolvido em Cabo Verde, bem como uma boa execução nos restantes projetos. Subiu 45% e representa um acréscimo em termos absolutos superior a um milhão de euros face a 2016.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Apresenta um valor baixo, fruto de margens baixas na maioria dos projetos em que a Município opera, tendo em conta que se continua a insistir no critério de adjudicação do mais baixo preço.

***EBIT* (ganhos antes de impostos e juros)** – Regista um resultado positivo pelo quarto exercício consecutivo, revelando um bom comportamento operacional da sociedade.

Resultado Líquido – independentemente do valor dos resultados líquidos positivos de 9.920 euros serem baixos, configura um prémio a toda a equipa Município (funcionários, gestão, acionistas e fiscalistas) tanto mais, que o registo se repete nos últimos quatro exercícios económicos.

***Cash Flow Líquido* –** Apresenta um registo de 174.869 euros, repartido por 164.949 euros de depreciação e 9.920 euros de resultado líquido.

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2015	2016	2017	Média	Var. 15-16	Var. 16-17
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	106.882	69.644	**103.643**	93.390	-35%	49%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	39	83	**93**	72	-113%	-12%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	29	81	**81**	64	179%	0%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/N° Pessoas) – À semelhança do que ocorreu em 2015, também em 2017, a 31 de dezembro os funcionários que colaboram no projeto que mais contribuiu para o volume de negócios já não

constavam como funcionários, o que justifica uma sobrevalorização per capita deste indicador.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – a Municípia demorou em média 93 dias a satisfazer os seus compromissos, mitigando desta forma o recurso a financiamento de curto prazo.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – manteve-se o mesmo número de dias médio de recebimento em 81 dias.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma ligeira descida do indicador, mantendo contudo as rubricas do Ativo de Curto Prazo que duplicam o registo do Passivo de Curto Prazo.

A descida de 13% face a 2016 resulta de um incremento mais do que proporcional do Passivo de Curto Prazo, face ao registado no Ativo de Curto Prazo.

Tesouraria	2015	2016	2017	Média	Var. 15-16	Var. 16-17
Liquidez Geral	2,95	2,31	**2,00**	2,42	-22%	-13%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equil. Financeiro	2015	2016	2017	Média	Var. 15-16	Var. 16-17
Autonomia Financeira	69,40%	75,80%	**74,00%**	73,07%	9,2%	-2,4%
Solvabilidade	3,19	4,07	**3,32**	3,53	27,6%	-18,4%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,05%	0,24%	**0,30%**	0,53%	-77,7%	26,2%

Autonomia Financeira (CP/AT) - Apresenta uma variação residual de - 2% face a 2016, justificada pelo ligeiro incremento do capital próprio e uma subida ligeiramente superior do total do ativo.

Daqui se conclui que o ativo está a ser financiado com recurso essencialmente a capitais próprios, representando uma grande independência da banca.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A capacidade de solver as dívidas diminuiu 18%, ainda assim, o capital próprio supera em mais de três vezes o total do passivo. Passivo que, em 31 de dezembro, estava afetado por um saldo excecional de 190.000 euros de um subcontrato, que viria a ser liquidado no dia 9 de janeiro.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo alcançado em 2017, ainda que positivo, proporciona uma taxa reduzida de retorno aos acionistas. Contudo regista uma variação positiva de 26% face ao exercício económico anterior.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade, mesmo em anos de crise acentuada e de restrições orçamentais dos clientes do setor público, tem alcançado nos últimos quatro exercícios, Resultados Antes de Impostos, positivos. No quadro seguinte apresenta-se o último triénio:

Unidade: Euro

Legais	Lei 50/2012		
	2015	2016	2017
Regra do Equilíbrio de Contas	60.270	22.114	27.363

Do exercício económico de 2017, **não resultará qualquer transferência de reequilíbrio**, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 27.363 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2017, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);

- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 17
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	080%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/ 14 a 17
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	-39,88
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/ 14 a 17
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	17.060,54	57.498,02	63.102,16	130.335,807	-2.669,14

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011 e 2012 2014 a 2017	Total
Valores Liquidados	176.397	542.092	584.496	1.106.488	-22.517	**2.386.956**
Valores em Dívida	**17.061**	**57.498**	**63.102**	**130.335**	**-2.669**	**265.327**
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	**2.652.283**

2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2017, no valor de 9.920,19 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (496,01 euros), transferindo-se o remanescente de 9.424,18 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

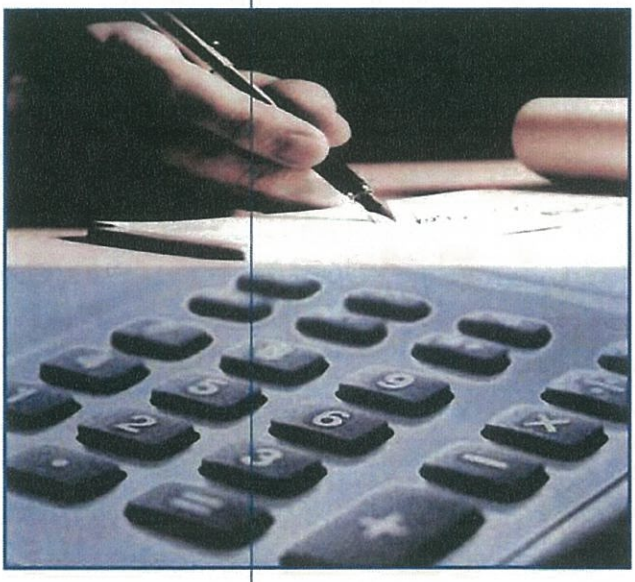
Oeiras, 10 de janeiro de 2018

O Conselho de Administração,

Dr. Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*

Dr. João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

CONTAS DO EXERCÍCIO



Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Demonstração de Resultados por Funções

3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO Período findo em 31-12-2017
Contas Individuais Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	2.098.994,42	2.024.815,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		5.224,37	4.363,73
Ativos por impostos diferidos	14	138.658,90	142.957,72
		2.242.877,69	**2.172.136,45**
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		862.444,84	666.531,52
Estado e outros entes públicos		31.441,89	13.826,56
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		13.556,83	11.191,65
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	603.151,86	873.811,21
Diferimentos	3	101.391,60	112.353,46
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	652.293,12	537.615,00
		2.264.280,14	**2.215.329,40**
Total do ativo		**4.507.157,83**	**4.387.465,85**

GUIAdePORTUGAL www.guiadeportugal.pt
Municípia ENERGY www.municipiaenergy.com
[38.737182, -9.304986]

Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO
Contas Individuais

Período findo em 31-12-2017
Mantenter expressar em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31-12-2017	31-12-2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-254,99
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		51.639,95	51.248,12
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		38.881,07	31.436,23
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**9.920,19**	**7.836,67**
		0,00	0,00
Total do capital próprio		**3.336.854,90**	**3.326.944,70**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	9	26.535,08	120.430,85
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		26.535,08	**120.430,85**
Passivo corrente:			
Fornecedores		549.529,22	313.166,78
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		43.100,62	83.326,75
Financiamentos obtidos	9	93.895,80	92.829,68
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		291.386,80	207.491,97
Diferimentos	3	165.855,41	243.275,12
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.143.767,85	**940.090,30**
Total do passivo		**1.170.302,93**	**1.060.521,15**
Total do capital próprio e do passivo		**4.507.157,83**	**4.387.465,85**

Dedução I.R.T. Nº

GUIAdePORTUGAL
www.guiadeportugal.pt
Municípia ENERGY
www.municipiaenergy.com
[38.737182, -9.304986]

Município
localização é valor!

Entidade:
MUNICÍPIA,SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31-12-2017

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	DATAS	
			31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	+	12	3.523.858,06	2.437.545,34
Subsídios à exploração	+	13	32.147,74	14.287,83
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-		-1.903.789,27	-1.227.083,10
Gastos com o pessoal	-	5.2	-1.402.522,55	-1.082.530,63
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	8.865,53	20.924,62
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+		19.720,97	84.290,30
Outros gastos e perdas	-		-22.395,96	-44.112,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		**255.884,52**	**203.321,71**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6/7/10	-164.948,58	-146.429,11
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		**90.935,94**	**56.892,60**
Juros e rendimentos similares obtidos	+		3.208,89	5.094,64
Juros e gastos similares suportados	-	9	-66.781,56	-39.873,19
Resultado antes de impostos	=		**27.363,27**	**22.114,05**
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	11	-17.443,08	-14.277,38
Resultado líquido do período	=		**9.920,19**	**7.836,67**

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			0,00	0,00

			0,00	0,00
			0,00	0,00
	=		**0,00**	**0,00**
Resultado por ação básico			0,02	0,01

Pedro J. C. T. N.

GUIAdePORTUGAL
www.guiadeportugal.pt
Município ENERGY
www.municipiaenergy.com
[38.737182, -9.304986]

Entidade:

MUNICÍPIA,SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31-12-2017

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	+	12	3.523.858,06	2.437.545,34
Custo das vendas e dos serviços prestados	-		-3.105.123,00	-2.127.465,11
Resultado bruto	=		**418.735,06**	**310.080,23**
Outros rendimentos	+		60.734,24	119.502,75
Gastos de distribuição	-		-120.356,91	-106.779,51
Gastos administrativos	-		-245.780,49	-221.798,22
Gastos de investigação e desenvolvimento	-		0,00	0,00
Outros gastos	-		-22.395,96	-44.112,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		**90.935,94**	**56.892,60**
Gastos de financiamento (líquidos)	-		-63.572,67	-34.778,55
Resultados antes de impostos	=		**27.363,27**	**22.114,05**
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	11	-17.443,08	-14.277,38
Resultado líquido do período	=		**9.920,19**	**7.836,67**

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

		0,00	0,00
		0,00	0,00
	=	**0,00**	**0,00**

Pedro J. C. T. N.

GUIAdePORTUGAL
www.guiadeportugal.pt
Municípia ENERGY
www.municipiaenergy.com
[38.737182, -9.304986]

[38.737182, -9.304986]

www.municipiaenergy.pt
www.guiadeportugal.pt
ISO 9001 SGS certificação acreditada IPAC

Entidade: Município, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: 2016

Contas Individuais

Período findo em 31-12-2017

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO		POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Reailização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respect.variaç.	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações		POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1
Total da Capital Próprio		3.352.799,46		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	-110,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	0,00	-33.691,43	3.326.944,70
		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	3.352.799,46		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	-110,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	0,00	-33.691,43	3.326.944,70
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital	Result. líquido período	35.348,66		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-35.348,66	-35.348,66	7.836,67	-27.511,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67
	Outras variações no CP	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Excedent. revalorização	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ajust. em ativos financeir.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Resultados transitados	31.436,43		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.581,23	33.581,23	0,00	33.581,23	0,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	0,00	-33.581,43	31.436,23
	Outras reservas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reservas legais	49.480,69		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.767,43	1.767,43	0,00	1.767,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.248,12
	Prémios de emissão	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros instru. de CP	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ações (quotas próprias)	-144,99		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			-110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-110,00	-254,99
	Capital realizado	3.236.678,67		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67
NOTAS		1									2	3	4=2+3							5	6=1+2+3+5

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.
Tagusparque, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11.3.08, 2740-120 Porto Salvo, Oeiras, Portugal Tel. (351) 214 234 100 Fax. (351) 214 228 205 Inf. (351) 967 505 671 info@municipia.pt www.municipia.pt
NIF 504 475 680 CAPITAL SOCIAL 3.236.678,67€ CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL CASCAIS Nº 12 856

Município
localização é valor!

24

SGS certificação acreditada IPAC
ISO 9001 CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS

Municípia
localização é valor!

Entidade: Municípia,SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N: 2017

Período findo em 31-12-2017

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	ALTERAÇÕES NO PERÍODO: Primeira acção de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respect.variaç.	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações		POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N
Total da Capital Próprio	3.326.944,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.920,19	9.920,19	-9,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,99	3.336.854,90
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.326.944,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.920,19	9.920,19	-9,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,99	3.336.854,90
Result. líquido período	7.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.836,67	9.920,19	2.083,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.920,19
Outras variações no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeir.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	31.436,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.444,84	0,00	7.444,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.881,07
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	51.248,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391,83	0,00	391,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.639,95
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instru. de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acções (quotas próprias)	-254,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,99	-264,98
Capital realizado	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

NOTAS

GUIAdePORTUGAL
www.guiadeportugal.pt
Municípia ENERGY
www.municipiaenergy.com
[38.737182, -9.304986]

ISO 9001 SGS certificação acreditada IPAC

Municípia localização é valor!

Entidade:
MUNICÍPIA,SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31-12-2017

Contar Individual — Manter expressar em Euros

RUBRICAS		NOTAS	DATAS 31-12-2017	DATAS 31-12-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto				
Recebimentos de clientes	+		4.010.797,70	2.432.898,79
Pagamentos a fornecedores	-		-2.026.121,32	-1.358.015,76
Pagamentos ao pessoal	-		-832.098,46	-718.036,79
Caixa gerada pelas operações	+/-		**1.152.577,92**	**356.846,24**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		-20.471,06	-33.251,58
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		-680.203,10	-1.405.550,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/-		**451.903,76**	**-1.081.955,95**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-		-271.323,18	-65.058,19
Ativos intangíveis	-		0,00	0,00
Investimentos financeiros	-		0,00	0,00
Outros ativos	-		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+		29.746,48	56.538,22
Ativos intangíveis	+		0,00	0,00
Investimentos financeiros	+		0,00	0,00
Outros ativos	+		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+		3.208,89	5.094,64
Dividendos	+		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/-		**-238.367,81**	**-3.425,33**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+		599.069,12	1.210.739,47
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		1.587,74	142.662,61
Cobertura de prejuízos	+		0,00	0,00
Doações	+		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		-691.898,77	-1.301.279,49
Juros e gastos similares	-		-7.605,93	-26.798,00
Dividendos	-		0,00	-33.581,43
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		-9,99	0,00
Outras operações de financiamento	-		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+/-		**-98.857,83**	**-8.256,84**
			0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-		**114.678,12**	**-1.093.638,12**
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	4	537.615,00	1.631.253,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	4	652.293,12	537.615,00

GUIAdePORTUGAL www.guiadeportugal.pt
Municípia ENERGY www.municipiaenergy.com
[38.737182, -9.304986]



ANEXO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017

1 – Identificação da Entidade

A Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos

Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omisso. As Demonstrações Financeiras, foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).

b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.

b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.

c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.

d) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 101.391,60 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 165.855,41 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 264.615,61 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 290.930,27 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 138.658,90 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.° 31° da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40° da Lei n° 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei n° 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40° estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foram calculadas essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	1.560,26
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	550.732,86
Aplicações de Tesouraria	100.000,00
Total	**652.293,12**

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Municípia é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 220.620,66 euros. Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7.800 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2017
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	265.842,34	48.963,93

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** não se registou nenhum investimento no ano de 2017.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	**745.058,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**745.058,80**
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	745.058,80	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	**745.058,80**	**00,00**	**0,00**	**0,00**	**745.058,80**
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 271.323 euros, no ano de 2017. Deste investimento, 140.533 euros repartem-se essencialmente por equipamento básico e de transporte, necessários para projetos que estão a decorrer. O montante

remanescente (130.790 euros) integram o imobilizado em curso, relativo ao início do processo de aquisição e substituição de motores da aeronave.

Em termos de abates, foram por obsolescência retirados do imobilizado, material informático de 2005 e equipamento administrativo de 2008 totalizando 3.015,13 euros de valor de aquisição, mas sem valor contabilístico ou de mercado.

Foram alienados 43.531,52 euros de ativos, referentes a viaturas em estado de uso, relativas ao projeto de Cabo Verde que terminou.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.155.711,66	41.503,66	0,00	0,00	0,00	-315,13	0,00	2.196.900,19
Equipamento de transporte	125.694,13	99.029,22	-43.531,52	0,00	0,00	0,00	0,00	181.191,83
Equipamento administrativo	123.447,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.700,00	0,00	120.747,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	**3.995.328,89**	**140.532,88**	**-43.531,52**	**0,00**	**0,00**	**-3.015,13**	**0,00**	**4.089.315,12**
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	130.790,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.790,30
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	403.778,56	23.368,05	0,00	0,00	0,00	0,00	427.146,61
Equipamento básico	1.412.386,57	104.529,48	0,00	0,00	-315,13	0,00	1.516.600,92
Equipamento de transporte	34.016,87	35.212,92	-11.336,34	0,00	0,00	0,00	57.893,45
Equipamento administrativo	118.225,51	1.270,45	0,00	0,00	-2.700,00	0,00	116.795,96
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.106,38	567,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.674,06
Ativos fixos tangíveis	**1.970.513,89**	**164.948,58**	**-11.336,34**	**0,00**	**-3.015,13**	**0,00**	**2.121.111,00**
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	771.145,48
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.299,27
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.298,38
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.951,93
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.67
Ativos fixos tangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.968.204,12**
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.790,30
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.098.994,42

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3,

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	742.069,12	120.430,88

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	534.485,96	328.014,04

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2017, não se encontrava utilizado qualquer valor das contas correntes caucionadas, contudo da utilização das mesmas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	4.272,63
Juros das contas correntes caucionadas	482,82

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 164.948,58 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2017	**384.832,18**
Reversão	-8.865,53
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	0,00
Saldo final a 31-12-2017	**375.966,65**

A reversão teve origem nos acordos e recebimentos alcançados.

12 – Rédito

No ano de 2017, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 3.523.858 euros.

Neste valor estão incluídos 264.616 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 164.345 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2017, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Municípia em 2017, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 3.555 euros provenientes do acordo assinado entre a Comissão Europeia e GISIG –

Geographical Information Systems International Group Associazione, para o projeto "*Open geo-data for innovative services and user applications towards Smart Cities*". No entanto, para 2017 reconheceu-se o montante de 32.147,74 euros, atendendo ao grau de realização.

14 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada ou perdida			Saldo por utilizar
		2015	2016	2017	
2013	1.209.521,53	0,00	563,86	20.470,56	1.188.487,12
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	44.355,02
2015	97.982,50	0,00	0,00	0,00	97.982,50
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.351.859,05**	**0,00**	**563,86**	**20.470,56**	**1.330.824,64**

Unidade: Euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios
Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	681.314,90
2016	-563,86
2017	-20.470,56
TOTAL	**660.280,49**

Unidade: Euros

Taxa de IRC + Derrama (21%): 138.658,90 euros

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2017	1.995,66
2016	7.426,70
2015	4.867,35
Total	**14.289,71**

Unidade: Euros

PEC perdidos no final de 2017: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2017: 0 euros

Existem 1.330.824,64 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes apenas estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos 660.280,49 euros, a que corresponde de Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 138.658,90 euros. Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 14.289,71 euros, tendo-se perdido 0 euros.

Embora os prejuízos fiscais sejam dedutíveis em exercícios futuros, será pouco provável conseguir utilizá-los todos, dado o seu montante e o curto prazo em que podem ser deduzidos.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	1.491,43
Tributações Autónomas	11.214,18
Derrama	438,65
Impostos Diferidos	4.298,82
TOTAL	**17.443,08**

Unidade: Euros

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2017:

- Um dólar americano (USD) = 0,83470 euros;

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2017, foi de 34 pessoas.

Em 31.12.2017, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Municípia, pelo valor mensal de 1.500 euros mais IVA nos primeiros cinco meses do ano, havendo depois uma atualização da renda para 1.510 euros a partir de junho inclusive, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2017 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016	Lei 50/2012 2017
Regra do Equilíbrio de Contas	17.061	57.498	63.102	0	130.335	0	-2.669	0	0

Unidade: Euros Unidade: Euros

De seguida detalham-se as rúbricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2016 e 2017:

Descrição	2016	2017
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	10.099,79	14.528,45
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	266.914,39	265.326,65
Projetos Realizados a Faturar	505.252,30	264.615,61
Club M	0,00	8,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	8,49	11,31
MCV Integração movimentos	-156.707,99	-340.793,65
MCV transferências e pagamentos	156.708,00	340.793,59
MCV outros devedores e credores	58.066,38	1.031,87
Outros devedores e credores	0,00	24.090,00
Tarefeiros	0,00	70,18
Total	**873.811,21**	**603.151,86**

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 265.326,65 euros, que estão devidamente detalhados na página 53 e seguintes deste relatório, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Oeiras, 10 de janeiro de 2018

O Contabilista Certificado
Nº 61.236

Dr. Pedro Nunes

O Conselho de Administração,

Dr. Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*

Dr. João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2 – Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores , de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2017

4 – Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.

- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 – Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2017 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNÍCÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2017.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2018

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.
Representada por
Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

diz & associados-SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de MUNICÍPIA , Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 4 507 158 euros e um total de capital próprio de 3 336 855 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 9 920 euros, as Demonstração de resultados por naturezas , a demonstração dos resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data , e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade , divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação , omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a

razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2018

Diz & associados- SROC, Lda
Representada por
Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383

Rota Histórica
das Linhas de Torres

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

E CONTAS

2017

Anexo X

Índice

Introdução 3
Atividades 4
Mapas mensais de Despesa/Receita 8
Mapa anual receita/despesa 14
Balancete anual 15
Conclusão 17

Introdução

A Rota Histórica das Linhas de Torres constituiu-se como associação por escritura pública em janeiro de 2017. Esta é uma associação sem fins lucrativos constituída por Municípios e outras entidades públicas e privadas que tem por fim a realização de interesse específicos comuns aos membros que a integram. Sem prejuízo da atribuição de posteriores objetivos, a Rota Histórica das Linhas de Torres, prossegue os fins estabelecidos nos estatutos aprovados aquando da sua constituição.

O presente documento apresenta as atividades realizadas durante ano de 2017, assim como as contas, deste primeiro ano de atividade.

Atividades

Das atividades previstas no Plano de Ação e Orçamento, foram realizadas durante o ano de 2017 as seguintes atividades:

- Criação e produção do estacionário gráfico da associação, com base na imagem da RHLT, foram criadas folhas de ofício (primeira e segunda página), pastas, envelopes (com e sem janela) e livros de faturas. Para uma segunda fase, ficou a criação de outros tamanhos de envelopes. Durante o ano de 2017 todos os custos com correspondência da RHLT foram assegurados pelo município de Sobral de Monte Agraço, pois o estacionário só ficou concluído no final do ano.

A fatura no valor de 1.146,36 € foi liquidada na totalidade.

- Foi desenvolvida a campanha de captação de imagens (fotografia e vídeo) que vão permitir nesta primeira fase alimentar o *website* e enriquecer as participações da RHLT em eventos de divulgação.

Relativamente ao *website* da RHLT, foi criada a estrutura e desenvolvidos conteúdos, estando neste momento em fase de conclusão e ajustes a versão portuguesa. Posteriormente, os conteúdos serão enviados para tradução. A tabela abaixo esquematiza o ponto de situação das ações relativas ao website:

Ação	Empresa	Valor	Observações
Construção do website	Groovit: Digital Marketing Consulting	4.680,00 €	Pago 40 % (1.869,60 €)
Registo do domínio	PTISP	9,84 €	Pago
Alojamento e manutenção plataforma web	Groovit: Digital Marketing Consulting	492,00 €	Por pagar (não estava no orçamento inicial do website)
Tradução	International House	2.000,00 €	Valor por liquidar e que pode sofrer ajustes por se tratar de uma estimativa
Reportagem fotográfica e registo vídeo	SPA Produções	6.340,00 €	Pago
Produção do vídeo	SPA Produções	760,00 €	Pago

- Comemoração do Dia Nacional das Linhas de Torres:

INVADE! - Concurso de curtas-metragens sobre o tema Invasões, envolvendo temáticas como a História das Guerras Peninsulares e das Linhas de Torres, o património das Linhas de Torres, o enquadramento cultural e a vivência da comunidade local. O público-alvo foram os estudantes do ensino secundário.

A entrega dos prémios decorreu numa cerimónia na Escola Secundária do Forte da Casa, onde também foi a apresentada a Mochila do Soldado, um recurso educativo desenvolvido pela RHLT e pela AIDGLOBAL, ao abrigo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

Na cerimónia além dos membros da Direção da RHLT, esteve presente a Sra. Embaixadora do Reino Unido em Portugal que entregou o prémio para a melhor curta, classificação do *facebook*, e ainda dois elementos do júri (Ana Catarina Sousa e Luís Rafael de Matos) que entregaram o prémio de júri para a curta vencedora.

Homenagem ao Esforço da População na Defesa de Portugal, protagonizada pelo grupo de recriação histórica *Guerrilha de Montagraço*, teve início às 20 horas com o desfile de bombos da Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913, que percorreu a avenida Marquês de Pombal até à Praça Dr. Eugénio Dias, onde foi depositada uma coroa de flores junto à placa evocativa da memória e resistência do Povo Português e aos mortos da Guerra Peninsular, acompanhada por uma alocução alusiva à vivência dentro das Linhas naquele tempo. O momento foi encerrado com uma contradança da época.

(Ação promovida pela Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro e 1913, como o apoio do município de Sobral de Monte Agraço)

Conferência "Guerra Peninsular e Invasões Francesas", às 21:30, no Auditório Municipal de Sobral de Monte Agraço, pelo coronel Américo Henrique, a qual foi acolhida pelo senhor presidente da Câmara Municipal e presidente da Rota Histórica das Linhas de Torres, José Alberto Quintino, acompanhado por Célia Batalha Fernandes, também em representação da RHLT.

(Ação promovida pela Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro e 1913, como o apoio do município de Sobral de Monte Agraço)

Dia Aberto ao Professor, decorreu no dia 21 de outubro, pelas 10 horas, no Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT) | Sobral de Monte Agraço, com a iniciativa "Mochila do Soldado – Partir da Guerra para a Paz", dirigida a professores e suas famílias, na qual foi apresentada uma ferramenta pedagógica para escolas que disponibiliza propostas de atividade que articulam a Cidadania Global com situações vividas durante as Invasões Francesas, no séc. XIX.

(Ação promovida pelo Centro de Interpretação as Linhas de Torres de Sobral de Monte Agraço)

Visita ao Forte da Ajuda Grande, no dia 21 de outubro, às 16h00, teve lugar um passeio com evocação histórica, partindo do Museu do Vinho e da Vinha, em Bucelas e que contou com a participação do grupo de recriação histórica *Guerrilha de Montagraço*.

(Ação promovida pelo município de Loures, com a participação da Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro e 1913)

Abaixo se indica relação dos custos suportados pela RHLT:

Ação	Empresa	Valor	Observações
Prémio na categoria de júri (Cartão presente)	Jumbo – grupo Auchan	500,00 €	Pago
Prémio na categoria de público (Cartão presente)	Jumbo – grupo Auchan	250,00 €	Pago
Coffee-Break (Aquisição de miniaturas doces)	Pastelaria Pão com mel	125,00 €	Pago
Coffee-Break (Aquisição de fruta, talheres e açúcar)	Várias entidades	12,90 €	Pago

Das atividades previstas no Plano de Ação e Orçamento para o ano 2017, não foram realizadas as seguintes:

- Monitorização do estado de visitabilidade e conservação de todo o património que integra os percursos do Guia de visita da RHLT. Esta monitorização não foi realizada por uma única equipa, com elaboração de relatório como no ano anterior, mas o estado de visitabilidade dos fortes foi analisado pela Equipa Técnica. Esta análise decorreu no âmbito do trabalho realizado

para a escolha dos locais a fotografar e filmar para a campanha e também na revisão/elaboração de conteúdos para o site.

Foram ainda realizadas as seguintes atividades, que não estavam prevista no Plano de Ação, mas que tendo em conta a importância para a missão da RHLT foram asseguradas:

- Representação da RHLT em Londres, no dia 19 de outubro, uma delegação portuguesa foi a Londres promover as potencialidades da RHLT enquanto produto turístico de qualidade diferenciada.

A delegação, constituída por representantes políticos e técnicos dos municípios de Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e por parceiros que operam na área do Turismo no território RHLT, estiveram em Londres com o objetivo de iniciar a promoção externa das Linhas de Torres como destino turístico. O evento decorreu na Embaixada Portuguesa no Reino Unido, com apoio dos membros do Turismo de Portugal naquele país, para uma assistência composta por membros dos Friends of the Lines, operadores turísticos e pela imprensa.

A abertura ficou a cargo do senhor embaixador Manuel Lobo Antunes e de José Aragão, gestor de produto Turismo de Negócios, Turismo Residencial e Golfe , a que se seguiu a intervenção da Vice-Presidente da RHLT, Ana Umbelino, que falou do contributo que as Linhas de Torres podem dar para um turismo de excelência, terminando com a apresentação do novo vídeo promocional. Após esse momento, coube ao CEO da Citur, João Moita, dar a conhecer um pacote turístico pensado essencialmente para as Linhas de Torres, em articulação com outros dois polos de grande atratividade, Lisboa e Óbidos.

Durante o cocktail, servido com os vinhos da Quinta da Folgorosa, um dos parceiros que tem colaborado com a RHLT, decorreram vários contactos e esclarecimentos quanto a este destino.

O evento terminou com a entrega de goody bags aos convidados, dos quais faziam parte materiais promocionais do património cultural das Linhas de Torres.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapas mensais de Despesa/Receita

Mapa do mês de julho

	RECEITA	Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	7.000,00 €	0,00 €	9.000,00 €	7.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	2.600,00 €	0,00 €	7.800,00 €	2.600,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**9.600,00 €**			**9.600,00 €**
2.	Atividades				
2.1.	Participações				
	Total	**9.600,00 €**			**9.600,00 €**

	DESPESA	Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	5,41 €	0,00 €	70,00	5,41 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	50,00	0,00 €
	Sub-total	**5,41 €**			**5,41 €**
2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	0,00 €	750,00	0,00 €
2.2.	Criação site	1.869,60 €	0,00 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	0,00 €	7.100,00	0,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	250,00	0,00 €
	Sub-total	**1.869,60 €**			**1.869,60 €**
	Total	**1.875,01 €**			**1.875,01 €**

RESUMO

Receita total do Ano	9.600,00 €	Saldo Mês	7.724,99 €
Despesa Total do ano	1.875,01 €		
		SALDO FINAL	7.724,99 €

Depósito no C.A.S.M.A.	7.724,99 €
Fundo de Caixa	0
TOTAL	7.724,99 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de agosto

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	500,00 €	7.000,00 €	9.000,00 €	7.500,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	2.600,00 €	2.600,00 €	7.800,00 €	5.200,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**3.100,00 €**			**12.700,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**3.100,00 €**	**12.700,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	14,56 €	5,41 €	70,00	19,97 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	9,84 €	0,00 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**24,40 €**			**29,81 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	0,00 €	750,00	0,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	0,00 €	7.100,00	0,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	250,00	0,00 €
	Sub-total	**0,00 €**			**1.869,60 €**

Total	**24,40 €**	**1.899,41 €**

RESUMO

Receita total do Ano	12.700,00 €	Saldo Mês	3.075,60 €
Despesa Total do ano	1.899,41 €		
		SALDO FINAL	10.800,59 €

Depósito no C.A.S.M.A.	10.800,59 €
Fundo de Caixa	0
TOTAL	10.800,59 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de setembro

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	0,00 €	7.500,00 €	9.000,00 €	7.500,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	1.300,00 €	5.200,00 €	7.800,00 €	6.500,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**1.300,00 €**			**14.000,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**1.300,00 €**	**14.000,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	0,00 €	19,97 €	70,00	19,97 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**0,00 €**			**29,81 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	0,00 €	750,00	0,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	6.340,00 €	0,00 €	7.100,00	6.340,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	250,00	0,00 €
	Sub-total	**6.340,00 €**			**8.209,60 €**

Total	**6.340,00 €**	**8.239,41 €**

RESUMO

Receita total do Ano	14.000,00 €	Saldo Mês	-5.040,00 €
Despesa Total do ano	8.239,41 €		
		SALDO FINAL	5.760,59 €

Depósito no C.A.S.M.A.	5.760,59 €
Fundo de Caixa	0
TOTAL	5.760,59 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de outubro

	RECEITA	Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	1.500,00 €	7.500,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	1.300,00 €	6.500,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**2.800,00 €**			**16.800,00 €**

2.	Atividades	
2.1.	Participações	

Total	**2.800,00 €**	**16.800,00 €**

	DESPESA	Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	20,80 €	19,97 €	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**20,80 €**			**50,61 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	750,00 €	0,00 €	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	760,00 €	6.340,00 €	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	137,90 €	0,00 €	250,00	137,90 €
	Sub-total	**1.647,90 €**			**9.857,50 €**

Total	**1.668,70 €**	**9.908,11 €**

RESUMO

Receita total do Ano	16.800,00 €	Saldo Mês	1.131,30 €
Despesa Total do ano	9.908,11 €		
		SALDO FINAL	6.891,89 €

Depósito no C.A.S.M.A.	6.884,79 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	6.891,89 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de novembro

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	0,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**0,00 €**			**16.800,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**0,00 €**	**16.800,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	0,00 €	40,77 €	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**0,00 €**			**50,61 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	750,00 €	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	7.100,00 €	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	137,90 €	250,00	137,90 €
	Sub-total	**0,00 €**			**9.857,50 €**

Total	**0,00 €**	**9.908,11 €**

RESUMO

Receita total do Ano	16.800,00 €	Saldo Mês	0,00 €
Despesa Total do ano	9.908,11 €		
		SALDO FINAL	6.891,89 €

Depósito no C.A.S.M.A.	6.884,79 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	6.891,89 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de dezembro

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	0,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**0,00 €**			**16.800,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**0,00 €**	**16.800,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	0,00 €	40,77 €	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	1.146,36 €	0,00 €	1.170,00	1.146,36 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**1.146,36 €**			**1.196,97 €**
2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	750,00 €	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	7.100,00 €	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	137,90 €	250,00	137,90 €
	Sub-total	**0,00 €**			**9.857,50 €**

Total	**1.146,36 €**	**11.054,47 €**

RESUMO

Receita total do Ano	16.800,00 €	Saldo Mês	-1.146,36 €
Despesa Total do ano	11.054,47 €		
		SALDO FINAL	5.745,53 €

Depósito no C.A.S.M.A.	5.738,43 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	5.745,53 €

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa anual receita/despesa

Mapa do ano 2017

	RECEITA	Dotação orçamental	Receita obtida
1.	Funcionamento		
1.1.	Quota	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €
	Sub-total		**16.800,00 €**

2.	Atividades	
2.1.	Participações	

Total da receita	**16.800,00 €**

	DESPESA	Dotação orçamental	Total despesa
1.	*Funcionamento*		
1.1.	Expediente	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	1.170,00	1.146,36 €
1.5.	Outros	50,00	9,84 €
	Sub-total		**1.196,97 €**

2.	*Atividades*		
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	250,00	137,90 €
	Sub-total		**9.857,50 €**

Total da despesa	**11.054,47 €**

SALDO FINAL	5.745,53 €

Depósito no C.A.S.M.A.	5.738,43 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	5.745,53 €

Rota Histórica das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Balancete anual

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro (Euros)

CONTA		VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Código	Designação	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	Caixa			20,00	12,90	7,10	
11.1	Caixa			20,00	12,90	7,10	
12	Depósitos à Ordem		1.146,36	16.800,00	11.061,57	5.738,43	
12.1	Caixa Agrícola		1.146,36	16.800,00	11.061,57	5.738,43	
22	Fornecedores	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1	Fornecedores c/c	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1.1	Fornecedores gerais	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1.1.1	Fornecedores c/c (Nacionais)	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1.1.1.001	Groovit, Lda		1.869,60	1.869,60	1.869,60		
22.1.1.1.002	AlmouroITEC, Lda (ptisp)			9,84	9,84		
22.1.1.1.003	Luis Rafael Teixeira Matos			7.100,00	7.100,00		
22.1.1.1.004	Gutenimagem - Artes Gráficas Unip. Lda	1.146,36	1.146,36	1.146,36	1.146,36		
22.1.1.1.005	Prestigio Global, Lda		230,00		230,00		230,00
27	Outras contas a receber e a pagar			16.800,00	16.800,00		
27.8	Outros devedores e credores			16.800,00	16.800,00		
27.8.8	Devedores e Credores Diversos			16.800,00	16.800,00		
27.8.8.1	Sócios Internos			16.800,00	16.800,00		
27.8.8.1.001	Municipio de Sobral de Monte Agraço			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.002	Municipio de Arruda dos Vinhos			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.003	Municipio de Torres Vedras			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.004	Municipio de Vila Franca de Xira			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.005	Municipio de Mafra			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.006	Municipio de Loures			2.800,00	2.800,00		
62	Fornecimentos e serviços externos	3.245,96		11.243,70		11.243,70	
62.2	Serviços especializados	2.099,60		9.209,44		9.209,44	
62.2.1	Trabalhos Especializados	230,00		230,00		230,00	
62.2.1.1	Trab.Especial.Merc.Nacional	230,00		230,00		230,00	
62.2.1.1.2	Trab.Especial.c/IVA n/Dedutív.	230,00		230,00		230,00	
62.2.2	Publicidade e Propaganda	1.869,60		8.979,44		8.979,44	
62.2.2.1	Public.Prop.Merc.Nacional	1.869,60		8.979,44		8.979,44	
62.2.2.1.2	Public.Prop.c/IVA n/Dedutível	1.869,60		8.979,44		8.979,44	
62.3	Materiais	1.146,36		1.896,36		1.896,36	
62.3.3	Material de Escritório	1.146,36		1.146,36		1.146,36	
62.3.3.1	Mat.Escrit.Merc.Nacional	1.146,36		1.146,36		1.146,36	
62.3.3.1.2	Mat.Escrit.M.N.c/IVA n/Ded.	1.146,36		1.146,36		1.146,36	
62.3.4	Artigos para Oferta			750,00		750,00	
62.3.4.1	Artig.Oferta Merc.Nacional			750,00		750,00	
62.3.4.1.2	Artig.Oferta c/IVA n/Dedutível			750,00		750,00	
62.6	Serviços diversos			137,90		137,90	
62.6.6	Despesas de Representação			137,90		137,90	
62.6.6.6	Coffee Break			137,90		137,90	
68	Outros gastos e perdas			40,77		40,77	
68.8	Outros			40,77		40,77	
68.8.8	Outros não especificados			40,77		40,77	
68.8.8.6	Out.Custos Perdas Financeiras			40,77		40,77	
68.8.8.6.1	Serviços Bancários			40,77		40,77	

Licenciado a PRESTIGIO GLOBAL Consultores, Lda. Página: 1

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(Euros)

CONTA		VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Código	Designação	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
68.8.8.6.1.3	Cust.Serv.Banc.Isentos			40,77		40,77	
78	Outros rendimentos e ganhos				16.800,00		16.800,00
78.1	Rendimentos suplementares				16.800,00		16.800,00
78.1.1	Quotas				16.800,00		16.800,00
78.1.1.1	Quota Anual				9.000,00		9.000,00
78.1.1.2	Contribuição extraordinária				7.800,00		7.800,00
TOTAL GERAL:		4.392,32	4.392,32	55.030,27	55.030,27	17.030,00	17.030,00

Licenciado a PRESTIGIO GLOBAL Consultores, Lda.

Página: 2

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Conclusão

O primeiro ano de atividade da Associação decorreu dentro do esperado, tendo sido dada prioridade à criação do website da RHLT. Este não ficou concluido dentro do prazo inicialmente esperado, uma vez que os pagamentos da quotas e contribuições extraordinárias dos sócios não foram realizados até ao final de junho, como inicialmente previsto. Assim, o pagamento inicial à empresa foi protelado, o que atrasou o inicio dos trabalhos. A Equipa Técnica teve dificuldades em cumprir os prazos estipulados pelo grupo detrabalho do site para o envio de conteúdos, o que levou a alguns atrasos no envio dos dados à empresa.

A campanha de recolha de imagens também foi atrasada, pelas condiçoes climatéricas, mas foi concluída a tempo do vídeo promocional ser apresentado em Londres.

Em suma, espera-se no primeiro trimestre de 2018 concluir as atividades que ficaram pendentes em 2017, o que levou ao trânsito do saldo de 5.745,53 €.

Sobral de Monte Agraço, 01 de março de 2018

A Direção:

4. O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Direção, no ano em análise.

5. Em conclusão, e atendendo às considerações constantes neste parecer positivo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Atividades e Contas submetidos pela Direção, respeitante ao exercício de 2017, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral da RHIT.

6. Aprovadas as contas na Assembleia Geral é necessário que se cumpram as orientações do Tribunal de Contas no que respeita à divulgação das contas no sítio eletrónico da RHIT, à remessa da declaração de responsabilidade em modelo próprio assim como dos documentos aplicáveis às entidades dispensadas de remessa de contas nos termos do n.º 3 da Resolução 1/2018.

Tomar, 26 de fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente — Vogal

Rui Brás

um preço contratual de **1.890.000,00€ (um milhão, oitocentos e noventa mil euros)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço anual de **995.000,00€ (novecentos e noventa e cinco euros)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

1.2 Sendo que o preço base anual a considerar para o procedimento e respeitante ao valor correspondente à parcela da Energia Ativa Especifica do Mercado Liberalizado será de **445.639,00€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

1.3 Nos termos do aponto anterior, sendo o Município de Mafra parte integrante do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), enquanto entidade compradora voluntária, recorrer ao Acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental promovido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap) – conforme espelhado no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP): Eletricidade (2015) (AQ-ELE-2015) – ID BASE: 1494502.

1.4 No âmbito do referido no ponto anterior, recorrer ao Lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP), nos termos das peças procedimentais e respetivos anexos.

1.5 A adjudicação das diversas tipologias de fornecimento de energia elétrica ("Lotes") de uma forma aglutinada através da solicitação obrigatória de apresentação de proposta para a totalidade das tipologias no sentido de garantir um maior controlo operacional, caso contrário, implicará um conjunto de constrangimentos para a Entidade Adjudicante que levaria à duplicação ou triplicação dos meios internos para garantir um efetivo controlo operacional do Contrato de Fornecimento de Eletricidade em apreço.

2. Critério de Adjudicação:

Considerar como Critério de Adjudicação, atentas as regras definidas no Caderno de Encargos do referido AQ, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 74.º do CCP, o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de **avaliação** do preço;

tendo sido salvaguardada a devida cabimentação da verba, conforme informação de cabimento em anexo à presente informação.

Considerando que a aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no **Orçamento de Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)**, pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Considerando que como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece a **alínea a) do n.º 1 do artigo 61.º,** que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2018, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017, não podem ultrapassar os valores pagos em 2017, acrescentando a **alínea b)**: que não se pode ultrapassar os preços unitários que tenham servido de base aos gastos de 2017. Sendo que nos termos dos **n.º 3** do dito artigo, em situações excecionais prévia e devidamente fundamentadas, o presidente do órgão executivo pode autorizar a dispensa do disposto no referido n.º 1.

Pelo que, observando o objeto que se pretende contratualizar e fazendo o paralelismo com idêntico objeto existente em 2017 (consubstanciado pelo contrato 142/2017 de 3 de agosto), constata-se que existe um aumento do valor anual contratualizado para o valor base anual (valor máximo que a entidade adjudicante está disposta a pagar) a considerar no âmbito do procedimento por concurso público a despoletar (CPBS 4/2018). Sendo que o aumento: 785.455,58 € (setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos) para o valor anual previsível de 995.000,00€ (novecentos e noventa e cinco euros), valores acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor resulta conforme informação do serviço requisitante do "Aumento do número das instalações municipais que necessitam de Fornecimento de Eletricidade".

Pelo que se propõe:

1. Tipo de Procedimento:

1.1 Abertura de procedimento por Consulta Prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação para o **"Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra"** pelo prazo de um ano renovável até ao limite de dois, considerando para o efeito

que veio a ser ratificado conforme deliberação de Câmara de 1 de setembro de 2017, procedeu-se à adjudicação do "Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, da Câmara Municipal De Mafra" pelo prazo de um ano eventualmente renovável até ao limite de três anos, à concorrente ordenada em primeiro lugar, **GALP POWER, S.A.**, NIPC 504 723 456, pelo valor anual de € 785.455,58 (setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), sendo € 295.672,86 (duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos) referente às parcelas das Componentes de Energia Ativa (Mercado Liberalizado), e € 489.782,72 (quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos), referentes às parcelas relativas às Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), perfazendo, assim, relativamente aos três anos, o montante total de € 2.356.366,74 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta plasmada em sede do Relatório Final do júri do procedimento, datado de 11 de julho. Adjudicação esta que veio a ser consubstanciada no contrato 142/2017 de 3 de agosto.

Na sequência das primeiras diligências no sentido de garantir a renovação do contrato, conforme previsto em sede de Caderno de Encargos do procedimento de 2017, foi rececionado a 20 de março do corrente ano ofício datado de 16 de março onde o cocontratante vem manifestar a intenção de não proceder à renovação em apreço plasmando no referido oficio as razões, nomeadamente as alterações ocorridas no contexto do mercado de eletricidade, que obstam à concretização da dita.

Na sequência da INFORMAÇÃO **Interno/2018/4748,** e conjunto de elementos anexos à distribuição **EDOC/2018/17351**, com origem na **Unidade de Parque e Oficinas**, onde se encontram plasmados um conjunto de considerandos que remetem, para a necessidade de garantir a contratualização em apreço para salvaguardar o devido fornecimento a partir de 3 de agosto de 2018 e assim o normal funcionamento das instalações municipais.

Atento o projeto/ação expresso em Plano de Atividades (2014|A|48), referente a Iluminação pública - Iluminação em Diversas Localidades - Consumo de Energia Elétrica bem como devida autorização pelo Órgão Deliberativo, conforme Deliberação da Assembleia Municipal de 6 de abril de 2017 para os montantes plurianuais em apreço não considerados em Plano,

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o proposto. À consideração do Exmo. Sr. Presidente da Câmara.

2018/05/28

O Vereador,

(Hugo Manuel Moreira Luís)

Concordo com o teor da informação.

Propõe-se a abertura de procedimento, nos termos elencados pelos serviços.

28/5/2018

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com o proposto.

À consideração superior.

28/05/2018

A Chefe de Divisão,

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo com a presente informação, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho e, por se encontrarem observados os requisitos de que depende a possibilidade de celebração do contrato em apreço, face à informação dos serviços, autorizo, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 61.º da LOE - 2018, a contratação pelo preço indicado, e determino, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa no sentido de não se ver interrompido o fornecimento de energia elétrica às instalações do Município, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a abertura de procedimento por Consulta Prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, nos termos elencados e proposto pelos serviços.

Mais determino a aprovação do Convite e Caderno de Encargos.

Remeta-se, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, este despacho a reunião de Câmara.

28/05/2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5903

ASSUNTO: "Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra" – Consulta Prévia ao abrigo de Acordo Quadro.

Na sequência do despacho de adjudicação do Sr. Presidente, datado de 19 de julho de 2017, exarado a título excecional e por motivo de urgência imperiosa, nos termos conjugados do n.º 4 do artigo 148.º do CCP com o n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro,

Anexo XII

c) Cada município, através do seu órgão executivo, pode decidir da repartição dos montantes referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 90 % do FEF;

d) Os municípios informam a DGAL, anualmente, até 30 de junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, de qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90%.

Face ao exposto, propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo, para aprovação da repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), para o ano de 2019, em 90% para a receita corrente e 10% para a receita de capital, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

À consideração superior,

Mafra, 24 de maio de 2018

A Técnica Superior

Candidajacinto

(Cândida Jacinto)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER Concordo. Proponho que o assunto seja remetido à reunião do Orgão Executivo.

2018/05/28

O Vereador,

Concordo com a proposta apresentada.

25/05/2018

A Diretora de Departamento,

concordo com a presente informação. Submeto à consideração superior.

25/05/2018

A Chefe de Divisão,

DESPACHO

A reunião

28/05/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/7230

ASSUNTO: Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o ano de 2019

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, o art.º 31 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que:

a) São anualmente inscritos na Lei do Orçamento do Estado os montantes e as datas das transferências financeiras correspondentes às receitas municipais previstas nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 25.º;

b) Os montantes correspondentes à participação dos municípios nas receitas referidas no número anterior, com exceção da relativa ao FEF, são inscritos nos orçamentos municipais como receitas correntes e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do mês correspondente;

Anexo II

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

3. Entidades a convidar:

Nos termos conjugados do mencionado art.º 2659.º do CCP com o art.º 17.º do Caderno de Encargos do AQ-ELE-2015 deverão ser endereçado aos cocontratantes do lote em apreço:

- ✓ **Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.** (NIPC: 502 124 083);
- ✓ **EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.** (NIPC: 503 504 564)
- ✓ **GALP Power, S.A.** (NIPC: 504 723 456)

4. Caução:

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;

5. Prazo para a apresentação das propostas:

Definir um prazo de **9 (nove)** dias para a apresentação das propostas.

6. Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como Gestor do Contrato: Eng.º Dário Jacinto, Dirigente da Unidade de Parque e Oficinas.

7. Autorização da despesa e aprovação das peças procedimentais:

Face ao valor do preço base o ato de autorização da despesa e aprovação das peças procedimentais competirá à Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do DL 197 197/99, de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.

À consideração superior

2018/05/28

O Dirigente da Unidade de Contratação Pública

(Vasco Mota)

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE:

PARTE I – Condições jurídicas e económicas:

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Objeto

Cláusula 2.ª - Representantes das partes

Cláusula 3.ª - Contrato

Cláusula 4.ª - Prazo de vigência

Cláusula 5.ª - Preço contratual

Capítulo II - Obrigações contratuais

Cláusula 6.ª - Obrigações principais do cocontratante

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

Cláusula 8.ª - Prazo do dever de sigilo

Cláusula 9.ª - Obrigações de pagamento

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

Cláusula 11.ª - Força maior

Cláusula 12.ª - Redução do número de instalações

Cláusula 13.ª - Sujeito no contrato e reserva de direitos

Cláusula 14.ª - Alterações e prorrogações do contrato

Cláusula 15.ª - Resolução por parte da Entidade Adjudicante

Cláusula 16.ª - Penalidades

Cláusula 17.ª - Extinção de Caução

Capítulo III - Resolução de litígios

Cláusula 18.ª - Foro competente

Capítulo IV - Disposições finais

Cláusula 19.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

Clausula 20ª - Cessão da posição contratual do contraente público

Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações

Cláusula 22.ª - Deveres de Informação

Cláusula 23.ª - Transição dos serviços objeto do contrato

Cláusula 24.ª - Contagem dos prazos

Cláusula 25.ª - Legislação aplicável

Parte II - Especificações Técnicas

ANEXO P

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Parte I

Condições jurídicas e económicas

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL, E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**, dele constando as condições jurídicas, económicas e técnicas que regem a referida aquisição.

2. As Especificações Técnicas do objeto do contrato constam da **PARTE II** ao presente Caderno de Encargos.

3. O fornecimento de energia elétrica a efetuar pelo adjudicatário deverá obedecer aos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora do Sector Energético (E.R.S.E.).

4. O contrato respeitará o estabelecido em sede do acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental promovido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap) – conforme espelhado no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP): **Eletricidade (2015) (AQ-ELE-2015) – ID BASE: 1494502 - Lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP)**

Cláusula 2.ª

Representantes das partes

1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a outra parte, para todos os fins associados à execução do contrato.

2. Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A,

ambos do CCP, na sua redação atual, a figura de Gestor do Contrato caberá ao Eng.º Dário Jacinto, Dirigente da Unidade de Parque e Oficinas.

3. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato prevalece os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (adiante designado por CCP), e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. Em tudo o não previsto no presente caderno dever-se-á considerar o plasmado em sede do acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental promovido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap) – conforme espelhado no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP): **Eletricidade (2015) (AQ-ELE-2015) – ID BASE: 1494502 - Lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP).**

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência e produção de efeitos

1. **O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 1 (um) ano, eventualmente renovável até ao limite de 2 (dois) anos,** sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato;

2. O contrato só poderá entrar em vigor a partir do dia **3 de agosto de 2018**, e produzirá efeitos em relação a cada um dos Locais de Consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por comercializadores de Energia Elétrica, que se encontram em regime de mercado.

3. Compete ao cocontratante tratar de todos os procedimentos inerentes à mudança de fornecedor de energia, incluindo custos inerentes a esse procedimento.

Cláusula 5.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, e cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, a entidade adjudicante obriga-se a pagar o preço relativo às parcelas constantes na sua proposta, em função do consumo efetivamente verificado nas instalações que é proprietária, relativas às Componentes de Energia Ativa Especificas do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado no **ANEXO P**;

2. Para efeitos do ponto 1. o **preço base** (preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução das referidas prestações) para o procedimento em apreço corresponderá ao valor anual de **445.639,00€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove euros)**, acrescido do Iva à taxa legal em vigor;

3. Pelo cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao cocontratante, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas da Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso, nomeadamente:

a) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;

b) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;

c) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio;

d) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Super-Vazio;

e) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;

f) Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta;

g) Energia Reativa Consumida;

h) Energia Reativa Fornecida;

4. Pelo cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao cocontratante, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente a contribuição audiovisual e o imposto especial de consumo de eletricidade (IEC) sempre que aplicável:

5. Os preços constantes da PROPOSTA não são revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas nos números 3 e 4, de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar em cada ano civil.

6. Para efeitos do apuramento de uma estimativa do valor do contrato, são contratualizados os preços das **componentes de energia ativa constantes da proposta**, acrescidos das componentes definidas nos n.os 3 e 4 da presente cláusula aplicados ao consumo estimado por parte da entidade adjudicante, de acordo com o **ANEXO P.**

Capítulo II

Obrigações contratuais

Cláusula 6.ª.

Obrigações principais do cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

a) A obrigação do fornecimento de energia elétrica nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;

b) Obrigação de disponibilização dos registos de leituras de contagem de Energia Elétrica à Entidade Adjudicante;

c) A contagem de Energia Elétrica será efetuada de acordo com o indicado na PARTE II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª

Obrigações de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o valor correspondente aos consumos descritos no n.º1 da Cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, valorizados de acordo com os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. A Entidade Adjudicante deve pagar ao cocontratante o valor correspondente aos consumos descritos no nºs 4 e 5 da Cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, valorizados de acordo a legislação aplicável em cada período de consumo, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas mensais, as quais devem conter a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato, nomeadamente dos consumos efetivamente verificados no mês anterior, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, no prazo de 15 dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo cocontratante, ou por outro método acordado.
4. No caso de atraso no pagamento das faturas, referidas no número anterior, o cocontratante pode invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, nos termos e com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. A este ponto 2 aplicam-se as exceções previstas no ponto seguinte.
3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do

cocontratante, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;

f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo-se de igual modo informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Redução do número de instalações

O contraente público reserva-se o direito de reduzir até 20% na componente de Baixa Tensão Especial e 30% na componente de Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, no número de instalações objeto do presente procedimento concursal, solicitando ao cocontratante a desativação do serviço de comercialização de energia elétrica e a consequente cessação dos respetivos contratos, sem que dê origem ao pagamento de qualquer indemnização ao cocontratante.

Cláusula 13.ª

Sujeito no contrato e reserva de direitos

1. Considera-se sujeito no contrato referido nos números anteriores, a Câmara Municipal de Mafra.

2. A Câmara Municipal de Mafra reserva-se o direito de não efetuar a adjudicação, nos termos do art.º 79.º do CCP.

Cláusula 14.ª

Alterações e prorrogações do contrato

1. Quaisquer alterações que haja necessidade de introduzir no contrato, no decurso da sua execução ou prorrogação, serão objeto de acordo prévio entre as partes, só sendo consideradas válidas após terem sido reduzidas a escrito e aprovadas pela entidade competente para autorização da despesa.
2. Se o contrato inicial tiver sido submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ou caso venha esta a tornar-se obrigatória, em razão de alterações que lhe sejam introduzidas, a respetiva eficácia ficará condicionada à concessão do "Visto".

Cláusula 15.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. A Câmara Municipal de Mafra poderá resolver a título sancionatório, sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, designadamente, nos casos a seguir indicados:

a) Atraso no cumprimento do objeto do contrato superior a 15 dias úteis;
b) Cumprimento defeituoso do contrato: quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo cocontratante, que no seu conjunto ficará anexa ao contrato, dele fazendo parte integrante;
c) Incumprimento do contrato;
d) Cessão da posição contratual ou subcontratação sem obtenção prévia de autorização escrita da entidade adjudicante.

2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante, sem qualquer indemnização a favor do cocontratante.

Cláusula 16.ª.

Penalidades

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Mafra exigirá ao cocontratante o pagamento de penas pecuniárias, que correspondem a 5% do custo médio mensal das faturas dos meses anteriores, para as instalações em causa, por cada dia de incumprimento. Acresce ainda a diferença de custo que a entidade adjudicante gastará num eventual acréscimo de custo da energia a contratar com outra empresa comercializadora de energia, adicionando-se também os custos inerentes à mudança de comercializador de energia.
2. O cocontratante assumirá o pagamento referente à reparação ou substituição de qualquer equipamento que seja danificado devido a anomalias provenientes do comercializador de energia elétrica, ou não cumprimentos das condições contratuais.
3. As sanções pecuniárias exigidas pela entidade adjudicante ao abrigo da presente cláusula serão materializadas pelo cocontratante no mês seguinte ao da respetiva notificação, através da emissão de uma nota de crédito.
4. A entidade adjudicante pode descontar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias nos termos da presente cláusula.

Cláusula 17.ª

Extinção de Caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante, não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Entidade Adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do n.º 3 do artigo 295.º do CCP, ou seja, 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais.

Capítulo III

Resolução de litígios

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para dirimir quaisquer questões relativas á validade, eficácia, aplicabilidade e interpretação do presente contrato, as Contratantes convencionam internacionalmente competentes os Tribunais portugueses e territorialmente competente o Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 19.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita da Entidade Adjudicante.

Clausula 20ª

Cessão da posição contratual do contraente público

1. O contraente público poderá ceder a sua posição contratual relativamente a qualquer uma das instalações objeto do presente procedimento concursal, sem que seja necessária qualquer autorização do cocontratante, o qual não terá direito a qualquer indemnização.
2. Para efeitos do disposto do número anterior, o contraente público notificará o cocontratante da necessidade de efetuar a mudança de titular do contrato do contador de energia, indicando o nome e morada do novo titular, e a data a partir do qual aquela cessação produzirá efeitos.
3. A notificação prevista no número anterior será feita em conformidade com o disposto no artigo seguinte.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser submetidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov - http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.
2. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e efetuadas em dia não útil ou após as 17 horas de 2ª Feira a 6ª Feira, as quais se presumem feitas às 9 horas do dia útil seguinte.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.ª

Transição dos serviços objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o cocontratante obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a entidade adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª

Legislação aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento e execução do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislações aplicáveis.

PARTE II

Especificações Técnicas

Anexo 2

Caracterização dos Consumos de Energia Elétrica por Local de Consumo:

LOTE 1:

Lote 1 - Média Tensão			Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)						Potência		
Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Em Horas de Ponta (KW)	Instalada (KVA)
Parque Desportivo de Mafra	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640 Mafra	PT0002000073562381HN	Semanal	80 415	276 247	167 351	78 631	602 644	409,20	87,20	880,00
Edifício Paços do Concelho	Terreiro D. João V, 2640 Mafra	PT0002000100048537AN	Semanal	48 430	141 798	54 849	32 390	277 467	292,95	48,53	630,00
			TOTAL:	**128 845**	**418 045**	**222 200**	**111 021**	**880 111**	**702,15**	**135,73**	**1 510**

LOTE 2:

Lote 2 - Baixa Tensão Especial			Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)						Potência		
Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Em Horas de Ponta (KW)	Requisitada (KVA)
Complexo Escolar EB/JI Povoa da Galega	Rua Campo Bola Escola, 2665 Povoa da Galega	PT0002000103785705VW	Diário	8.917	21.981	7.758	5.666	44.322	41,41	8,94	41,41
Complexo Escolar EB/JI Venda do Pinheiro	Rua Casal Ninhos, 21, Venda do Pinheiro	PT0002000105903401KL	Diário	48.479	114.472	56.471	37.830	257.252	88,0	50,74	94,8
Lote 2 - Baixa Tensão Especial			Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)						Potência		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Em Horas de Ponta (KW)	Requisitada (KVA)
Complexo Escolar EB/JI Azueira	Rua Azueira Escola, 2665 Azueira	PT0002000110189691 JY	Diário	68.257	165.542	90.259	60.372	384.430	89,0	49,70	90,0
Complexo Escolar EB/JI Ericeira	Rua Ericeira, 2655 Ericeira	PT0002000110173823 JP	Diário	82.707	201.623	89.107	56.861	430.298	135,0	75,60	139,0
Complexo Escolar EB/JI Malveira	Estrada Moinhos Escola, 2665, Malveira	PT0002000107066489 JC	Diário	14.316	35.003	10.805	7.499	67.624	47,0	15,45	49,0
Complexo Escolar EB Hélia Correia	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640 Mafra	PT0002000100663613 LE	Diário	17.947	45.484	12.459	8.483	84.373	64,2	19,93	78,0
Cresce de Mafra	Av. António Severino Alves, 2640 Mafra	PT0002000110882229 QZ	Diário	7.957	18.005	8.153	4.683	38.798	41,41	7,28	41,41
Complexo Escolar EB/JI Santo Estêvão das Galés	Sitio Estrada St Estêvão Galés, 2665 St Estâvão das Galés	PT0002000110187342 AA	Diário	9.271	21.151	8.180	5.636	44.238	41,40	14,37	41,41
Complexo Escolar EB/JI Fonte Boa da Brincosa	Estrada Ncional Escola, 2655 Carvoeira	PT0002000110198613 XG	Diário	10.155	23.994	10.274	7.300	51.724	43,00	15,10	43,00
Complexo Escolar EB/JI Enxara do Bispo	Enxara Bispo Escola, 2665 Enxara do Bispo	PT0002000110206758 LF	Diário	11.726	27.810	10.793	7.668	57.998	41,41	14,37	41,41
JI de Charneca Venda do Pinheiro	Estrada Charneca Escola, 2665 Venda do Pinheiro	PT0002000110195475 BV	Diário	4.271	9.256	2.556	1.704	17.788	41,41	3,89	41,41
Lote 2 - Baixa Tensão Especial			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**						**Potência**		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Em Horas de Ponta (KW)	Requisitada (KVA)
Complexo Escolar EB/JI Lagoa	Rua da Lagoa Escola, 2640 Santo Isidoro	PT0002000110195214 TD	Diário	11.606	27.581	9.142	6.115	54.443	49,00	11,84	49,00
Complexo Escolar EB/JI Igreja Nova	Estrada Municipal 606 Escola, 2640 Igreja Nova	PT0002000111627772 RN	Diário	11.746	27.615	11.545	8.321	59.227	46,00	13,82	46,00
Complexo Escolar EB/JI Salgados	Lugar Salgados Escola, 2640 Mafra	PT0002000110207169 ZG	Diário	16.126	37.319	11.022	7.757	72.224	56,00	21,98	56,00
Complexo Escolar EB/JI Encarnação	Estrada São Domingos, Escola, 2640 Encarnação	PT0002000110205983 PZ	Diário	68.597	167.239	89.990	60.932	386.759	102,00	68,71	200,00
Casa da Cultura da Malveira	Largo Igreja Centro, 2665 Malveira	PT0002000106957196 TT	Diário	4.333	13.162	2.271	1.510	21.275	41,41	2,47	41,41
Casa da Cultura da Ericeira	Rua Mendes Leal, 2655 Ericeira	PT0002000070733212 SG	Diário	6.789	19.413	3.195	1.901	31.299	60,00	4,38	250,00
Auditório Beatriz Costa, Mafra	Av. 25 de Abril, 2640 Mafra	PT0002000069445218 CX	Diário	2.677	6.636	2.362	1.086	12.760	41,41	2,39	46,35
Posto de Turismo de Mafra	Terreiro D. João V, 2640 Mafra	PT0002000069445082 ZN	Diário	4.818	12.409	5.755	3.843	26.825	41,41	3,13	41,41
Parque de Santa Marta, Ericeira (Espaço Comum)	Rua Furnas 3 Comuns, 2655 Ericeira	PT0002000108980064 KH	Diário	12.452	23.684	16.061	10.639	62.837	41,41	14,32	41,41
Lote 2 - Baixa Tensão Especial			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**						**Potência**		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Em Horas de Ponta (KW)	Requisitada (KVA)
Pavilhão Desportivo da Malveira	Malveira, 2665 Malveira	PT0002000069445561 NP	Diário	16.640	26.552	4.871	1.898	49.960	49,00	17,43	50,00
Pavilhão Desportivo da Venda do Pinheiro	Lugar Pavilhão Desportivo, Venda do Pinheiro	PT0002000072142326 DT	Diário	1.322	2.885	1.111	658	5.977	41,41	3,62	41,41
Protecção Civil de Mafra	Rua Américo Veríssimo Valadas, Mafra	PT0002000108819774 KS	Diário	12.581	29.726	18.046	12.350	72.703	41,41	8,77	69,00
Parque Estacionamento Subterrâneo de Mafra	Av. 1º de Maio, Mafra	PT0002000100552142 AD	Diário	2.901	7.157	3.221	1.922	15.202	41,41	1,78	41,41
Parque e Oficinas da Câmara Municipal	Rua Francisco Sá Carneiro, 2640 Mafra	PT0002000069445047 JT	Diário	4.615	13.297	7.472	5.970	31.354	41,41	7,34	41,41
Jardim do Cerco, Mafra	Largo São Januário, 2640 Mafra	PT0002000114296447 HC	Diário	3.304	8.873	2.706	1.460	16.343	41,41	4,20	41,41
Mercado Municipal da Ericeira	Largo Condes da Ericeira	PT0002000069444658 LW	Diário	13.708	34.034	17.100	9.137	73.978	41,41	9,80	41,41
Complexo Escolar EB Gradil	Rua Escola Obras, Gradil	PT0002000115801439 HF	Diário	12.141	34.069	9.324	5.702	61.236	41,41	8,75	120,00
Complexo Escolar EB/JI São Miguel de Alcaínça	Rua Junta de Freguesia Obras, São Miguel de Alcaínça	PT0002000115821074 KT	Diário	9.042	17.931	4.318	2.895	34.187	46,00	8,19	130,00
Lote 2 - Baixa Tensão Especial			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**						**Potência**		

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Em Horas de Ponta (KW)	Requisitada (KVA)
Complexo Escolar EB/JI Milharado	Urb. Quinta Munhoz, Milharado	PT0002000114927186 AF	Diário	25.944	71.772	17.148	11.784	126.648	53,00	17,44	53,00
Parque Campismo de Ericeira	E.N. 247, Ericeira	PT0002000069444693 CZ	Diário	88.200	146.868	136.356	80.700	452.124	153,00	59,27	153,00
Posto de Turismo de Ericeira	Praça República, Ericeira	PT0002000080878551 EC	Diário	10 680	37 800	8 160	4 800	61 440	41,41	7,16	41,41
CMM - Loja do Cidadão	Av. 25 de Abril, Mafra	PT0002000018338155 GM	Diário	4 818	12 409	5 755	3 843	26 825	50,00	10,50	50,00
			TOTAL:	**629 044**	**1 462 753**	**693 747**	**448 925**	**3 234 470**	**1 834,16**	**582,66**	**2 346**

LOTE 3:

Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)					Potência	
Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Complexo Cultural Quinta da Raposa	Largo Coronel Brito Gorjão, Mafra	PT0002000051390354 QP	Diário	7.452	18.792	17.400	43.644	41,41	41,41
Serviços Culturais	Av. 25 de Abril, Mafra	PT0002000051495301 WY	Diário	1.243	3.091	2.673	7.007	41,41	41,41

Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública	Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)	Potência

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Escola JI Quintal	Rua dos Lavadouros, Quintal	PT000200010493 3316AM	Diário	2 280	5 532	4 776	12 588	41,40	41,40
Escola JI Gradil	Rua Gradil, Gradil	PT000200010400 2695KX	Diário	2 484	5 964	5 880	14 328	41,40	41,40
Escola JI Encarnação	Rua Jardim Infância, Encarnação	PT000200008346 5895TW	Diário	2 604	8 064	7 116	17 784	41,40	41,40
Escola JI Milharado	Urb. Qta São João, Milharado	PT000200008334 3906DM	Diário	4 548	11 304	11 100	26 952	41,40	41,40
Mafra Business Factory	Rua Serpa Pinto, Mafra	PT000200006000 0633MF	Diário	480	1 212	684	2 376	41,40	41,40
Edifício Serviços Acção Social CLAII	Largo Coronel Brito Gorjão, Mafra	PT000200011277 0636BY	Diário	2 748	6 984	2 580	12 312	41,40	41,40
Escola EB/JI de Sobral da Abelheira	Rua da Escola Primária, Sobral da Abelheira	PT000200012529 4285SV	Diário	6 000	14 400	7 800	28 200	41,40	41,40
Feira Mensal do Parque Intermodal de Mafra	Parque Intermodal de Mafra	PT000200011911 5402PS	Semanal S/ Feriados	360	380	3 000	3 740	41,40	41,40
Casa da Cultura D. Pedro V	Rua José Elias Garcia, Mafra	PT000200005140 1887BH	Diário	4 000	10 100	12 220	26 320	34,50	34,50
Escola JI Azenhas dos Tanoeiros	Rua da Cruz, Azenhas dos Tanoeiros	PT000200011528 6063NS	Diário	8 268	20 904	19 452	48 624	34,50	34,50
Escola JI Santo Isidoro	Rua de Timor, Santo Isidoro	PT000200008098 2356MA	Diário	4 548	11 304	11 100	26 952	34,50	34,50
Escola JI Venda do Pinheiro	Rua Casal dos Ninhos, Venda do Pinheiro	PT000200007594 7885YW	Diário	7 776	19 500	16 968	44 244	34,50	34,50
Escola JI Ribamar	Rua de Palhais, Ribamar	PT000200010515 3102ZA	Diário	3 800	10 300	10 000	24 100	27,60	27,60
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Pavilhão Desportivo da Encarnação	Rua Miramar Polide, Encarnação	PT0002000102955 422GL	Diário	1 980	5 004	4 656	11 640	27,60	27,60
ATL da Encarnação	Rua Senhora da Mina, Encarnação	PT0002000089727 218AN	Diário	8 255	20 000	17 200	45 455	27,60	27,60
Loja do Cidadão de Mafra	Av. 25 de Abril, Mafra	PT0002000120965 827FK	Sem Ciclo				18 200	20,70	20,70
Casa Mortuária da Ericeira	Largo de São Pedro, Ericeira	PT0002000113849 839JA	Sem Ciclo				6 500	20,70	20,70
Parque Santa Marta (Antiga Junta Freguesia)	Rua Furnas 3, Ericeira	PT0002000108979 947QQ	Sem Ciclo				16 000	20,70	20,70
Biblioteca da Venda do Pinheiro	Largo Santo António, V. do Pinheiro	PT0002000079032 471MN	Sem Ciclo				18 600	20,70	20,70
Biblioteca de Mafra	Rua José Elias Garcia, Mafra	PT0002000051402 208WV	Sem Ciclo				10 940	20,70	20,70
Escola JI Mafra	Rua Jardim de Infância de Mafra	PT0002000083606 949ZC	Sem Ciclo				15 900	20,70	20,70
Escola JI Barreiralva	Caminho da Escola, Barreiralva	PT0002000051378 341TR	Sem Ciclo				12 956	20,70	20,70
Escola JI Barril	Praceta J.I. do Barril	PT0002000085621 579TB	Sem Ciclo				10 860	20,70	20,70
Pavilhão Desportivo da Ericeira	Rua União Ericeirense, Ericeira	PT0002000078187 296NH	Sem Ciclo				16 116	20,70	20,70
Mercado Municipal de Mafra	Rua José Elias Garcia, Mafra	PT0002000069365 677NA	Sem Ciclo				9 732	20,70	20,70
Mercado Municipal da Encarnação	Rua Filarmónica 1 de Dezembro, Encarnação	PT0002000051401 934JL	Sem Ciclo				10 980	20,70	20,70
Jardim - Venda do Pinheiro	Largo do Frecho - Venda do Pinheiro	PT0002000112537 777YE	Sem Ciclo				5 736	20,70	20,70
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Museu Raul de Almeida	Largo do Pelourinho, Mafra	PT0002000060335 971AM	Sem Ciclo				17 640	20,70	20,70
Portaria Abrunheira	Abrunheira, Alcaínça	PT0002000051405 868TC	Sem Ciclo				1 020	20,70	20,70
Edifício Turismo de Mafra	Terreiro D. João V	PT0002000070263 536HB	Sem Ciclo				8 741	20,70	20,70
Jardim - Urbanização	Casal da Varzea, Ericeira	PT0002000108234 795WH	Sem Ciclo				3 552	17,25	17,25
Ericeira Business Factory 1	Rua Prodêncio Franco Trindade, Ericeira	PT0002000051386 268EQ	Sem Ciclo				18 600	17,25	17,25
Parque Intermodal de Mafra - Autocaravanas	Variante Sul, Mafra	PT0002000124305 367YF	Sem Ciclo				23 600	13,80	13,80
Jardim - Urbanização	Rua Eduardo Burnay, Urb. Pevides, Mafra	PT0002000113894 037WH	Sem Ciclo				11 568	13,80	13,80
CCD - Mafra	Largo da Boa Vista, Mafra	PT0002000051385 629VK	Sem Ciclo				5 280	13,80	13,80
Serviços de Aferição	Largo da Boa Vista, Mafra	PT0002000051405 403AS	Sem Ciclo				2 600	13,80	13,80
Casa Mortuária de Mafra	Rua Santa Casa da Misericórdia, Mafra	PT0002000071580 174QZ	Sem Ciclo				6 444	13,80	20,70
Escola EB1 da Encarnação	Rua Escola, Encarnação	PT0002000051383 873XJ	Sem Ciclo				8 720	13,80	13,80
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Ericeira Business Factory 2	Rua Prodêncio Franco Trindade, Ericeira	PT0002000051386 304RY	Sem Ciclo				12 451	13,80	13,80
Iluminação Rotunda Carapinheira	Carapinheira, Igreja Nova	PT0002000088274 329SX	Sem Ciclo				20 388	10,35	10,35
Jardim - Malveira	Largo da Igreja, Malveira	PT0002000112537 813PN	Sem Ciclo				1 308	10,35	10,35
Biblioteca Povoa da Galega	Av de Portugal, Povoa da Galega	PT0002000051379 721ZR	Sem Ciclo				10 940	10,35	10,35
Escola JI Sobral da Abelheira	Rua Escola Primária, Sobral da Abelheira	PT0002000051403 292AC	Sem Ciclo				936	6,90	6,90
Iluminação Cruzamento Ericeira	E.N. 247, Ericeira	PT0002000068739 024KP	Sem Ciclo				8 184	6,90	34,50
Fontanário	Vale Figueira, Igreja Nova	PT0002000051405 037XV	Sem Ciclo				2 712	6,90	6,90
Escola EB1 de Santo Isidoro	Estrada de Carcavelos, Santo Isidoro	PT0002000051409 428VS	Sem Ciclo				3 740	6,90	6,90
Parque Santa Marta (Artes Plásticas)	Rua Furnas 3, Ericeira	PT0002000108980 031CP	Sem Ciclo				2 150	6,90	6,90
Habitação Social	Rua Luis de Camões, nº21 2ºB, Mafra	PT0002000081277 117DL	Sem Ciclo				224	6,90	6,90
JI Elemento Periférico	Rua Dr. Carlos Galrão, Sobreiro	PT0002000051395 704HE	Sem Ciclo				1 162	6,90	6,90
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Edifício MESMO	Largo Dr. Rebelo Gonçalves, Mafra	PT0002000018343107NN	Sem Ciclo				3 357	6,90	6,90
Edifício Turismo de Mafra	Av Movimento das Forças Armadas, 2, Mafra	PT0002000018351856RK	Sem Ciclo				349	6,90	6,90
Edifício Turismo de Mafra	Av Movimento das Forças Armadas, 4, Mafra	PT0002000018351889AP	Sem Ciclo				2 090	6,90	6,90
Edifício Turismo de Mafra	Av Movimento das Forças Armadas, 6, Mafra	PT0002000060171883KE	Sem Ciclo				289	6,90	6,90
Edifício Apoio Parque Intermodal de Mafra	Variante Sul, Mafra	PT0002000124304364PQ	Sem Ciclo				35 400	6,90	6,90
Biblioteca de Mafra	Rua José Elias Garcia, Mafra	PT0002000051401411ZW	Sem Ciclo				588	3,45	6,90
JORNAL	Praça da República, Mafra	PT0002000068785488VN	Sem Ciclo				4 548	3,45	3,45
Capela São Domingos	São Domingos, Encarnação	PT0002000075113086GB	Sem Ciclo				9 048	3,45	3,45
Habitação Monte Bom	Largo da Escola, Monte Bom	PT0002000069715143AF	Sem Ciclo				2 340	3,45	3,45
Arrecadação SHL Ericeira	Praia do Matador, Ericeira	PT00020000514 07637PH	Sem Ciclo				4 524	3,45	20,70
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio Noral	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Semaforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT0002000081886 293EV	Sem Ciclo				2 268	3,45	3,45
Semáforos	Estrada da Lapa, Venda do Pinheiro	PT0002000121695 524QC	Sem Ciclo				6 761	3,45	3,45
Instalação Sanitária Pública	Largo das Ribas, Ericeira	PT0002000051399 605GJ	Sem Ciclo				360	3,45	3,45
Instalação Sanitária Pública	São Sebastião, Ericeira	PT0002000051400 257DK	Sem Ciclo				360	3,45	3,45
Instalação Sanitária Pública	Largo Navegantes, Ericeira	PT0002000051400 348JC	Sem Ciclo				360	3,45	3,45
M.U.P.I.	Praça da República, Ericeira	PT0002000068266 576LA	Sem Ciclo				3 180	1,15	1,15
M.U.P.I.	Terreiro D. João V, Mafra	PT0002000068557 264FV	Sem Ciclo				3 180	1,15	1,15
M.U.P.I.	Estrada Nacional, Carvoeira	PT0002000086484 891EH	Sem Ciclo				4 536	1,15	1,15
M.U.P.I.	Av. 25 de Abril, Malveira	PT0002000085856 957EF	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	Praça da República, Ericeira	PT0002000085856 924CC	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	Largo da Feira, Encarnação	PT0002000085856 491WR	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	Largo da Igreja, Gradil	PT0002000085856 467RT	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	E.N.8, Vila Franca do Rosário	PT0002000085856 434EJ	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	Av. 25 de Abril, Mafra	PT0002000085856 343HZ	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
M.U.P.I.	Av. Dr. Oliveira Salazar, Venda do Pinheiro	PT0002000085852 497ND	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	Praça da República, Mafra	PT0002000085852 123LA	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
M.U.P.I.	Livramento, Azueira	PT0002000085851 973NZ	Sem Ciclo				4 548	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Estrada dos Moinhos, Malveira	PT0002000084621 733KK	Sem Ciclo				216	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Praceta da Mata, Malveira	PT0002000084621 642VE	Sem Ciclo				216	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Estrada dos Moinhos, Malveira	PT0002000084621 538JX	Sem Ciclo				216	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Praceta da Mata, Malveira	PT0002000084620 397DL	Sem Ciclo				216	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Av. Cidade Leimen, 8, Mafra	PT0002000076698 469AG	Sem Ciclo				132	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Av. Cidade Leimen, 10, Mafra	PT0002000076698 345CH	Sem Ciclo				96	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Av. Cidade Leimen, 6, Mafra	PT0002000076697 945AD	Sem Ciclo				180	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Av. Cidade Leimen, 2, Mafra	PT0002000076697 821KT	Sem Ciclo				252	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Av. Cidade Leimen, 4, Mafra	PT0002000076697 706QT	Sem Ciclo				252	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Rua Júlio Conceição Ivo, 3, Mafra	PT0002000071740 281PH	Sem Ciclo				216	1,15	1,15
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Escadas de Edifícios	Rua Júlio Conceição Ivo, 2, Mafra	PT000200007173 9982HH	Sem Ciclo				276	1,15	1,15
Escadas de Edifícios	Rua Júlio Conceição Ivo, 1, Mafra	PT000200007173 9812BD	Sem Ciclo				528	1,15	1,15
Semáforos	Estrada 25 de Abril, Venda do Pinheiro	PT000200006522 1082VP	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Estrada 25 de Abril, Venda do Pinheiro	PT000200006522 1105HP	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT000200008188 6282EY	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT000200008188 6305TY	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT000200008188 6316TV	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT000200008188 6327RM	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT000200008188 6338RQ	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Av. Portugal, Povoa da Galega	PT000200008188 6349WG	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Sobreiro	PT000200008318 3149BH	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Sobreiro	PT000200008318 3127XL	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Sobreiro	PT000200008318 3504GM	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Semáforos	E.N.8, Barras	PT000200008318 3207ZF	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Barreiralva	PT000200008318 3366KM	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Barreiralva	PT000200008318 3399ES	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Barreiralva	PT000200008318 3457WG	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Achada	PT000200008318 3537MS	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Achada	PT000200008318 3559YZ	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Achada	PT000200008318 3594PA	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Achada	PT000200008318 3639XW	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	E.N., Achada	PT000200008318 3685NW	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Venda do Pinheiro	PT000200010637 5025BM	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Venda do Pinheiro	PT000200010637 5003XY	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Venda do Pinheiro	PT000200010637 4999XW	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semáforos	Largo da Feira, Malveira	PT000200008835 8898NP	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Semaforos	Rua 1º de Maio, Malveira	PT0002000088358 604EJ	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semaforos	Rua 1º de Maio, Malveira	PT0002000088358 557CN	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semaforos	Rua 1º de Maio, Malveira	PT0002000088358 477VR	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semaforos	E.N. Carvoeira	PT0002000088223 643LQ	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semaforos	E.N. Carvoeira	PT0002000088006 621JE	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Semaforos	E.N. Carvoeira	PT0002000086853 715GZ	Sem Ciclo				2 268	1,15	1,15
Casa Mortuária Alcaínça	Largo da Igreja, Alcaínça	PT0002000051385 846GP	Sem Ciclo				276	1,15	1,15
Iluminação Pública	EN247, Carvoeira	PT0002000121253 664XJ	Diário	3 000	240	12 600	15 840	13,80	13,80
Iluminação Pública	Rua da Botelha, Carvoeira	PT0002000121046 817XM	Diário	270	246	1 470	1 986	4,60	4,60
Iluminação Pública	Rua do Casal PT7305, Cheleiros	PT0002000121254 224BK	Diário	540	492	2 940	3 972	6,90	6,90
Iluminação Pública	Rua dos Eucaliptos, Cheleiros	PT0002000121263 635FW	Diário	3 432	2 988	6 000	12 420	6,90	6,90
Iluminação Pública	Largo Fontainhas, Ericeira	PT0002000121364 199DX	Diário	255	234	1 320	1 809	3,45	3,45
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Iluminação Pública	Praceta dos Pinheiros, Mafra	PT0002000105368 605EL	Diário	6 660	19 440	47 400	73 500	20,70	20,70
Iluminação Pública	Rua São João, Igreja Nova	PT0002000121253 686BN	Diário	3 432	2 988	6 000	12 420	6,90	6,90
Iluminação Pública	Estrada Municipal 549, Mafra	PT0002000121268 016JJ	Diário	7 150	6 110	13 128	26 388	10,35	10,35
Iluminação Pública	Rua São José, Mafra	PT0002000121263 602MS	Diário	2 940	2 588	5 592	11 120	6,90	6,90
Iluminação Pública	Urb. Barreira do Rato, Mafra	PT0002000121294 357PL	Diário	255	234	1 320	1 809	3,45	3,45
Iluminação Pública	Av. 1º Dezembro, Milharado	PT0002000121062 367LF	Diário	3 255	8 600	21 600	33 455	3,45	3,45
Iluminação Pública	Rua do Moinho, Santo isidoro	PT0002000118842 054ZE	Diário	255	234	1 320	1 809	3,45	3,45
Iluminação Pública	Rua Portelinha, Santo isidoro	PT0002000118899 722SY	Diário	7 150	6 110	13 128	26 388	6,90	6,90
Iluminação Pública	Arrebenta, Sobreiro	PT0002000118496 742CD	Diário	2 940	2 588	5 592	11 120	6,90	6,90
Iluminação Pública	Rua do Cavalão, Sobreiro	PT0002000119904 512RH	Diário	7 150	6 110	13 128	26 388	10,35	10,35
Iluminação Pública	Rua Francsico Antunes, Santo Estevão das Galés	PT0002000121253 709NN	Diário	2 940	2 588	5 592	11 120	6,90	6,90
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Iluminação Pública	Praia de Ribeira de Ilhas, Ericeira	PT0002000118383 252PR	Diário	2 352	4 118	9 005	15 475	4,60	4,60
Iluminação Pública	Av. Principal, Milharado	PT0002000121613 269MJ	Diário	7 200	4 800	26 400	38 400	6,90	6,90
Iluminação Pública	Largo Boavista, Igreja Nova	PT0002000067735 252XW	Diário	12 200	12 000	74 000	98 200	6,90	6,90
Iluminação Pública	Av. Portugal	PT0002000121451 431FA	Diário	2 400	3 600	12 000	18 000	3,45	3,45
Iluminação Pública	Estrada Municipal 536, Mafra	PT0002000119329 241ZT	Diário	255	234	1 320	1 809	3,45	3,45
Iluminação Pública	Estrada Nacional 116, Mafra	PT0002000123810 344BJ	Diário	9 600	10 800	48 000	68 400	2,30	2,30
Iluminação Pública	Estrada Nacional 116, Mafra	PT0002000121529 771DM	Diário	24 000	20 000	132 000	176 000	20,70	20,70
Iluminação Pública	Rua Almirante Gago Coutinho, Mafra	PT0002000123934 752SZ	Diário	22 000	19 500	131 400	172 900	20,70	20,70
Iluminação Pública	Rua Pedrogos, Mafra	PT0002000117473 952XY	Diário	19 200	14 400	62 400	96 000	10,35	10,35
Iluminação Pública	Rua Principal, Mafra	PT0002000118771 173SG	Diário	9 600	10 800	48 000	68 400	2,30	2,30
Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública			**Consumo Anual estimado em KWh (com base nos últimos 12 meses)**					**Potência**	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Identificação	Morada da Factura	CPE (Código Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta	Cheias	Vazio	Total de Consumos	Contratada (KW)	Requisitada (KVA)
Iluminação Pública	Travessa Aguieira, Mafra	PT00020001187 62627BZ	Diário	2 400	3 600	12 000	18 000	2,30	2,30
Iluminação Pública	Casal Remendinho, Malveira	PT00020001214 43659ZM	Diário	1 800	3 600	12 000	17 400	3,45	3,45
Iluminação Pública	Jeromelo, Malveira	PT00020001165 97598HK	Diário	5 200	4 800	18 500	28 500	5,75	5,75
Iluminação Pública	Av. Principal, Milharado	PT00020001216 13269MJ	Diário	7 200	4 800	26 400	38 400	6,90	6,90
			TOTAL:	**245 857**	**351 677**	**926 160**	**2 043 756**	**1 510**	**1 565**

O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

X

Hélder Sousa Silva
Presidente da Câmara

ANEXO P

MODELO DAS PROPOSTAS

(denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato a concurso denominado "*Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial, Baixa Tensão Normal e Iluminação pública, da Câmara Municipal de Mafra*", a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 20___, obriga-se a cumpri-lo integralmente para o Lote (designação do lote), Lote (designação do lote) e Lote (designação do lote), em conformidade com o Caderno de Encargos e pelo preço composto pelas seguintes parcelas:

Lote 1 - Média Tensão

Ciclo Horário de Faturação - Semanal com Feriados

Locais de Consumo com os Códigos de Ponto de Entrega:

- Parque Desportivo de Mafra, CPE: PT0002000073562381HN;
- Edifício Paços do Concelho, CPE: PT0002000100048537AN;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da tarifa (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Ponta	128.845	A preencher	A preencher
	Cheias	418.045	A preencher	A preencher
	Vazio Normal	222.200	A preencher	A preencher
	Super Vazio	111.021	A preencher	A preencher
Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Ponta	128.845	A preencher	A preencher
	Redes Cheias	418.045	A preencher	A preencher
	Redes Vazio Normal	222.200	A preencher	A preencher
	Redes Super Vazio	111.021	A preencher	A preencher
	Redes Potência Contratada (KWxDia)	702,15x365	A preencher	A preencher
	Redes Potência Horas de Ponta (KWxDia)	135,73x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x mês)		2x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

O valor estimado do contrato para o lote 1, de acordo com o nº 5 da Cláusula 5ª do Caderno de Encargos, é de € _____ (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta proposta é válida por 66 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Lote 2 - Baixa Tensão Especial

Ciclo Horário de Faturação - Diário

Locais de Consumo com os Códigos de Ponto de Entrega:

- Complexo Escolar EB/JI Povoa da Galega, CPE: PT0002000103785705VW;
- Complexo Escolar EB/JI Venda do Pinheiro, CPE: PT0002000105903401KL;
- Complexo Escolar EB/JI Azueira, CPE: PT0002000110189691JY;
- Complexo Escolar EB/JI Ericeira, CPE: PT0002000110173823JP;
- Complexo Escolar EB/JI Malveira, CPE: PT0002000107066489JC;
- Complexo Escolar EB Hélia Correia, CPE: PT0002000100663613LE;
- Cresce de Mafra, CPE: PT0002000110882229QZ;
- Complexo Escolar EB/JI Santo Estêvão das Galés, CPE: PT0002000110187342AA;
- Complexo Escolar EB/JI Fonte Boa da Brincosa, CPE: PT0002000110198613XG;
- Complexo Escolar EB/JI Enxara do Bispo, CPE: PT0002000110206758LF;
- JI de Charneca Venda do Pinheiro, CPE: PT0002000110195475BV;
- Complexo Escolar EB/JI Lagoa, CPE: PT0002000110195214TD;
- Complexo Escolar EB/JI Igreja Nova, CPE: PT0002000111627772RN;
- Complexo Escolar EB/JI Salgados, CPE: PT0002000110207169ZG;
- Complexo Escolar EB/JI Encarnação, CPE: PT0002000110205983PZ;
- Casa da Cultura da Malveira, CPE: PT0002000106957196TT;
- Casa da Cultura da Ericeira, CPE: PT0002000070733212SG;
- Auditório Beatriz Costa, Mafra, CPE: PT0002000069445218CX;
- Posto de Turismo de Mafra, CPE: PT0002000069445082ZN;
- Parque de Santa Marta, Ericeira (Espaço Comum), CPE: PT0002000108980064KH;
- Pavilhão Desportivo da Malveira, CPE: PT0002000069445561NP;
- Pavilhão Desportivo da Venda do Pinheiro, CPE: PT0002000072142326DT;

- Proteção Civil de Mafra, CPE: PT0002000108819774KS;
- Parque Estacionamento Subterrâneo de Mafra, CPE: PT0002000100552142AD;
- Parque e Oficinas da Câmara Municipal, CPE: PT0002000069445047JT;
- Jardim do Cerco, Mafra, CPE: PT0002000114296447HC;
- Mercado Municipal da Ericeira, CPE: PT0002000069444658LW;
- Complexo Escolar EB Gradil, CPE: PT0002000114929902YD;
- Complexo Escolar EB/JI São Miguel de Alcainça, CPE: PT0002000115143492TK;
- Complexo Escolar EB/JI do Milharado, CPE: PT0002000114927186AF;
- Parque Campismo da Ericeira, CPE: PT0002000069444693CZ;
- Posto de Turismo de Ericeira, CPE: PT0002000080878551EC;
- CMM - Loja do Cidadão, CPE: PT0002000018338155GM;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da tarifa (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Ponta	629.044	A preencher	A preencher
	Cheias	1.462.753	A preencher	A preencher
	Vazio Normal	693.747	A preencher	A preencher
	Super Vazio	448.925	A preencher	A preencher
Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Ponta	629.044	A preencher	A preencher
	Redes Cheias	1.462.753	A preencher	A preencher
	Redes Vazio Normal	693.747	A preencher	A preencher
	Redes Super Vazio	448.925	A preencher	A preencher
	Redes Potência Contratada (KWxDia)	1.834,16x365	A preencher	A preencher
	Redes Potência Horas de Ponta (KWxDia)	582,66x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x mês)		33x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

O valor estimado do contrato para o lote 2, de acordo com o nº 5 da Cláusula 5ª do Caderno de Encargos, é de € _____ (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta proposta é válida por 66 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Lote 3 - Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública

3.1 – BTN (>20,7KVA) - Potência de 41,4 KVA

Ciclo Horário de Faturação - Diário

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Complexo Cultural Quinta da Raposa, CPE: PT0002000051390354QP;
- Serviços Culturais, CPE: PT0002000051495301WY;
- Escola JI Quintal, CPE: PT0002000104933316AM;
- Escola JI Gradil, CPE: PT0002000104002695KX;
- Escola JI Encarnação, CPE: PT0002000083465895TW;
- Escola JI Milharado, CPE: PT0002000083343906DM;
- Mafra Business Factory, CPE: PT0002000060000633MF;
- Edifício Serviços Ação Social CLAII, CPE: PT0002000112770636BY;
- Escola EB/JI de Sobral da Abelheira, CPE: PT0002000125294285SV;

Ciclo Horário de Faturação - Semanal S/ Feriados

- Feira Mensal do Parque Intermodal de Mafra, CPE: PT0002000119115402PS

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Ponta	30.199	A preencher	A preencher
	Cheias	75.723	A preencher	A preencher
	Vazio	63.009	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Ponta	30.199	A preencher	A preencher
	Redes Cheias	75.723	A preencher	A preencher
	Redes Vazio	63.009	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 41,40 KVA (Instalações x dia)	10x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x mês)		10x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.2 – BTN (>20,7KVA) - Potência de 34,5 KVA

Ciclo Horário de Faturação - Diário

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Casa da Cultura D. Pedro V, CPE: PT0002000051401887BH;

- Escola JI Azenhas dos Tanoeiros, CPE: PT0002000115286063NS;

- Escola JI Santo Isidoro, CPE: PT0002000080982356MA;

- Escola JI Venda do Pinheiro, CPE: PT0002000075947885YW;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Ponta	24.529	A preencher	A preencher
	Cheias	61.808	A preencher	A preencher
	Vazio	59.740	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Ponta	24.529	A preencher	A preencher
	Redes Cheias	61.808	A preencher	A preencher
	Redes Vazio	59.740	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 34,5 KVA (Instalações x Dia)	4x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		4x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.3 – BTN (>20,7KVA) - Potência de 27,6 KVA

Ciclo Horário de Faturação - Diário

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Escola JI Ribamar, CPE: PT0002000105153102ZA;

- Pavilhão Desportivo da Encarnação, CPE: PT0002000102955422GL;

- ATL da Encarnação, CPE: PT0002000089727218AN;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Ponta	14.035	A preencher	A preencher
	Cheias	35.304	A preencher	A preencher
	Vazio	31.865	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Ponta	14.035	A preencher	A preencher
	Redes Cheias	35.304	A preencher	A preencher
	Redes Vazio	31.865	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 27,6 KVA (Instalações x Dia)	3x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		3x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.4 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 20,7 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Loja do Cidadão de Mafra, CPE: PT0002000120965827FK;
- Casa Mortuária da Ericeira, CPE: PT0002000113849839JA;
- Parque Santa Marta (Antiga Junta Freguesia), CPE: PT0002000108979947QQ;
- Biblioteca da Venda do Pinheiro, CPE: PT0002000079032471MN;
- Biblioteca de Mafra, CPE: PT0002000051402208WV;
- Escola JI Mafra, CPE: PT0002000083606949ZC;
- Escola JI Barreiralva, CPE: PT0002000051378341TR;
- Escola JI Barril, CPE: PT0002000085621579TB;
- Pavilhão Desportivo da Ericeira, CPE: PT0002000078187296NH;
- Mercado Municipal de Mafra, CPE: PT0002000069365677NA;
- Mercado Municipal da Encarnação, CPE: PT0002000051401934JL;
- Jardim - Venda do Pinheiro, CPE: PT0002000112537777YE;
- Museu Raul de Almeida, CPE: PT0002000060335971AM;
- Portaria da Abrunheira, CPE: PT0002000051405868TC;
- Edifício Turismo de Mafra, CPE: PT0002000070263536HB;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	179.921	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	179.921	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 20,7 KVA (Instalações x Dia)	15x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		15x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.5 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 17,25 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Jardim - Urbanização, CPE: PT0002000108234795WH;

- Ericeira Business Factory 1, CPE: PT0002000051386268EQ;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	22.152	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	22.152	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 17,25 KVA (Instalações x Dia)	2x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		2x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.6 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 13,80 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Parque Intermodal de Mafra - Autocaravanas, CPE: PT0002000124305367YF;
- Jardim - Urbanização, CPE: PT0002000113894037WH;
- CCD - Mafra, CPE: PT0002000051385629VK;
- Serviços de Aferição, CPE: PT0002000051405403AS;
- Casa Mortuária de Mafra, CPE: PT0002000071580174QZ;
- Escola EB1 da Encarnação, CPE: PT0002000051383873XJ;
- Ericeira Business Factory 2, CPE: PT0002000051386304RY;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	70.663	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	70.663	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 13,8 KVA (Instalações x Dia)	7x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		7x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.7 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 10,35 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Iluminação Rotunda Carapinheira, CPE: PT0002000088274329SX;

- Jardim - Malveira, CPE: PT0002000112537813PN;

- Biblioteca Povoa da Galega, CPE: PT0002000051379721ZR;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	32.636	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	32.636	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 10,35 KVA (Instalações x Dia)	3x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		3x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.8 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 6,9 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Escola JI Sobral da Abelheira, CPE: PT0002000051403292AC;
- Iluminação Cruzamento Ericeira, CPE: PT0002000068739024KP;
- Fontanário, CPE: PT0002000051405037XV;
- Escola EB1 de Santo Isidoro, CPE: PT0002000051409428VS;
- Parque Santa Marta (Artes Plásticas), CPE: PT0002000108980031CP;
- Habitação Social, CPE: PT0002000081277117DL;
- JI Elemento Periférico, CPE: PT0002000051395704HE;
- Edifício MESMO, CPE: PT0002000018343107NN;
- Edifício Turismo de Mafra, CPE: PT0002000018351856RK;
- Edifício Turismo de Mafra, CPE: PT0002000018351889AP;
- Edifício Turismo de Mafra, CPE: PT0002000060171883KE;
- Edifício Apoio Parque Intermodal de Mafra, CPE: PT0002000124304364PQ;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	60.593	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	60.593	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 6,9 KVA (Instalações x Dia)	12x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		12x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.9 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 3,45 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Biblioteca de Mafra, CPE: PT0002000051401411ZW;
- JORNAL, CPE: PT0002000068785488VN;
- Capela São Domingos, CPE: PT0002000075113086GB;
- Habitação Monte Bom, CPE: PT0002000069715143AF;
- Arrecadação SHL Ericeira, CPE: PT0002000051407637PH;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886293EV;
- Semáforos, CPE: PT0002000121695524QC;
- Instalação Sanitária Pública, CPE: PT0002000051399605GJ;
- Instalação Sanitária Pública, CPE: PT0002000051400257DK;
- Instalação Sanitária Pública, CPE: PT0002000051400348JC;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	31.157	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	31.157	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 3,45 KVA (Instalações x Dia)	10x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		10x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.10 – BTN (<=20,7KVA) - Potência de 1,15 KVA

Ciclo Horário de Faturação – Sem Ciclo

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- M.U.P.I., CPE: PT0002000068266576LA;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000068557264FV;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000086484891EH;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085856957EF;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085856924CC;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085856491WR;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085856467RT;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085856434EJ;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085856343HZ;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085852497ND;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085852123LA;
- M.U.P.I., CPE: PT0002000085851973NZ;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000084621733KK;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000084621642VE;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000084621538JX;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000084620397DL;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000076698469AG;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000076698345CH;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000076697945AD;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000076697821KT;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000076697706QT;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000071740281PH;
- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000071739982HH;

- Escadas de Edifícios, CPE: PT0002000071739812BD;
- Semáforos, CPE: PT0002000065221082VP;
- Semáforos, CPE: PT0002000065221105HP;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886282EY;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886305TY;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886316TV;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886327RM;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886338RQ;
- Semáforos, CPE: PT0002000081886349WG;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183149BH;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183127XL;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183504GM;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183207ZF;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183366KM;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183399ES;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183457WG;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183537MS;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183559YZ;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183594PA;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183639XW;
- Semáforos, CPE: PT0002000083183685NW;
- Semáforos, CPE: PT0002000106375025BM;
- Semáforos, CPE: PT0002000106375003XY;
- Semáforos, CPE: PT0002000106374999XW;
- Semáforos, CPE: PT0002000088358898NP;
- Semáforos, CPE: PT0002000088358604EJ;
- Semáforos, CPE: PT0002000088358557CN;

- Semáforos, CPE: PT0002000088358477VR;

- Semáforos, CPE: PT0002000088223643LQ;

- Semáforos, CPE: PT0002000088006621JE;

- Semáforos, CPE: PT0002000086853715GZ;

- Casa Mortuária Alcainça, CPE: PT0002000051385846GP;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Simples	122.940	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Simples	122.940	A preencher	A preencher
	Potência Contratada 1,15 KVA (Instalações x Dia)	55x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		55x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

3.11 – IP (<=20,7KVA)

Ciclo Horário de Faturação - Diário

Locais de Consumo, e Códigos de Ponto de Entrega:

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121253664XJ;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121046817XM;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121254224BK;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121263635FW;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121364199DX;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000105368605EL;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121253686BN;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121268016JJ;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121263602MS;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121294357PL;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121062367LF;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000118842054ZE;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000118899722SY;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000118496742CD;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000119904512RH;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121253709NN;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000118383252PR;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121613269MJ;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000067735252XW;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121451431FA;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000119329241ZT;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000123810344BJ;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121529771DM;
- Iluminação Pública, CPE: PT0002000123934752SZ;

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000117473952XY;

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000118771173SG;

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000118762627BZ;

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121443659ZM;

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000116597598HK;

- Iluminação Pública, CPE: PT0002000121613269MJ;

	Descrição	Consumo de energia anual, estimado (kWh)	Preço da proposta (€/kWh)	Valorização (€)
Componentes Energia Ativa - Mercado Liberalizado	Ponta	177.031	A preencher	A preencher
	Cheias	178.842	A preencher	A preencher
	Vazio	771.555	A preencher	A preencher
Componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	Redes Ponta	177.031	A preencher	A preencher
	Redes Cheias	178.842	A preencher	A preencher
	Redes Vazio	771.555	A preencher	A preencher
	Potência Contratada (Instalações x Dia)	30x365	A preencher	A preencher
Contribuição Áudio-Visual (Instalações x Mês)		30x12	A preencher	A preencher
			TOTAL (€)	A preencher

Notas:

1 - Os preços apresentados não incluem o IVA à taxa em vigor.

2 - O Perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das PROPOSTAS a apresentar pelos adjudicatários.

O valor estimado do contrato para o lote 3, de acordo com o nº 5 da Cláusula 5ª do Caderno de Encargos, é de € _____ (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta proposta é válida por 66 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONVITE

Consulta Prévia para:

"Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra"

Pelo presente convidamos V. Ex.ª, a apresentar proposta referente ao procedimento supra mencionado.

1. Entidade adjudicante:

Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2644-001 MAFRA

Telefone: 261 810 143
Fax: 261 810 144
E-Mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt

2. Órgão que tomou a decisão de contratar:

Sr. Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

3. Tipo de procedimento:

3.1 **Consulta Prévia,** nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

3.2 A consulta prévia em apreço resulta do acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental promovido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap) – conforme espelhado no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP): **Eletricidade (2015) (AQ-ELE-2015) – ID BASE: 1494502 - Lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP)**

4. Documentos da proposta:

4.1 A proposta de preço será, nos termos do artigo 57.º do CCP, obrigatoriamente, instruída com os seguintes documentos:

a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do Código dos Contratos Públicos;

b) Atributos da Proposta, nomeadamente:

Preço: Proposta elaborada de acordo com o modelo constante do *Anexo P* (Modelo das Propostas);

Nota: A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do **formulário principal**, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

c) Documentos relacionados com aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência:

i.Prazo de Fornecimento.

ii.Condições de pagamento:

d) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis à explicitação dos respetivos atributos.

e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

4.2 Os documentos que constituem a proposta podem ser redigidos em língua estrangeira, nomeadamente em Inglês, Francês e Espanhol nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º. do CCP.

5. Prazo para apresentação de propostas:

A proposta deverá ser entregue até às **17.00 horas do 9.º dia a contar da data da disponibilização do presente convite na plataforma SaphetyGov.** No caso do referido 9.º dia coincidir com dia não útil o prazo limite transitará para as **17:00 do dia útil imediato**.

6. Forma de apresentação de propostas:

6.1 Em face do que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, fica determinado que só é aceite a entrega das propostas através da plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov;

6.2 Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva e a qualidade em que assina;

6.3 Todas as propostas deverão ser entregues até ao prazo limite de entrega via plataforma contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.

6.4 Para tal é necessário o registo gratuito que poderá ser efetuado em www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.

6.5 Em caso de dúvidas ou apoio à submissão de propostas, Saphety disponibiliza uma linha de apoio direta que poderá ser acedida através do número 707 101 249, ou através do email helpdesk@saphety.com.

7. Assinatura eletrónica:

7.1 Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

7.2 Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

7.3 Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

7.4 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

8. Caução:

8.1 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP, na sua redação atual.

8.2 O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente. Sendo que, a adjudicação caduca nos termos do n.º 1 do art.º 91.º do CCP.

8.3 A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais, pelo adjudicatário.

8.4 A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.

8.5 O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Mafra, devendo ser especificado o fim a que se destina.

8.6 Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.

8.7 Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

8.8 Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

8.9 Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF.: 261 810 143 • FAX:261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

9. Documentos de Habilitação

9.1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente convite;

b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

   i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a **Segurança Social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
   ii. Situação regularizada relativamente a **Impostos devidos** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, sendo pessoa coletiva, registo criminal desta e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

9.2 A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

9.3 Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

9.4 O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos.

10. Critério de Adjudicação:

O critério de adjudicação é, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, como o n.º 2 do mesmo artigo, o da **proposta economicamente mais vantajosa** para a entidade adjudicante, na **modalidade da avaliação do preço,** consubstanciado no seguinte fator:

- Preço da Componente de energia ativa constante da proposta.

11. Objeto de negociação:

As propostas não serão objeto de negociação nos termos alínea a), n.º 2 do artigo 115.º do CCP.

12. Despesas e Encargos

12.1 Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas são da responsabilidade do concorrente;

12.2 Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito serão da responsabilidade do adjudicatário;

12.3 Decorrem ainda por conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da prestação de cauções e da emissão de seguros, quando a elas houver lugar.

X

Hélder Sousa Silva
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A, conforme aplicável)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa] e , se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...];

b) [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6-Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a os documentos comprovativos de que

não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido código.

7-O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.º s 4 e 5 do artigo 57.º.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF.: 261 810 143 • FAX:261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(*a)* no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h) do n.º 1* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

---

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III – Modelo de Caução

GUIA DE DEPÓSITO

Vai **(a)** _____, com morada/sede em _____, contribuinte n.º_____ depositar na **(b)** _____, à ordem do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia de **(c)** _____ , que se destina a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação referente a **(d)** _____ , constituindo a caução a que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, _____ de _____ de _____

(e) _____

****

a) Identificação da entidade depositante (adjudicatário);
b) Designação da Instituição Bancária
c) Quantia por extenso;
d) Descrição do Procedimento
e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo IV

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de **(1)** _____, vem o/a **(2)** _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de **(3)** _____ **€** (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito **(4)** _____ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a **(instituição garante)** _____ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a **(instituição garante)** _____ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

_____

****

(1) - Identificação completa do Adjudicatário;

(2) - Identificação completa da Instituição garante;

(3) - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;

(4) – Identificação do procedimento.

J.5

305

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER Concordo. Proponho que o assunto seja remetido à reunião do Orgão Executivo.

2018/05/28

O(A) Vereador(a),

Concordo com a presente Informação.

29/5/2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

.....

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião.

28/05/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/8467

ASSUNTO: Contração de Empréstimo

O Município de Mafra no âmbito do seu plano plurianual de investimentos tem intenção de levar a efeito diversas obras de investimento consideradas essenciais e de consolidação e enriquecimento do património local, previsivelmente, num montante de acordo com o descrito no quadro *infra*.

Considerando as eventuais exigências orçamentais resultantes do processo de resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos do contrato de concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Mafra, e de forma a manter o nível de investimento que o município necessita para o seu natural desenvolvimento, verifica-se a necessidade de contrair financiamento para execução das referidas obras:

Anexo XIII

	INVESTIMENTOS	VALOR (Previsível)
1	Remodelação de Edifício da Antiga Repartição de Finanças – Mafra	1.000.000,00€
2	Largo da Feira da Malveira	2.300.000,00€
	Casa Canas - Malveira	500.000,00€
3	Museu Raúl de Almeida	1.500.000,00€
4	Largo Brito Gorjão e arranjo da Vila Velha	1.500.000,00€
5	Escola EB 23 da Ericeira	1.000.000,00€
6	Aquisição Quinta de Santo António – Venda do Pinheiro	1.500.000,00€
	Requalificação Quinta de Santo António – Venda do Pinheiro	2.000.000,00€
7	Requalificação Habitação Social Rua Júlio da Conceição Ivo- Mafra	1.000.000,00€
8	Museu do Pão -Mafra	500.000,00€
9	Quinta da Raposa- Mafra	200.000,00€
10	Mercado Municipal de Mafra	400.000,00€
11	Mercado Municipal da Ericeira	900.000,00€
	TOTAL	**14.300.000,00€**

Atendendo a que os onze primeiros projetos de investimento indicados dizem respeito a requalificações e reparação de espaços e edifícios, existe a possibilidade de candidatura dos mesmos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana 2020 (IFRRU 2020), que reúne diversas fontes de financiamento, quer fundos europeus do PORTUGAL 2020, quer fundos provenientes de outras entidades como o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa.

O Portugal 2020 resulta do acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia e reúne a atuação de 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, sendo que, no caso do IFRRU 2020, os fundos europeus mobilizados são o Fundo

Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através dos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, e o Fundo de Coesão, através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

O IFRRU 2020 é assim constituído por fundos europeus, com verbas provenientes dos supra referidos Programas, a que acrescem as que vierem a ser disponibilizadas por instituições financeiras ou outros investidores públicos ou privados, e opera através de entidades financeiras, selecionadas para o efeito através de concurso público, que irão disponibilizar produtos financeiros, em regra empréstimos em condições mais vantajosas do que as existentes no mercado, para apoio a operações de reabilitação urbana.

Através do IFRRU 2020 podem ser financiados diversos projetos de reabilitação integral de edifícios e espaços, assim como medidas de eficiência energética complementares às intervenções de reabilitação urbana, devendo o pedido de financiamento ser dirigido à rede comercial dos bancos selecionados através de concurso público e com quem a Estrutura de Gestão do IFRRU 2020 celebrou Acordos de Financiamento: o Santander Totta, o Banco BPI e o Millenium BCP.

Atentos os pressupostos deste Instrumento Financeiro, o Município de Mafra pode solicitar financiamento neste âmbito, devendo, para além de outros requisitos, apresentar uma declaração de compromisso em como prestará a informação considerada necessária para o acompanhamento e monitorização da execução dos investimentos, de acordo com a periodicidade definida, e em como aceita ser auditado pela Inspeção-Geral de Finanças, enquanto Autoridade de Auditoria, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, enquanto Estrutura de Auditoria Segregada e Autoridade de Certificação, a Comissão Europeia e o Tribunal de Contas Europeu.

Assim, tal como anteriormente indicado, o Município de Mafra identificou como passíveis de eventual financiamento bancário através do IFRRU 2020, 11 (onze) projetos de investimento, que perfazem um montante total previsível de 14.300.000,00€ (catorze milhões e trezentos mil euros).

De acordo com o n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

De acordo com os n.ºs 1 e 3 do artigo 51.º da suprarreferida Lei, os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal, apresentando um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos.

Considerando ainda que, de acordo com o n.º 5 do artigo 49.º do referido preceito legal, a capacidade de endividamento do Município de Mafra, em 24 de maio de 2018, encontra-se demonstrada uma vez que o valor correspondente a 20% da margem disponível no início do presente exercício económico é de 13.731.718,00€, conforme se pode constatar no Anexo I do Modelo do Tribunal de Contas "Apuramento da Capacidade de endividamento", sendo que, de acordo com o artigo 107.º da Lei do Orçamento de Estado, por efeito, exclusivamente, de empréstimos para financiamento de operações de reabilitação urbana, a margem disponível para endividamento pode ser alargada até 30%, passando de 13.731.718,00€ (treze milhões, setecentos e trinta e um mil e setecentos e dezoito euros) para 20.597.578,00€ (vinte milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quinhentos e setenta e oito euros).

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Face ao exposto, salvo melhor opinião, e uma vez que se quer dar início ao processo de empreitada referido em primeiro lugar no quadro supra (Remodelação de Edifício da Antiga Repartição de Finanças – Mafra) e que financeiramente se considera mais adequado, atenta a circunstância referida no segundo parágrafo da presente informação, promover tal investimento através do recurso a empréstimo bancário, propõe-se, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação com a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 156, datada de 16 de agosto de 2011, que seja submetido ao Órgão Executivo a decisão de contrair um empréstimo no valor de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) para a realização da empreitada referida, devendo para o efeito ser consultadas todas as instituições de crédito que promovem financiamentos no âmbito do IFRRU.

Mais se propõe que seja deliberado solicitar desde já autorização para a promoção de ulteriores consultas às Instituições de Crédito para obtenção de condições de financiamento dos investimentos especificados no quadro supra, sem prejuízo, obviamente, da obtenção da necessária autorização para contração do empréstimo.

À Consideração Superior,

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)

Anexo I
Município de Mafra

Apuramento da Capacidade de Endividamento
(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

	01/01/2018		24/05/2018		
Apuramento do limite da "Dívida Total"					
Total receita cobrada nos 3 últimos anos		**162 470 769**		**162 470 769**	
Receita corrente cobrada em 2015	51 844 084		51 844 084		
Receita corrente cobrada em 2016	53 516 509		53 516 509		
Receita corrente cobrada em 2017	57 110 176		57 110 176		
Média da receita		54 156 923		54 156 923	
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos		**81 235 384**		**81 235 384**	
Apuramento da Dívida Total					
Dívida total operações orçamentais do Município		**12 552 788**		**11 523 086**	
Médio e Longo Prazo	**8 622 903**		**8 265 179**		
2312-Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	2 907 561		2 549 837		
261-Fornecedores de imobilizado	4 972 602		4 972 602		
268-Outros Credores	655 613		655 613		
221-Fornecedores	87 127		87 127		
Curto Prazo	**3 929 886**		**3 257 907**		
221-Fornecedores c/c	1 366 821		1 357 459		
228-Fornecedores - Faturas em receção e conferência	650 405		80 934		
252-Credores pela execução do orçamento	0		3 388		
261-Fornecedores de imobilizado c/c	1 266 667		651 442		
24-Estado e outros entes públicos	31 579		30 614		
262+263+267+268-Outros credores	614 414		1 134 071		
217+2617-Garantias e Cauções	0		0		
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total		**24 004**		**77 543**	(*)
AMTRES	45		725		
Área Metropolitana de Lisboa	0		724		
Associação Nacional de Municípios Portugueses	498		419		
Municipia	0		8 540		
Tapada de Mafra	18 193		13 196		
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Mafra	5 267		53 939		
Rota Histórica das Linhas de Torres	0		0		
Dívida Total excluindo operações extraorçamentais		**12 576 793**		**11 600 629**	
Capacidade de endividamento					
Limite da dívida total da Autarquia calculado		81 235 384			
Montante da dívida total (excluindo operações extraorçamentais)		12 576 793			
Margem Absoluta		68 658 592			
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º)		**13 731 718**			

*Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total-Dados à data de 31/03/2018

Anexo I
Município de Mafra

Apuramento da Capacidade de Endividamento
(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

	01/01/2018		24/05/2018		
Apuramento do limite da "Dívida Total"					
Total receita cobrada nos 3 últimos anos		**162 470 769**		**162 470 769**	
Receita corrente cobrada em 2015	51 844 084		51 844 084		
Receita corrente cobrada em 2016	53 516 509		53 516 509		
Receita corrente cobrada em 2017	57 110 176		57 110 176		
Média da receita		54 156 923		54 156 923	
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos		**81 235 384**		**81 235 384**	
Apuramento da Dívida Total					
Dívida total operações orçamentais do Município		**12 552 788**		**11 523 086**	
Médio e Longo Prazo	**8 622 903**		**8 265 179**		
2312-Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	2 907 561		2 549 837		
261-Fornecedores de imobilizado	4 972 602		4 972 602		
268-Outros Credores	655 613		655 613		
221-Fornecedores	87 127		87 127		
Curto Prazo	**3 929 886**		**3 257 907**		
221-Fornecedores c/c	1 366 821		1 357 459		
228-Fornecedores - Faturas em receção e conferência	650 405		80 934		
252-Credores pela execução do orçamento	0		3 388		
261-Fornecedores de imobilizado c/c	1 266 667		651 442		
24-Estado e outros entes públicos	31 579		30 614		
262+263+267+268-Outros credores	614 414		1 134 071		
217+2617-Garantias e Cauções	0		0		
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total		**24 004**		**77 543**	(*)
AMTRES	45		725		
Área Metropolitana de Lisboa	0		724		
Associação Nacional de Municípios Portugueses	498		419		
Município	0		8 540		
Tapada de Mafra	18 193		13 196		
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Mafra	5 267		53 939		
Rota Histórica das Linhas de Torres	0		0		
Dívida Total excluindo operações extraorçamentais		**12 576 793**		**11 600 629**	
Capacidade de endividamento					
Limite da dívida total da Autarquia calculado		81 235 384			
Montante da dívida total (excluindo operações extraorçamentais)		12 576 793			
Margem Absoluta		68 658 592			
Margem utilizável (30% - n.º1 do artº 107 da Lei n.º 114/2017 de 29/12 - OE 2018		**20 597 578**			

*Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total-Dados à data de 31/03/2018

1.6.

310

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com a presente Informação. 29/5/2018 ...../...../..... O(A) Diretor(a) de Departamento, Concordo com a informação prestada. À Consideração Superior. 28/5/2018 O(A) Chefe de Divisão Bernardete Calhaço	Aprovo 28/05/18 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/8456

ASSUNTO: Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra

1. Considerando a necessidade da existência de uma regulamentação que permita definir os critérios de atribuição e uso das Distinções Honoríficas no Município de Mafra, numa ótica de clareza, rigor, coerência e isenção, contribuindo para uma maior transparência dos procedimentos de atribuição das referidas distinções, reforçando, assim, este trabalho de reconhecimento público, a Câmara Municipal de Mafra deliberou, na reunião de 12/01/2018, «*ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e das alíneas e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma*

anexo XIV

que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, (...) dar início ao procedimento referente à aprovação do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na Internet, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra».

2. Seguidamente, em 18/01/2018, foi publicitado, na *Internet*, no sítio institucional desta Câmara Municipal (www.cm-mafra.pt), através do Edital n.º 5/2018, assinado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 15/01/2018, o início do procedimento da elaboração do mencionado Regulamento, constando do aludido Edital, tal como determina o artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma de constituição como interessados e de apresentação de contributos.

3. Assim, foi concedido o prazo de 10 dias úteis, a contar de 19/01/2018, para que os interessados, querendo, pudessem constituir-se como tal no procedimento e apresentar, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra, as suas sugestões para a elaboração do mencionado projeto de alteração regulamentar.

4. Decorrido tal prazo, cujo términus ocorreu em 01/02/2018, apurou-se, junto da Área de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Divisão de Assuntos Jurídicos, que não ocorreu a constituição de interessados no procedimento, nem a apresentação de quaisquer contributos.

5. Segundo dispõe o n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto a consulta pública.

6. No entanto, tendo presente a circunstância de não ter ocorrido a constituição de interessados no procedimento, nem a apresentação de quaisquer contributos,

apesar da divulgação que foi dada à proposta de alteração em causa, afigura-se, ressalvando melhor opinião, que não se justificará a submissão a consulta pública do projeto de regulamento em apreço, já que se visa, também, a célere entrada em vigor do documento.

7. Nestes termos, propõe-se, salvo melhor entendimento de V. Exa., que, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à mesma Lei, e após o inicio do procedimento ter sido publicitado na Internet, no sítio institucional desta Câmara Municipal, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, sem que, decorrido o prazo concedido para o efeito, tenha ocorrido a constituição de interessados no procedimento e a apresentação de quaisquer contributos, tendo-se acautelado, dessa forma, a audiência dos interessados, não se justificando a submissão a consulta pública, pelas razões acima invocadas, a Câmara Municipal delibere concordar com o "Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra", anexo à presente informação, e propor à Assembleia Municipal a aprovação do mesmo.

É o que me cumpre informar.

E submeter à Consideração Superior.

Mafra, 28 de maio de 2018.

A Técnica Superior

Cátia Sousa.

(Cátia Sousa)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Preâmbulo

Considerando que reconhecer o mérito é estimular e valorizar a competitividade social, a Câmara Municipal tem vindo a atribuir distinções honoríficas, homenageando pessoas singulares ou coletivas que se notabilizem, pelos seus feitos ou contributos, nas mais variadas áreas de intervenção, dignificando o Concelho de Mafra.

A existência de uma regulamentação que permita definir os critérios de atribuição e uso das referidas distinções, numa ótica de clareza, rigor, coerência e isenção, contribui para uma maior transparência dos inerentes procedimentos, reforçando, assim, este trabalho de reconhecimento público.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugada com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atento o n.º 3 do artigo 55.º do mesmo diploma legal, é aprovado o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra, com a redação seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objeto e âmbito

1. O presente Regulamento visa instituir as condições e o procedimento de atribuição de distinções honoríficas, pelo Município de Mafra.
2. As distinções honoríficas destinam-se a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, pelos seus méritos pessoais, feitos cívicos,

atos excecionais ou serviços relevantes prestados ao Município, à sua população ou comunidade.

Artigo 2.º

Distinções Honoríficas do Município

O Município de Mafra institui as seguintes distinções honoríficas:

a) Medalha de Honra da Vila de Mafra;

b) Medalha de Mérito Municipal.

Artigo 3.º

Procedimento de atribuição

1. A atribuição das medalhas referidas no artigo anterior compete à Câmara Municipal, mediante deliberação, por escrutínio secreto, da maioria absoluta dos seus membros em efetividade de funções.
2. O registo dos agraciados, bem como das respetivas medalhas, será efetuado no Livro de Honra próprio, constando do mesmo a respetiva deliberação.
3. Quando o agraciado seja trabalhador municipal, será providenciado para que o mesmo registo conste também no respetivo processo individual.
4. A atribuição de uma distinção honorífica não constitui impedimento para agradecimento ulterior da mesma pessoa singular ou coletiva, nomeadamente, através da atribuição de outra ou de outras de grau superior, desde que tal se justifique.
5. As medalhas previstas neste Regulamento poderão ser atribuídas a título póstumo.

Artigo 4.º

Ato de entrega

1. A entrega de qualquer medalha é efetuada em sessão pública e solene.
2. A atribuição da medalha é atestada por diploma, entregue ao agraciado, encimado pelo Brasão de Armas do Município, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e autenticado com selo branco, no qual constarão os fundamentos principais que estiveram na origem das deliberações tomadas.

Artigo 5.º

Encargos com a aquisição das medalhas

A aquisição das medalhas constitui encargo do Município de Mafra.

CAPÍTULO II

DA MEDALHA DE HONRA DA VILA DE MAFRA

Artigo 6.º

Âmbito

A Medalha de Honra da Vila de Mafra destina-se a agraciar pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se tenham distinguido por feitos excecionais na prestação de serviços altamente meritórios e relevantes ao Município ou aos seus habitantes, de forma exemplar e duradoura, cujo nome tenha ficado ou esteja ligado, inequivocamente e por tais factos, à vida ou à história do Concelho de Mafra.

Artigo 7.º

Características

1. A Medalha de Honra da Vila de Mafra será cunhada e terá nela figuradas uma alegoria, baseada no brasão do Município de Mafra, e a inscrição "Medalha de Honra da Vila de Mafra".
2. O modelo gráfico utilizado na Medalha de Honra da Vila de Mafra não poderá ser utilizado em nenhuma outra medalha ou condecoração.

Artigo 8.º

Títulos

A atribuição da Medalha de Honra da Vila de Mafra confere ao agraciado singular o título de "Cidadão Honorário de Mafra" e à entidade coletiva o de "Benemérita de Mafra".

CAPÍTULO III
DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL

Artigo 9.º
Âmbito

1. A Medalha de Mérito Municipal destina-se a agraciar pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos praticados resultem benefícios públicos muito significativos para o Município de Mafra, nomeadamente na melhoria das condições de vida dos seus munícipes.
2. Destina-se, ainda, a reconhecer pessoas singulares ou coletivas que, pelo seu mérito e pelas suas qualidades humanas, intelectuais, políticas ou profissionais, se tenham destacado na região, no país ou no estrangeiro, em qualquer área de atividade, designadamente, cultural, social, educativa, juvenil, desportiva, turística, ambiental, cooperativa, científica, da saúde, do socorro e proteção civil, da justiça, económica, empresarial ou cívica.

Artigo 10.º
Graus

A Medalha de Mérito Municipal é de ouro, prata ou bronze, dependendo da duração e persistência, do valor e projeção do(s) ato(s) praticado(s).

Artigo 11.º
Características

1. A Medalha de Mérito Municipal será cunhada a ouro, prata ou bronze, e terá as seguintes características:
    a) Formato circular, com 3,5 cm de diâmetro;
    b) Anverso com o brasão do Município de Mafra e a inscrição "Câmara Municipal de Mafra";
    c) Reverso com reprodução do zimbório da Basílica do Palácio Nacional de Mafra e a inscrição "Mérito Municipal".
2. O modelo gráfico utilizado na Medalha de Mérito Municipal não poderá ser utilizado em nenhuma outra medalha ou condecoração.

CAPÍTULO IV
USO PROTOCOLAR DE SINAIS DISTINTIVOS

Artigo 12.º
Direito ao uso das medalhas

1. Os agraciados poderão fazer uso das medalhas municipais em todas as cerimónias oficiais promovidas pelo Município de Mafra ou por outras entidades públicas, a que assistam, de acordo com o prudente arbítrio de cada um e dignificando sempre o Município de Mafra.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o direito ao uso das medalhas municipais é pessoal e intransmissível, sendo expressamente vedada a sua ostentação por quem não haja sido agraciado.
3. Nos casos de distinção a título póstumo, a medalha poderá ser utilizada por representante ou familiar do falecido, durante o decurso da respetiva sessão solene de atribuição.

Artigo 13.º
Utilização das medalhas

1. A Medalha de Honra da Vila de Mafra deverá ser usada pendente ao pescoço.
2. A Medalha de Mérito Municipal deverá ser usada do lado esquerdo do peito, à esquerda das condecorações nacionais e à direita das estrangeiras que sejam usadas do mesmo lado, caso existam.
3. No caso da Medalha de Mérito Municipal, esta tem como insígnia uma miniatura circular, com 1,5 cm de diâmetro, que pode ser usada, em alternativa à própria medalha, na lapela.

Artigo 14.º
Renúncia e perda do direito

Perdem o direito às medalhas municipais e ao uso das mesmas aqueles que:

a) Renunciaram expressamente ao seu uso;
b) Foram condenados em pena de prisão efetiva pela prática de crime doloso, por sentença transitada em julgado;

c) Enquanto trabalhadores do Município de Mafra, foram objeto de aplicação de sanção disciplinar mais gravosa do que a pena de multa.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 15.º
Manutenção do direito de uso

São confirmadas as prerrogativas de titularidade de distinções honoríficas concedidas ao abrigo de deliberações anteriores a este Regulamento.

Artigo 16.º
Norma revogatória

O presente Regulamento revoga todas as disposições anteriores sobre a matéria, nomeadamente o "Regulamento da Medalha Municipal", aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 1982, sob proposta da Câmara Municipal, de 27 de outubro de 1982.

Artigo 17.º
Casos omissos

As dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pelo órgão executivo que, em cada caso concreto, deliberará sobre a atribuição das medalhas.

Artigo 18.º
Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil imediatamente seguinte à data da sua publicação no *Diário da República.*

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO N.º 58/2018 - PCM

Assunto: **DESIGNAÇÃO DA REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE MAFRA NA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E VILAS DE CERÂMICA – APTCVC**

Considerando que:

1. Nos termos da alínea oo) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal designar os seus representantes em quaisquer entidades nas quais o Município participe, independentemente de integrarem, ou não, o perímetro da administração local;
2. O Município de Mafra, juntamente com os Municípios de Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Batalha, Caldas da Rainha, Ílhavo, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana do Alentejo, Viana do Castelo e Vila Nova de Poiares, integra a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica – APTCVC, com o NIPC 514874201, constituída em 17 de abril de 2018, não tendo o seu representante ainda designado;
3. O n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estabelece que "*Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática (...)*", salientando-se, neste enquadramento, a realização, no próximo dia 29 de maio de 2018, de uma reunião da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica – APTCVC, para proceder-se, designadamente, à instalação dos seus órgãos sociais, realizando-se posteriormente a reunião de Câmara, em 1 de junho de 2018,

Anexo XV

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESIGNO, ao abrigo da alínea oo) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do mesmo diploma legal, como **representante do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica – APTCVC, NIPC 514874201, a Vereadora CÉLIA MARIA DUARTE BATALHA FERNANDES.**

DETERMINO, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que o presente Despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.**

Paços do Município de Mafra, 25 de maio de 2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

2.1.

316

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo.
A presidência do Exmo. Senhor Presidente da Câmara.
28/05/18

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.
25/05/2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta apresentada, para os valores a praticar na próxima época desportiva e balnear.
23/05/2018 Para despacho da Sr.ª Diretora.

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

28/05/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/8156

ASSUNTO: Valores para a Época Desportiva 2018/2019 e Época Balnear 2018

De forma a programar a Época Desportiva 2018/2019, assim como a época balnear de 2018, há necessidade de se proceder à definição dos preços cobrados pela utilização das Instalações Desportivas Municipais, bem como pela prática das atividades que nelas são desenvolvidas, nomeadamente no que se refere aos Núcleos Municipais, Alugueres Pontuais e Regulares, e ainda para a utilização das Piscinas Exteriores.

Nas últimas épocas, foram introduzidas alterações significativas aos valores, os quais foram reduzidos de forma a "incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativa".

De igual forma foram introduzidas preços mais flexíveis, como o "FreePass" que permite, aos utentes inscritos, a frequência, em regime de utilização livre, de todas as aulas, de todas as instalações, de segunda a sexta entre as 7:30 e as 17:30 e entre as 20:45 e as 21:30.

Anexo XVI

Ainda no âmbito da promoção da "conciliação da atividade física com a vida pessoal, familiar e profissional", foi implementada a possibilidade de crianças, que ainda não possuem a idade prevista para frequência da pista de utilização livre, possam utilizar o tanque de aprendizagem, sempre acompanhados por um ou mais adultos, em horários definidos para o efeito, pelo valor da utilização livre já definido.

Assim, coloca-se à consideração a manutenção dos valores aprovados na época passada.

Relativamente ao preçário para acesso às Piscinas Exteriores do Parque desportivo Municipal, propõe-se a manutenção dos valores praticados, para os ingressos na piscina, da época balnear passada, separando no entanto o valor de reserva de espreguiçadeira e chapéu-de-sol.

Segue em anexo os quadros com os valores propostos.

À consideração de V. Exa.

Mafra, 22 de Maio de 2018

O Dirigente da Unidade

Nuno Benedito

(Nuno Benedito)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

VALORES DE INSCRIÇÃO E FREQUÊNCIA DOS NÚCLEOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS E DE UTILIZAÇÃO LIVRE

	Oferta	1x semana	2x semana	3x a 6x semana
ÉPOCA 2018/2019	*Free Pass* – Horário livre (horário antes das 17h30 e após as 20h45, 2ªf a 6ªf) a)		25€/mês	
	Aulas (horário entre as 17h30 e as 20h45)	25€/mês	30€/mês	35€/mês
	Mafrativa b)	37,50/mês	40€/mês	42,50/mês
	Summer pack (livre-trânsito ginásio até 17h30, 2ªf-sab)		20€/semana	
	Summer pack (livre trânsito total até 17h30, 2ªf-sab)		25€/semana	
	Livre-trânsito - TOTAL		75€/mês	
	Livre-trânsito - LOCAL		60€/mês	

	Ténis	1x semana	2x semana	3x semana
ÉPOCA 2018/2019	Ténis - aulas individuais	76,50€/mês	127,50€/mês	160€/mês
	Ténis - 2 alunos	40,80€/mês	61,20€/mês	80€/mês
	Ténis - 3 alunos	34,70€/mês	42,80€/mês	58€/mês

	Outros	Valor
ÉPOCA 2018/2019	Inscrição	20,00 €
	Segunda via do cartão	5,60 €
	Aluguer de Mesa de Ténis de Mesa (valor hora)	3,00 €
	Circuito de manutenção com banho	2,00 €
	Sauna/ Banho Turco	3,00 €
	Treino PT - aluguer de espaço/mensal (8h00 às 17h30) c)	200,00 €
	Aula avulsa (para Fitness/Holísticas/Hidroginástica/Musculação)	7,10 €
	Treino PT - aluguer de espaço/mensal (8h00 às 22h00) c)	300,00 €
	Piscinas Municipais	
	Utilização livre (valor hora)	4,60 €
	Utilização livre c/ cartão utente (valor hora)	3,00 €
	Grupos (máx. 10 pessoas - valor hora)	43,30 €
	Ginásios Musculação	
	Aula avulsa (até às 17h30) - mediante confirmação de vaga	6,60 €
	Treino personalizado com professor	31,50 €

a) Sem limite de frequências

b) Horário livre até às 17h30 e após as 20h45 (2ª a 6ª) e inscrição em classes de seleção de horário

c) Aluguer de espaço por parte do técnico, condicionada à apresentação do Título Profissional de Técnico/a de Exercício Físico (de acordo com a legislação em vigor) e inscrição do utente na modalidade de musculação.

VALORES DE RESERVA DE ESPAÇOS

	Alugueres	Alugueres pontuais	Alugueres regulares	Aluguer das instalações para fins não desportivos (IVA incluído)
PREÇÁRIO EM VIGOR (Aplicação do mesmo preçário nos espaços desportivos afetos às Escolas Básicas do 1º Ciclo)	Campos de ténis (hora/campo)	7,10 €	5,10 €	14,20 €
	Campos de ténis (hora/campo – noite)	10,50 €	8,50 €	21 €
	Polidesportivo (hora/campo)	Gratuito	-	-
	Polidesportivo (hora/campo – noite)	10,20 €	-	20,40 €
	Pavilhão – Nave (valor hora)	35 €	30 €	70 €
	Pavilhão – 1/3 nave (valor hora)	30,30 €	27,60 €	60,60 €
	Pavilhão – Ginásio (valor hora)	30,30 €	27,60 €	60,60 €
	Pista de Atletismo – valor utente/hora	2,10 €	-	-
	Estádio – Campo de Futebol (valor hora)	159,70 €	122,50 €	319,40 €
	Estádio – Campo de futebol (valor hora noite) a)	176,40 €	141,20 €	352,80 €

a) Após as 20h00 de Abril a Setembro; Após as 18h00 de Outubro a Março.

VALORES DE ENTRADA NAS PISCINAS EXTERIORES

Piscinas Exteriores	2018
Criança (até 5 anos)	gratuito
Criança (6 aos 12 anos)	2,50 €
Adulto/ jovem (13 aos 64 anos)	5,00 €
Sénior (a partir dos 65 anos)	2,50 €
Criança (6 aos 12 anos) -a partir das 18h00	1,25 €
Adulto/ jovem (13 aos 64 anos) -a partir das 18h00	2,50 €
Sénior (a partir dos 65 anos) - a partir das 18h00	1,25 €
Bilhete Família (2 adultos e duas crianças)	12,50 €
Espreguiçadeira	3,00 €
Chapéu de sol	2,00€

Descontos aplicáveis ao Pack Aulas:

- 20% para utentes com mais de 65 anos;
- 10% para 8 ou mais funcionários da mesma empresa;
- 20% para utentes com um Índice de Massa Corporal (IMC) superior a 40;
- Descontos progressivos para membros do mesmo agregado familiar de 10%, 15% e 20%);

Regras aplicáveis:

- O cartão de utente confere diversas vantagens na utilização dos espaços desportivos e é entregue mediante inscrição, a qual é válida com a apresentação do Cartão de Cidadão.
- Através do cartão, estará coberto por seguro de acidentes pessoais e poderá inscrever-se nos Núcleos Desportivos Municipais ou em classes de utilização livre, mediante carregamento do mesmo, cujo saldo poderá também ser usado para reserva de espaços;
- Os pagamentos das mensalidades dos núcleos municipais devem ser efetuados até dia 10 de cada mês, ao balcão ou por referência multibanco, sofrendo um agravamento de 20% após esta data.
- As desistências dos núcleos municipais devem ser comunicadas, por escrito, até ao último dia útil do mês anterior ao da desistência. Se o fizer até ao dia 10 do próprio mês, deverá proceder ao pagamento de meia mensalidade;
- Caso se verifique a não frequência do núcleo, será feito o cancelamento automático da inscrição ao fim de um mês de pagamentos em atraso, ficando em débito o equivalente a meia mensalidade;
- O utente que pretender voltar a inscrever-se nos núcleos municipais, após cancelamento deverá voltar a pagar a inscrição
- Não são efetuados créditos, por motivo de ausência do utente;
- Em cada época desportiva, o utente poderá usufruir de duas suspensões da inscrição, pelo prazo de 15 dias, ou uma de um mês, sem perda de vaga.
- O FreePass apenas é aplicável a classes para adultos e que não dependem de avaliação prévia do nível do utente e incluem as classes de musculação e utilização livre da piscina;
- Os utentes que pretendam frequentar horários antes e após as 17:30 deverão fazer a inscrição nas duas mensalidades, de acordo com o pretendido.

2.2.

319

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo 28/05/2018 ...../...../..... O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	A remeter 28/05/18 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/8466

ASSUNTO: Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira AARE – emissão de parecer para obtenção do Estatuto de Utilidade Pública

A Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira AARE, fundada em 22 de maio de 2010, surge com o objetivo de promover a prática desta modalidade desportiva junto dos jovens do Concelho.

Competem atualmente com sete escalões, seis dos quais para jovens com menos de 18 anos, num total de 72 atletas dos quais 62 são federados e 10 praticantes não federados e participam em competições regionais, nacionais e internacionais.

Organizam vários eventos para divulgação da modalidade designadamente, Beach Rugby Ericeira, Dia do Rugby - Aniversário da Associação, jogos e convívios de Rugby e Convívio Internacional de Rugby – Torneio Triangular sub14, conseguindo reunir, em alguns destes eventos, atletas nacionais e internacionais.

Anexo XVII

Ainda com o objetivo de divulgar o rugby, realizam ações de promoção e divulgação junto das escolas do Concelho, visando contribuir para a integração social, ajuda aos mais desfavorecidos e promoção de boas práticas de cidadania.

A Associação tem a sua sede no Parque de Santa Marta, em espaço cedido pela Câmara Municipal.

As atividades que desenvolve, algumas em parceria com a Câmara Municipal e Junta de Freguesia da Ericeira, contribuem para a promoção turística do Concelho, ao nível nacional e internacional. O Beach Rugby Ericeira, que acontece na praia da Foz do Lizandro, é o maior evento de beach rugby do mundo para escalões de formação, envolvendo cerca de 80 equipas e 900 atletas, projetando por esta via, também, todo o concelho de Mafra.

A Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira – AARE está a candidatar-se junto da Entidade competente, a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, para obter o Estatuto de Utilidade Pública.

Nessa sequência, a referida Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, solicitou à Câmara Municipal de Mafra, a emissão de parecer, no cumprimento do disposto do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro.

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável pela Câmara Municipal, à atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira - AARE.

Mafra, 28 de maio de 2018

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institcional

(Paula Duarte Ribeiro)

2.3.

320

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER	**DESPACHO**
...../...../.....	
O(A) Vereador(a), Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo. 28/05/2018	À Reunião
O(A) Diretor(a) de Departamento,	28/05/18
...../...../.....	O Presidente da Câmara,
O(A) Chefe de Divisão	(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/8459

ASSUNTO: ANPE - Associação Naval do Porto da Ericeira – Apoio financeiro

No âmbito das operações de manutenção do Porto de Pesca da Ericeira, e complementando as obras em curso, visando nomeadamente, a contenção de areias que na época de inverno se acumulam na rampa e afetam a área da placa, a ANPE - Associação Naval do Porto da Ericeira, solicitou o apoio da Câmara Municipal para comparticipação na aquisição de uma pá carregadora para auxiliar a autonomizar as operações de remoção das referidas areias que condicionam a circulação das embarcações de pesca e recreio.

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente

Anexo XIII

com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido de apoio da ANPE - Associação Naval do Porto da Ericeira, a atribuição de uma verba no valor 10.000€ (dez mil euros) a esta entidade, para apoio à aquisição de uma pá carregadora.

Mafra, 28 de maio de 2018

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

(Paula Ribeiro)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de	2018	
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos
Classificação Funcional	2.5.2. 06	Desporto, recreio e lazer Transferências de Capital
N.º Rubrica do Plano	2014 I 85	

		Ano Corrente	2019	2020	2021	Seguintes
1	Orçamento Inicial	5.000,00				
2	Reforços / Anulações	66.300,00				
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 -3	Orçamento Corrigido	71.300,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	71.300,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	10.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	61.300,00				

Data: 2018/05/29 Numero de lançamento no diário do orçamento: 6300

Proposta de Cabimento n.º 2018/1913
CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO À ANPE - ASSOCOCIAÇÃO NAVAL DO PORTO DA ERICEIRA, PARA AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADORA PARA AUXILIO NA REMOÇÃO DE AREIAS".

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO

Assinado de forma digital por DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
DN: c=PT, o=Cartão de Cidadão, ou=Cidadão Português, ou=Autenticação do Cidadão, cn=DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO, givenName=DULCE MARIA, serialNumber=BI127569705, cn=DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
Dados: 2018.05.29 10:04:08 +01'00'